

**GUSTAVO
ESTEVES
LOPES**



**ENSAIOS
DE
TERRORISMO**

**HISTÓRIA ORAL DA ATUAÇÃO DO
COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS**

Gustavo Esteves Lopes

Ensaaios de terrorismo
história oral da atuação do
Comando de Caça aos Comunistas

Prefácio de Marta Rovai

Salvador
Editora Pontocom
2014

Copyright © 2014 Gustavo Esteves Lopes

Projeto gráfico, preparação dos originais
e editoração eletrônica: Editora Pontocom

Editora Pontocom

Conselho Editorial

José Carlos Sebe Bom Meihy (USP)

Muniz Ferreira (UFRRJ)

Pablo Iglesias Magalhães (UFBA)

Zeila de Brito Fabri Demartini (USP)

Zilda Márcia Gricoli Iokoi (USP)

Coordenação Editorial

André Gattaz

CIP - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

L864e Lopes, Gustavo Esteves

Ensaio de terrorismo: história oral da atuação do
Comando de Caça aos Comunistas / Gustavo Esteves
Lopes.

Salvador: Editora Pontocom, 2014. – (Série
Acadêmica, 7)

298 p.: ; 21 cm.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-66048-38-4

‘Modo de Acesso: World Wide Web:

<<http://www.editorapontocom.com.br/l/26>>

1. História oral. 2. Terrorismo - Brasil - História. 3.
Regime Militar - Brasil - História. I. Título.

CDD: B981.063

CDU: 94(81)

Editora Pontocom
Coleção NEHO-USP

O Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO-USP) foi fundado em 1991 e tem entre suas atribuições fomentar pesquisas sobre diversas manifestações das oralidades. Trabalhando também com entrevistas, um dos compromissos básicos do NEHO consiste na devolução dos resultados. Como parte de uma proposta em que os entrevistados são assumidos como colaboradores, o retorno do produto transparente na passagem das gravações para o texto escrito é tido como parte essencial dos projetos. Fala-se, contudo, de maneiras plurais de devolução: aos próprios colaboradores que propiciaram a gravação, às comunidades que os abrigam e às formas de disponibilidade pública das peças. Há níveis de comprometimento, é importante ressaltar. Pactos são formulados, sempre supondo duas esferas de atenção: pessoal – diretamente vinculado ao entrevistado, que deve ter voz nas soluções de divulgação, e à comunidade – que abriga a experiência na qual se inscreve o propósito do projeto em História Oral.

A abertura de uma coleção de publicações de trabalhos gerados ou de inspiração nos procedimentos do NEHO-USP deve ser vista como desdobramento natural do sentido proposto pelos oralistas que professam as indicações do Núcleo. Isto implica pensar que a percepção desenvolvida por esse grupo de pesquisas demanda consequências que vão além do acúmulo de gravações ou de seus usos particulares – acadêmicos ou de mera curiosidade. Porque se percebe que a formulação de conhecimentos gerada pelos contatos entre entrevistados e entrevistadores é fruto de uma situação social, a publicação dos resultados é parte inerente à ética que ambienta o processo de gravações como um todo. O cerne deste tipo de devolução

contém implicações que extrapolam os limites estreitos da satisfação miúda dos relacionamentos entre quem dá a entrevista e quem a colhe. Entendendo por ética o compromisso social mediado pelo acordo entre as partes, é para o geral, para a sociedade, que se dimensionam os fundamentos da História Oral praticada pelo NEHO.

*Munidos destes compromissos, o **NEHO-USP** e a **Editora Pontocom** inauguram essa coleção de livros eletrônicos. São dissertações, teses, artigos e outras peças de interesse que compõem a mostra. A disponibilidade destes textos visa superar a intimidade acadêmica e assim inscrever o trabalho do grupo em uma missão maior que qualifica a História Oral como braço de uma proposta que busca compreender para explicar e explicar para transformar.*

*Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy
Núcleo de Estudos de História Oral - USP*

OUTROS TÍTULOS DA COLEÇÃO NEHO-USP

Vanessa Paola Rojas Fernandez • História oral de chilenos em campinas: dilemas da construção de identidade imigrante

André Gattaz • Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes

Lourival dos Santos • O enegrecimento da Padroeira do Brasil: religião, racismo e identidade (1854-2004)

Marta Rovai • Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino

André Gattaz • Braços da resistência: uma história oral da imigração espanhola

Agradecimentos

RENDO PROFUNDOS AGRADECIMENTOS ao meu orientador, Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy; a todos os colegas do Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP); aos meus familiares; aos colaboradores desta pesquisa; aos companheiros do CRUSP; aos docentes e funcionários da FFLCH-USP; aos integrantes da banca examinadora de defesa da dissertação de Mestrado, Prof. Dr. Oswaldo Luiz Ángel Coggiola e Prof. Dr. Dante Marcelo Clarmonete Gallián. Foram substanciais os apoios recebidos da FAPESP e da CAPES durante a Iniciação Científica e o Mestrado, respectivamente.

A dissertação de mestrado dediquei a meu avô e à minha filha.
A presente publicação dedico a Cinthia, minha companheira.

Sumário

Prefácio	13
Apresentação	21
PARTE I: PROPOSIÇÃO	
Introdução	27
Situação do assunto no ambiente bibliográfico geral	37
Descrição da documentação escrita preexistente	55
Material de imprensa	58
Documentos policiais e militares	69
Livros de memórias	77
A pesquisa de campo	83
Procedimentos em história oral	83
Apresentação dos colaboradores	87
PARTE II: NARRAÇÃO	
Paulo Azevedo Gonçalves dos Santos	95
Gustavo Augusto de Carvalho Andrade	117
Cassio Scatena	133
Percival Menon Maricato	149
Lauro Pacheco de Toledo Ferraz	157
Renato Leonardo Martinelli	167
José Roberto Batochio	179
José Celso Martinez Corrêa	187
Gabriel Fernández Otamendí	209

Franklin Leopoldo e Silva	219
Antonio Candido de Mello e Souza	231
Elaine Farias Veloso Hirata	243
PARTE III – COMPREENSÃO HISTORIOGRÁFICA	
Ideologias e culturas políticas: origem e atuação do CCC	251
Memória e ressentimento	259
Lugares de memória, memória de lugares	267
Ensaio de terrorismo ou “o gosto pelo desgosto dos outros”	289
Apontamentos Finais	295
Referências bibliográficas	301
Fontes impressas consultadas	312
Arquivos, bibliotecas e instituições de ensino e pesquisa consultados	312

Prefácio

por Marta Rovai*

MARC BLOCH, EM *APOLOGIA DA HISTÓRIA*, pedia que o historiador não se deixasse hipnotizar por suas escolhas, a ponto de não mais conceber que outra tivesse sido possível. Hoje, em meio à disputa por versões em torno dos fatos ocorridos durante a ditadura civil-militar brasileira, seu apelo – não apenas científico, mas também ético – permanece como alerta, exigindo que se garanta o espaço para a multiplicidade de leituras.

Num contexto de justiça de transição, muitas “memórias subterrâneas” emergem para marcar posição, revelar agressões de todos os tipos e responsabilizar o Estado por seus feitos nos vinte anos do regime autoritário. Ao mesmo tempo, é possível perceber ausências e silêncios ligados às pessoas e grupos que vivenciaram situações limite e querem se poupar e aos seus, para continuar vivendo; para evitar culpas; ou mesmo pelo temor de não ser compreendido. O silêncio como direito de não lembrar, como escolha, para apagar lembranças indesejadas, não mexer na ferida.

Percebe-se, ainda, diferentes formas de silenciamento, produzidas pela arbitrariedade do Estado no passado, pela memória do vencedor, que encerra em espaços íntimos as lembranças do dolo; assim como a indiferença de quem não vivenciou o trauma, diante da dor

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta do Magistério Superior da Universidade Federal de Alfenas. Autora de *Osasco 1968: a greve no masculino e no feminino* (Salvador: Pontocom, 2013).

do outro. Ou a amnésia como dever ou apatia, alimentada pela ausência de respostas jurídicas e institucionais sobre a abertura de arquivos e responsabilizações, sobre mortos, desaparecidos, enlouquecidos ou esquecidos. O trabalho de luto coletivo, a fim de apaziguar nossa relação com o passado doloroso, foi-nos negado na medida em que a abertura ao futuro se deu à custa do apagamento dos rastros, dos documentos e dos crimes, e por uma lei de anistia que impediu o debate mais profundo.

Por outro lado, a criação da Comissão Nacional da Verdade procurou garantir, ainda que de forma restrita, a tomada de palavra daqueles que durante anos sofreram a violência e foram negligenciados. Começa-se a mexer no dolo... Nesse processo de “acerto de contas” e de escolhas, cria-se um mito de resistência ao regime autoritário, como se essa postura fosse predominante na sociedade civil, durante os vinte anos em que ele perdurou. Enquanto as vítimas da violência ditatorial ganham espaço para falar, depois de tanto tempo silenciadas, corre-se o risco de silenciar ou esquecer agora os movimentos civis que apoiaram o golpe e procuraram legitimá-lo. Para não admitir que eles existiram, para não responsabilizá-los ou para negar-lhes suas motivações como justas, silencia-se outra versão: a de que o golpe, assim como o projeto e a organização do regime, não foram obra exclusiva dos militares, mas contaram com o apoio de simpatizantes entre estudantes e intelectuais, além de empresários, jornalistas e instituições civis, por meio do IPES e do IBAD, da Igreja, do Movimento Anti-Comunista (MAC) ou ainda de associações femininas como a União Cívica Feminina ou a Liga da Mulher Democrática.

Com o cuidado ético e escuta atenta, Gustavo Esteves Lopes fez a escolha pela multiplicidade de vozes, evitando o silenciamento de interpretações que não correspondessem ao imaginário de resistência ao regime. Para isso, percorreu os caminhos da história oral para ouvir a experiência daqueles que foram perseguidos, mas também dos que perseguiram e trabalharam para que a ditadura prevalecesse. Terrorismo, neste trabalho, ganha sentido amplo, pois não se trata das ações da esquerda, como defendia o Estado autoritário, mas de

uma militância de direita que atuou de forma brutal, clandestina, e sobre a qual pouco se sabe. Para entender a origem de parte dela e suas motivações, superando certas ausências documentais, Lopes lapidou referências nos impressos (como a revista *Cruzeiro*), nos relatórios policiais e em memoriais. A partir de seleção minuciosa, ofereceu ouvidos a membros pertencentes ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC), grupo de direita fundado em 1963, a partir do Centro Acadêmico do Largo São Francisco XI e Agosto e da informal “Canalha Acadêmica”, – segundo os entrevistados, assim criado em oposição aos operários e estudantes de esquerda, o populismo e o sindicalismo representados pelo presidente João Goulart.

Em sua pesquisa, não se utilizou da história oral para complementar ou confirmar versões já existentes, mas apresentar a complexidade que é compreender aquele tempo de enfrentamento político, em que as noções de perpetradores e de vítima se confundem na memória dos entrevistados. Ou ainda, como lembra Lopes, perceber a construção de uma cultura em que o homem se transforma em máquina, coisa, praticando a “banalidade do mal”, nos dizeres de Hannah Arendt. Essas práticas cotidianas, articuladas paralelamente ao Estado, colaboravam para a difusão do medo e a ampliação das violações contra os chamados “subversivos” (também entrevistados por ele), processo que ele chamou de “formação de uma cultura autoritária” do “gosto pelo desgosto dos outros”, concretizado na destruição de patrimônios públicos e privados e na perseguição e violência contra artistas, intelectuais e estudantes de esquerda – o que seus membros procuraram justificar como necessárias ou mesmo buscaram negar quanto à sua importância e peso político para o regime.

Gustavo Lopes mostra os crimes do regime, por meio dos relatos dos militantes de esquerda, mas traz também uma memória positiva da direita, que justifica sua existência pelos ganhos materiais e pela necessidade de salvar o Brasil do perigo de uma ditadura comunista. Faz-nos compreender que a complexidade da memória sobre esse passado doloroso é importante para que a sociedade possa traçar os rumos do processo de redemocratização. É um importante

trabalho que não dá voz, mas demonstra escuta atenta aos que sofreram e também aos que apoiaram o regime, percebendo como constroem a percepção de mundo, a partir de suas referências políticas, simbólicas, econômicas e sociais. O resultado de seu trabalho significa, desta forma, romper com o silêncio que certos grupos, como o próprio Comando de Caça aos Comunistas, procuraram manter em relação ao peso de suas ações colaboracionistas, tentando isolar-se das atitudes arbitrárias da ditadura, num momento em que o debate político tende a condená-los ou mesmo ignorá-los.

O historiador não deve ser furtar a ouvir “versões indesejáveis”, como lembra o autor, pois a escuta do perpetrador permite romper com a divisão dicotômica em busca de verdades definitivas. Trazer à tona a temática sobre o CCC, como fez de forma sensível, não é preencher lacunas históricas, mas significa mudar a forma como entendemos nossa consciência histórica. Trata-se de preocupação com a devolução pública, apresentando contraponto necessário – e difícil – para a construção de uma sociedade mais democrática, pois “o relato, enquanto documento, ensina o outro e a si mesmo a lidar com o conhecimento histórico e, por sua vez, humanístico”.

Os colaboradores, à esquerda e à direita, não apresentaram apenas visões e elaborações sobre o passado, pois forneceram também interpretações sobre o presente, num apelo contra a surdez que pode manter vivos os estigmas e os traumas não elaborados. Para seguir vivendo, é importante recordar aquilo que pode ferir, revisitar a própria dor, revelar intencionalidades e motivações que ofendem o ouvinte, mas que podem colaborar para que a justiça se cumpra, para que feridas sejam finalmente curadas.

É essa a contribuição de Gustavo Lopes. Para que o direito e o dever de memória se realizem é preciso tornar pública cada história, defendendo o direito de se nomear os responsáveis e com eles estabelecer um confronto político, histórico e até mesmo jurídico. É uma forma, como afirmou Paul Ricouer, de combater a anistia como amnésia, como apagamento das discórdias públicas, de um passado proibido.

As histórias contadas pelos narradores, à esquerda e à direita, revelaram ressentimentos ligados a ideias e sonhos não concretizados, a perdas políticas e humanas, em diferentes proporções. Para os entrevistados ligados ao Comando de Caça aos Comunistas, o trauma se configura na culpa moral; na referência aos “justiçamentos” (violência contra apoiadores do regime) realizados pela esquerda e pela demonização de suas figuras no presente. Para os opositores da ditadura, a situação limite aparece na lembrança da perseguição e da tortura que não se realizaram apenas nos porões, mas nos “tentáculos” do Estado, na “nódoa” que permaneceu nas instituições políticas, das quais muitos representantes do CCC participaram.

O trabalho de Gustavo Esteves Lopes demonstra que, diferente da história que sistematiza e cristaliza, a memória é dinâmica, constante e viva, permitindo a revisão da vida pelos narradores, assim como pensar outros caminhos e apontar a mudança de postura, possibilitada por novas experiências e pela ação do tempo. Coloca em confronto “memórias subterrâneas” contribuindo para um acerto de contas necessário, uma vez que “a omissão favorece o vigor do ressentimento e do ressentido”.

A memória permanece em aberto, num tempo que não se concluiu, pois sujeito a interpretações, análises e recomeços. Sua carga moral e afetiva pode ser reavaliada, pois com as lembranças compartilhadas, refazem-se, também, projetos e expectativas futuras, pessoais, políticas e sociais, submetendo o passado à reflexão, avaliação e inventário.

Assim são as referências aos “lugares de memória” e às “memórias dos lugares”, espaços simbólicos de disputa entre os narradores. Ao mesmo tempo, construção política, emocional e cultural, a rua Maria Antônia, o largo São Francisco, o CRUSP e o Teatro Galpão/Ruth Escobar, são lembrados por militantes do Comando de Caça aos Comunistas como combate ao comunismo, enquanto para seus opositores remetem à invasão, censura e demolição; marcas dos “ausentes”. A memória mostra-se, aqui, repleta de subjetividades e dimensões políticas do presente; não é vazia, como diria Walter Benja-

min. A “história a contrapelo”, defendida pelo filósofo, também é entendida, por Lopes, como combate a qualquer tipo de silenciamento, seja do perpetrador ou da vítima, confundidos nas narrativas, porque constituídos nas relações. A memória mostra-se, portanto, machucada e inconclusa, para todos os narradores, cada qual em seu território simbólico.

A análise de Gustavo Esteves Lopes sobre os relatos dos diferentes grupos deixa clara sua escolha como acadêmico e como cidadão, pelo compromisso ético com a polifonia, com passado e o presente. A ditadura é compreendida por ele como uma construção social, não apenas marcada pelo processo de repressão e arbitrariedade do Estado, mas também por relações de pertencimento e consentimento de setores da sociedade civil, identificados com argumentos, estereótipos e valores defendidos pelo regime civil-militar. Nesse sentido, tentar compreender as motivações dos entrevistados significa contribuir hoje para a contenção dos ensaios do terrorismo e seus rearranjos de forma mais ampla; evitar a repetição. Sem, no entanto, realizar qualquer julgamento, pois como afirmou Marc Bloch, “à força de julgar, acaba-se quase fatalmente por perder o gosto de explicar”. Perceber as práticas do terror no cotidiano nos ensina que o poder não se restringe ao espaço do Estado, mas diz respeito também às subjetividades, colocando em evidência a possibilidade de que toda e qualquer pessoa ser atingida, seja como perpetrador ou como vítima. Isso implica em poder optar ou não que o passado permaneça infinitamente, ousando esboçar uma outra história e reinventar o presente

Os testemunhos aqui apresentados mostram que o projeto democrático não se constrói sob o manto da interdição imposta a um grupo em nome de outro ou de uma identidade manipulada por uma memória rígida e acabada. As interpretações diversas, e muitas vezes opostas, são integrantes da nossa relação com o passado e com a nossa identidade. É preciso reconhecer sempre a força das narrativas diferenciadas como um elogio ao discurso contra o silêncio, no sentido de compreender, não de condenar ou absolver. Compreen-

der não implica, necessariamente, conceder o perdão, e isso não diz respeito ao papel do pesquisador, que é esclarecer. Estudar o passado, ouvir os testemunhos de quem viveu determinada experiência não deve servir ao historiador como celebração ou lamento, com o perigo de se desviar o olhar para longe das angústias e permanências do presente. Pode contribuir para evitar o “esquecimento como catástrofe”, considerando o passado, se não como exemplo, pelo menos como lição.

Apresentação

O PRESENTE TRABALHO HISTORIOGRÁFICO tem como finalidade estabelecer um *corpus* documental capaz de instruir investigações atentas à história da atuação do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Esta organização paramilitar, cuja atuação se fundava na perpetração de um terrorismo nitidamente com propósitos alinhados à ideologia de extrema-direita, foi partícipe de destaque em momentos políticos decisivos desde o processo de instauração do regime civil-militar e até o completo fechamento ditatorial – período compreendido entre o golpe de 31 de março de 1964 e a decretação do Ato Institucional nº5 (AI-5), a 13 de dezembro de 1968.

A importância de uma historiografia preocupada com o CCC e outras organizações paramilitares reside no entendimento de que estas foram germes da estruturação do terrorismo de Estado durante o regime civil-militar no Brasil. Órgãos paramilitares “semioficiais”, como a OBAN (Operação Bandeirante), e oficiais, como seu sucessor, o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), após o AI-5 deram continuidade de forma profissional ao trabalho, até então “voluntário”, de perseguição ideológica e de caça aos “comunistas”, “subversivos” ligados a organizações armadas remanescentes das lutas e mobilizações estudantis, operárias, artísticas e clericais da década de 1960. Esta historiografia, preocupada com tema ainda tão polêmico nos dias atuais, pretende ser resultado de uma experiência de cidadania e ética, construída sob valores democráticos. Necessariamente, busca demonstrar que memória e história têm em suas essências argumentos jamais unívocos, porque fundamentados no debate político que se faz entre oposições para além de ideológicas.

Vítimas, perpetradores e testemunhas nesta pesquisa relataram suas lembranças, versões de fatos, pontos de vista sobre o que foi o “Tempo de Ditadura”, sobre o que foi o CCC e sua atuação paramilitar, terrorista. Seus relatos devem ser entendidos como documentos, produzidos segundo perspectivas metodológicas em história oral. Todas as pessoas que participaram desta pesquisa são consideradas colaboradoras com o presente autor para a realização deste trabalho. São entrevistados que, mesmo no processo de textualização, revisaram com a liberdade de reformular seus respectivos relatos.

O pesquisador, enquanto praticante de história oral, concretizou o estabelecimento do *corpus* documental a partir de mediações efetuadas por meio da elaboração da rede de colaboradores; bem como na passagem do relato oral para o escrito; e sobretudo na devolução pública deste *corpus* documental e demais resultados obtidos nesta pesquisa. Espera-se que com as proposições conceituais, metodológicas e historiográficas desta pesquisa sobre a atuação de uma organização de extrema-direita terrorista que realmente conturbou o processo político durante os “Anos de Chumbo”, noções de memória e história possam servir como fios condutores que aproximem, mais e mais, também as noções de ética e cidadania, no sentido pleno dos respectivos termos.

O presente trabalho inicia-se com um debate no qual se apontam caminhos para possíveis definições de terror e terrorismo, e contextualiza-se o CCC no bojo da formação e atuação de organizações de extrema-direita –dentre as quais as paramilitares –, no decorrer da contemporaneidade. Em seguida, desenvolve-se uma exposição da situação do assunto no ambiente historiográfico, que pretende demonstrar como o tema foi tratado pelas investigações historiográficas preocupadas com os *Anos de Chumbo*.

As descrições dos procedimentos de pesquisa e o estabelecimento do *corpus* documental também são impreteríveis para se fundamentar e justificar todo o desenvolvimento da pesquisa. Em capítulo dedicado a estas questões, pretende-se esclarecer o que se entende por história Oral; quais são as proposições desta metodologia de

pesquisa, e como se pode trabalhar com a mescla e cotejo destes relatos de história oral junto ao selecionado de documentação escrita produzida desde a época de atuação do CCC, composta basicamente por material de imprensa, prontuários policiais e livros de memória.

O *corpus* documental emanado da própria pesquisa comporta doze relatos – onze dos quais obtidos em entrevistas gravadas em fita cassete e um fornecido por escrito, por solicitação do próprio colaborador. Conforme explicitado mais abaixo, as entrevistas foram textualizadas pelo pesquisador e corrigidas e autorizadas pelos colaboradores.

A compreensão historiográfica também encontra seu momento, em que o pesquisador expõe sua *síntese* (não mero resumo) do que lhe foi dito pelos colaboradores, em consonância aos tons vitais emanados dos respectivos relatos apresentados, e em cotejamento à documentação dita “tradicional” sobre a atuação do CCC. Ao final, pretende-se um diálogo sobre a defesa de ideais ou valores que jamais devem ser menosprezados, ou esquecidos, como ética, cidadania, memória, identidade. Espera-se que o presente trabalho seja, pois, uma tentativa de mediação sociocultural rumo ao exercício de cidadania e de democracia, e de construção de uma cultura de paz.

PARTE I

PROPOSIÇÃO

Introdução

Eis porque o homem de direita decide ver na morte a verdade da vida; ela lhe confirma que cada um vive sozinho, separado; à luz da morte, eu não me preocupo senão comigo mesmo; esse “eu” é estranho a todos os que são estranhos à minha morte: precisamente, todos. Se a vida é uma forma vazia cujo único conteúdo real é a morte, convém manifestar nos comportamentos a preeminência da morte: assim, quem vive não tem outra ocupação válida senão de jogar com ela, desafiá-la, eludi-la, aceitá-la.

No tempo em que a direita era belicosa, fazia a apologia da guerra, do homicídio. Derramando sangue, afirmava a sua existência, e os sulcos da terra eram fecundados, preparando futuras colheitas.

Simone de Beauvoir (1972, p. 104-5)

DISSEMINAR, INSTAURAR O TERROR; praticar ações terroristas: estes fenômenos tanto podem partir do Estado (atos subordinados ao Estado, ou terrorismo de Estado), provenientes de regimes de governo essencialmente autoritários, como podem advir do seio da própria sociedade, mesmo em regimes de governo ditos “democráticos” – em atos perpetrados por grupos e indivíduos, interessados no abalo das estruturas sociais e políticas, fundamentados na violência como meio e fim. Tais grupos e indivíduos – alimentados por “fanatismos” de toda sorte – podem tanto se voltar contra o Estado e seus representantes oficiais quanto contra todos adversários de suas pretensões, passando indiscriminadamente por cima da sociedade civil.

Entendendo que para o terror e o terrorismo quaisquer normas legais e cívicas vigentes devem ser suprimidas – porque devem dar lugar a ilimitados propósitos escusos –, a dignidade e o respeito à vida colocam-se à mercê do medo, da intimidação, da aspiração e manutenção do poder que torna a sociedade uma reles massa de manobra. Para o terror e o terrorismo, não há distinção entre inocentes e culpados, uma vez que todos são potenciais alvos – portanto, vítimas. E as dimensões do terror e do terrorismo são relativas ao alcance dos objetivos intentados e da repercussão dos consequentes traumas sociais e psíquicos, que podem ser causados em escala regional, nacional, internacional e global.

Terror e terrorismo são conceitos que permeiam debates que envolvem questões de cidadania e direitos humanos ameaçados, seja no passado, seja no presente. Assim, definir tais conceitos depende de circunstâncias específicas, como apontar os direitos e deveres de perpetradores e vítimas conforme suas respectivas culturas, identidades nacionais e étnicas, classes sociais; orientações sexuais; ideologias e militâncias políticas, convicções religiosas.

Há décadas, o terrorismo é discussão pertinente nos meios acadêmicos, políticos, intelectuais e de comunicação de massa – sendo tema ainda mais discutido, principalmente, após a série de atentados ocorridos desde 11 de setembro de 2001. Ainda que a preocupação com o recrudescimento desta forma de violência seja crucial na atualidade, em diversos países este problema foi patente antes mesmo dos tempos da Guerra Fria (MEIHY, 2005a; IANNI, 2004; LAQUEUR, 2003). Nações de todos os continentes tiveram territórios divididos em fronteiras, protetorados e zonas de segurança; regimes de governo foram derrubados, por meio de golpes de Estado, atrocidades e dizimações. Ao longo destas conturbações políticas, pessoas e instituições foram vítimas de atentados, torturas, depredações de patrimônios públicos e privados, explosões a bomba, controle ideológico, etc. (PINSKY e PINSKY, 2005; GONZALBO, 1991; LAQUEUR, 1979).

No que se refere ao terrorismo de extrema-direita, paramilitar, atentados antissemitas eram frequentes na França do final do Século

XIX, à época do *Caso Dreyfus*. *Freikorps* nazistas saqueavam sindicatos ainda em tempos da *República de Weimar*. Nos Estados Unidos, terrorismo confundia-se com fanatismo religioso: desde a guerra da secessão, a *Ku Klux Klan* (KKK) caçava famílias afro-americanas, crente na supremacia *White Anglo-Saxon Protestant* (WASP); no Brasil e em diversos países latino-americanos, durante os anos 1920 e 1930, proliferaram diversas organizações de extrema-direita, inclusive nazi-fascistas; o Macartismo era implacável na perseguição ideológica anticomunista, no pós-Segunda Guerra Mundial; (DIETRICH, 2012, 2007; PINSKY e PINSKY, 2005; ARENDT, 1979, 1951).

O Brasil não foi exceção a esta conjuntura política. O terrorismo foi recurso extremo, utilizado pela direita golpista, bem como pelas esquerdas radicalizadas. O terrorismo foi um meio de exprimir “a violência do opressor e a violência do oprimido”, conforme indica Jacob Gorender em seu *Combate nas Trevas* (2000). Dentre as ações de que se acusam os militares e civis responsáveis pelo golpe ocorrido em 1964, podem-se levantar não somente cassações e prisões políticas, mas formas de violência que contradizem a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Fervorosos apoiadores da “Revolução de 1964” tornaram-se caçadores de comunistas. Quem fosse identificado a uma ideologia, partido ou movimento social que se assemelhasse, *grosso modo*, ao “comunismo”, era considerado um “contrarrevolucionário”, “subversivo”, “terrorista”. Estudantes, operários, trabalhadores, profissionais liberais e clérigos eram perseguidos como se fossem *terroristas*, por protestarem contra o processo ditatorial desencadeado por meio da aplicação da *Ideologia de Segurança Nacional* formulada contra qualquer “fantasma vermelho” (GASPARI, 2002, p. 241; GORENDER, 2000). O aparato militar disponível às forças armadas, a omissão do poder judiciário às ações repressoras, e a condescendência da ordem pública para com simpatizantes da “Revolução de 1964” são fatores que podem supor uma vantagem bélica dos golpistas – que não diminuiu excessos de seus opositores – na “conquista do Estado” (REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, 2004, 1994; CADERNOS AEL, 2001; DREYFUSS, 1981).

Particularmente, dentre as ações terroristas praticadas pelas organizações paramilitares de extrema-direita, notórios acontecimentos marcaram a vida de suas vítimas. O movimento estudantil, presente na vida política brasileira desde os anos de 1930, com a fundação da União Nacional dos Estudantes, foi alvo capital dos mais fervorosos defensores de regime civil-militar brasileiro instalado em 1964. Durante a chamada *República Populista* (1945-1964), à medida que organizações de esquerda (Partido Comunista Brasileiro, Juventude Universitária Católica, Ação Popular) assumiram postos relevantes no cenário estudantil brasileiro, organizando importantes eventos e entidades políticas e culturais (Centros Populares de Cultura, UNE-Volante), extremistas de direita se contrapuseram desmedidamente contra esta hegemonia política em construção (RIDENI, 2000; POERNER, 1994).

Anteriormente ao golpe, proliferaram no país diversas siglas anticomunistas. Nos redutos acadêmicos, como as faculdades de Direito da Universidade de São Paulo e da Universidade Mackenzie, estudantes direitistas resolveram agir de modo deliberado contra o sindicalismo, o comunismo, etc. Em meados de 1963, fundaram um grupo radical e denominaram-no Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Suas primeiras ações limitavam-se ao ambiente acadêmico. Intervieram com violência em visitas de autoridades públicas do governo João Goulart, como no impedimento do discurso do ministro-chefe da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), João Pinheiro Neto, em 1963. Junto de suas mães e avós, os estudantes direitistas participaram da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade* – um importante ato de mobilização da classe média inserido nos preparativos de março para o golpe de Estado que estava por vir (GASPARI, 2002, p. 251; CARVALHO, 1988, p. 138-42; BANDEIRA, 1983, 1978, p. 456-75).

Desde 1962, ações de um *Movimento Anti-Comunista* (MAC) eram publicadas pelos jornais e revistas da época. No referido ano, por duas vezes: primeiro, devido à explosão de uma bomba em uma exposição de arte soviética no Bairro da Quitandinha; e meses depois, devido a um atentado a tiros contra a sede da UNE na praia do

Flamengo (ARNS, 1985, p. 132). Sem os meios legais necessários para extinguir a UNE no momento imediato da “Revolução de 1964”, radicais da direita atearam fogo na sede nacional da entidade. Neste acontecimento, acusou-se a ação conjunta do Movimento Anti-Comunista (MAC) e do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Silenciaram-se estas organizações paramilitares, terroristas, à espera de uma derrota definitiva da esquerda estudantil sem suas entidades. Com o Ato Institucional nº 1 editado dias depois do Golpe de 1964, a UNE e demais entidades estudantis seriam postas na ilegalidade e substituídas por outras fundadas pelo regime civil-militar – medidas que, todavia, surtiriam pouco efeito desde o momento imediato do golpe.

A esquerda estudantil, nos idos de 1966, reorganizava-se na clandestinidade, baseada em suas antigas entidades. Seus militantes reivindicavam uma reforma universitária que se contrapusesse ao Acordo MEC-USAID (entre o antigo Ministério da Educação e Cultura, e a *United States Agency for International Development*), acordo este que sistematizaria ao modo estadunidense a educação universitária brasileira; que supostamente ofereceria mais vagas aos alunos ingressantes no ensino superior, e que iria promover a modernização do sistema curricular em todas as áreas acadêmicas.

Após o golpe, porém, no cotidiano acadêmico dominado pela extrema-direita e com a esquerda estudantil em reconstrução, a cultura intelectual e a liberdade política perderam espaço para uma cultura da violência juvenil – i.e., para o gangsterismo. O decoro acadêmico e a busca do saber deram lugar à brutalidade e covardia, promovidas por organizações como o CCC. A extrema-direita estudantil mantinha relações com os órgãos oficiais de segurança, nas grandes cidades do país. Devido à conivência de autoridades públicas para com estas organizações, somada ao alarde dos meios de comunicação da época, que noticiavam terrorismos de esquerda e de direita (seja como prestação de serviço, seja puramente como notícias-mercadoria), esta sigla foi amplamente reproduzida em outras localidades – como Recife, Rio de Janeiro, e diversas cidades – em momentos

decisivos: como o golpe de 1964, o processo de fechamento ditatorial concluído com a edição do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, e a perseguição às esquerdas “democráticas” e “armadas” após 1969 (SERBIN, 2001; MAGALHÃES, 1997; OLIVEIRA, 1994; DECKES, 1985; ALVES, 1979; ALARCÓN, 1971).

Ainda que a trajetória da imprensa brasileira fosse duramente marcada pela censura, passados os dois primeiros anos de golpe de Estado, entre 1967 e 1968 ocorreu um “surto” de liberdade de imprensa (KUSHNIR, 2004; CARVALHO, 2001). Deste modo, foi possível denunciar ameaças, agressões e assassinatos perpetrados pelo CCC contra estudantes, artistas, profissionais da imprensa e clérigos; além da depredação e destruição de patrimônios públicos (antiga FFCL-USP, monumentos artísticos localizados em praças públicas) e privados (Teatro Galpão/Ruth Escobar, etc.). E em vista da regularidade com que reportagens sobre atos terroristas foram publicadas pelos meios de comunicação da época, estas podem ser consideradas parte importante dos registros sobre a atuação do CCC e organizações correlatas (MATHIAS *et al*, 1988; FERNANDES, MAGALDI, 1985; AÇÃO POPULAR, 1972).

O terrorismo perpetrado pelo CCC foi constituído de atos de violência física e difamação contra a imprensa da época (ameaçando-a, atacando-a física e verbalmente, divulgando notas e manifestos), para promoção de seus atos e intuítos. Em suma, a atuação do CCC pode ser algo que se situa entre gangsterismo e paramilitarismo, balizado por um senso de terror que faz parte da essência destes dois modelos de conduta comportamentais e de vínculos sociais. Hannah Arendt, em *As Origens do Totalitarismo* (1979, p. 344-5), faz a seguinte consideração:

As similaridades entre este tipo de terror [o de extrema-direita] e o puro gangsterismo são por demais óbvias para serem destacadas. Isto não significa que nazismo era gangsterismo como se tem concluído algumas vezes; mas apenas que os nazis, sem admiti-lo, aprenderam muito com as organizações

gangsteristas americanas, da sua propaganda, admitidamente aprendida com o mercado publicitário americano.

O termo *Ensaio de terrorismo* seria, pois, um modo de qualificar a violência perpetrada pelo CCC como um terror emanado de um espírito juvenil reacionário, delinquente, imbuído de um “mal radical”, que em certo sentido pode ser traduzido por gangsterismo; e que, contudo, por estas mesmas razões, não pode ser equiparado a ações (para)oficiais repressoras, dado as imensuráveis diferenças das estruturas organizacionais entre um CCC, uma OBAN e um DEOPS.

No plano prático, o CCC por vezes não se diferenciava muito de uma gangue. Dentre as facetas identificadas à ideologia e cultura política que perfizeram a construção do CCC – desde sua concepção até a deflagração dos principais atos e atentados nos quais esta organização terrorista de extrema-direita se envolveu ao longo dos anos –, a definição e análise do crítico literário Anatol Rosenfeld para o conceito de “cultura de gangues” cabe adequadamente para uma elucidação sobre a possível estrutura organizacional, plano hierárquico e relações de poder inerentes ao grupo. Eis a percepção de Anatol Rosenfeld (1974, p. 229-30) sobre o tema, já exposta a inícios dos anos 1950:

Assim se apresenta a situação em sociedades sujeitas a mudanças violentas e profundas. Não admira o surto de seitas, que reduzem um mundo de crescente complexidade a um esquema de simplificações ingênuas, ou de bandos que se refugiam numa subcultura de valores coerentes, conquanto primitivos, e normas de conduta, arcaicas embora, mas ajustadas à concretização desses valores. O desajustamento pessoal, enfim, é com frequência senão um tipo peculiar de ajustamento a seitas, bandos ou turmas desajustados. De certa forma, nas gangs juvenis adota-se a mesma meta da sociedade adulta – o prestígio – mas definida em termos de virilidade, heroísmo e aventura. A conduta adequada, coerente com tal aspiração,

consiste nas molecagens mais rudes e nas façanhas que mais diretamente ferem as normas desprestigiadas da “grande” sociedade, com a vantagem de que esta conduta é imediatamente premiada por um rendimento fabuloso em nimbo entre os rapazes e adoração entre as moças, dando ao “herói” uma importância que o mundo adulto lhe nega.

A atrocidade que por vezes se manifesta em tais estroinices, já em si estimulada pela desinibição coletiva, é de certa forma “normal”, já que decorre das próprias normas do bando. Acrescente-se a influência embrutecedora da guerra e de uma cultura de relações cada vez mais abstratas e impessoais, em que o homem se transforma em peça de máquina, “material” e coisa. Tampouco se deve esquecer que as normas de *gang* muitas vezes são impostas por psicopatas, indivíduos que se definem pelo mau ajustamento a determinada cultura, em consequência de causas hereditárias ou remotas experiências familiares, mas cujo número, periculosidade e influência, entre os membros da *gang*, parece aumentar sobremaneira nas circunstâncias socioculturais apontadas.

Não somente parcelas consideráveis de agentes administrativos e torturadores do Estado foram movidos por esta “banalidade do mal”, por um cumprimento acrítico do dever de valores invertidos, como observou Hannah Arendt – para a qual, em seu relato sobre o julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém, esta “banalidade do mal” exemplifica-se neste perpetrador que, em sã consciência, “nunca percebeu o que estava fazendo” (2000, p. 310). A título de comparação, é bem possível que, segundo a constituição hierárquica e moral interna ao CCC, a “banalidade do mal” também se fazia presente entre seus membros, sobretudo no ato de cumprir ordens e posturas partidas de seus líderes e superiores, cujos códigos de conduta seriam uma mescla, ainda que rudimentar, de um gangsterismo e um paramilitarismo. E neste sentido, essa “banalidade do mal”, bem ao modo do que defende Hannah Arendt, é que subsidiou a perpetração

destes “ensaio de terrorismo”, os quais precederam o terrorismo de Estado e paramilitar pós-AI-5.

Decretado o AI-5, o regime civil-militar brasileiro paulatinamente oficializou ações repressoras, terroristas, que até então vinham principalmente de organizações paramilitares, clandestinas. Egressos do CCC, principalmente membros ou ex-membros oriundos de classes socioeconômicas menos abastadas, profissionalizaram-se no combate à subversão “comunista”, ou “terrorista”, como eram chamados pelo governo. Estes se tornaram delegados e investigadores policiais, em órgãos como o DEOPS, e a semioficial Operação Bandeirante (OBAN) criada em 1969, depois institucionalizada como o DOI-CODI (ou CODI-DOI) em 1970. Aqueles mais abastados, por sua vez, foram trabalhar em escritórios de advocacia ou em médias e grandes empresas, alguns dos quais, complementando suas formações acadêmicas com cursos de mestrado e doutorado (GORENDER, 2000; SOUZA, 2000; BIOCCHA, 1974). Neste contexto de progressiva ação paramilitar e oficial após o AI-5, o CCC – uma vez que teve sua origem anterior ao golpe de 1964, e teve seu auge de notoriedade em 1968 – seria, pois, o autor ou perpetrador dos “ensaio de terrorismo” que prepararam terreno para o que teria prosseguimento, de fato, mais tarde pelas dependências da OBAN, e mesmo pelas mãos de agentes dos “Esquadrões da Morte” (BICUDO, 2002).

A atuação do CCC foi tão contundente sobre o meio acadêmico, que, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, esta sigla sazonalmente reaparecia em organizações paramilitares, “policialescas”, em setores conservadores do movimento estudantil, e entre policiais e militares espalhados pelo país afora. Estudantes extremistas de direita, atuantes principalmente no decorrer da década de 1960, a contragosto ou não, deixaram seu legado às posteriores gerações: ensinaram retóricas preconceituosas, brincadeiras covardes, e formas de intervenção psíquica e física sobre seus perpetrados. Desde os anos de chumbo o meio acadêmico e o movimento estudantil sofrem com movimentos de extrema-direita como os “CCC’s” que se renovam de geração em geração. O gangsterismo da extrema-direita estudantil pode ser considerado

terrorismo, *a priori*, porque ação política delinquente, que vitima pessoas, instituições públicas e privadas, e, inevitavelmente, a cultura popular e de vanguarda – tudo isso pelo, ora intelectual, ora banal, “gosto pelo desgosto dos outros”.

Situação do assunto no ambiente bibliográfico geral

A HISTORIOGRAFIA ACERCA DO *TEMPO DA DITADURA* é vasta e compreensiva com os aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e religiosos que fizeram o país viver 21 anos sob um regime de exceção. As marcas do legado político da “Revolução de 1964” são registradas com veemência, e analisadas segundo documentos tais como: a *Constituição Federal* outorgada em 1967; leis, decretos-lei e de atos institucionais; prontuários policiais; correspondências; documentações escrita e iconográfica produzidas pela mídia da época; e relatos memorialistas. Somam-se mais de duas décadas de organização de arquivos privados (cite-se o do CPDOC) e públicos (APESP, AEL, AN, BN), e de investigações historiográficas dedicadas a expor a extensão do sistema repressivo instalado pelo regime civil-militar brasileiro (AQUINO, MATTOS & SWENSSON, 2001).

A repressão aos movimentos sociais de contestação, pacíficos ou armados, ao regime civil-militar, é um dos temas mais pautados por esta historiografia. Devido aos anos de censura que o país viveu, principalmente entre o AI-5 e a Anistia, o processo de reabertura política deu espaço para denúncias dos excessos cometidos pelas autoridades civis e militares. Se até 1979 o terrorismo era oficialmente considerado ação praticada por “comunistas”, militantes de esquerda, desta data em diante a historiografia e os meios de comunicação de massa apresentaram o outro lado da mesma moeda, cuja confirmação cabal autenticou-se com o atentado mal sucedido no Riocentro, no 1º de maio de 1980, que matou um militar e feriu gravemente seu companheiro, dentro de um carro Puma, em serviço secreto para o Serviço Nacional de Informações (SNI) (ARGOLO, 1988).

O CCC não esteve, contudo, entre as organizações paramilitares mais investigadas pela historiografia, como a OBAN. Entende-se pelo fato de o acossamento aos “subversivos” não chegar aos tribunais militares como ação oficial do CCC, devido ao seu caráter clandestino, e ser composto por uma juventude estudantil coadjuvante dentro do cenário golpista, em sua maioria sem responsabilidades profissionais – ou seja, “amadoras” em sua contribuição à repressão de Estado contra opositores, ditos “subversivos”. Assim, pode-se supor que não houve a produção documental de inquéritos que o relacionem como colaborador formal, regular, da repressão. Entretanto há um conjunto considerável de obras publicadas que relatam a atuação do CCC.

Um relatório publicado por Rodrigo Alarcón (1971, p. 38-9) – membro do *Comité de Denuncia a la Represión en Brasil*, sediado em Santiago do Chile –, ainda nos tempos de Eduardo Frei e Salvador Allende, foi uma das primeiras denúncias do sistema repressivo em instalação que tiveram divulgação junto aos meios de comunicação de massa internacionais. O CCC, junto à OBAN, teve destaque na apresentação do texto, bem como alguns de seus membros, sobretudo o delegado Raul Nogueira de Lima, vulgo “Raul Careca”, sempre junto do delegado Sérgio Paranhos Fleury e de outros torturadores. Abaixo, um excerto em que é descrito resumidamente pelo pesquisador chileno o caso de uma das 62 vítimas, torturada na presença de membros do CCC, segundo uma carta-testemunha remetida a Sartre y Domenach (um possível pseudônimo construído a partir da associação dos sobrenomes de J.-P. Sartre e do escritor Jean-Marie Domenach, ex-diretor da revista *Esprit*), em janeiro de 1970:

Diógenes de Arruda Câmara:

Preso em São Paulo na noite de 11 de novembro de 1969, sob a acusação de pertencer a um partido político considerado subversivo. Foi detido quando visitava um amigo no bairro de Pinheiros, por um grupo de militares da “Operação Bandeirante”, golpeado com um cinturão porta-balas de metralhadora, despido e lançado dentro de um automóvel.

Foi transferido para a Ilha das Flores em dezembro de 1969, e foi proibido de ver seus advogados Marcelo Alencar e Sobral Pinto.

Continua detido na Ilha das Flores.

Torturas:

Realizadas no DEOPS de São Paulo, no Quartel da “Operação Bandeirante”, rua Tutoia, nos subterrâneos da 34ª Delegacia, novembro e dezembro de 1969 e janeiro de 1970.

Foi submetido a golpes de diversos tipos em todo o corpo. Nu durante 16 horas, no “pau-de-arara”, onde lhe aplicaram choques elétricos nas partes mais sensíveis do corpo, até lhe provocar desmaios. (...) No sétimo dia, agentes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e oficiais do II Exército o sentaram na “cadeira de dragão” e lhe aplicaram choques elétricos nos órgãos genitais, nas orelhas e nas mãos, “roleta russa” e simulações de enforcamento com uma corda de nylon.

Torturadores:

Sérgio Paranhos Fleury e sua equipe junto com os agentes do CCC, comandados por Parizze [*sic*] e Raul Nogueira de Lima, vulgo “Careca”, além de Luiz Apolônio e dezenas de oficiais do II Exército, dirigidos pelo capitão Antônio Carlos Nascimento Pivato.

O médico e antropólogo italiano Ettore Biocca é também um dos poucos autores que publicaram denúncias sobre as ações terroristas de extrema-direita ocorridas durante a década de 1970 no Brasil. Em seu livro *Strategia del Terrore: il modello brasiliano* (1974) é relatada a ação da OBAN com o apoio do CCC, como também de um outro CCC em Recife, atuante após o AI-5. Dentre o que escreveu sobre o CCC, vale mencionar dois breves trechos: um, que sob citação de D. Hélder Câmara, relaciona o suposto CCC de Recife com os “Esquadrões da Morte”; e outro, quanto às torturas perpetradas por membros do CCC junto de agentes da OBAN, reproduzidos de relatórios internacionais sobre tortura no Brasil (BIOCCA, 1974, p. 169, 191):

Escreve o Bispo Hélder Câmara em 28 de agosto de 1969: Segundo o depoimento de duas testemunhas, os “executores” esperavam-no ao grito de CCC. Assim afirma a parte final do relatório da comissão de inquérito. Bem, como desmentir que, segundo o relatório, as ameaças telefônicas feitas ao Padre Henrique foram igualmente feitas em nome do CCC? Porque então não ordenar um inquérito contra este horrível CCC? [...] Devemos chamar atenção sobre a presença de agentes do CCC nas sessões de tortura praticadas pela OBAN, que revela a extensão das infiltrações e da proteção que tem estes grupos de extrema-direita. Estes agentes agora dirigem um grupo chamado Cruzada Nacionalista.

O repórter Antônio Carlos Fon (1979, p. 9-10, 16), logo após a anistia, oficialmente declarada em 1979, publicou uma reunião de textos seus que abordam a história da repressão no Brasil durante os anos de chumbo. Inicia o livro narrando o momento de sua prisão em casa, na qual foi detido pelo conhecido membro do CCC e policial, o delegado Raul Nogueira de Lima, o Raul “Careca”. Páginas à frente, o autor relata a inação do governo paulista em relação à presença de membros do CCC nos diversos escalões do governo paulista e a criação de um órgão extraoficial de repressão, assuntos que foram levados ao então governador Abreu Sodré:

Fui preso às seis e meia da manhã de 29 de setembro de 1969. Na época eu trabalhava no Jornal da Tarde, de São Paulo, cobrindo a área policial e naquela noite ficara até às quatro da madrugada conversando e bebendo com dois policiais – o escritor Waldemar de Paulo e o delegado Luiz Orsatti, ambos lotados no DOPS. Cheguei em casa, um apartamento de terceiro andar na esquina das avenidas São João e Duque de Caxias, às quatro e meia da manhã e, cansado e meio alto, fui me deitar no quarto de meu irmão Aton Fon Filho, que se encontrava viajando. Dormi duas horas e acordei com algo

frio encostado no nariz. Abri os olhos e o quarto estava cheio de homens armados de fuzis e metralhadoras. O objeto frio encostado no meu nariz era o cano de uma pistola calibre 45, empunhada pelo delegado Raul Nogueira – que eu já conhecia como integrante do grupo clandestino de extrema-direita Comando de Caça aos Comunistas e policial que encontrava um estranho prazer em espancar estudantes. [...]

O desenvolvimento desses planos chegou a ser denunciado, ainda em 1968, ao então governador paulista Roberto Costa de Abreu Sodré a presença de elementos ligados ao CCC – Comando de Caça aos Comunistas – e outros grupos terroristas de extrema-direita. “É verdade”, confirma o ex-governador Abreu Sodré. Quem eram estes extremistas de direita infiltrados na periferia da administração? “Eu prefiro não dizer”, desculpa-se o ex-governador Abreu Sodré. “Pode dizer que tenho muito má memória para guardar nomes de pessoas que desprezo”.

A brevidade com que o CCC foi tratado nas diversas publicações pode confirmar o seu caráter coadjuvante na historiografia acerca das organizações paramilitares, até mesmo inseridas no cenário estudantil no brasileiro. A título de exemplo, após o processo de redemocratização no Brasil, três dos primeiros trabalhos que se dedicaram a relatar a atuação do CCC foram: *Radiografia do Terrorismo no Brasil: 1966/1980*, do jornalista Flavio Deckes; a publicação resumida da documentação relatada no projeto *Brasil: Nunca Mais*, prefaciado pelo Cardeal Emérito da Arquidiocese de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns; e *Combate nas Trevas*, do historiador e histórico militante da esquerda brasileira, Jacob Gorender.

O trabalho de Flavio Deckes (1985), para a época, foi um dos mais extensos em relatar o terrorismo paramilitar de extrema-direita, ainda que se limitasse a reproduzir integralmente reportagens sobre o CCC, noticiadas principalmente em 1968. Esta publicação é válida pela relação das fontes jornalísticas da época, que contribui

para a investigação de outros pesquisadores – principalmente para estas serem confrontadas a outras fontes. Em meio à quantidade de informações reproduzidas de jornais de revistas, com as próprias palavras fez um resumo de como o CCC conseguiu notoriedade junto à mídia da época (DECKES, 1985, p. 50-1):

O CCC foi o responsável pelo assassinato do estudante José Guimarães na ocupação da Faculdade de Filosofia. O comando, protegido pela figura maternal da reitora Esther Figueiredo Ferraz, e bem municiado pela polícia estadual, desfechou o último combate quando se consumou sua vitória ampla sobre os alunos da Filosofia da USP. Um dos agressores, provavelmente o que matou José Guimarães, foi reconhecido através de fotografia publicada nos jornais: Ricardo Osni, que aparece empunhando um fuzil no telhado da Universidade Mackenzie. Revoltados, os professores da USP interpretaram os acontecimentos em nota oficial. Um dos melhores momentos do CCC em 1968, proporcionou o repórter Pedro Medeiros, que se infiltrou na Organização e depois publicou com fotografias a reportagem “CCC ou O Comando do Terror”.

Nas “clássicas” obras devotadas ao relato das torturas, prisões, perseguições, e ações terroristas da direita, o CCC até o presente momento ainda é organização pontualmente citada. No denso resumo do projeto *Brasil: Nunca Mais*, o incêndio da sede da UNE em 1964 é a única suposta ação terrorista do CCC relatada (ARNS, 1985, p. 132):

A UNE lançou um Centro Popular de que, em atividade volante por todo o país, disseminou músicas, peças de teatro, poesias e outras modalidades artísticas, com mensagens em defesa do nacionalismo e da justiça social.

Entende-se, dessa forma, porque as elites conservadoras empenhadas na agitação a favor de um golpe de Estado, não

vacilaram em apontar a UNE como uma das sete cabeças do dragão comunista no país.

Com efeito, já no dia 1º de abril de 1964, a sede da UNE, na praia do Flamengo, Rio de Janeiro, foi ocupada, saqueada e incendiada pelos golpistas, através de uma organização paramilitar denominada CCC – Comando de Caça aos Comunistas.

Mas – uma vez que os generais de abril se consideravam legitimados, em seu movimento, pela própria classe média de onde saíam os ativistas da UNE e das demais entidades – foi lógico, em certa medida, que a repressão não se abatesse com predileção sobre esse setor já nos primeiros meses do Regime Militar. Os novos governantes acreditavam na possibilidade de conquistar a simpatia dos universitários através de uma ideologia anticomunista assentada nos ideais do “mundo livre”. Em 1964, foram abertos alguns processos, sim, para apurar o envolvimento das lideranças estudantis no apoio ao governo deposto, mas em número reduzido comparativamente ao ocorrido nos meios militares e sindicais. Exemplo significativo foi o gigantesco processo formado na 2ª Auditoria da Marinha no Rio, contra dezenas e dezenas de jovens vinculados à UNE e que entretanto foi arquivado sem alcançar a fase de julgamento.

De forma semelhante, porque mais preocupado com a luta armada das esquerdas contra o regime civil-militar, Jacob Gorender, em *Combate nas Trevas*, originalmente publicado em 1987, comentou a atuação do CCC em 1968 contra o movimento estudantil e o teatro – um prelúdio das “ilusões perdidas à luta armada” (2000, p. 161, 164):

Em São Paulo, travou-se uma guerra entre a esquerda universitária, com seu quartel-general na Faculdade de Filosofia da USP, na rua Maria Antonia, e a direita universitária liderada pelo “Comando de Caça aos Comunistas”, protegida na

fronteira Universidade Mackenzie. A guerra vai das pedras aos disparos de armas de fogo do Mackenzie, que mata o estudante José Guimarães no dia 2 de outubro. Os alunos da USP saem com o cadáver da Faculdade de Filosofia e percorrem o centro de São Paulo. [...]

Em São Paulo e no Rio, o CCC atacava teatros e livrarias e agredia artistas. Em julho, o teatro Galpão, na capital paulista onde se apresentava a peça *Roda-Viva* de Chico Buarque de Holanda, sofreu a invasão dos desordeiros do CCC, que espancaram atores e pessoas do público. No Rio, uma bomba explodiu na Livraria Civilização Brasileira em outubro, incidente repetido em dezembro no Teatro Opinião. Contudo, o auge havia passado e as lutas de massas entraram em declínio. Diminuíram os participantes das passeatas e a repressão policial as dissolvia com facilidade. Um golpe decisivo veio a 12 de outubro. Neste dia, as redações dos jornais ficaram perplexas diante a escolha do assunto para a manchete: o “justiçamento” do capitão Chandler ou a prisão de 739 universitários no 30º Congresso da UNE, numa fazenda do pacato município de Ibiúna, entre São Paulo e Sorocaba.

Há também um corpo bibliográfico produzido por pesquisadores “brasilianistas” (ALMEIDA, 2001; MEIHY, 1990) – pesquisadores oriundos ou atuantes a partir de centros de ensino e pesquisa internacionais – dedicados aos temas relacionados com o autoritarismo no Brasil. Desde a década de 1960, tais pesquisadores se mantiveram em observação sobre os processos ditatoriais arrolados em países da América Latina. Sobre o Brasil, encontraram espaço para comentar não somente as questões institucionais e das organizações “revolucionárias”, mas também as ações perpetradas por grupos de extrema-direita. O CCC não ficou de fora, e assim relatou Thomas Skidmore (1988, p. 160):

A direita também se mobilizava através do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e do Movimento Anticomunista, as

duas organizações mais conhecidas. A tática favorita de ambas em 1968 era invadir um teatro durante a apresentação de uma peça taxada pelos seus membros de “subversiva” e atacar fisicamente os atores e até às vezes o público. Em 1968, o CCC, juntamente com estudantes da Universidade Mackenzie, instituição privada profundamente conservadora, sitiaram a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, cujos alunos e professores eram “agentes comunistas”. Os atacantes do CCC destruíram o interior do edifício principal enquanto a polícia apenas assistia.

A política ganhou as ruas, e a pergunta que se fazia era se o governo Costa e Silva perdera o controle do processo de “humanização”. Nenhum grupo tinha mais interesse no assunto do que os militares.

Além desta geração de historiadores, cientistas políticos e sociais, jornalistas, religiosos que acompanhou o processo de redemocratização no Brasil, e que se preocupou com as ações de extrema-direita no país, vale também fazer referência à publicação da trilogia sobre a memória militar de 1964, organizada por docentes e pesquisadores do CPDOC-FGV – principalmente ao segundo volume, *Os Anos de Chumbo: a Memória Militar sobre a Repressão* (D’ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994). Igualmente necessário é fazer referência a *O fantasma da Revolução Brasileira* (1993), do sociólogo Marcelo Ridenti – pesquisa de fôlego sobre as “constelações” da esquerda brasileira, vitimadas pelo terrorismo de estado e paramilitar.

Essa publicação do CPDOC vale-se da metodologia da História Oral, a partir da realização de entrevistas, que pretende fornecer narrativas em prol da construção de uma “história oficial”, senão ao menos de uma “história pública” sobre as visões militares sobre o golpe e o regime instaurado. No segundo volume sobre a “memória militar” (isto é, “os anos de chumbo”), os autores assinalam a atuação do CCC apenas em um “quadro cronológico” quando se data o ano de 1968, mais precisamente um 18 de julho de 1968, data da destruição

do Teatro Galpão/Ruth Escobar. Porém, os militares entrevistados não fazem menção alguma a esta organização paramilitar, porque preocupados em relatar a atuação oficial de órgãos como o DOI-CODI; ocasiões de recrudescimento, como o plano de explosão de um gasômetro no Rio de Janeiro (envolvendo o brigadeiro João Paulo Moreira Burnier); e justificativas como para o mal sucedido atentado ao Riocentro – ocorrências estas estreitamente vinculadas a autoridades militares.

Quanto a *O Fantasma da Revolução Brasileira*, de Marcelo Ridenti, da mesma forma que todas as principais publicações sobre o período, este faz do CCC um famigerado mas coadjuvante grupo terrorista, colocado em evidência somente no ano de 1968. O autor, com brevidade mas expressivo poder de síntese, descreve a atuação do CCC contra a Faculdade de Filosofia da USP nos acontecimentos dos dias 2 e 3 de outubro. Eis o excerto (1993, p. 141-2):

Alguns filhos de famílias burguesas ou tradicionais, decadentes ou não, menos ou mais ricas, tomaram parte no movimento estudantil. Algumas ovelhas desgarradas aderiram a posições de esquerda, chegando mesmo a integrar os grupos armados. Outros defendiam suas classes de origem, por exemplo, ao formar entidades paramilitares de direita, como o Comando de Caça aos Comunistas, o conhecido CCC, que realizou inúmeros atentados e tinha bases, em São Paulo, na Universidade Mackenzie e na Faculdade de Direito da USP.

[Em nota de rodapé referente ao parágrafo acima] Além do CCC, havia outras entidades paramilitares de direita presentes no meio estudantil, como MAC (Movimento Anticomunista) e a FAC (Frente Anticomunista). Entretanto, a extrema-direita era minoritária até mesmo no Mackenzie, onde se encontrava apoio notório da direção da Universidade. Segundo José Dirceu, então presidente da UEE-SP, em 1968 houve “uma suposta briga entre o Mackenzie e a Filosofia, que nunca existiu. A direita do Mackenzie era minoritária lá dentro e

eles vieram contra 90% dos estudantes da Filosofia da USP". No mesmo sentido, aponta Lauro P. Toledo Ferraz, na época presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Mackenzie, que ressalta a união das esquerdas naquela Universidade, contra os elementos de direita, ligados à polícia e à diretoria do Mackenzie.

Outro autor que se preocupou em relatar a atuação do Comando de Caça aos Comunistas foi o jornalista Percival de Souza, que se dedicou em escrever uma biografia sobre o delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS, intitulada *Autópsia do Medo* (2000). Neste livro, utilizou de documentação escrita e iconográfica mantida em arquivos públicos e privados, acervos pessoais, bem como fontes oriundas dos meios de comunicação de massa, para o desenvolvimento de sua pesquisa. Para tecer esta biografia, o autor também trilhou as histórias de vida de amigos pessoais e colegas de profissão do delegado Fleury, dentre os quais ex-membros do CCC, como Otávio Gonçalves Moreira Júnior e Raul Nogueira de Lima, e João Marcos Monteiro Flaquer, o suposto e autointitulado líder do grupo. No capítulo *Réquiem para o Delegado do DOI-CODI*, Percival de Souza detalha o assassinato de Otavinho, em plena praia de Copacabana, por um GTA (Grupo Tático Armado) composto de organizações da esquerda armada – ALN, PCBR, VAR-Palmares (Aliança Libertadora Nacional, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, e Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares, respectivamente). Assim Percival de Souza faz seu *Réquiem* para o delegado, membro do CCC “justiçado” pelo GTA (2000, p. 163-6):

Otavinho tombou morto instantânea e pesadamente com uma saraivada de tiros. Primeiro, um tiro de espingarda calibre 12 nas costas; para conferir, mais tiros de calibre 9 milímetros no peito e no pescoço. A emboscada foi armada por um comando misto da Aliança Libertadora Nacional, do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e da Vanguarda Armada

Revolucionária Palmares. O delegado tinha sido um dos pioneiros da Oban, e integrara os quadros da Tradição, Família e Propriedade, além de ser ardoroso militante do Comando de Caça aos Comunistas, que aterrorizava os chamados “vermelhos”, a esquerda do mundo estudantil. O CCC agia ostensivamente, sob a complacência de professores e diretores, porque a todos intimidava, já que mantinha ligações estreitas com o DOPS e o DOI-CODI. No dia da morte de Marighella, a rapaziada do CCC estava a postos na alameda Casa Banca, ajudando a fazer triagem entre os curiosos, filtrando comentários, levando suspeitos em potencial diretamente à presença do delegado Fleury. Na Faculdade de Direito da USP, um aluno foi retirado da sala de aula e espancado no corredor, à vista de todos, porque os rapazes de cabelo cortado bem curto que o agrediam não haviam gostado de um discurso contra o governo que ele havia pronunciado, na noite anterior, no centro acadêmico. Otavinho havia estudado nas Arcadas de São Francisco. [...]

Vestindo bermudas de brim azul, com camisa esporte branca, florida, e usando sandálias creme, Otavinho carregava uma esteira de praia quando um carro Opala, da General Motors, encostou ruidosamente da calçada. Dele desceu um GTA; grupo tático armado completo, que ocupou o meio da calçada, na frente de todos, e sem hesitação executou o delegado.

Eliminar assim um agente da repressão, ainda mais da Operação Bandeirante, foi considerado uma façanha entre os militantes da luta armada. Na repressão ficou a certeza de uma emboscada como aquela poderia vitimar qualquer um deles. A Casa da Vovó colocou em funcionamento, a pleno vapor, sua usina de ódio. Aquela morte não ficaria assim, de jeito nenhum, dizia-se entre muito ranger os dentes e a promessa coletiva de vingança exemplar, em proporção ainda mais violenta.

O delegado Sérgio Paranhos Fleury, contrito, foi buscar o corpo de Otavinho no Rio de Janeiro. A execução tinha acontecido

num final de manhã de domingo, 25 de fevereiro de 1973, e Fleury chegou ao Instituto Médico Legal à noite, acompanhado pelo delegado-geral de polícia de São Paulo, Walter Moraes de Machado Suppo, informado pelo delegado Romeu Tuma, que viajou com eles. [...]

Passagem de especial importância no mesmo capítulo de *Autópsia do Medo*, Percival de Souza apresenta passagens da transcrição de uma entrevista que este realizou com o ex-delegado Raul Nogueira de Lima, suscitando, já de início, que esta tarefa fora daquelas raras e de árduo empenho. O ex-delegado, personalidade do DOPS encarregada de conter, perseguir e, se necessário, eliminar a crescente “subversão” inserida no meio estudantil durante a década de 1960, foi um dos membros fundadores do CCC – seja porque delegado policial, seja porque estudante de Direito na Universidade Mackenzie, seja porque anticomunista por vocação e ideologia. Segue abaixo a referida entrevista, iniciada com as palavras de Percival de Souza (2000, p. 379-83):

O fim de um silêncio de muitos anos: Raul Nogueira de Lima, Raul Careca, foi antes de Fleury o maior símbolo que o Dops teve. Era o terror da classe estudantil, super-ligado ao Comando de Caça aos Comunistas, CCC, e tinha um enorme prazer de perseguir os “vermelhos”. Nas batalhas campais da rua Maria Antonia, nos anos 60, quando estudantes de Filosofia da USP, de esquerda, se armavam para enfrentar a pau e pedra os colegas de direita da Universidade Mackenzie, Raul Careca estava armado do lado dos mackenzistas – tinha sido um deles. Andou pela Operação Bandeirante, perseguiu subversivos e terroristas e um dia sua vida mudou completamente: atirou e matou um jovem soldado do Exército, foi preso e exonerado. [...]

Raul foi um dos fundadores do CCC, grupo de direita responsável por uma série de ataques e intimidações. Para assustar a esquerda, chegou a distribuir em finais de ano um cartão

que tinha uma caveira no lugar do Papai Noel, enviado a pessoas identificadas nominalmente (“simpatizante ativista da canalha comunista que enxovalha nosso país”), com votos de um “péssimo Natal” e de que o Ano Novo se realizasse entre eles um “confronto final”. Ele conta: “O CCC foi criado na Faculdade de Direito do largo São Francisco para enfrentar a esquerda organizada. Foi idealizado por mim, pelo João Marcos Monteiro Flaquer (estudante da Faculdade) e pelo Otavinho (delegado Octávio Gonçalves Moreira Júnior, do DOI-Codi, que também estudou na Faculdade, executado por um comando terrorista no Rio de Janeiro). O núcleo inicial era de uns quinze estudantes, só ali no Largo de São Francisco. Com outras faculdades, o CCC chegou a ter uns 150 homens. Nossa proposta era dar cobertura aos líderes democráticos. Cobertura física porque a AP e a Polop vinham de pau. Queríamos combater a esquerda. Acho que no começo o CCC tinha uns vinte membros bem ativos. O QG era minha casa.

O CCC era um estado de espírito. Foi exatamente isso o que relatou o delegado Alípio Flores, encarregado de fazer uma sindicância para a Secretaria de Segurança. Não deu em nada. Minha mãe era prima do Gamão (pai de Gaminha, o redator do AI-5). O Otavinho foi aluno do Gaminha na USP. Quando o Otavinho morreu, eu vesti o corpo dele para o enterro. O Ricardo Osni da Silva Pinto, amigo do Gaminha (os dois voltaram juntos de Brasília depois que foi decretado o AI-5), era do CCC.

Sim, resolvemos baixar o cacete na turma do Roda Viva. Naquele tempo o CCC era forte, estruturado, com muita gente da cúpula militar, noventa por cento eram do Exército. Todos Oficiais. Por que foi feito aquilo? Porque queriam nos ridicularizar. A peça tinha um ator fazendo xixi num capacete militar. Ridicularizava a família e a plateia, chamando todo mundo de “burguês que precisava tirar a bunda da cadeira”. Depois, convidavam: “Suba ao palco e venha fazer a revolução

conosco”. Assistimos à peça e decidimos fazer uma ação relâmpago. A sindicância não deu em nada porque nós nos reunimos na Operação Bandeirante e de lá um de nós telefonou para a Secretaria de Segurança para deixar bem claro um recado ao secretário Hely Lopes Meirelles. Ao mesmo tempo, os motores das viaturas foram ligados e ficamos acelerando ao máximo. Aquele ronco era um recado. Ao telefone, o aviso: “Depende do senhor...”

O início dos conflitos na Maria Antonia foram marcados pelo fato de o pessoal da Filosofia bloquear a rua para cobrar pedágio. Um estudante de Direito do Mackenzie, Ricardo Osni da Silva Pinto, foi reclamar. Um rapaz, estudante de Química, havia sido agredido e o diretor do curso, professor Odilon, ficou revoltado. Reuniu uma turma e foi para cima do pedágio. Aí, um grupo da Filosofia foi para dentro do Mackenzie. O pessoal da Química reagiu. O estudante Boris Casoy fez um manifesto de convocação aos mackenzistas. De cinco em cinco minutos, o Boris convocava. Os mackenzistas foram para lá e começaram a preparar sua defesa. Os coquetéis molotov (gasolina dentro de garrafas, com mecha acesa) foram confeccionados pelo pessoal da Química. E mais gás em tubos de ensaio, com bombas de artifício, provocando vômitos em quem aspirasse. Percebemos que havia gente armada na caixa d'água do prédio da Filosofia. Preparamos estilingues gigantes, com câmaras de ar de pneus, para arremessar à distância os molotov e gás.

Estas referências bibliográficas acima apresentadas são parte significativa do que se relatou sobre a atuação do CCC e de outras organizações paramilitares. E a leitura destas referências bibliográficas pode contribuir de forma esclarecedora para um entendimento inicial da historiografia acerca dos *anos de chumbo*, pois estas exploram diversas questões mais amplas – como relações institucionais, estrutura do aparato repressivo, movimentos políticos favoráveis e

opositores ao golpe e ao processo ditatorial – e que cruzam com o presente tema: a atuação do CCC.

A atuação do CCC e de outras organizações similares ainda é a seara da investigação pouco explorada, se inserida em um debate historiográfico mais amplo sobre o período. A necessidade de estudar o terrorismo perpetrado por organizações paramilitares é imprescindível para compreender o processo de fechamento ditatorial do regime civil-militar brasileiro, entre os anos de 1964 e 1985. Antes que as próprias forças armadas e as instituições jurídicas oficializassem a repressão – formalizada em órgãos oficiais de segurança – organizações paramilitares atuavam desde antes do golpe de 1964.

Faz-se necessário aprofundar outra questão acerca do terrorismo de extrema-direita no Brasil. Organizações paramilitares originadas inclusive no movimento estudantil, como o CCC – tanto quanto os baixos e altos escalões civis e militares golpistas – eram adversários diretos das esquerdas e demais opositores ao regime autoritário. Eis a questão: sem a argumentação do opressor, o oprimido inevitavelmente reconstrói uma memória limitada em sua experiência; e, por conseguinte, a historiografia assume posição oblíqua sobre um tema cujas parciais devem ser claramente estabelecidas. Com a manutenção do *silêncio* acerca deste polêmico tema, os motivos pelos quais motivaram civis e militares a tomar medidas extremas na defesa de seus ideais golpistas se perdem no esquecimento – ou seja, tornam-se estacados em contingências de “memórias subterrâneas” (CATELA, 2001; POLLAK, 1989). Por conseguinte, “demônios” e “benfeitores” são esboçados como se estas fossem verdades unívocas, porque provenientes da memória das vítimas. No entanto, furtar-se das possíveis versões de acontecimentos, mesmo aquelas “indesejáveis”, “politicamente incorretas”, é uma inocência que a atual geração de historiadores deve evitar. A versão do perpetrador tem que existir, e não somente a do perpetrado, ao menos em pesquisa historiográfica acerca do presente tema.

Até o presente momento não houve nenhuma pesquisa historiográfica específica sobre o CCC e organizações “paramilitares”

similares (citem-se MAC e FAC). Não basta que a investigação seja empreendida com documentos escritos e iconográficos contemporâneos à época de atuação desta organização paramilitar. Buscar fontes documentais inéditas, que se mesquem com os documentos existentes sobre o CCC, pode enriquecer a tentativa de traçar outros caminhos no ambiente historiográfico acerca das ações terroristas no Brasil. Algozes, vítimas e testemunhas da atuação do CCC ainda podem ser encontrados, pois desde a fundação desta organização, passou-se quase meio século.

Entrevistar estas pessoas pode ser uma forma construtiva de cotejar as fontes documentais existentes com documentações em processo de produção. Porém, *não é tão simples fazer de uma entrevista um documento*. Converter o estado da palavra da *oralidade* para a *escritura* é uma dificuldade; por meio de metodologias de pesquisa como a história oral, pesquisadores esforçam-se para produzir de modo articulado documentos textualizados, mediados pela gravação eletrônica. E somente com a devolução pública do material colhido e produzido no decorrer do trabalho de campo é que se pode atestar o valor documental historiográfico da pesquisa em história oral.

Descrição da documentação escrita preexistente

A INVESTIGAÇÃO EM ARQUIVOS E BIBLIOTECAS – públicos e privados –, para a colheita de documentação escrita referente ao CCC, é passo indispensável para o conhecimento do tema. Pesquisas regulares em instituições como o Arquivo do Público do Estado de São Paulo (APESP), Biblioteca Municipal Mário de Andrade (BMMA-SP), Centro de Pesquisa e Documentação Vergueiro (CPV – atualmente desativado), Centro Cultural São Paulo (CCSP-SP), Arquivo Edgar Leuenroth (AEL-Unicamp) e o Arquivo Nacional (AN-RJ), dentre outras, evidenciaram a fragilidade do estudo sobre o terrorismo e ações paramilitares ocorridas no Brasil ao longo de décadas de regime republicano. Esta situação de fragilidade, quanto a este e outros temas correlatos, contudo, tende a ser superada; à medida que a atual Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) não seja uma letra morta; que instituições públicas e privadas lancem mão de tecnologias aptas à digitalização de seus fundos e coleções e disponibilizem sua visualização em sítios eletrônicos; e que a Comissão Nacional da Verdade (Lei Federal nº 12.528/2011) e correlatas comissões estaduais, municipais, autárquicas e acadêmicas sejam observadas e respeitadas no cumprimento de seu escopo de revelar as memórias, sobretudo, para não esquecer-las.

Em arquivos fora do Estado de São Paulo foram irrisórios ou nulos os resultados de buscas sobre o CCC e outras organizações paramilitares, iniciadas desde 2000. A título de exemplo, no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, na dificuldade de se deparar com documentos relacionados ao CCC e organizações correlatas, tornou-se, à

época, comum a identificação de documentos referentes a outras organizações supostamente não paramilitares que participaram de eventos pré-golpe de Estado, como a ata de fundação da Campanha da Mulher Democrática (CAMDE) e outros recortes de jornais e revistas da época sobre esta “organização assistencial e filantrópica”, inclusive, com notícias de apoio desta a organizações paramilitares (CF. Fundo/Coleção *Paulo de Assis Ribeiro*, Cód. n°57, Seção de Guarda “SDP”). Ademais, era latente a hipótese que o CCC, de fato, fosse organização de extrema-direita atuante quase que exclusivamente em São Paulo: isto é, fez-se premente maior investigação em arquivos públicos paulistas, como o APESP – que vem processando progressivamente seu acervo “DEOPS”).

Em tempos que acessar acervos documentais digitalizados ainda era algo a se tornar realidade a partir deste último decênio, uma alternativa apropriada para o início das investigações foi buscar por documentos elencados no trabalho do jornalista Flavio Deckes, limitado também a documentos produzidos pela imprensa da época, sob amparo de bibliografia concernente a fatos e nomes vinculados ao CCC e organizações similares (VENTURA, 1988; GASPARI, 2002). Nos passos desta referência bibliográfica, significativos documentos escritos e iconográficos oriundos da imprensa, sobre o CCC, foram buscados em hemerotecas particulares de empresas de comunicação de massa (*O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*) e públicas, como da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, da Biblioteca da Escola de Comunicação e Artes (ECA- USP), ambos em São Paulo, e do Arquivo Edgar Leuenroth (AEL) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente, como afirmado acima, a consulta a estes acervos públicos e privados pode ser realizada a partir e/ou dentro de sítios eletrônicos como www.arquivonacional.gov.br, memoria.bn.br, acervo.folha.uol.com.br e acervo.estadao.com.br, entre outros.

Dentre estes documentos consultados ao longo de investigações realizadas diretamente em arquivos públicos e privados, citem-se reportagens da antiga revista *Veja e Leia* (atual *Veja*) publicadas

entre 9 e 16 de outubro, que se encontram no setor de hemeroteca da Biblioteca da Escola de Comunicação e Artes da USP (assim como no acervo digital da revista, sob responsabilidade do próprio grupo Abril), e da extinta revista *O Cruzeiro*, publicadas entre 9 de novembro e 6 de dezembro de 1968, nas respectivas hemerotecas da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, da ECA-USP e do AEL-Unicamp. A transcrição quase que integral de reportagens e prontuários policiais produzidos à época, referentes à atuação do CCC, é uma opção do pesquisador pela revelação de narrativas as quais, por si, podem elucidar o leitor sobre como foi tratado o tema no calor do momento – em que a própria grande imprensa também foi vítima, em certa medida, de um “terrorismo cultural”, como aponta Beatriz Kushnir em *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988* (2004, p. 41), para a qual, “por meio dessa tática, jornais foram depredados, bombas foram explodidas, houve invasão de editoras, gráficas foram destruídas, tiragens foram apreendidas.”

Outra fonte escrita, por sua vez emanada da pesquisa de campo em história oral, é o conjunto de relatos obtidos em entrevistas realizadas com perpetradores, vítimas e testemunhas da atuação do Comando de Caça aos Comunistas, denominadas *transcrições*. O cotejo das informações contidas nos documentos de época com os documentos produzidos por meio da história oral pode oferecer ao leitor confirmações e retificações de suspeitas e fatos marcados pela atuação do CCC, bem como uma compreensão balizada por subjetividades emanadas de memórias individuais, coletivas, subterrâneas e/ou aparentes marcadas por tantos acontecimentos imanentes aos *anos de chumbo*. Uma exposição cotejada de transcrições destes documentos escritos, acima referidos, com as entrevistas *transcritas* pode ser considerada também um convite do autor ao diálogo e debate com pesquisadores de diferentes linhas de pesquisa e eventuais colaboradores sobre esta e outras estratégias de devolução pública de pesquisas afeitas ao presente tema.

Material de imprensa

DOCUMENTO RELEVANTE DESDE A ÉPOCA, a referida reportagem *CCC ou o Comando do Terror* tem um valor narrativo que explica o contexto polêmico com o qual esta organização de extrema-direita se envolveu quando recebeu a atenção dos meios de comunicação de massa. Mesmo que não tenha sido a primeira reportagem de maior amplitude sobre o CCC, as denúncias com nomes de supostos membros, endereços e mesmo perfis de comportamento escandalizaram a sociedade, e propriamente, os respectivos acusados. As reportagens de *Veja e Leia*, acima referidas, seriam importantes para detalhar os acontecimentos da rua Maria Antonia, assim como seus primeiros desdobramentos, mas, para o momento, é interessante conferir maior ênfase à sequência de reportagens sobre o CCC publicadas em *O Cruzeiro*, seja pelas informações fundadas em *fatos comprovados*, seja por aquelas que jamais passaram de especulações e arroubos de sensacionalismo. Adiante reproduzimos excerto do texto, intitulado *CCC ou o Comando do Terror*, assinado pelo repórter Pedro Medeiros (*O Cruzeiro*, 9 de novembro de 1968, Ano XL, nº 45, p. 19-23):

CCC ou o Comando do Terror – São muitos. A organização é grande. Nos seus feitos os ataques aos artistas de Roda-Viva e à USP. Todos são violentos. Alguns, Covardes.

A “Cervejaria Munchen”, na Alameda Santos, junto à avenida Paulista, vendeu menos chope no dia em que o capitão da Marinha Americana, Charles Chandler, foi fuzilado a metralhadora à porta de sua casa em São Paulo. Quando deu meia-noite, o dono coçou o queixo ao ver que os barris continuavam cheios, e já se preparava para cerrar as portas, um pouco intrigado com a ausência de seus ruidosos frequentadores de todo dia, quando afinal surgiu uma explicação. Um dos jovens frequentadores da cervejaria apareceu, com a fisionomia transtornada e olhos de espanto, para entrar

em contato com sua turma. Seus temores tinham um motivo sério.

Depois de eliminar Chandler, instrutor de guerrilhas no Vietnã, o mesmo pelotão de execução terrorista poderia iniciar a caça aos membros do CCC, organização neonazista formada para acabar com o Comunismo no Brasil. Pela primeira vez, depois de se terem mostrado tão resolutos em suas ações de violência, como o massacre aos atores de Roda Viva e a guerra fulminante contra os estudantes da rua Maria Antonia, os caçadores de comunistas, que têm como símbolo uma pirâmide, sentiram tremer os alicerces de sua organização.

– Não temos medo de nada – afirma Milton Moraes Zélio, um dos mais jovens colaboradores do Comando de Caça aos Comunistas.

Ele está sentado à minha frente, roda o copo vazio nas mãos, que me parecem um tanto trêmulas. Saímos do “Sandchurra”, na Galeria Metrópole, e vamos para os jardins da Biblioteca, onde ele me apresenta mais cinco companheiros, que estão sentados num banco, à nossa espera.

– Esse é o jornalista de que falei. Ele quer ficar por dentro de uma série de coisas. Acho melhor consultar primeiro. Em todo caso, há informações que podemos dar tranquilamente, pois não comprometem. [...]

Daí para a frente, foram três semanas e meia de trabalho. Longas esperas, encontros frustrados, desconfiança por toda a parte. A cervejaria, que fora mencionada diversas vezes pelo grupo, não me saía da cabeça. Levei três dias para localizá-la. Mas estava confirmado. Gente do CCC que eu conhecia muito bem estava lá todas as noites. [...]

Aos poucos, com o passar dos dias, eu ia recolhendo material. Eram nomes que escapavam nas conversas com o pequeno grupo em que eu era o Amigão, eram comentários sobre a personalidade de cada, suas atividades quotidianas e sua atuação nos choques políticos. Consegui fazer um fichário com

vários nomes e dados pessoais sobre cada um. Alguns Nomes do Terror:

João Marcos Flaquer, por exemplo, reside na rua Haddock Lobo, trabalha na Senador Feijó. É advogado. Esteve no ataque à Roda Viva. Pertence ao grupo do XI de agosto, mas participou do ataque à USP.

Estevão Augusto dos Santos reside na avenida Paulista A violência é o traço principal de seu caráter, mas é dado a fazer poesias. Esteve no ataque à Roda-Viva.

[Segue-se a enumeração, com breves descrições e acusações, de outros 29 nomes, entre os quais se encontram Paulo Flaquer, Boris Cazoy, João Parizi Filho, Raul Nogueira de Lima e José Roberto Batochio; outros 13 indivíduos têm os nomes apontados como participantes do ataque à peça *Roda-Viva*.]

A repercussão da reportagem *CCC ou o Comando do Terror*, publicada pela revista *O Cruzeiro* a 6 de novembro de 1968, foi estrondosa para os parâmetros da época, entre a opinião pública, os meios de comunicação de massa, e as autoridades do governo. À semana seguinte, a sucursal paulista da revista acima citada deu continuidade à investigação jornalística sobre o famigerado CCC. Revisou as notícias que vieram no embalo dos acontecimentos e da publicação da também explosiva reportagem.

Na reportagem seguinte houve denúncia das ameaças sofridas pela empresa e pelo autor Pedro Medeiros. À reportagem foram relatados, com certa ironia, os pronunciamentos públicos e o comparecimento de pessoas à sede da sucursal paulista para se explicarem ou negarem quaisquer envolvimento com o CCC. Foi publicado um manifesto do CCC, que se assumia como uma organização de nível nacional, proferindo considerações sobre o contexto político da época e explicações sobre os eventos com os quais a sigla se envolveu. Naquele momento em que a sociedade paulistana conviveu com dizeres e atos de intimidação e o terrorismo, a imprensa certamente teve seus dividendos vigorados com tantas manchetes sensacionalistas,

assim como o CCC ou grupos correlatos conseguiram dar visibilidade à *causa pátria anticomunista*. Abaixo encontram-se trechos da reportagem, intitulada *O Cruzeiro na mira do Terror*, assinada pela sucursal da revista em São Paulo, seguida pela reprodução integral do manifesto assumido pelo CCC, publicada a 16 de novembro de 1968 (*O Cruzeiro*, 16 de novembro de 1968, Ano XL, nº46, p. 30-4):

Não quer falar sobre o CCC – Hely Lopes Meirelles, nosso secretário de Segurança Pública, não quis receber os jornalistas que o procuraram ontem, à tarde, em seu gabinete, para obter um pronunciamento sobre a reportagem “CCC ou o Comando do Terror”, publicada na revista *O Cruzeiro*. O Serviço de Relações Públicas da Secretaria de Segurança Pública distribuiu nota na qual o secretário Hely Lopes Meirelles tomou conhecimento da publicação e determinou a apuração da eventual participação de elementos policiais no movimento objeto de reportagem.

Presidente da CEI diz que nada entende de CCC – O deputado Wadih Helu, presidente da Comissão Especial de Inquérito que investiga, na Assembleia Legislativa, os incidentes do mês passado entre alunos do Mackenzie e da Filo-USP, confessou-se, ontem, um tanto afastado de assuntos como CCC e outros semelhantes... [...]

O Cruzeiro na mira do Terror – A reportagem “CCC ou o Comando do Terror”, publicada no número passado de *O Cruzeiro*, esgotou toda a edição e alcançou ampla repercussão popular e na imprensa. Também, em consequência, provocou a reação violenta de pessoas que, dizendo-se membros do Comando de Caça aos Comunistas, fizeram ameaças à nossa sucursal de São Paulo. Alguns, entretanto, apressaram-se em desmentir, através dos jornais ou comparecendo pessoalmente ao nosso bureau paulista. [...] O primeiro estudante a reclamar foi Lionel Zacles, que refutou o epíteto de “nazista e perseguidor de judeus”, informando que mesmo que o desejasse

não poderia sê-lo, dada a sua condição de judeu. Juntamente com Zacles estiveram presentes na redação do bureau os estudantes Douglas Grazzini e Dilermando Cigagna Jr.; para eles tudo não passava de um pesadelo. Garantiram não pertencerem ao CCC, mas diante dos fatos publicados apontaram várias pessoas, afirmando terem certeza de que “estas sim, pertencem”. [...]

Cinco dias depois da reportagem de Pedro Medeiros, membros do CCC de São Paulo, Belo Horizonte, Rio e Porto Alegre lançaram um manifesto, no qual deixam transparecer sua irritação com o referido trabalho. Neste sentido se julgam vítimas de “um inimigo que nos últimos tempos tem-se revestido de maior virulência – a máquina de desinformação e distorção instalada na maioria dos jornais, revistas e estações de rádio e emissoras de televisão”. É a seguinte a íntegra do manifesto:

Vítima de insidiosa e permanente campanha de difamação através de vários veículos da imprensa, o CCC (COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS) sente-se no dever de dar uma satisfação à opinião pública de nossa terra, que queremos livre, e, por isso mesmo, corretamente informada. Isto fazemos na convicção de estarmos contribuindo para atingir um dos nossos objetivos, que é o de alertar nosso povo para os inimigos de fora e de dentro que incansavelmente, maquinam contra sua tranquilidade e a sua dignidade. Dentre esses inimigos, um dos que se tem revestido de maior virulência nestes últimos tempos é MÁQUINA DE DESINFORMAÇÃO E DISTORÇÃO instalada na maioria dos jornais, revistas, estações de rádio e TV. Através dela se tem procurado dissolver a família, corromper a juventude, aviltar a religião e extinguir o patriotismo. E tudo isso de maneira perfidamente sorradeira à base de maciça inoculação dos germes da decomposição na simples e generosa de um povo que merece melhor sorte.

Como não poderia deixar de ser, essa máquina, lubrificada com fartos recursos de procedência não raro espúria, voltou-se com especial ímpeto contra o CCC, pois aos que comandam e aos que a servem não interessa que se preserve e se reavive os valores pelos quais nos batemos.

Dizem-nos 'nazistas', 'fanáticos', 'radicais', 'antidemocratas, e quantos mais adjetivos encontram em disponibilidade no farto vocabulário que o Comunismo Internacional conseguiu transformar em muletas, das quais se servem os espíritos incapazes de caminhar sob o impulso soberano da luz da própria razão.

No entanto, se nos insurgimos contra algo, é contra um estado de coisa marcado pela injustiça, pela miséria, pelos privilégios, pela subserviência, pela baderna, pela imoralidade e por todas outras mazelas que andam de mãos dadas com uma ideologia apátrida, que já sufocou a liberdade de inúmeros povos e de milhões de pessoas em todo o mundo.

O fato de sermos contra isso implicitamente demonstra a favor do que somos. Somos por um Brasil livre e próspero, por justiça para todos os brasileiros, pela retomada do desenvolvimento econômico, pela punição para os corruptos e corruptores, pela ordem em contraposição à anarquia de irresponsáveis baderneiros de qualquer matiz, pela moralização dos costumes através de ampla campanha de civismo, pelo corajoso combate à subversão, pelo respeito aos autênticos princípios cristãos que plasmaram a nacionalidade, a fim de que pelo esforço de todos se possa construir uma Nova Pátria que, engrandecida, queremos transmitir aos nossos descendentes. Por isso, a denominação com que passou a ser conhecido o nosso movimento não pode ser confundida com uma simples afirmação de violência negativa. Não somos apenas pela repressão. Se o combate ao GRANDE INIMIGO se insinuou irresistivelmente em nosso lema, isso se deveu às condições históricas diante das quais tivemos de situar-nos quando

em nós despertou a consciência da necessidade de uma atuação pronta para conter as hordas adversárias. Com o Comunismo Internacional maquiavelicamente preparando o seu bote definitivo, graças à inconsciência e, não raro, à conivência daqueles a quem – fardados ou não – caberia zelar pelos sagrados interesses da pátria, a missão mais urgente e inadiável consistia em opor uma barreira a esse exército subterrâneo de traidores.

“Caça aos Comunistas” não significa mais do que um brado de alerta para o despertar das consciências diante do perigo mais imediato, que viria representar a consolidação de tudo o de ruim que não desejamos para o nosso povo: a supressão da liberdade, dominação estrangeira, “terrorismo cultural” institucionalizado, esmagamento da dignidade humana, nivelamento da massa na miséria, dominação de oligarquias burocratas.

Quem for contra o isso é contra o Comunismo.

E quem for contra o Comunismo é contra as condições que propiciam o seu florescimento, tais como: inépcia governamental, “entreguismo” político ou econômico, ausência de desenvolvimento, envenenamento da juventude e da opinião pública em geral pelo marxismo encastelado nas cátedras, na imprensa e nos púlpitos.

Nossa luta, portanto, não é apenas de denúncia dos comunistas, grupos de pessoas a serviço da subversão. Não é nem mesmo apenas contra as ideias deletérias de que uns e outros são portadores. Isso tudo tem caráter apenas episódico. A nossa verdadeira luta é pela instauração de um autêntico poder revolucionário, imbuído dos mais altos ideais de patriotismo e que seja capaz de enfrentar com coragem e decisão o desafio das velhas estruturas residuais garantidoras dos privilégios dos “donos do Brasil” que, pelo seu poderio econômico, castigam a sociedade principalmente nos setores de mais reduzidos recursos, fazendo do salário um furto e da economia uma

ilusão; que seja capaz de renovar os critérios políticos, implicar o povo neles, reforçar os valores espirituais que caracterizam a nossa civilização, impulsionar o progresso mediante uma visualização ampla de todos os problemas dentro de um escalonamento prioritário consoante à tecnologia de nosso tempo. Estes são os objetivos que Nação tem em vista e ansiosamente espera.

COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS

S. Paulo, Rio de Janeiro, B. Horizonte, P. Alegre

Os acontecimentos da rua Maria Antonia, de 2 e 3 de outubro de 1968, alimentaram fartamente as redações dos jornais e revistas para todo o mês de novembro e inícios de dezembro – mais especificamente, até pouco antes da edição do AI-5. Eram notícias de toda sorte que tentavam dissecar ou confabular sobre um dos assuntos em voga àquele período: a atuação do CCC. À terceira semana consecutiva, *O Cruzeiro*, a partir de sua sucursal pernambucana, desdobrou o tema do terrorismo de extrema-direita em reportagens de igual importância em relação às primeiras publicações: por exemplo, sobre a perseguição sofrida por dom Hélder Câmara pelo suposto CCC organizado em Pernambuco, em função de sua militância política e pastoral alinhada à Teologia da Libertação, liderando o movimento *Ação, Justiça e Paz*; e o escândalo do envolvimento de equipe de paraquedistas da Força Aérea Brasileira, denominado PARASAR, em um plano de assassinatos de militantes de esquerda ou de cidadãos “indesejáveis” ao andamento do regime, o qual fora denunciado pelo capitão Sérgio Miranda de Carvalho, oficial fundador da equipe, contrário aos anseios extremistas do brigadeiro João Paulo Moreira Burnier. O capitão Sérgio afirmou que fora ameaçado pelo CCC de Pernambuco, como o próprio dom Hélder.

Além disto, a sucursal paulista de *O Cruzeiro* publicou uma grande quantidade de comunicados, enquanto direito de resposta, de pessoas acusadas de serem membros do CCC pela reportagem de Pedro Medeiros, negando quaisquer envolvimento nos acontecimentos

da rua Maria Antonia ou com o CCC – contudo muitos dos quais tenham corroborado com a posição de defesa do regime civil-militar, exaltando os espíritos “democráticos” e “anticomunistas” que os norteavam.

Esta sequência de reportagens publicadas em *O Cruzeiro*, ao longo daquele ano de 1968, sugere que já havia, entre os meios de comunicação de massa, um descontentamento em relação ao governo, porque incapaz de solucionar uma suposta crise de desmando ou descontrole de poder por parte dos militares. Após denunciar o que era o CCC e quem eram seus supostos membros ou comparsas, e sofrer represálias e atos de intimidação, *O Cruzeiro* continuou a explorar o tema, com a reportagem *Padre Hélder em Ação*, assinada por Francisco Nelson (*O Cruzeiro*, 23 de novembro de 1968, Ano XL, nº47, p. 122-3). Contudo haja real importância a notícia sobre os atos de intimidação e terrorismo de extrema-direita perpetrados contra Dom Hélder, é também perceptível um tom de retaliação de *O Cruzeiro* ao CCC, diluindo todas as ocorrências deste matiz sob o estigma desta sigla:

Padre Hélder em Ação

O movimento Ação Justiça e Paz começa a empolgar o Nordeste. Milhares de pessoas assistem ao seu lançamento no Recife, Campina Grande e Palmares. A figura de seu criador, D. Hélder Câmara, torna-se mais uma vez o centro das discussões políticas na região. Diariamente, na imprensa, uma onda de especulações envolve seu nome: cassação e confinamento são mencionados com frequência. O CCC passa das ameaças às ações concretas, metralhando a residência do Padre.

[...] E se, no início, essas ameaças visam apenas a assustar, quando o movimento crescer eles certamente tentarão concretizá-las, e as rajadas de metralhadoras que dessa vez atingiram as portas podem ter outro alvo. Como os participantes da AJP vão reagir ante o terrorismo de direita, ou mesmo ante as pressões policiais?

– Ninguém entra ingenuamente para a Ação Justiça e Paz. Há todo um processo de iniciação, durante o qual o membro da AJP se habitua à ideia de que, à medida que ela se firmar e se afirmar, se tornará incômoda e contará com repressão. Como abrir mão de privilégios, mesmo alusivos, sem se irritar e tentar sabotar a pressão moral, esquecendo, loucamente, que depois de a Ação Justiça e Paz ser repelida só haverá paz para a radicalização da violência armada?! [...]

A sigla CCC não podia estar fora de outra notícia sobre a crise de desmando sobre a cúpula do regime civil-militar. *O Cruzeiro*, em reportagem de Sílvio Monteiro intitulada *Quem tem razão na crise da FAB* (*O Cruzeiro*, 23 de novembro de 1968), conseguiu encontrar um espaço para inserir a sigla CCC ao longo do texto. Para a revista, naquele momento, pessoas e/ou grupos que perpetrassem qualquer ato de intimidação e terrorismo de extrema direita seriam chamados de CCC. O que se percebe, também, pela leitura sequencial das próprias reportagens elencadas, é que o CCC atuante em São Paulo não é o mesmo de Recife, que não é o mesmo da crise da FAB, e tampouco um tentáculo de uma organização em escala nacional. De mais concreto que pode se extrair da reportagem é que ações e intenções de terrorismo de estado eram gestadas dentro das Forças Armadas desde antes do decreto do AI-5, por aqueles elementos militares ditos de “linha dura”.

Ao final da mesma edição, *O Cruzeiro* publicou outras 12 cartas-resposta de supostos membros do CCC acusados pela reportagem de Pedro de Medeiros, e reunidas sob o título *Ninguém é do CCC* (*O Cruzeiro*, 30 de novembro de 1968, Ano XL, nº48, p. 132-3). Os trechos adiante dão o tom das reclamações:

“Foi com enorme surpresa que vi em sua edição de 9 de novembro de 1968 a publicação de meu nome relacionado à reportagem CCC ou o Comando do Terror [...]” (Henri Penchas)

“Ao ler a reportagem CCC ou o Comando do Terror, de Pedro Medeiros e Manoel Motta, fiquei surpreso ao encontrar meu nome entre os responsáveis pelo ataque à classe teatral, com a agressão à peça de Chico Buarque de Holanda, *Roda Viva*. A informação do repórter, a meu ver leviano, é totalmente inverídica, pois no citado dia não me encontrava neste Estado, e sim na Guanabara [...]” (Douglas Grazzini)

“Foi um equívoco do repórter. Não sou, não fui, não serei do Comando de Caça aos Comunistas. Vivo exclusivamente dedicado ao jornalismo e ao serviço público”. (Boris Casoy)

Em seguida ao ataque à peça *Roda-Viva* e à destruição do edifício da antiga FFCL-USP (considerando também a morte do estudante secundarista José Guimarães), a existência do CCC se tornou assunto de notoriedade, apesar de efêmera, nos meios de comunicação de massa, até finais de 1968. O tema “CCC” já esfriava para a grande imprensa, mesmo para *O Cruzeiro*, mas o repórter Luiz Carlos Leal conseguiu entrevistar, a tempo de valer publicação, um membro da organização em São Paulo, João Parisi Filho, envolvido nos acontecimentos de 2 e 3 de outubro à rua Maria Antonia e, a inícios de dezembro, sequestrado por militantes de esquerda do movimento estudantil e mantido em “cárcere privado” no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (CRUSP) – ironicamente, em uma moradia pública. Então estudante de Arquitetura da Universidade Presbiteriana Mackenzie, desenhista de quadrinhos e artista plástico de algum renome à época em São Paulo, Parisi expôs publicamente sua versão do sequestro sofrido, seu entendimento sobre arte e cultura, e os porquês do anticomunismo por ele defendido. Esta reportagem, intitulada *Um Pintor da Extrema-Direita* foi a última publicação sobre o CCC e o terrorismo de extrema-direita, da revista *O Cruzeiro* (6 de dezembro de 1968, Ano XL, nº49. p. 132-4), pois na semana seguinte o AI-5 já havia se tornado uma realidade, ficando fora de questão voltar ao tema.

Recorrer à prática documentalista e doxográfica – isto é, a de coletar opiniões e narrativas de outrem para empregá-las na tessitura de uma narrativa historiográfica – poderá permitir ao leitor maior contato com as fontes documentais preexistentes disponíveis, sobretudo aquelas tidas como essenciais à pesquisa desenvolvida, como estas acima elencadas, assim como prontuários policiais e outros documentos de valor oficial ou oficioso que tratam do CCC e/ou de seus supostos membros.

Documentos policiais e militares

UM ARQUIVO PÚBLICO ao qual as consultas elucidaram de forma positiva sobre a dificuldade de se trabalhar com o presente tema foi o APESP (Arquivo Público do Estado de São Paulo). Este arquivo guarda o que é considerado um dos principais acervos abertos à sociedade em geral sobre documentações produzidas por órgãos de segurança pública e policiais – como o acervo DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), órgão criado em 1924 e extinto em 1983. Desde a criação e desenvolvimento do Projeto Integrado Arquivo Público do Estado de São Paulo e Universidade de São Paulo, em relação ao acervo DEOPS, não se encontram pastas denominadas “CCC” no APESP. O mais prático foi pesquisar junto ao banco de dados por nomes de pessoas para obtenção de informações sobre o CCC. No APESP, por sua vez, são encontrados prontuários de pessoas supostamente ligadas ao CCC da década de 1960, entre policiais e estudantes anticomunistas.

Entre os prontuários policiais existentes neste arquivo, deve-se mencionar, e mesmo apresentar abaixo, a transcrição de um relatório referente à sindicância para a apuração de possíveis ligações entre policiais civis e “membros” do CCC, como fora denunciada pela

imprensa de *O Cruzeiro*, a 9 de novembro de 1968. Com a edição do AI-5, em seguida esta sindicância foi sumariamente encerrada, e a documentação encaminhada ao extinto Arquivo Geral do DEOPS. O teor do relatório abaixo (APESP, Prontuário nº 12842, Fernando Piza e Outros) presume uma inconveniência, uma ação burocrática somente efetuada em função de exigências feitas pelo então secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, o jurista Hely Lopes Meirelles, e certamente pelo governador Roberto de Abreu Sodré. Percebe-se também como o redator do relatório, bem como os sindicatos, estão ofendidos com as declarações “escandalosas” e “com propósitos de agitação” por parte da imprensa da época. Eis um dos relatórios que se encontram no prontuário nº 12842:

Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

Departamento Estadual de Ordem Política e Social –
DEOPS

Prontuário nº 12842 – Arquivo Geral (Fichado)

Nome: Fernando Piza e Outros [...] Natureza – Sindicância
[...]

Protocolado – OSS 25/68 do Gabinete do Sr. Hely Lopes Meirelles, Senhor Divisionário, dando cumprimento à determinação de V.S., e obedecendo ao critério traçado pelo Exmo. Sr. Secretário desta Pasta, procedemos a investigações sumárias em torno da reportagem sensacionalista da Revista *O Cruzeiro*, em seu número datado de 09 deste mês, anexa ao presente protocolo, objetivando esclarecer a pretensa participação de funcionários policiais no chamado “C.C.C”, sigla porque é conhecido um grupo, sociedade ou agremiação ao qual se atribuem atos terroristas aparentemente anticomunistas.

É evidente que excedia ao nosso propósito o esclarecimento dos atos de vandalismo incriminados a [...] tais elementos, mesmo porque, segundo se depreende, do noticiário da mencionada revista, bem como dos vários jornais, o terrorismo

em questão é de âmbito nacional. A nossa incumbência, naturalmente, se cingia a possíveis implicações com o referido grupo terrorista de elementos policiais frontalmente acusados pelo repórter autor de citada [revista]. Destarte, ouvimos os policiais aos quais foram irrogadas as gravíssimas acusações estampadas em *O Cruzeiro*, e que são os acima epigrafados. Além destes funcionários, obtivemos esclarecimentos de outros implicados não pertencentes aos quadros da polícia. [...]

Todas as pessoas ouvidas na sindicância negam peremptoriamente qualquer participação nos atos de violência atribuídos ao famigerado grupo, e seus esclarecimentos, pela lógica em que são vasados, conduzem-nos à conclusão de que, efetivamente, foram vítimas de uma leviana trama com fins publicitários. Os meios insidiosos com que foram conseguidas as fotos dos acusados estampados na revista aqui mencionada, permitem-nos aquilatar o pouco ou nenhum escrúpulo de seus audaciosos autores na redação da reportagem montada pela revista *O Cruzeiro*, que vem escandalizando o público em geral.

A presente sindicância não pretende, no caso, negar ou confirmar a existência desta “societas scoleris” denominada “C.C.C. ou Comando do Terror”, a de que se cogita, em nosso caso especial, é apurar a denúncia de que os policiais citados pelo “O Cruzeiro” são elementos participantes desta agremiação. O que se verificou até o momento é que inexistente qualquer prova de participação dos sindicados nos atos criminosos que lhe são atribuídos. [...]

São Paulo, 12 de Novembro de 1968 O Delegado Assessor do Gabinete do Sr. Diretor do DOPS-SP

Dr. Celso Santos

Após ser apresentada transcrição de um relatório final da sindicância para apurar as denúncias sobre envolvimento de policiais com

o CCC, seria interessante também elencar um documento que evidencie o tratamento quase descomprometido do DEOPS, quanto à participação de estudantes de direito nos acontecimentos de outubro de 1968, em São Paulo, bem como do CCC. João Marcos Monteiro Flaquer, conhecido como “líder do CCC” à época, fora convocado à delegacia do DEOPS, em outubro de 1970, junto com dois colegas, para prestar alguns esclarecimentos sobre uma animosidade ocorrida entre o mesmo e um aluno da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, um “agitador” e do “credo marxista”. Do depoimento abaixo (APESP. Prontuário 8823, João Marcos Monteiro Flaquer e Outros) pode se depreender o quão vivenciado na política estudantil de direito este jovem fora nos idos da década de 1960, e o quanto se encobria no discurso dos “bons costumes” para justificar sua delinquência. Afirmou nunca ter sido “preso e nem processado, sendo esta a primeira vez que comparece a uma delegacia de polícia, no intuito de prestar esclarecimentos”. Suas declarações dirigidas ao escrivão demonstraram surpreendente familiaridade ou cumplicidade com os órgãos oficiais de repressão, refutando sem maiores constrangimentos as acusações sofridas, obviamente, servindo-se de um fluente vocabulário anticomunista que soava de forma simpática aos ouvidos de daqueles sentados em frente às máquinas datilográficas utilizadas em órgãos oficiais de repressão:

Prontuário: 8223

Secretaria de Segurança Pública

Delegacia Especializada de Ordem Política – D.O.P.S.

Termo de Declaração:

Aos vinte e sete dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta, nesta cidade de São Paulo na Delegacia de Polícia de Ordem Política onde se achava o Doutor Antônio Carlos de Castro Machado, Delegado respectivo, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, compareceu João Marcos Monteiro Flaquer, filho de João de Freitas Flaquer e de Cecília Monteiro Flaquer, com vinte e sete anos de idade, de cor branca, estado

civil casado, de nacionalidade brasileira, natural de São Paulo – Capital, a 14/07/1943, de profissão Bacharel em Direito, residente à rua Bela Cintra, número 741 – Apto. 21;

Sabendo ler e escrever declarou:

Que é advogado formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na Turma de 1968, que colou grau em 1969; que no período em que cursou aquela escola de ensino superior o declarante desenvolveu intensa atividade acadêmica, colocando-se sempre junto aos estudantes que pertenciam ao denominado “grupo de direita”, grupo esse que se opunha aos estudantes adeptos de credos extremistas que se colocavam no “grupo de esquerda”; que em face às posições tomadas pelo declarante, surgiram amiúde elementos desconhecidos, que voltavam a sua ira contra a pessoa dele, procurando comprometê-lo junto ao meio estudantil daquela academia; que diversos fatos ocorridos naquela faculdade eram assim atribuídos ao declarante no visível intuito de comprometê-lo junto aos seus colegas e, com isso, criar ambiente desfavorável para sua vivência normal dentro daquela casa de ensino; que, a respeito dos fatos que determinaram a instauração do presente inquérito policial, o declarante tem a esclarecer que à data da ocorrência não se encontrava no local [...] que nunca foi preso e nem processado, sendo esta a primeira vez que comparece a uma delegacia de polícia, no intuito de prestar esclarecimentos; que conhece Maria Helena Andrade Silva, não podendo informar a respeito do paradeiro atual da mesma, esclarecendo, porém, que ela àquela época se perfilava ao denominado “grupo de esquerda”, e tomava parte ativa nas agitações de cunho estudantil, que se verificavam nessa capital; que, segundo ainda é de conhecimento do declarante, em virtude das convicções político-ideológicas, que à época [era] agasalhada, a referida Maria Helena Andrade Silva esteve detida neste departamento, onde teria esclarecido devidamente aquela atividade dela; que o declarante é sabedor ainda

que os elementos ligados ao [...] denominado “grupo de esquerda”, na oportunidade em que se desenrolavam os fatos aqui descritos, pretendiam ter o desforço físico com a professora Esther Figueiredo Ferraz, em virtude de posição tomada por essa professora, no sentido de alijar do meio universitário os estudantes subversivos. Nada mais disse, e nem lhe foi perguntado. Lido e achado conforme vai assinado pela autoridade, pelo declarante e por mim escrivão, Luiz Carlos Montanheiro, que o datilografou.

Outro documento relevante para compreender o contexto socio-político no qual o CCC estava imerso, em meio ao processo de fechamento ditatorial consolidado a partir da edição do AI-5, é o relatório do Inquérito Policial Militar (IPM) – instrumento judicial este previsto desde o AI-1, baixado a 9 de abril de 1964 – sobre a ação militar e policial contra alunos, docentes e agregados, residentes e alojados no Conjunto Residencial da USP (CRUSP), que ocasionou a prisão de diversos suspeitos de subversão, a 17 de dezembro de 1968. Encarregado pelo coronel Sebastião Alvim, o relatório do IPM-CRUSP, como ficou publicamente conhecido este documento – nos dias de hoje, amplamente difundido em sítios eletrônicos – oferece um detalhado conjunto de informações sobre o sequestro e cárcere privado de João Parisi Filho nas dependências do CRUSP, crucial antecedente que motivou a decisão do II Exército em desocupar a moradia estudantil e prender seus residentes e alojados. Dentre os itens que mais chamam atenção neste relatório é a ênfase conferida aos “crimes de sequestro”, perpetrados por seus militantes de esquerda, residentes e alojados no CRUSP, e articulados, segundo o IPM, pela Associação Universitária Rafael Kauan (AURK, entidade esta criada para defender os interesses específicos dos “cruspianos”). Assim o Cel. Alvim reúne algumas das informações sobre o crime de sequestro de João Parisi Filho:

A sede da ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA RAFAEL KAUAN situada nos apartamentos números 109, 110 e 111 do Bloco G era utilizada como prisão de cárcere privado, onde eram recolhidos estudantes suspeitos de “agentes” do CCC, do DOPS, SNI e aqueles que não pactuavam com os desígnios da minoria agitadora esquerdista. Esses “agentes” eram submetidos a interrogatórios por elementos especializados do partido. Muitos estudantes considerados como agentes do CCC eram sequestrados em vias públicas e conduzidos ao CRUSP para serem interrogados. O caso do sequestro do estudante JOÃO PARISI (Fls. 584) que foi sequestrado no centro desta Capital e conduzido, em carro escoltado ao CRUSP onde teve os seus olhos vendados, os seus braços amarrados por cordas e logo em seguida conduzido ao cárcere da “AURK”. Neste cárcere foi algemado e interrogado sob a mira de armas por VALTER STEVANATO VUOLO e ANTONIO MARTINS RODRIGUES e submetido a processos violentos e bárbaros de tortura. Após o seu interrogatório foi ocultado na “copa” do 5.º andar do Bloco G, onde permaneceu durante dois dias algemado em posição de decúbito dorsal e com algamma passando pelo cano da pia e ainda com os pés amarrados. [...] Depondo sobre o fato acima diz uma testemunha: “que no princípio de outubro, estando em seu Gabinete, à tarde, atendendo à sua rotina médica diária no CRUSP, apareceu em seu gabinete um rapaz de olhos vendados, acompanhado por dois estudantes, um deles era VALTER STEVANATO VUOLO, presidente da “AURK” e o outro, um estudante tipo “Peruano”; que VUOLO, presidente da “AURK” declarou nessa ocasião ao depoente: “nós vamos libertar este estudante que está preso e queríamos que o Sr fizesse um exame físico do mesmo” para que ele após ser libertado não viesse dizer que eventuais lesões que ocorressem posteriormente pudessem ser incriminadas a eles; que o depoente ficou totalmente surpreendido com a situação daquele rapaz com os olhos vendados pelo que interrompeu

VALTER STEVANATO VUOLO, perguntando a este o motivo daquele rapaz estar detido e que VUOLO respondeu ao depoente que o rapaz tinha sido preso num tumulto de estudantes; que o depoente examinou o rapaz não tendo constatado qualquer lesão externa e que nessa ocasião, ao redigir uma declaração médica para atender ao pedido dos acompanhantes, perguntou pelo nome do rapaz e que este respondeu ao depoente chamar-se PARISI, estudante do MACKENZIE; que essa declaração, assinada pelo depoente o foi também pelo estudante PARISI; que nessa ocasião os estudantes acompanhantes retiraram a venda dos olhos de PARISI, de tal modo que este não via os seus acompanhantes e que logo após a assinatura por este foi-lhe colocada novamente a venda na vista, retirando-se logo em seguida do seu gabinete médico para local que o depoente desconhece. A vítima compareceu ao DI e deu conhecimento da ocorrência ao Dr. RENÊ MOTTA, logo após ter sido libertado.

Apesar da parca e incipiente documentação escrita proveniente dos meios de segurança pública acerca do tema, infere-se pelo conteúdo textual de alguns destes prontuários acima transcritos que o CCC, e em especial seus membros popularmente reconhecidos, receberam devida cobertura para seus atos de delinquência, violência, terror, gangsterismo, à medida que a omissão policial era cabal à vista da sociedade civil e de outras autoridades públicas. Mais que isto, a participação eventual ou regular de alguns policiais era inteiramente negada em sindicâncias ou quaisquer outras investigações, de maneira quase descontraída, e abstraída de critérios, inclusive aqueles que recorria à Lei de Segurança Nacional para justificar atos de tortura e/ou terrorismo de estado. O caminho estava aberto para a oficialização deste terrorismo paramilitar, de origem estudantil e/ou policialesca, cuja primeira iniciativa de foi a criação da Operação Bandeirante (OBAN), germe do CODI-DOI (ou DOI-CODI, como ficou popularmente conhecido o órgão de repressão paulista).

Livros de memórias

OUTRA IMPORTANTE FONTE de documentação escrita referente ao CCC é o conhecido *Livro Branco*, ou *Acontecimentos da rua Maria Antonia (2 e 3 de outubro de 1968)* (MATHIAS, et al. 1968;1988) basicamente composto por relatos redigidos por professores, que foram testemunhas oculares dos fatídicos dias da destruição da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (atuais Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e outras). Este relatório foi redigido em novembro de 1968, por uma comissão designada pelo então diretor, o professor Eurípedes Simões de Paula, e coordenada pelos professores Simão Mathias, Antonio Candido de Mello e Souza, dentre outros; e cuja reedição se deu a 1988, em memória dos 20 anos de destruição da antiga FFCL-USP. O CCC foi relacionado em diversos relatos e outros informes do *Livro Branco*. Ao final do relatório são encontradas informações adicionais sobre esta organização paramilitar, segundo notícias publicadas em jornais e revistas, contemporâneas à briga dos estudantes. Nestas informações adicionais, inclusive, cita-se que o CCC manteria até mesmo relações com a *Central Intelligence Agency* (CIA), a qual supostamente forneceria treinamento militar aos seus membros.

Elaborado sob sensação de trauma, perplexidade e injustiça, apesar da intenção de manter idoneidade e autenticidade sobre o propósito de esclarecimentos dos fatos arrolados a 2 e 3 de outubro de 1968, assim a Comissão Organizadora designada pelo então diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula, expôs os motivos pelos quais foi suscitada a elaboração do denominado *Livro Branco*, bem como sua metodologia de trabalho, as conclusões obtidas pelo cotejamento de depoimentos (D.), pronunciamentos (P.) e fontes jornalísticas (J.) (MATHIAS et al., 1968; 1988, p. 5-7; 23-4):

Por ocasião dos incidentes ocorridos na rua Maria Antonia, a 2 e 3 de outubro, de que resultou a depredação extensiva e imobilização provisória do edifício do número 294, um dos dois onde funcionavam três departamentos e a Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, determinou a sua Congregação que se elaborasse uma espécie de *Livro Branco*, a fim de permitir o estabelecimento da verdade, esclarecendo a opinião pública em geral, as autoridades, e os próprios professores e estudantes, nem todos os cientes dos pormenores. [...].

Para finalizar, alinhamos algumas reflexões e conclusões baseadas nos fatos e nas análises feitas a partir deles.

O Noticiário dos jornais mostra, sem discrepância, a agressividade maior de elementos da UM [Universidade Mackenzie] ou seus aliados, manifestada no uso de armas privatistas do Estado, na ação de elementos bem treinados para a luta e na coordenação dos ataques, que permitiram manter de modo surpreendente a intensidade da ofensiva. Nada disso se verifica quanto aos alunos da FFCL da USP.

O mesmo noticiário revela os estragos catastróficos no prédio nº294, da dita Faculdade; a lesão substancial ao seu patrimônio; a morte e ferimentos de elementos que a ela pertenciam como estudantes ou tomaram o lado destes. Em comparação, registram-se pequenos estragos na UM.

O exame dos depoimentos mostra que da FFCL partiram gestões no sentido de pôr termo aos conflitos, mas nenhuma da UM, mostrando acentuada diferença de atitudes. [...]

Não ficou provada a eventual ligação de estudantes da FFCL com qualquer grupo alheio ao movimento estudantil. No entanto, do relato que fizemos e por declaração publicada de um membro da organização terrorista (J.11), parece fora de dúvida a ligação ou assistência mútua de estudantes da UM e tais organizações. Este fato é confirmado de maneira impressionante por uma reportagem assinada e ilustrada, que a

revista *O Cruzeiro* publica em sua edição datada de 9 de novembro, com nomes, endereços e funções de pessoas que participaram no ataque à FFCL.

A parcialidade das forças policiais, já anteriormente analisada com base nos depoimentos e noticiários na imprensa, indicando verdadeira tomada de partido contra a USP neste incidente, está a exigir maiores esclarecimentos. Ela significa a participação dos agentes legais numa agressão pública, além de omissão do Estado na função precípua de manter a ordem e defender o seu patrimônio.

Publicações de memórias e entrevistas – como *Maria Antonia: uma rua na contramão* (1988) organizada por Maria Cecília Loschiavo dos Santos, dentre outras – estão agregadas ao conjunto da documentação escrita existente referente ao CCC, pois podem ser trabalhadas junto a uma documentação inédita – por exemplo, produzida por meio de entrevistas – para uma compreensão dos desdobramentos da atuação do CCC e de outras organizações paramilitares, terroristas. São entrevistas e relatos de memória produzidos ao longo dos vinte anos após da destruição da antiga FFCL. São registros posteriores aos acontecimentos, os quais podem dialogar com a documentação produzida para presente pesquisa, sobretudo porque alguns “colaboradores” deste projeto participaram da publicação de M. L. dos Santos, como Antonio Candido de Mello e Souza, Franklin Leopoldo e Silva e Lauro Pacheco Toledo de Ferraz. Maria Cecília Loschiavo dos Santos, à apresentação da referida publicação, assim escreveu sobre a significância e simbolismo inerentes à rua Maria Antonia, enquanto “lugar de memória”:

A rua Maria Antonia constitui parte fundamental da paisagem urbana paulistana. Nela estão e estiveram presentes algumas das mais expressivas instituições de ensino e pesquisa do país. A transferência da Faculdade de Filosofia para a rua Maria Antonia, em fins dos anos quarenta, trouxe intensas

transformações para o antigo bairro residencial da Vila Buarque.

Embora esse bairro já sediasse a Universidade Mackenzie, a escola de Sociologia e Política, a Faculdade de Economia, na rua Dr. Vila Nova, mais tarde, em 1951, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, na Vila Penteadão, à rua Maranhão, a ida dos estudantes da Faculdade de Filosofia para a rua Maria Antonia representou quase que uma primeira experiência de implantação de um campus universitário no coração da cidade. Era um verdadeiro bairro universitário, e o saguão do prédio da Faculdade de Filosofia era o fórum fervilhante, o centro nervoso de todas as atividades estudantis de São Paulo. [...]

Toda a riqueza e complexidade das experiências transformadoras realizadas nas diferentes etapas da história da FFCL à rua Maria Antonia, bem como seu compromisso crítico, colocaram-na na vanguarda do pensamento renovador e na trincheira de combate à ditadura: uma rua na contramão. Estes aspectos acabaram criando uma autêntica “mitologia mariantoniana”. O presente volume pretende ser uma contribuição para o conhecimento dos múltiplos significados do espaço da rua Maria Antonia.

Frei Betto, em *Batismo de Sangue: A Luta Clandestina contra a Ditadura Militar – Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito*, ao rememorar os caminhos que percorreu, de cárcere em cárcere, em 1969, notou que estava sendo conduzido não apenas por policiais do DEOPS, mas também alguns rapazes distintos típicos integrantes de CCC's (2001, p. 234):

Ao sermos transferidos de Porto Alegre, o avião da FAB que nos transportava aterrizou na Base Aérea de Cumbica, em Guarulhos. Fomos cercados pela equipe do “Esquadrão da Morte”, comandada pelo delegado Fleury e por jovens de

cabelos curtos que não esconderam pertencerem ao CCC (Comando de Caça aos Comunistas). Desconfio de que eram, de fato, militantes da TFP (Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade).

Considerações também devem ser feitas ao relato de memória, também publicado em 1988, pelo sociólogo e ex-deputado estadual paulista cassado pelo AI-5, Fernando Perrone, que apercebeu intensamente as lutas de 1968 e investigou até onde foi possível a atuação do CCC. De modo singular, Perrone foi um parlamentar atuante junto ao movimento estudantil, que conheceu de perto o CCC e chegou a investigá-lo na Assembleia Legislativa antes do AI-5 (1988, p. 126-8):

Os choques da Maria Antonia tinham raízes que vinham desde 64, na época do golpe, quando o CCC invadiu e empastelou o grêmio da Faculdade de Filosofia. Em 65, o DCE alugou uma casa na rua Major Sertório e eles foram lá, colocaram os estudantes para fora e ocuparam o prédio no tapa. Os membros do CCC eram rapazes bem treinados em artes marciais e recebiam ajuda da polícia. Sempre havia policiais no meio deles. Já o pessoal da Filosofia era despreparado, e a faculdade tinha um grande número de moças.

Depois de 66, os estudantes de esquerda começam a se organizar para a briga e surge a turma da luta armada. Nesse ínterim, um grupo de esquerda – Lauro Ferraz, Antônio José, Jum, Agostinho, Martinelli – venceu as eleições do Centro Acadêmico de Direito dentro Mackenzie. Conquistamos uma cidadela dentro do “território inimigo”. O CCC espumava.

A situação tendeu a se agravar. Começaram os choques dentro do Mackenzie, com socos pauladas, correntadas. Do lado da esquerda, decidiu-se que era hora de resistir. Vinham grupos de defesa não só da Filosofia, mas também do CRUSP, da PUC e outras faculdades. Nesse momento, na Assembleia Legislativa, eu já apontava meus canhões para Esther de

Figueiredo Ferraz, reitora do Mackenzie e protetora do CCC.

Após o AI-5, o CCC se dissolveu. Alguns de seus membros foram trabalhar diretamente na polícia. Outros reverteram para atividades privadas. Há até os que foram para o PMDB e, agora, para o PSDB. Em 68, a revista *O Cruzeiro* publicou uma reportagem sobre o CCC com nomes e fotos de alguns de seus membros. Parece que as fotos foram retiradas do Centro Acadêmico João Mendes Jr., da Faculdade de Direito do Mackenzie. Entre os citados estava Boris Casoy. Mas, embora do Mackenzie e conservador, o Boris não era do CCC. Nos anos 80, quando já dirigia a *Folha de S. Paulo*, ele me falou de sua bronca com o Lauro Ferraz que, segundo ele, teria sido quem o incluiu na lista de *O Cruzeiro*. Garanti ao Boris que não fora o Lauro, que sabia o autor da “maldade”, mas não podia falar. Não sei se o convenci. Boris continua conservador. Foi ele quem apanhou Fernando Henrique na armadilha da “crença em Deus”, que causou enorme prejuízo à campanha do senador, em 84, para prefeito de São Paulo.

Os livros de relatos de memória, ditos *memorialistas*, são parte fundamental para o leitor/pesquisador se aprofundar a assuntos mais subjetivos, muitos dos quais de reveladora intimidade, sobre este delicado momento em que o CCC e grupos correlatos e forças de repressão tomaram à frente no afrente direto às oposições. *Pari passu* a este conjunto memorialístico preexistente, há também a possibilidade de se buscar mais pessoas que colaborem com pesquisas sobre a atuação do CCC e de outras organizações paramilitares, sejam vítimas, perpetradores e testemunhas oculares. Para tanto, a história oral se fez procedimento adequado para a presente pesquisa.

A pesquisa de campo

Procedimentos em história oral

APÓS ESBOÇAR PARCELA DO *CORPUS* DOCUMENTAL escrito preexistente, e reafirmar a dificuldade de pesquisar apenas com este material acima apresentado, deve-se explicar o desenvolvimento do tema, e seus porquês, a partir da história oral. E estes procedimentos, sem se furtarem dos diálogos disciplinares, podem oferecer meios não apenas para a produção documental, bem como aportes analíticos próprios, emanados de outras experiências e leituras a este campo do conhecimento.

Para um entendimento preciso da documentação oral produzida por meio de entrevistas, alguns procedimentos de pesquisa devem ser explicitados. Pesquisar por meio dos procedimentos em história oral é um caminho apropriado no que diz respeito à produção documental. Sua realização pode se limitar à transcrição e análise das informações contidas nas entrevistas gravadas. Porém, o alcance da história oral pode ultrapassar a experiência da entrevista e posteriores análises. Em última instância, para o êxito da história oral aplicada, a devolução pública da produção documental deve ser considerada essencial, porque preocupada com as pessoas diretamente envolvidas com o assunto em questão, no caso, a atuação do CCC.

De acordo com as proposições e práticas desenvolvidas por pesquisadores do Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo (NEHO-USP), coordenado pelo Prof. Dr. José Carlos

Sebe Bom Meihy, a história oral para ser posta em prática depende, *a priori*, da formulação de um projeto de pesquisa. Entrevistas são passíveis de tomarem descontrolados rumos, quantitativa e qualitativamente, se uma problemática e hipóteses não forem levantadas de antemão à realização da pesquisa. Também deve ser definido o gênero de história oral que se encarregue de dar forma ao procedimento, segundo os objetivos da pesquisa. (MEIHY E RIBEIRO, 2011, MEIHY E HOLANDA, 2008; LOPES, 2007; MEIHY, 2005b)

Em termos gerais, a história oral se subdivide em:

- *história oral temática*: proposta objetiva, delineada por perguntas de corte (por exemplo, “o que sabe sobre a atuação do CCC?”, e outras similares);

- *história oral testemunhal*: proposta de cunho político, com ênfase em situações-limites e/ou traumas individuais/coletivos;

- *história oral de vida*: proposta em que a subjetividade é estimulada pelo pesquisador, comportando-se a entrevista como uma narrativa biográfica;

- *a tradição oral*: proposta em que o pesquisador registra e comunga, para além de experiências biográficas, a cultura, o imaginário, as sabenças e usanças “*tradicionais*” de seus colaboradores – condição que se sobrepõe a qualquer caráter cronista do relato historiográfico, grosso modo, “convencional”.

Seria arriscada, senão desnecessária, qualquer tentativa de diálogo entre esses quatro gêneros narrativos de história oral para um projeto de pesquisa acerca do terrorismo e situações-limite e de trauma. A presente pesquisa limitou-se a empregar uma história oral temática, próxima a uma história oral testemunhal mesclada a uma história oral de vida. A operação da história oral temática se inicia com a delimitação de uma *comunidade de destino* (Bosi, 1995, p. 21) que vivenciou uma experiência (no caso, a atuação do CCC). Subsequentemente, fez-se a divisão desta comunidade de destino em *colônias* (basicamente, ex-membros do CCC, vítimas e testemunhas). Nessas colônias – “grupo de pessoas que vivem em comum ou que partem determinadas afinidades ou situações comuns; comunidade”

(Houaiss) – buscam-se entrevistados (denominados *colaboradores*, devido à essencial participação da própria pessoa no processo de produção documental. Os primeiros contatos são denominados *ponto zero*, com os quais se tem a finalidade de tecer *redes* interpessoais, as quais se inserem na respectiva comunidade de destino.

Registrada pelo gravador de áudio, da entrevista se produz uma documentação oral com a intenção de levá-la ao plano da escritura, como forma de inseri-la no debate historiográfico. Este processo de operação da história oral, dividido em 3 etapas, é composto pela *transcrição* (passagem literal do oral para o escrito), pela *textualização* (articulação ortográfica e vernácula do texto escrito), e pela *transcrição* (manutenção do significado no conjunto das mensagens visuais e sonoras para o plano da escrita). As entrevistas, se pautadas por perguntas de corte flexível, podem dar maior liberdade narrativa aos colaboradores. Diversos fatos narrados foram registrados pela grande imprensa da época e em livros de memórias e de entrevistas, de modo que evidências de silêncios e argumentações polêmicas, tornaram-se por vezes patentes – em outras, latentes – tanto nos registros de áudio para a produção da documentação oral quanto nas respectivas entrevistas transcritas e transcriadas.

No presente caso, a comunidade de destino que vivenciou a atuação do CCC se inseria no meio acadêmico, político e sociocultural de São Paulo, em especial da década de 1960 – ou seja, sabem ler e escrever, portanto, conscientes da documentação produzida. E o cuidado com que o presente pesquisador realizou a etapa da transcrição foi crucial para o encerramento de todo o processo de produção documental, seja pelo caráter polêmico do tema em questão; seja pela justa exigência dos respectivos colaboradores se sentirem contemplados com seus respectivos relatos: uma devolução pública somente se sucede a contento se há uma satisfatória etapa de transcrição atestada por cada colaborador especificamente sobre seu respectivo relato; isto é, uma ação conjunta de *validação* da documentação produzida.

Em história oral, denominam-se *mediações* os procedimentos que fundamentam e viabilizam todas estas etapas de trabalho acima

elencadas – seja na confecção das redes de colaboradores, inseridos em suas respectivas colônias que compõem a comunidade de destino; no estabelecimento do *corpus documental*, por meio da passagem do relato oral para o escrito (*transcrição*); ou na devolução pública deste corpus documental e demais resultados obtidos com o desenvolvimento da pesquisa. A finalidade destas mediações conduzem a pesquisa a um conhecimento de caráter público, que, todavia, somente se concretiza com a apreciação e envolvimento dos leitores junto às propostas do texto.

O arquivamento do conjunto da documentação, oral e escrita, proveniente das entrevistas, junto à documentação escrita de época, foi realizado no Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP), laboratório do qual o pesquisador é integrante, desde 2000. Convenzionou-se que as autorizações para a utilização pública das entrevistas, nesta pesquisa, seriam tácitas (uma vez que não qualquer validade jurídica qualquer termo de autorização de uso de imagem, texto e voz), mediante as formas com que o presente pesquisador e os respectivos colaboradores estabelecessem os critérios de posterior devolução pública, seja no arquivamento da documentação oral e escrita, seja em eventuais publicações destes relatos em livros, e periódicos, assim como em colaborações para com as referidas *comissões da verdade* e ações similares em políticas públicas para os direitos humanos.

Para informar os leitores sobre o tempo de produção acadêmica que resultou no presente trabalho, o projeto de pesquisa se iniciou no nível de Iniciação Científica em 2000 no Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP), e se estendeu para o nível de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS-FFLCH-USP) em 2004, com a respectiva dissertação defendida em 2007 – sendo o texto atualizado desde então, para fins de publicação. As documentações, orais e escritas, provenientes das entrevistas, foram produzidas entre os anos de 2000 e 2003. Foram transcritos doze relatos, nos quais foram colaboradores: vítimas, ex-membros do CCC e testemunhas oculares de sua atuação e repercussão, a partir da

década de 1960. Os *Cadernos de Trabalho de Campo*, instrumento essencial em história oral, foram redigidos subsequentemente à realização de cada entrevista. As transcrições das análises e os apontamentos contidos nos Cadernos de Trabalho de Campo foram entregues à Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (FAPESP), bem como todos os relatos transcritos, durante o tempo de bolsa de Iniciação Científica, entre 2001 e 2003 (Processo 01/09643-4). Entre 2004 e 2007, deram-se as primeiras devoluções públicas do trabalho acadêmico em história oral, com apresentações de textos em congressos e publicações de artigos, e a própria defesa de dissertação de mestrado, tempo este que a pesquisa foi fomentada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Apresentação dos colaboradores

Paulo Azevedo Gonçalves dos Santos: “ponto zero” da colônia das testemunhas da atuação do CCC na Faculdade de Direito da USP. Em 1962, foi fundador do Partido do Kaos na Faculdade de Direito, sob inspiração de um antigo colega, o artista pernambucano então residente em São Paulo, Jorge Henrique Mautner. Deste movimento acadêmico, o Kaos, participaram estudantes como João Marcos Flaquer, que seria muito conhecido por sua liderança no CCC, a partir de 1964. Paulo Azevedo faleceu em novembro de 2008. Era advogado e publicitário.

Gustavo Augusto de Carvalho Andrade: indicado por Paulo Azevedo; foi testemunha da atuação do CCC. Afirma não ter sido membro do CCC, ainda que colega de muitos ex-membros. Participou do movimento estudantil de direita, desde o ensino secundário. Deu continuidade à militância estudantil de direita, participando desde seu ingresso na Faculdade de Direito

da USP em 1967. Após o término da vida acadêmica, partiu para advocacia.

Cassio Scatena: indicado por Gustavo Andrade; assume-se como fundador do CCC, em 1963, e tem pleno conhecimento de todas as acusações que são dirigidas a esta organização. Confirma a autoria do CCC na destruição do Teatro Galpão/Ruth Escobar contra a peça *Roda-Viva*, como também a participação do CCC nos acontecimentos da rua Maria Antonia, e no atentado a balas de fuzil contra o CRUSP. Nega sua participação na maioria destes eventos e a existência de uma articulação de um CCC nacional. É advogado.

Percival Menon Maricato: testemunha e vítima da atuação do CCC; foi indicado por Cassio Scatena para oferecer um relato de forma contraposta a de um ex-membro do CCC nesta pesquisa, por ser antigo aluno da Faculdade de Direito e conhecedor dos fatos. Quando militante da ALN, foi preso e torturado por um ex-membro do CCC, Otávio Gonçalves Moreira Júnior, o Otavinho, posteriormente “justiçado” em plena Praia de Copacabana, por uma ação armada de esquerda. É advogado. Em vista da falta de tempo disponível, redigiu o próprio relato – situação *ad hoc* em pesquisas desenvolvidas por meio da história oral.

Lauro Pacheco Toledo Ferraz: indicado por Elaine Farias Veloso Hirata; foi vítima e testemunha da atuação do CCC dentro da Universidade Mackenzie, quando era estudante de Direito e diretor do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito desta Universidade. Teve problemas com o CCC nas eleições para a UEE e para o DA da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie em 1967, e nos acontecimentos da rua Maria Antonia de 1968. Exilou-se em 1969 no Chile e retornou ao Brasil quando da Anistia. Indicou José Roberto Batochio a colaborar com a

presente pesquisa. É advogado e economista. Fundador do Partido Popular Socialista (PPS). Concedeu entrevista a M. C. Loschiavo dos Santos, para *Maria Antonia: uma rua na contramão*.

Renato Leonardo Martinelli: indicado por Lauro Ferraz; foi testemunha da atuação do CCC, pois era estudante de Direito na Universidade Mackenzie. Foi militante da ALN, e esteve presente nos acontecimentos da rua Maria Antonia de 1968. Também se exilou no Chile em 1969 e retornou ao Brasil quando da Anistia. Indicou José Roberto Batochio para colaborar com a presente pesquisa. É corretor imobiliário.

José Roberto Batochio: indicado por Renato Martinelli e Lauro Ferraz; foi relacionado na reportagem da antiga revista *O Cruzeiro* em 1968 como aluno mackenzista presente à destruição da antiga FFCL. R. Martinelli e L. Ferraz o indicaram para que versões se contrapasassem uma a outra. J. R. Batochio nega sua participação nos acontecimentos da rua Maria Antonia em 1968, mas assume que participava do movimento estudantil “conservador” na época. Foi posto como presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie em 1967, sob designação da própria reitora, Esther Figueiredo Ferraz; mas foi deposto pela justiça comum três dias depois. Justifica a escolha da reitora em escolhê-lo por sua “boa conduta” acadêmica, e não por qualquer alinhamento à direita estudantil. Reitera que no decorrer da década de 1970 amadureceu sua atuação política, a qual pode ser verificada com sua gestão na presidência da OAB na época da Anistia, como membro de diversas comissões de Direitos Humanos, e como militante do trabalhismo de Leonel Brizola, no Partido Democrático Trabalhista (PDT). É advogado. Foi deputado federal entre 1998 e 2002.

José Celso Martinez Corrêa: testemunha da atuação do CCC contra o meio artístico; foi indicado, surpreendentemente, também por Cassio Scatena. Era o diretor da peça *Roda-Viva* em 1968. Ainda que não tenha estado presente no dia da ocorrência no Teatro Galpão/Ruth Escobar, Zé Celso sofreu represálias dos militares em diversas localidades do país, como Rio de Janeiro e Porto Alegre – local este no qual a imprensa dizia que um CCC atuava junto com III Exército. É ator, diretor, teatrólogo, e fundador do Teatro Oficina. Atualmente dirige o Teatro Uzyna Uzona.

Gabriel Fernandez Otamendí: “ponto zero” da colônia das testemunhas da atuação do CCC contra o meio artístico e cultural. Membro fundador do Centro Democrático Espanhol, extinto pelo regime civil-militar, Gabriel F. Otamendí participou da elaboração do projeto de construção de um monumento em homenagem ao poeta andaluz Federico García Lorca (assassinado em agosto de 1936). Este monumento (em comemoração aos 60 anos de nascimento de G. Lorca), assinado pelo artista plástico, arquiteto e escritor Flávio de Carvalho (falecido em 1976) foi destruído três vezes pelo CCC em 1969, até ser abandonado durante as décadas de 1970 e 1980 pela prefeitura de São Paulo em um almoxarifado municipal, e “resgatado” por alunos da FAU-USP, no início da década de 1990, em Cotia (Grande São Paulo). Trabalhava como tradutor para uma empresa farmo-química. Tornou a residir na Espanha recentemente.

Franklin Leopoldo e Silva: indicado por Lauro Ferraz; foi testemunha e vítima da atuação do CCC, quando aluno de Filosofia na antiga FFCL. Participou dos acontecimentos da rua Maria Antonia de 1968, na defesa de sua faculdade. Responsabiliza a então reitoria da Universidade de São Paulo tanto quanto o CCC e o Mackenzie pela destruição da Faculdade, devido ao interesse dos altos escalões burocráticos no desmantelamento daquela

instituição de ensino e do cenário político e cultural até então existente na rua Maria Antonia. É professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). Da mesma forma que Lauro Ferraz e Antonio Candido, participou da obra de M. C. Loschiavo dos Santos.

Antonio Candido de Mello e Souza: testemunha e vítima da atuação do CCC. Foi professor da antiga FFCL, e após o AI-5, aposentado compulsoriamente pelo regime civil-militar. Foi indicado por Gabriel Otamendí devido à sua participação também em eventos que homenagearam García Lorca em 1968. Preocupou-se em relatar seu ponto de vista sobre o movimento estudantil da antiga FFCL, os acontecimentos da rua Maria Antonia, e os primeiros anos da Faculdade de Filosofia na Cidade Universitária, forçosamente transferida após a destruição do edifício e destituição do patrimônio por parte das autoridades estaduais. É professor e crítico literário. Também participou da obra de M.C. Loschiavo dos Santos.

Elaine Farias Veloso Hirata: “ponto zero” da colônia de vítimas do CCC. Teve seu apartamento no Conjunto Residencial da USP (CRUSP) atingido por uma bala de fuzil, em dezembro de 1968, quando era estudante de História na antiga FFCL-USP. É professora do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE-USP).

PARTE II

NARRAÇÃO

Paulo Azevedo Gonçalves dos Santos

Data da entrevista: 22 de março de 2003

Tempo de gravação: 60 minutos

João Marcos Flaquer poderia escolher outros métodos. Não precisava aterrorizar, ser do CCC. Já os guerrilheiros não tinham escolha. Ou eles partiam para a luta armada, ou suas vozes não seriam ouvidas. O CCC, à luz dos anos que se passaram, foi no Brasil uma tentativa daquela geração chegar ao poder com uma proposta ultrapassada, equivocada, baseada no catolicismo primitivo, em uma visão escravagista da sociedade que permeia até hoje. Eram quatrocentões...

O COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS NASCEU EM 1962, na Faculdade de Direito da USP, dentro de um partido acadêmico liderado por mim, o Partido do Kaos. Embora líder e fundador do Partido do Kaos, não tive a menor participação na criação do CCC. Na verdade, opus-me vigorosamente à ideia de “caçar” pessoas só por causa do modo delas pensarem; o que não impediu que, em 2002, em um encontro na Estação da Sé, o então candidato a Governador pelo Partido dos Trabalhadores, José Genoíno, ao receber minha manifestação de apoio e indagado por mim se sabia quem eu era, já que me tratava como se me conhecesse, ainda que meio hesitante, afirmasse: “Você não é o

comandante do CCC?”. Claro que não, nem mesmo fui simpatizante do CCC.

Mas que fui amigo do comandante do CCC, João Marcos Monteiro Flaquer, fui mesmo. E durante toda minha vida, a partir dos meus 22 anos, quando ele me procurou para aderir ao Partido do Kaos. Apesar das divergências ideológicas, fui advogado dele no processo de divórcio de sua primeira esposa, e ele, por sua vez, foi meu advogado em uma ação de reintegração de posse. Finalmente, acabamos nos associando, como advogados sediados em um escritório que manteve na avenida Paulista enquanto era vivo, especializado na interposição de mandados de segurança contra empréstimos compulsórios instituídos pelo Governo Federal de José Sarney.

Voltando à fundação do CCC, à minha revelia, ocorrida no interior do Partido do Kaos, vale a pena fazer algumas considerações sobre o que se passava naquela época. Os processos socioeconômicos disparados após o “getulismo”, durante nos anos de 1960 e 1970, período em que participei ou estive por dentro da política universitária (já que estamos numa sigla “tri-literária” – o CCC) podem ser simbolizados pela sigla “JJJ”, significando “Juscelino, Jânio e Jango”. Quando entrei na Faculdade, em 1960, Juscelino, em fim de mandato, ultimava a transferência para o interior do país da Capital da República, como parte do seu “desenvolvimentismo”, conceito no qual então se desdobrava o discurso populista iniciado por Getúlio. Em 1959, Fidel Castro havia tomado o poder em Cuba, e ele era o herói idolatrado pelos estudantes da Faculdade, mesmo com as lições ministradas por professores como Ataliba Nogueira e Pinto Antunes – o primeiro, da cadeira de Teoria Geral do Estado; e o segundo, de Economia Política. Ou seja, o corpo docente era ferozmente conservador, mas os alunos se autoproclamavam “progressistas”, “socialistas”.

Quem entrasse na Faculdade, naquele tempo, passava por um verdadeiro “rito de passagem”, ao cabo do qual saía repetindo conceitos como “A revolução proletária é irreversível!”, “A burguesia está com seus dias contados”, etc. Tanto assim, que os três partidos acadêmicos que encontrei em 1960 – o Libertador, o Renovador e o Independente

– eram grupos com posições marcadamente de esquerda, embora com pequenas divergências, mais ligadas às personalidades dos líderes, do que à ideologia propriamente dita. No ano seguinte, o Libertador já havia desaparecido, restando apenas o Renovador e o Independente, como grupos instituídos e fortes.

Só que esta era a face, digamos assim, “institucional” do pensamento estudantil de então. Em um exame que fosse considerado mais o conteúdo do que a forma, havia três núcleos bem definidos entre os estudantes que cursavam a Faculdade de Direito, de 1960 a 1965, época em que lá estive. Sob esta ótica, os três núcleos mais importantes eram a esquerda, a direita, e a “Canalha” – esta constituída por um grupo que passava o tempo todo jogando dados e bebendo em um antro enfumaçado do velho prédio da Faculdade, que nas festas aprontava grandes brigas, com muita pancadaria gratuita. Brigavam por brigar. Estes eram os três núcleos principais. Havia outros menos importantes; como o Coral da Faculdade; a Atlética; os membros da Academia de Letras; os estudantes comendadores da “Ordem de São Francisco”; e os monarquistas que se reuniam em torno de meu colega de classe, o príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança. Em uma comunidade como esta, a atmosfera reinante era de profunda consciência de uma importância que seus membros se atribuíam, muito acima do que seria de bom senso atribuir. Todos se achavam, mais ou menos, donos do Brasil. Tanto que bom número desses estudantes achavam que, mais cedo ou mais tarde, acabariam sendo presidentes da República; das Câmaras; dos Tribunais Superiores. De fato, muitos chegaram a assumir estes postos. Mas só um chegou a assumir a Presidência da República e, ainda assim, por poucos dias.

Refiro-me a Michel Temer, que substituiu Fernando Henrique, creio que em 1999, quando este foi a Davos, e o Vice-Presidente Marco Maciel também estava impedido. Quando Michel assumiu, era como se nós também assumíssemos um pouco a Presidência da República. A propósito, para ilustrar esta mentalidade, conto o seguinte fato, ocorrido quando Michel foi o Presidente por alguns dias.

Liguei para ele, que praticamente me exigiu que fosse imediatamente a Brasília, como que para cumprimentá-lo, pessoalmente, pelo feito.

Surpreso, antes de embarcar, espalhei, junto a meus contemporâneos que também eram seus contemporâneos na Faculdade, que estava indo a Brasília e que recado eu deveria levar a ele. Conto isto para ilustrar o contexto em que foi possível fundar um grupo como o CCC. Assim, a todos os colegas que eu ia encontrando, eu perguntava que recado queria que eu levasse ao nosso companheiro que havia atingido o posto de supremo mandatário do país, ainda que por período exíguo e limitado.

Um destes colegas, Milton Cícero Novaes Baptista, então procurador de Justiça, falecido, creio que em 2002, provavelmente o mais brilhante moço que frequentou a Faculdade, entre 1959 e 1963, pessoa de palavra elegante, generosa, libertária e inflamada, ao saber que estava indo me encontrar com Michel, disse apenas o seguinte: “Manda o Michel tomar no cu!”. “Por quê?”, espantou. “Porque no momento mais difícil do falecido Décio Bittar (outro contemporâneo nosso), não foi capaz de mover uma palha por ele quando você estava em importante função pública aqui em São Paulo, apesar de ser insistentemente instado a reconhecer o valor humano e profissional do Décio.”

Fui recebido pelo Michel com honras que me deixaram até embaraçado. De uma sala de espera, onde havia inclusive governadores, fui retirado por um oficial da Marinha do Brasil, em traje de gala e conduzido até a sala da Presidência da República, onde Michel me aguardava. Quando me vi a sós, pus-me a saltitar de um lado para outro, tentando imitar o dançarino Gene Kelly, como se estivesse em um palco, diante de sorrisos encabulados de Michel, desde os tempos acadêmicos, sempre vestindo seu terno impecável, também muito formal e discreto.

Aí comecei a passar o recado dos colegas e quando cheguei ao do Milton, não tive dúvidas – devido a esta mentalidade a que me referi ao justificar por que conto este caso em relato sobre o CCC – e

falei: “Quanto ao Milton Cícero, ele te manda tomar no cu...”. “Por que isto?”, perguntou Michel. “Porque você não ajudou o Décio Bittar”, e expliquei completando: “Inclusive, o Cícero mandou dizer que não quer mais conversa com você...” “Mas não conversamos há tanto tempo... E, além disso, nunca deixei de ajudar o Décio”, falou Michel como se estivesse ainda na Faculdade e não ocupando o cargo de Presidente da República. Foi entre pessoas como o Milton Cícero, a vida toda homem de esquerda, como o Michel, que João Marcos Flaquer achou que podia fundar o CCC, em 1962.

Um ano antes, chocado pelas superstições religiosas e preconceitos da direita, intimidado pelo dogmatismo da esquerda e horrorizado com a brutalidade da “Canalha”, dentro da Faculdade e, fora dela, no mundo real, com as violências praticadas contra o homem pelo próprio homem, comecei a falar em “perplexismo dinâmico”.

Minha pregação para angariar adeptos para uma posição de perplexidade diante de um mundo dividido entre duas mensagens filosóficas insatisfatórias, a do mundo dito “livre” e a do mundo “soviético”, iniciava-se à noite e prosseguia pela madrugada afora, na esquina da Barão de Itapetininga com a Praça da República, onde os universitários boêmios se reuniam. Ali aparecia gente da UNE – o presidente Conrado, por exemplo; o Bensaúde, presidente da UEE; e muitos outros estudantes universitários de São Paulo.

Eu exortava todos à perplexidade, como atitude filosófico-política. Mas não podia ser uma perplexidade paralisante. Tínhamos de fazer algo para mudar as coisas para melhor. Por isto, apesar de perplexos, filosoficamente, também devíamos ser dinâmicos, não estáticos. Isso acabou sendo conhecido como “perplexismo dinâmico”. Com o tempo, substituí pelo conceito mais fácil que era o de “kaos”, introduzido pelo hoje conhecido músico Jorge Mautner, que na época era saudado pelo crítico literário Nelson Coelho, como a maior promessa da literatura brasileira. Ele já escrevera três livros em que dizia que vivíamos uma situação de “kaos”, que deveria recusar as propostas de direita e de esquerda, em busca de algo superior que, ele, por não saber ainda o que viria a ser, chamava de “Nova Coisa”.

Aproximei-me de Mautner e, entre outros homenageados, ele acabou me dedicando seu quarto livro “Narciso em Tarde Cinza”. Mautner falava em convocar pessoas do mundo intelectual para participar de um movimento que ele chamava de “Partido do Kaos”. Mais tarde, gente como Caetano Veloso, Gilberto Gil, Jô Soares se diziam membros do Partido do Kaos. Baseado nestas conversas com Mautner, em 1962, em um bar chamado “Saloon”, fundei o Partido do Kaos, em uma festa que rolou “cuba libre”, “rock’n’roll”, o discurso do Mautner e também minhas palavras – estas dirigidas à maioria dos presentes, que eram estudantes da Faculdade de Direito, hoje ocupando posição de desembargadores nos tribunais superiores de São Paulo.

Redigi e distribuí, em 1962, o *Manifesto do Partido do Kaos*. Neste manifesto, eu conclamava a juventude a se rebelar contra tudo que havia; a promover a “sacrossanta arruaça”; e também a realizar a “recauchutagem de Jesus Cristo”, contra a violência de religiões. Dentre os gurus que deviam ser seguidos, eu destacava Marx e Freud. E declarava que o mais urgente era proclamar a Independência, pois aquela proclamada por Dom Pedro I não nos tornara independentes. Apenas nos colocava sob a tutela da Grã-Bretanha que, tempos depois, era substituída pelos “Estados Unidos da América do Norte”.

Foram esses apelos que fizeram João Marcos Flaquer me procurar, e solicitar minha aprovação para sua entrada no Partido do Kaos. Creio que além da “sacrossanta arruaça”, o que atraiu João Marcos era a exortação a que devíamos repudiar o “Grito do Ipiranga” e trocá-lo pelo grito irracional e libertário de um maluco que frequentava a Faculdade, chamado Alvarenga. O “grito do Alvarenga” era mais sincero que o grito de Dom Pedro I. Inclusive, no Partido do Kaos, havia um gritador oficial, o estudante Edson Santos (depois Vice-Presidente da empresa Terpa-Hipertex, uma gigante que atendeu governos e prefeituras do Brasil, em serviços de varrição, limpeza e transporte de lixo). E quem melhor urrava no Kaos era o Edson Santos, mais conhecido como Edson “Anômalo” dos Santos. A exemplo dos integralistas que, ao se encontrarem, erguiam o braço direito e diziam “Anauê”, os membros do Partido do Kaos, da Faculdade de

Direito, quando se encontravam, erguiam os dois braços em “V” de vitória, e davam o urro irracional e louco do Alvarenga.

Talvez tenham sido estes “ingredientes” do Partido do Kaos que tenham atraído João Marcos Flaquer, que mais tarde seria conhecido como o “Comandante do CCC”. João Marcos era filho de um clã de Santo Amaro – os Flaquer – e também da família “quatrocentona” Barros Monteiro. Gostava de esportes radicais: trilha, esqui, caçadas, artes marciais. Foi campeão paulista de jiu-jitsu, já quarentão. Era também um Casanova, conquistador de muitas garotas, pilotando seu carro DKW, cujo ruído do motor lembrava uma panela de fazer pipocas. Gabava-se de ser um rompedor de hímens, proeza então na moda, tendo ultrapassado, como dizia, mais de sete hímens – o mais ilustre desses, aquele que fechava o conduto vaginal da garota loira que conquistou o segundo lugar no concurso de Miss São Paulo.

Este era o João Marcos Flaquer. Não demorava muito em argumentos, quando era confrontado. Ficou célebre na Faculdade sua briga com alguns integrantes da temida “Canalha”; quando, então calouro, foi “convidado” a engolir em um trago só, um grande copo cheio de cachaça. João Marcos, um pioneiro na prática de artes marciais entre nós, informou aos grandalhões da “Canalha” que não aceitava aquele tipo de trote, conhecido como “trote selvagem”. Os truculentos retrucaram que se não bebesse voluntariamente a cachaça, eles próprios a meteriam goela abaixo. “Pois, façam isto!”, desafiou João Marcos. Eles bem que tentaram, porém foram repelidos com furor e muita porrada, a ponto de desistirem de aplicar o trote naquele calouro.

Talvez tenha sido por isso que o único intelectual da “Canalha”, o estudante José Faria Parizi, leitor de Dostoiévski e de autores outros clássicos, apelidou a João Marcos de “Flaquer, o Sutil”. Parizi, que entre o tomar dos copos, discutia os mais variados temas, sabia que, ao debater com ele, caso a controvérsia se tornasse muito exaltada, sempre havia a possibilidade de Flaquer defender seus pontos de vista com murros e pontapés. Por isso Parizi sempre se referia a Flaquer, como “O Sutil”. Jamais dizia: “O Flaquer estava lá no pátio...”, por exemplo. Dizia sempre: “O Sutil estava lá no pátio...”.

Aliás, justiça seja feita. Parizi, que além de ser o único intelectual da “Canalha”, também tinha ideologia. Era de esquerda. E a justiça que lhe deve ser feita é que sua crítica a Flaquer nada tinha de ideológica. Ele também já identificara outro “Sutil” na Faculdade, militante do grupo ideológico do próprio Parizi. Tratava-se de João Paulo Maffei, o “Monstro”, um sujeito quadrado de corpo, sólido, muito pesado e de costumes até mais agressivos do que o Flaquer, que era fino e frequentava as festas da alta sociedade de São Paulo. Por outro lado, Maffei comia pastel em frente à Faculdade e saía, às escondidas, para não pagar. O Kaos lançou minha candidatura à presidente do XI de Agosto, a partir de uma dissidência do Partido Acadêmico Renovador, e João Marcos Flaquer me comunicou, creio que no final de 1962 ou a inícios de 1963, que estavam organizando um grupo chamado CCC. Falei: “O que é isso aí?”. E ele: “Você não viu na bandeira da União Soviética, CCCP?”. que em russo quer dizer alguma coisa haver com Partido Comunista ou Comitê Central. Não sei qual é o significado certo, mas na tradução das siglas para letras vernáculas é CCCP. E continuou: “Estou fundando o CCC sem o P, aqui dentro do Kaos...” E perguntei novamente: “Mas o que é isso?” Explicou-me que era um comando de caça aos extremistas de esquerda, dizendo quais pessoas iriam participar do CCC, entre os quais eu sabia que incluíam antissemitas, etc. E eu novamente: “Não acho isso bom porque parece mais KKK, Ku Klux Klan, do que CCC, Comando de Caça aos Comunistas. Estou contra, de maneira que não vou me comprometer com isso, e tampouco acho que deve ligá-lo ao Partido do Kaos”. Porém eu não podia recusar o apoio do João Marcos porque ele era uma pessoa que dava cobertura, até física, como uma tropa de choque, para eu atuar na Faculdade de Direito, porque a “coisa ali pegava feio”.

Havia uma enorme maquete de madeira que também servia como palanque, reproduzindo o Palácio da Alvorada e montada no Largo de São Francisco. Já estava matriculado no primeiro ano, quando Jânio Quadros, por uma maioria jamais vista, foi eleito Presidente da República. Dois dias depois da suposta renúncia de Jânio Quadros,

subi à tribuna e defendi o alistamento das pessoas, que estavam no largo São Francisco, para pegar em armas e levar de volta o Presidente ao posto do qual ele fora exonerado. Na minha opinião ele não renunciou porque foi expulso. O povo acolheu a manifestação, na qual havia inclusive um governador, Chagas Rodrigues, do Piauí, que estava em São Paulo. Entre o povo, aplaudiu-me; depois subiu à tribuna, e disse que, de fato, era isso mesmo, e que tínhamos de nos rebelar. Não sei se ele chegou a pedir que o pessoal se armasse, mas foi aberto um livro para haver as inscrições daqueles que iam partir para a luta armada e trazer o Jânio Quadros de volta à presidência. Quando me cansei, fui para casa, a Faculdade ficou de plantão; a Sala dos Estudantes, aberta a noite inteira. No dia seguinte, voltei com as mesmas ideias de continuar a luta. O Milton Cícero, na época, disse que deveríamos ir para a Serra do Mar, como o Fidel Castro foi a Sierra Maestra para trazer de volta o Jânio e a legalidade para o Brasil, para que tivéssemos novamente um país, uma instituição. Mas quando cheguei, alguns de esquerda me abordaram, dizendo: “Paulo, se você vier defender a proposta ‘Jânio’, pode cair fora porque estamos com Jango agora!” Falei que o povo estava com Jânio, e perplexo ainda. E retrucaram: “Não, agora o negócio é Jango!” Creio que era a palavra de ordem do Partido Comunista, que chegara a ter um pessoal lá, e vieram me avisar isto. Não quis dar atenção, e entrei e subi a tribuna, quando de lá fui arrancado por um grupo comandado por Ralf Dortmann Stettinger, hoje advogado em Campinas. Colocaram-me para fora da tribuna. Com a chegada de João Marcos ao Kaos e seus métodos, fui mais protegido, e eu poderia divulgar mais meu pensamento que, no fundo, era nacionalista – a única ideologia que eu e João Marcos tínhamos em comum, o nacionalismo, o amor ao Brasil. E foi isso que nos permitiu ficar juntos durante esse período...

Às vésperas da eleição para a presidência do “XI de Agosto”, em 1964, havia três candidatos: eu, pela Frente Acadêmica Nacionalista; João Miguel, pela Frente Única, de esquerda; e Marcelo Cotrim, do Partido de Representação Acadêmica, a direita que se organizou. Fizemos uma prévia rápida. Não sabia se minhas chances

eram de vitória ou não. Segundo a pesquisa feita, estávamos equilibrados, mas perigava de eu perder as eleições e dar a vitória ao Marcelo Cotrim, da direita. Fizemos uma reunião, João Marcos achou que eu devia permanecer no pleito, outros acharam que não. Eu mesmo achava que não deveria dar a vitória ao Marcelo Cotrim, e considerei que se fosse para dar a vitória a alguém, eu preferiria dar ao João Miguel. E foi o que fiz. Renunciei no dia das eleições, dei a vitória ao João Miguel, que pouco depois seria preso, em virtude do golpe de Estado. Tinha ido à Brasília receber apoio e dinheiro do Jango para fazer movimento aqui em São Paulo e, por causa disso, foi preso. Escapei dessa. Acabei sendo interventor no Centro Acadêmico, junto ao Professor Anhaia Melo e outros estudantes das diversas correntes da Faculdade de Direito, inclusive João Marcos Flaquer e Eunício Decrécio, pelo Partido do Kaos.

João Marcos finalmente se desligou do Partido do Kaos, mas mesmo assim continuei acompanhando os passos dele. Antes de se desligar do Partido do Kaos, marchou comigo e alguns estudantes no largo São Francisco, pouco antes do Golpe de 1964, com o Deputado Francisco Julião, das Ligas Camponesas de Pernambuco. Marchamos até um determinado ponto, cantando o seguinte: “Julião, Julião, você é nosso chefe! Vamos fazer a Revolução! Nossa arma é o coração!” E o João Marcos ali cantando com o líder das Ligas Camponesas, um pouco antes do Golpe...

Os métodos do CCC, que acabaram deixando todo mundo contrário a esse grupo, podem ser exemplificados pela participação de João Marcos ainda como membro do Partido do Kaos, antes do Golpe, por volta de 16 de março de 1963, quando o ministro-chefe da antiga Superintendência de Reforma Agrária (subordinada ao Ministério da Agricultura), João Pinheiro Neto, veio fazer uma conferência em São Paulo. João Marcos se articulou com o pessoal do Mackenzie, e decidiram impedir que o Ministro viesse fazer a conferência na Faculdade de Direito. Por outro lado, o pessoal de esquerda, dos sindicatos, também se articulou para garantir a palavra dele. Então poderia haver um embate, no momento que o Ministro chegasse, e

seria à noite a conferência. João Marcos, conversando com o Ênio Araújo – que me foi apresentado pelo próprio, porque um grande amigo dele e um dos principais líderes do Partido do Kaos, e que depois indiquei para diretor do restaurante do XI de Agosto –, chegou e lhe disse: “Ênio, não venha hoje à noite aqui”. E o Ênio: “Mas por quê? Quero ver o ministro do Jango, e participar”. “Não venha porque nós vamos impedir o ministro de falar”, respondeu João Marcos. “Mas como impedir? Isso é um atentado a tudo que significa a Faculdade de Direito. Aqui é uma faculdade da palavra”. João Marcos, ultimando-lhe: “Ênio, não venha, porque senão vou te quebrar a cara”. Aí estava o “Sutil”! O Ênio nunca mais perdoou o João Marcos. Por volta de 1985, 1986, reaproximaram-se, mas nunca mais foram amigos. João Marcos nunca falou comigo desse jeito, nunca me ameaçou. Sempre soube que eu era de opinião contrária, mas nunca me ameaçou. Ao amigo dele não teve coragem de ameaçar.

Foram estes métodos de intimidação do CCC é que o tornaram lendário, como um grupo violento, bem mais violento do que realmente era. Tanto que se acusa o CCC pela morte do Padre Henrique, em Pernambuco. Mas era um CCC nordestino, que nada tinha haver com o CCC de São Paulo, mais civilizado, inteligente. O CCC nordestino era de pistoleiros, jagunços, daquele clima feudal que existe até hoje, naquela triste região brasileira. Aqui não havia isto. O CCC de lá queria se ligar ao daqui, mas suas correspondências e ações não eram francamente apoiadas. Daí que veio a fama de violento do CCC. Em 1968, quando recrudesceram as lutas e o regime acabou se fechando de vez, o CCC realmente comandou muitas ações truculentas, contra a esquerda, que também já estava em armas, como uma espécie de guerra. Do meu lado, eu tinha dentro do Kaos uma pessoa que partiu para a luta armada pela esquerda, o Arno Preiss, que dizia que tínhamos de partir para a luta armada. E eu dizia que não era momento, pois não tínhamos recursos suficientes para isso. Ele acreditava que tínhamos, e acabou sendo morto em Goiás. A pessoa do Arno Preiss mostra que nosso grupo era heterogêneo, porque partiu para a luta armada e é um herói da resistência brasileira. E do lado

de lá, havia o CCC, que queria um Brasil diferente do que a esquerda imaginava, um Brasil de poucos adeptos, do catolicismo supersticioso, o mesmo que deu origem àquela “Marcha com Deus da Família pela Liberdade”, de 1964. Impressionante, nunca pude imaginar que havia tanta gente mal informada no Estado de São Paulo que foi às ruas. Milhares foram às ruas, na Capital e cidades do Interior, e permitiram os militares introduzirem o Brasil nas trevas. O João Marcos estava apoiando essa marcha, e lhe disse: “Não vou, eu sou contrário a isto. Para mim, tudo isso é superstição, são as trevas”. E, de fato, não participei dessa Marcha. Éramos amigos apesar de já bem afastados ideologicamente.

Na minha opinião pessoal, a esquerda como a direita são equívocas, propostas autoritárias. Na década de oitenta, o João Marcos me pediu que o levasse à presença de José Dirceu, pois eu fazia televisão, e era um nome público conhecido naquele tempo. “E o que você quer falar com ele?”, perguntei ao João Marcos, que respondeu: “Quero provar para você que dei um pontapé na bunda dele, a ponto de atirá-lo ao chão, nas lutas de 1968”. E falei: “Você não deu esse pontapé na bunda do Zé Dirceu, porque ele é muito alto. Deve ter sido no Luiz Travassos, Presidente da UNE, que era fraquinho. Mas o que você quer com ele?”, brinquei. No sentido prático, o pedido que João Marcos era de uma união com o PT, algum tipo de apoio para a ANB, Ação Nacionalista Brasileira, grupo de remanescentes do CCC formado depois que foi instaurada a democracia no Brasil. Havia alguns que se reuniam em torno da ANB, acusada pelos mais extremistas, antigos membros do CCC, de ser uma organização fisiológica, cujo objetivo era puro e simplesmente levar seus membros a participar de algum modo do poder. Consegui fazer o encontro, o Zé Dirceu recebeu muito bem a mim e João Marcos. Observando os dois, não me lembro bem do que falaram, e o detalhe que fiquei meditando é: “Como a direita e a esquerda são idênticas? Extremistas de esquerda e de direita, no caso, Zé Dirceu e João Marcos respectivamente, são idênticos”... Eles se confraternizaram, como se fossem grandes amigos. Daí também se explica a amizade entre João

Marcos e Maffei, o “Monstro” da esquerda. Os extremistas são gorilas. O Zé Dirceu é um gorila, evidentemente, mais conhecido e mais preparado do que João Marcos, que tinha uma visão totalmente equivocada da realidade, no meu modo de ver. Mas de qualquer forma, o autoritarismo estava ali com os dois, pelo menos naquele encontro.

As ações do João Marcos foram todas meio malucas. Por exemplo, quando dos tanques a caminho do CRUSP, houve um instante que o João Marcos estava, durante os anos de chumbo da ditadura, comandando o CCC; participando do cerco ao CRUSP (que era feito de madeira). Os militares eram tão enlouquecidos que puseram tanques para intimidar os estudantes, no CRUSP. O João Marcos, inesperadamente, deu ordem de avançar os tanques, que estariam partindo para cima do CRUSP se não fosse um oficial militar sensato que impediu o massacre.

No caso de *Roda-Viva*, João Marcos esteve lá e, fisicamente, não agrediu ninguém. Os mais malucos que estavam juntos agrediram os artistas com a reprovação de João Marcos, porque o objetivo não era esse, mas apenas impedir a propagação de ideias que atentavam à moral, que havia nessa peça.

Ainda sobre o tema da absoluta semelhança entre a extrema-direita e a extrema-esquerda, envolvendo o CCC, é um episódio que ocorreu um pouco antes de João Marcos morrer, falecido, creio em 1998 ou 1999. Parece-me que ele estava muito amargurado com a imagem que se projetou dele mesmo, como um sujeito agressivo e violento, “Comandante do CCC”, e ele não se achava mais isso. De fato, ele não era. Não tinha um conhecimento profundo acerca das faculdades fundamentais, as quais acho que as pessoas têm de saber, como Psicologia, Sociologia, História. Mas era um sujeito esclarecido, não aquele monstro agressivo. Ele mesmo me contou que tentou tirar uma pessoa, de apelido “Baiano”, do pau-de-arara, durante os anos da Ditadura, que ao passar ali por perto, falou-lhe: “João!”. Ao olhar, viu que era um adversário de esquerda no pau-de-arara. Foi falar com os oficiais: “Vocês não podem deixar um homem como o ‘Baiano’ nessa situação. Não tem cabimento”. Disse-lhes como se

pudesse deixar outro homem, que não fosse o “Baiano”. Mas achava que ele merecia respeito, porque era um patriota e não podiam fazer uma coisa como essa. Os oficiais lhe mandaram não se meter na história, embora ele fosse do CCC, porque não tinha que fazer isso. Era uma pessoa que queria corrigir a própria imagem.

O Zé Dirceu foi ao Programa do Jô, e disseram uma série de coisas do CCC, inclusive sobre um ataque, em uma dada ocasião, ao CRUSP. Não este em que João Marcos ordenou o avanço dos tanques como se fosse um oficial, mas outro ataque, no qual o CCC sequestrou uma pessoa. Parece-me que o Zé Dirceu omitiu o fato de que o pessoal de esquerda manteve sequestrado um membro do CCC, o João Parizi, um pintor, um intelectual de direita, respeitado por suas pinturas. Estava acorrentado dentro do CRUSP, quando o pessoal do CCC foi libertá-lo. Não consegui, porque houve resistência, até troca de tiros. Então sequestraram um estudante, e trocaram um pelo outro. O João Marcos queria levar isso ao conhecimento do público, no “Programa do Jô”, porque o Zé Dirceu omitira isso, e por outro lado também havia sua intenção de limpar sua imagem. E veio pedir a mim para que eu falasse com o Jô, por eu ter sido seu companheiro de ateliê, nos tempos que andei me incursionando pela arte pictórica, no ateliê do artista plástico José Roberto Aguilar; e o Jô, que queria ser pintor também, estava por lá. Isso era 1963, 1964, quando ainda eu frequentava esse ateliê. O Aguilar pertencia ao Partido do Kaos, não o de dentro da Faculdade, mas o de fora, liderado pelo Mautner, porque existia essa diferença. Gilberto Gil, Caetano Veloso, todos se diziam do Partido do Kaos, do Jorge Mautner. Como eu frequentava esse ateliê, ali eu conheci o Jô, e fui algumas vezes à casa dele. E depois de um tempo o reencontrei, porque por muitos anos fui publicitário. Fazia uns textos para shows, para a Rhodia, e conheci o Jô Soares desde essa época. O João Marcos Flaquer, comandante do CCC, pediu-me que não queria mais ser o “Comandante”, queria que o povo soubesse que ele não era comandante do jeito que foi conhecido. Pediu-me que pudesse ter direito de resposta ao Jô Soares, e que eu lhe levasse esse pedido.

E foi o que eu fiz. Liguei para o Jô, por volta de 1998 ou 1999, pedindo que entrasse em contato comigo. Ao retornar a ligação, perguntei se lembrava de mim, e o Jô: “Perfeitamente, você é o Paulo Azevedo, e tal.” Foi muito gentil, e travou-se um diálogo, mais ou menos assim, pois digo de memória: “Jô, liguei para pedir que dê oportunidade a uma pessoa que talvez tenha algumas restrições, porque todos falam mal dele”, disse-lhe. “Mas quem é?”, e na sequência respondi; “João Marcos Monteiro Flaquer”. “Não sei quem é”, ainda sem saber de que pessoa se tratava. “O comandante do CCC”, tive de ser mais direto. “CCC? Nossa... Para vir aqui?”, perguntou de modo hesitante. “Pois é. Você atendeu o João Parizi, que era do CCC”, tentando convencê-lo. “Mas ele era um grande artista plástico”, desconversou. “Você atendeu o Zé Dirceu, e ele também acha que deve falar”, mais uma vez argumentei. “Não vejo como trazê-lo aqui, preste atenção, porque nos anos da Ditadura, eu estava voltando para minha casa, e encontrei-a toda pichada de vermelho, escrito CCC. Cortaram a luz. Imagine o meu pânico, o terror que tomou conta de mim”, explicou-se. “Claro, se for uma questão pessoal, realmente acho que você não deve convidá-lo”, fui sincero. “Não é pessoal, isso já passou. Mas eu não acho que ele tem de vir aqui. É melancólico ele dizer que foi comandante do Comando de Caça aos Comunistas. Já imaginou caçar pessoas? Isso é o fim da picada”, pôs-se incisivamente. “Concordo inteiramente com você, mas ele quer dizer que não era exatamente isso. Quer se explicar. Está te pedindo uma chance”, repliquei. “Acho que o melhor para ele é se esconder, e pensar: ‘Esqueçam que fui comandante do CCC’”, Jô Soares, irredutivelmente. Estava em moda nesta época, a máxima, “Esqueçam o que escrevi!”, esta péssima atitude, incoerência do Fernando Henrique. Achou que era momento de o João Marcos ter essa atitude cretina de esquecer o que foi. Disse-lhe que João Marcos queria se assumir: “Não fui exatamente isso! Quero me explicar”. E o Jô Soares: “De forma alguma, aqui não pode. E o que ele fez à peça *Roda-Viva*? E continuei insistindo: “O que ele fez no *Roda-Viva* escapou do controle dele, a agressão aos artistas. Não aprovo o que ele fez de forma nenhuma, mas foi querer

tapar aquela mensagem pífia da peça *Roda-Viva*.” “Qual mensagem pífia?”, Jô questionou de novo. “A peça *Roda-Viva* não existiria se não fosse quebrada pelo CCC. Na verdade, o CCC é o autor, não o Chico Buarque. Só se fala hoje dela porque foi quebrada pelo CCC. É uma peça ridícula, não tem força nenhuma, uma porcaria”, esquentei o debate. “Não é bem assim, é uma peça de circunstância, como as de Molière, Sheakespeare e Sófocles”, defendeu ele a peça. “Só que as de Molière, Sheakespeare e Sófocles estão em cena até hoje”, discordei. Não é bem assim, porque é uma peça ruim. Do ponto de vista cultural, o João Marcos não fez nada de mais, mas do ponto de vista criminal, realmente, ele é responsável pelas agressões, por aquela coisa medonha toda. Para finalizar, ainda tentei: “Mas, ao invés de apenas nós dois discutirmos, por quê não discutir isso em público?”. “Ah, eu não posso e não quero...”, e Jô Soares deu seu ultimato. E mais ou menos acabou por aí. Jô Soares, praticamente, censurou e impediu a palavra de alguém que considera o oposto a ele, totalitário, autoritário. Jô Soares foi totalitário, autoritário, do mesmo modo, e impediu a palavra.

Alguns meses depois, eu assistia ao *Programa do Jô*, quando entrevistava não sei quem; mas o que me marcou foi o seguinte fato, narrado por ele, que teve como personagem um humorista que, há uns dez anos atrás, ainda aparecia na Rede Globo, de nome “Lilico”. Um sujeito moreno escuro, que entrava em cena tocando um surdo e cantando: “Tempo bom/ não volta mais...”. Quando ele parava de cantar, dizia: “Ô menina, estuda aí. Seu pai está se esforçando para você ir para a escola. Viu menina? Vê se estuda, senão vai levar uma paulada na moleira...”. E depois de falar isso, cantava e saía o Lilico, segundo contou o Jô. Era na época em que estavam sequestrando embaixadores, do modo que um dos quais possibilitou a liberdade do Zé Dirceu, que estava preso. Há fotos dele embarcando em um avião, algemado, em troca de um embaixador sequestrado. Havia uma resistência da esquerda à ditadura. Estavam sequestrando embaixadores para que pudesse repercutir suas causas no exterior, mostrar a selvageria que se vivia aqui, e que se respondia com selvageria

também. Não se podia manter um preso como o Zé Dirceu, um homem sem processos, preso por sua consciência, um preso político da selvageria. Quando desta selvageria, respondia-se com outra selvageria, como o sequestro de embaixadores. E o Lilico, que provavelmente não tinha muita noção de política, entrou em cena cantando e depois dizendo: “Ô guerrilheiro, solta o embaixador. Deixa ir para casa, senão vou te dar uma paulada na moleira”. Quando ele chegou em casa no mesmo dia, ou dias depois, encontrou sua cama, roupas, aparelho de som, todos incendiados. Havia um monte de cinzas pela casa, e um cartaz: “E aí Lilico, não vai dar pauladas na moleira da gente não, hein...”. Foram os guerrilheiros que fizeram isso. E o Jô Soares rolava de rir, achava engraçadíssimo a barbaridade contra esse artista Lilico. Lembrei que o pessoal do CCC morria de rir da correria, no dia do *Roda-Viva*... Achavam engraçadíssimos as pessoas correndo lá e cá, fugindo. Foi um ato de violência idêntico ao que se cometeu contra o *Roda-Viva*. Só que o Jô Soares, que se posiciona e vê o mundo acreditando ser um homem de esquerda, acho isso engraçadíssimo. Mas quando estive na pele do Lilico, viu sua casa toda pichada de vermelho. O pânico está até hoje dentro dele. Mas para o Lilico não, podia enfrentar a violência dos guerrilheiros, porque afinal de contas, falou uma bobagem. Mas acredito que não, pois falou algo humanitário: “Solte o embaixador. Deixe-o ir para casa, senão vai levar uma paulada na moleira...” O Lilico era um sujeito afetivo, primitivo, emocional, sofreu essa violência, atitude essa que não tem cabimento, e que o Jô achou uma gracinha. Fica assim, no meu modo de ver, explicado porque essa fama do CCC está além do que realmente foi, não havia esse caráter destrutivo tão grande. O CCC serviu aos interesses da esquerda para que ela justificasse a existência de um inimigo poderoso dentro do país. É aquela velha estratégia: “Invente um inimigo para que haja um grupo que se junte a você para enfrentar este inimigo comum.”

O CCC passou a ser este inimigo, mas era um “dragão sem dentes”. Cite-se a respeito do Padre Henrique. E o que aconteceu com a Cidinha não foi uma ação do CCC, mas de uma pessoa que pertencia

à ala mais extremista e obscura da Igreja Católica – a Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade –, e que era um delegado de polícia e também um membro muito rígido do CCC, o Otavinho. Quando prendeu a Cidinha, não foi uma ação do CCC, e foi depois assassinado pelos guerrilheiros por tê-la prendido. Era um delegado de polícia que cumpria a ordem estabelecida de então, um delegado equivocado por um fanatismo religioso.

Outro membro completamente enlouquecido do CCC, era o Delegado Raul Careca. Este homem, provavelmente, era um psicopata, uma pessoa meio louca, mas não um patriota. O próprio Otavinho, bem mais sadio que ele, apesar de ser um fanático, era uma pessoa de grande coração; uma pessoa que João Marcos, quando falava dele, enchia os olhos de lágrimas. Se o Otavinho não tivesse uma excelente índole, não seria cultuado por toda polícia de São Paulo. Em toda delegacia via-se uma foto do Otavinho. Querer pintá-lo como um monstro, tal como o Raul Careca, é impossível, pois este último era uma pessoa desequilibrada; a ponto de um diretor do XI de Agosto que veio depois do Golpe de 1964, Carlos Eduardo de Azevedo Francischini Vecchio – porque um outro presidente assumiu durante o “pega pra capar” de 1968 – teve uma arma apontada em suas costas pelo Raul Careca, dizendo: “Não se mova, porque você é presidente do XI de Agosto...”. O Otavinho, presente naquele momento, correu em direção ao Raul Careca, e falou: “Solte este camarada, não tem nada a ver, ele é presidente do XI de Agosto...”. E o Raul Careca: “Quando estou em ação, não costumo voltar de mãos abanando!” Houve uma discussão entre os dois, e nesta predominaram os argumentos de Otavinho. Quer dizer, “a civilização falou mais alto!”, senão o Vecchio poderia ter tomado um tiro nas costas. Tempo depois, o Raul Careca pegou um jovem que estava rindo dele, deu-lhe um tiro na cabeça e o matou. Isso foi um crime do CCC ou do Raul Careca? É óbvio que foi um crime do Raul Careca. Estes assuntos todos carecem de uma organização, e por isso neste meu relato estou apresentando fatos que chegaram ao meu conhecimento. Era um soldado à paisana o jovem que foi assassinado pelo Raul Careca.

Foi aberto um Inquérito Policial Militar para saber quem era o culpado, e a família do soldado na ocasião me procurou, esperei a cópia do IPM para estudar e ver o que se poderia fazer, mas acabaram não mandando. Minha participação foi nenhuma nesse episódio, a não ser conhecer a maneira como o jovem foi morto. Foi algo ridículo, pois o Raul Careca achou que estava rindo dele.

Os propósitos do CCC eram equivocados desde o início. Quando de sua fundação, cheguei a ir em uma reunião na qual o João Marcos queria me conquistar. Quando cheguei lá, vi em cartazes colegas de esquerda na parede enforcados pelo João Marcos, e falei: “Estou fora disso, não vou enforcar ninguém. Pessoalmente, comungo com muitos pontos da esquerda. Serei enforcado aqui também”. O João Marcos, que era muito meu amigo, compreendeu meus argumentos, mas dizia que eu deveria entrar porque o ponto de vista dele era meu, e que em realidade queria coibir os mais violentos. Dizia ele: “A minha ideia é que você me ajude a impedir esse pessoal psicopata aqui de dentro”. Eu respondia que nunca iria conseguir. Certa vez, insistiu tanto que fui em uma reunião da ANB. Mal abri a boca para dizer que era contra os extremismos, que tínhamos de ser brasileiros, nacionalistas mas a favor das propostas modernas, sabendo que o mercado era uma entidade que poderia se tornar totalitária e algo que não se deveria confiar, falando bem do pessoal da esquerda e do Lula. O João Marcos em um dado momento começou a me chutar a perna e me tirou da reunião: “Paulo não é possível você continuar na reunião, porque tem um fulano que é delegado de polícia. É melhor você não falar mais nada ou até se retirar”.. Estava a ponto de levantar e me agredir, este delegado. Esse homem não sabia falar, apenas bater. Era este tipo de gente que acolhia o chamado CCC e a ANB, contra a vontade do João Marcos, que era mais ou menos um refém da própria criatura que inventou.

Quando houve a democratização, soltaram uma bomba no Estadão e começaram a dizer que foi o João Marcos. O Airton Soares, colega nosso de Faculdade, dizia que foi ele. O João Marcos foi à televisão, aos jornais, dizendo: “Não fui eu que soltei, não tenho mais

nada haver com isso. Sou contra isso, e pela democracia”.. Não adiantava. O Airton dizia que era o João, e por coincidência ligaram para a casa de um tal de Ghisis Flaquer, que estava relacionado com a bomba do Estadão. O João Marcos carregou esse inferno a vida inteira, de modo que pouco antes de morrer, pediu uma palavra, uma chance, e infelizmente, o Jô Soares não deu. Porque as pessoas têm direito de confessar seus equívocos: “Eu me equivoquei, eu não queria isso, criei algo que escapou ao meu controle.” Na verdade, o CCC foi muito mais uma sigla do que propriamente uma organização. Alguns malucos, psicopatas, doentes, cometeram excessos em nome do CCC, e o João Marcos, que tinha esse idealismo com o CCC, foi vítima da própria sigla, que acabou servindo aos interesses da esquerda, como no caso do Airton, acusando-lhe sem provas que o João Marcos tinha soltado a bomba no Estadão. Isso foi por volta de 1985, ou 1986.

O célebre intelectual da “Canalha”, José Faria Parizi, popularizou na Faculdade a figura de Onan, aquele que na História ou na Mitologia se masturbava. Em certa ocasião, João Marcos chegou a ser candidato a deputado. Na ocasião pedia o apoio de monarquistas, do pessoal da Faculdade, e tinha o apoio da TFP, porque isso interessava para votos. Em um belo dia, quis fechar de vez o apoio da TFP, e vieram a falar tais elementos: “Infelizmente, não podemos apoiá-lo porque você se divorciou”.. No mesmo instante, João Marcos colocou os “caras” para correr do escritório, sob a ameaça de agressão física, gritando: “Filhotes de Onan, filhotes de Onan!”, referindo-se aos camaradas da TFP, que eram castos, e por isso eram obrigados a se masturbar. Essa personalidade de João Marcos Flaquer nunca ficou conhecida. Ninguém nunca soube disso. Sabe-se que o CCC teve elementos que hoje ocupam posições na sociedade, e por isso que a esposa do João Marcos, certa vez, quando disse a ela que iria prestar um relato sobre o CCC, ela não aceitou porque havia pessoas muito importantes, que estavam em postos-chaves, que eram do CCC, inclusive que tinham guardado em suas casas, fardas do CCC. Houve uma época que pelo menos uma facção do CCC fez fardas, pois era um grupo que se pretendia paramilitar. Aliás, o João Marcos era

amigo de dezena de militares e seguramente era um militar frustrado. Nunca deveria ter ido à Faculdade de Direito, mas à Academia Militar. Esperava que lá ele não se tornasse um extremista, um nacionalista fanático, uma pessoa favorável ao fechamento do regime.

Uma vez lhe perguntei: “Você é favorável à tortura?” E ele me disse: “Imagine que uma cidade inteira vá ser asfixiada por um gás letal. Prende-se um dos suspeitos que está organizando o espalhamento desse gás nessa cidade. Teria que perguntá-lo onde está a bomba. Você torturaria esse cara, para que ele mostrasse onde está a bomba?” Fiquei refletindo; e no entanto, como se tratava de uma hipótese irreal, era algo que eu teria de fantasiar que teria em minhas mãos, sob meu controle um membro de organização terrorista prestes a matar centenas de milhares de pessoas com um gás letal; perguntar onde está a bomba, a fonte do gás, e tomar uma atitude para salvar essas centenas de milhares de pessoas. Está aí uma pergunta que sinceramente só é possível responder a partir de um fato concreto. Sou visceralmente contra a tortura, porque tentar submeter uma pessoa; infligi-la dor e sofrimento são algo de tamanha covardia, como a ideia e o ato de matar inocentes com gás – mesmo que não tenha se realizado.

O ato presente de torturar me repugna a ponto de jamais autorizar a tortura de ninguém: “Vamos impedir que a bomba exploda. Não vamos deixar que chegue a essa situação, nem permitir que a revolta seja tão grande a ponto de soltarem bombas, de quererem matar inocentes. Faremos uma organização que permita a todos se sentirem respeitados, para que não haja mártires como assistimos no dia 11 de setembro de 2001, e tampouco o massacre que atualmente estamos assistindo, com esse terrorismo que os Estados Unidos estão fazendo, que é infinitamente superior àquele que sofreram”. Um terrorismo extremamente covarde, mais que aquele que perpetraram contra as “Torres Gêmeas”. Foi covarde porque pegaram as pessoas desprevenidas, mas pagaram caro e com a própria vida. Porém, os canalhas que estão hoje atrás de máquinas sofisticadas, computadores, matando as crianças do Iraque? Que tipo de covardia

é essa? Que tipo de terrorismo é esse, extremamente superior, mais violento? Esse tipo de discussão eu sempre tinha, com frequência, com o João Marcos. Eu sempre me posicionava contra a violência, ele sempre dizia que uma pequena violência é necessária. Pequena? Pequena como? A pequena violência termina no que está acontecendo com o Iraque. Por incrível que pareça, em nome da liberdade e da democracia estão matando as pessoas hoje, no momento que estou gravando, no dia 22 de março de 2003.

É uma questão a se pensar. O que foi o CCC? Jovens da década de sessenta, que queriam atingir o poder com uma proposta equivocada e com métodos equivocados. O que foram os guerrilheiros de esquerda, daquela época? Jovens com uma proposta extremamente mais baseada na realidade, com iguais idealismos, mas com métodos que não poderiam ser outros. João Marcos Flaquer poderia ter escolhido outros métodos. Não precisava aterrorizar, ser do CCC. Poderia escolher outros métodos, já os guerrilheiros não tinham escolha. Ou eles partiam para a luta armada, ou suas vozes não seriam ouvidas. O CCC, à luz dos anos que se passaram, foi no Brasil, uma tentativa daquela geração chegar ao poder com uma proposta ultrapassada, equivocada, baseada no catolicismo primitivo, em uma visão escravagista da sociedade que permeia até hoje. Eram “quatrocentões”...

Gustavo Augusto de Carvalho Andrade

Data da entrevista: 22 de maio de 2001

Tempo de gravação: 45 minutos

O CCC, além de não ser um grupo paramilitar uniforme, como foi o MAC e o FAC, era o mais irregular destes grupos; era um grupo de irregulares.

INICIEI MINHA PARTICIPAÇÃO ATIVA E SISTEMÁTICA na política estudantil em 1962, quando estava na quarta série do ginásio. Naquela época, creio que posso me rotular como “liberal, mais ou menos vitoriano”. E dentro desta divisão de esquerda e direita, que hoje em dia são mais jargões jornalísticos para facilitar a classificação e rotulação das pessoas, acho que me classifico à direita, à medida em que sempre fui um não marxista. Então se classifico na esquerda os marxistas, protomarxistas, neomarxistas; e classifico os não marxistas e antimarxistas de qualquer matiz na direita, sempre fui de direita porque jamais fui marxista.

Em 1963, a delegação de Guarulhos, onde eu estudava, propôs meu nome para integrar a chapa para a UPES – União Paulista dos Estudantes Secundaristas. Nessa época, a questão política estava fervendo, pois já tinha ocorrido com a renúncia do Jânio, em 1961, uma divisão grande entre a esquerda e a direita. Alguns dos partidos políticos que apoiavam o Jango, como o PSD, tinham uma ala extremamente

conservadora, que depois de um ano e pouco resolveu não apoiá-lo mais, e passou a conspirar com a UDN. Em São Paulo, o Adhemar de Barros quando assumiu, em outubro de 1962, ganhou fazendo campanha violenta contra o Jango; prometendo uma reação; e isso refletia no ambiente estudantil. O Congresso da UPES de 1962 havia se realizado em Santos, com uma dificuldade enorme para os estudantes que não eram vinculados à esquerda. Em 1963, o Congresso foi realizado com intervenção da UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas –, que era nitidamente comprometida com o João Goulart. Até mesmo o presidente da UBES saiu do país em 1964, juntamente com o Jango. Houve um pedido de diversos matizes dos não comunistas ao Adhemar, para que, inclusive, não se deixasse realizar o Congresso da UPES de 1963, do qual eu participei como integrante de uma das chapas. O Adhemar, na época, disse que nós tínhamos obrigação de fazer política. E ele como era um antiudenisista, lembrou que a UDN sempre queria a coisa muito fácil, mas que nós também tínhamos de reagir aos comunistas fazendo política. E permitiu que o Congresso se realizasse.

O Congresso se realizou, os liberais se uniram ao Centro Latino Americano de Coordenação Estudantil, o CLACE, um movimento, dentro do movimento secundarista, mais à direita que havia então, com os quais os liberais não se uniam sempre. Mas levando em conta que em 1962 já havia se delineado um encontro da JEC – Juventude Estudantil Católica – com a esquerda secundarista mais ideologicamente marxista, e por isso não conseguimos fazer acordo com ela, os liberais se uniram ao movimento CLACE, e apresentaram uma chapa da qual, como não se votava em chapa fechada, somente se elegeu uma pessoa que era, inclusive, integrante do movimento de CLACE.

Já nesta época, falava-se bastante em MAC – Movimento Anti-Comunista –, e FAC – Facção Anti-Comunista. O MAC era um movimento mais carioca, com quase nenhuma ramificação paulista; e o FAC, sabidamente apoiado pelo Adhemar, que, desde que assumiu o governo do Estado, estava se preparando para enfrentar os “vermelhos”.

Mas o Adhemar não financiou o meio estudantil secundarista. Ele se recusou a proibir o Congresso da UPES sob intervenção da UBES. Deixou correr, não houve intervenção policial, e nós perdemos a eleição. Aí veio o movimento de 1964, os nomes do FAC e do MAC apareceram muito mais naqueles primeiros meses, mas depois perderam sua força de estar presentes nas conversas estudantis. Muito mais pesado que MAC e FAC em São Paulo, no ambiente estudantil, era o IBAD e o IPES, que eram entidades de formação de lideranças, de estudos. Dizia-se que, sem dúvida, o IBAD se envolvia com muito dinheiro americano, e o IPES, talvez com um pouco desse dinheiro. Mas depois de 1964, estes institutos também se esvaziaram.

Durante a época que fiz o colegial, entre 1964 a 1966, aqui em São Paulo, capital, no meio estudantil secundarista já não havia mais movimento de direita articulado. Como a esquerda mais radical não tinha assento em nenhuma entidade estudantil, porque elas estavam na clandestinidade, nestes três anos, salvo passeatas e coisas desse tipo, não tiveram uma participação política maior os não comunistas, até porque se retraíram. Maior parte dos que se consideravam liberais não concordavam com o regime militar, mesmo porque tinham uma vinculação ou outra com as lideranças civis: fosse com o Carlos Lacerda, o Adhemar de Barros, ou qualquer outro tipo de compromisso ainda que não com políticos marcadamente de mandatos eleitorais. Retraíram-se porque se sentiram mais ou menos na situação de ter colaborado, entre 1962 e 1964, para que a derrocada do Jango ocorresse. A maior parte era contra o regime militar, porque era formada por liberais, mas também sem querer dar o braço a torcer e sempre esperando para ver se marcariam eleições. Depois que o marechal Castello Branco desmarcou as eleições de 1965 e editou o Ato Institucional nº2, extinguindo partidos políticos, essas lideranças ficaram quietas.

Em 1967, na Faculdade de Direito no largo São Francisco, onde eu havia entrado e fiz o meu primeiro ano, tomei conhecimento do CCC – Comando de Caça aos Comunistas. Fiz o Bacharelado no largo São Francisco durante sete anos. Na sequência, iniciei o curso de

Doutorado – não me inscrevi para fazer o curso de mestrado, inscrevi-me para cursar diretamente os créditos de doutorado. Então eu fiquei na Faculdade de Direito por 11 anos seguidos. E vi as ações do CCC na Faculdade de Direito quando havia as assembleias, e a participação deles em grupos diversos, para as eleições do Centro Acadêmico XI de Agosto. As pessoas que eu vi na Faculdade de Direito foram sempre estudantes da própria faculdade, e estudantes do Mackenzie. Pelo que me foi dado a ver, o CCC – tenho convicção do meu ponto de observação – foi basicamente um movimento de estudantes do Mackenzie e da Faculdade de Direito do largo São Francisco – com uma liderança da Faculdade de Direito. Poderia haver correspondentes em outros cantos do país, mas eu acho que era uma coisa marginal. Na Faculdade, de fato, os que apareciam eram da própria escola e do Mackenzie, o que era fácil de identificar porque São Paulo naquele tempo era menor. Não havia a Metropolitana ainda, as faculdades de Direito eram a PUC – a “Católica”, como a chamavam na época; o Mackenzie; e o largo São Francisco. Todo mundo prestava vestibular para todas três. Então se conheciam. Lembro, por exemplo, do pessoal da minha geração de colégio que não entrou na Faculdade. Entrou na PUC e no Mackenzie. E era assim, havia um pessoal que aparecia na Faculdade de Direito e a gente sabia quem era.

Nunca vi um estudante da PUC envolvido no CCC, muito embora a PUC tivesse o PIL – Partido Independente Liberal –, antimarxista, do mesmo modo que a Faculdade de Direito tinha um partido liberal antimarxista que era o PRA – Partido de Representação Acadêmica –, o qual jamais se uniu ao CCC. Talvez, não porque algumas lideranças do PRA não achassem que isso poderia ser interessante, mas porque o CCC jamais quis uma união com os liberais. O CCC era formado basicamente por conservadores, e a impressão que eu tenho, diria que por volta de 80 por cento eram conservadores, 20 por cento ideólogos, a maior parte fascistas, ditos “fachistas”, como os italianos. E quero marcar bem: conservador é uma coisa, fascista é outra coisa, e nazista é outra coisa. Nazista, se houve, havia um ou outro folclórico; “fachistas”, havia alguns, com convicção na doutrina

de Estado fascista. Mas 80 por cento deles eram conservadores e anticomunistas. Nessa época, MAC era uma coisa praticamente inexistente em São Paulo; ouvia-se ainda falar do FAC. Mas a impressão que tenho é de que os estudantes universitários do Mackenzie e do largo São Francisco – no Mackenzie havia muito mais elementos ligados ao FAC – acabaram todos formando juntos o CCC.

Eu jamais participei do CCC por uma razão: tinha algumas afinidades com eles – não todas, embora, algumas –, mas não participei porque a prática política sempre me encantou; e a prática política é uma dialética extraordinária, cativante.

A prática política do CCC era muito limitada. O grupo agia com força, mas com um complexo de inferioridade, se posso dizer assim, de achar que eles jamais poderiam enfrentar a esquerda no campo das ideias, o que é complicado, porque o CCC teve elementos brilhantes nos quadros deles, elementos que tinham condições de, em debate, enfrentar qualquer bom debatedor de esquerda, e de fazer uma prática política que não fosse marcada só pela presença física. E o CCC, para mim, começou a esmaecer na medida que essa geração a qual o tinha formado, no início da década de 1960, quando o Jango já estava em pleno confronto com a sociedade “liberal-conservadora” do país; obviamente com a “ultraconservadora”; e a direita extremada, que eram muito pequenas. O confronto do Jango foi muito mais – haja vista a passeata da “Família com Deus pela Liberdade” – com uma classe “liberal-conservadora”. Digamos assim; liberais de início de século que na década de 1960 seriam conservadores. Foi esse o confronto do Jango com a sociedade “liberal”. Os da extrema-direita eram grupos pequenos.

O CCC poderia ter encarado a política no campo da ideias e não tanto na presença física, porque tinha ideólogos excelentes mesmo dentre os conservadores. Tinha bons ideólogos conservadores, mas havia alguns que adotavam grande parte da ideologia fascista, que eram e são excelentes ideólogos. Mas esse pessoal entrou, mais ou menos, nessa época que começou a se formar a reação contra o Jango, e criou o CCC. E esse pessoal estava nas universidades,

principalmente no largo São Francisco e no Mackenzie. E à medida em que eles foram saindo, o CCC foi se esmaecendo. Tenho para mim que, em 1973, o tamanho do CCC era de 10 por cento do que ele tinha sido entre 1966 e 1971. Em 1974, quando o Geisel assumiu o governo, o CCC, praticamente, já não existia. Pode ser que, marginalmente, o CCC tenha tido alguma vinculação – mas não estreita e sim um problema de simpatias dirigidas para o mesmo lado político – com alguns elementos dos órgãos de segurança, mas jamais institucional. Tenho certeza. Inclusive, os órgãos de segurança viam com reservas certas ações.

Em 1970, um pessoal do CCC, pretendendo dar um cunho mais ideológico ao grupo, fundou a CRUNA, a Cruzada Nacionalista, porque os ideólogos do CCC acabaram impondo uma ideologia nacionalista aos conservadores. Sabidamente, conservadores não são nacionalistas. Mas a “direita” do CCC era violentamente nacionalista, tentou fundar a CRUNA, e aí mostrou a inabilidade política. Esse pessoal fez a solenidade de inauguração da CRUNA, registrou estatutos e tudo mais em cartório, mas organizou uma solenidade no dia em que o Brasil jogou na Copa do Mundo com o Uruguai. Ora, todo brasileiro estava esperando aquela vingança de 20 anos da Copa de 1950. Foi à noite, na mesma hora do jogo, televisionado diretamente – já com televisão em cores –, e não apareceu ninguém, salvo os mesmos na inauguração da CRUNA. E no dia seguinte, os órgãos de segurança chamaram os líderes desse movimento e mandaram encerrar a CRUNA. A ligação com os órgãos de segurança não era como se pensa. O pessoal fez um negócio bonito com a CRUNA, convites caros, bandeiras e tal. Mas os órgãos de segurança mandaram fechar.

O CCC se vinculava, mais ou menos, com a TFP, e este “mais ou menos” vem por conta do puritanismo sexual da TFP, que não casava com 95 por cento dos membros do CCC, os quais eram pessoas saudáveis. Mas havia alguns vínculos: pouquíssimas pessoas que faziam parte do CCC e da TFP. Tanto que a TFP não costumava aparecer como TFP nas ações políticas do CCC, na Faculdade de Direito.

De vez em quando, a TFP aparecia como TFP mesmo na Faculdade de Direito, para organizar algumas campanhas, basicamente feitas por alunos da Faculdade que eram “teéfepistas”. Mas naquelas assembleias do “XI”, às vésperas de eleições, durante as campanhas políticas internas da Faculdade de Direito, não havia nenhuma junção. Eu nunca vi as bandeiras da TFP junto com o pessoal do CCC; jamais. Talvez até porque para alguns da TFP, o pessoal do CCC não cumpria certas exigências de comportamento. E à medida que foi saindo da Faculdade esse pessoal que, por volta de 1962 a 1964, fundou o CCC, este se esvaziou. Simplesmente se esvaziou.

Por exemplo, na ação do Mackenzie, em 1968, ficou muito claro: o CCC não tinha o apoio de órgãos políticos. Eu já ouvi o argumento de que tanto tinha, que guerreou na rua com o pessoal da Filosofia sem o governo intervir. Mas o governo não deixou de intervir no caso da briga da rua Maria Antonia para ajudar o CCC porque ele fosse mais forte. Deixou de intervir por um erro lastimável de noção de obrigação de governo. Do mesmo jeito que morreu um estudante, amigo do pessoal da Filosofia, poderia ter morrido um membro do CCC, porque todos deram tiros, jogaram pedras e tinham algumas armas de ambos os lados. Não houve intervenção da polícia nem de um lado, nem de outro.

Tenho ouvido falar da violência do CCC. Os atos de violência do CCC que a mídia divulgou na época, e que até hoje divulga, principalmente por aqueles que eram universitários no fim da década de 1960, foram atos para mim de nenhuma violência, perto da violência que sempre marcou as atividades acadêmicas dos estudantes do largo São Francisco, da Faculdade de Medicina, e da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

O incidente do Teatro Ruth Escobar quando acontecia a peça *Roda-Viva*, que, por sinal, já tinha sido causadora de alguns incidentes dentro do próprio teatro com algumas pessoas de idade e tudo mais, que não gostaram do modo da peça. Aquilo que aconteceu no teatro – eu vi o teatro à noite em que isso aconteceu – foi brincadeira perto de qualquer pancadaria que havia no restaurante do Centro

Acadêmico XI de Agosto, por causa do jogo de crepe. E quero dizer que foi “incomparavelmente” menor – friso o advérbio “incomparavelmente”, uso-o de propósito porque não tem comparação.

O jogo de crepe do “XI” gerava certos tipos de briga, e a gente tem notícia de que isso acontecia também na Politécnica. O que houve no Teatro Ruth Escobar não foi nada, comparado a isso. O fato de dar um tiro numa lâmpada de apartamento do CRUSP não quer dizer nada. Na Faculdade de Direito, em época de festas juninas, colocavam-se bombas – e sem nenhum intuito ideológico – de uma potência cavalgar, de quebrar vidros, vasos sanitários, e derrubar portas de banheiros. Isso vem de sempre. Ou seja, nessas três unidades da Universidade de São Paulo, o padrão de comportamento destas, o de violência, sempre foi absurdamente maior do que aquilo que havia na FFCL, na ECA – então recém-criada –, e nas demais unidades de ensino. Mesmo em outras um pouco mais isoladas, como a FEA – Faculdade de Economia e Administração, anteriormente Faculdade de Ciências Econômicas –, não tinham esse padrão. Isso fazia parte do dia-a-dia. Tanto que não é de se estranhar que um aluno há três ou quatro anos atrás tenha morrido no trote da Faculdade de Medicina; porque, como na Faculdade de Direito, os trotes eram violentíssimos, muito violentos mesmo. Tivemos sorte de nunca ter morrido alguém, mas na Medicina houve o extremo azar de morrer uma pessoa. Sempre foi um padrão de comportamento diferenciado. Os jogos do XXXIII de Agosto, por exemplo, entre a Faculdade de Direito e a Faculdade de Direito da Universidade Católica, viravam pancardarias que qualquer dessas ações imputadas ao CCC, de fato, foram brigas de criança no curso primário.

À Faculdade de Direito havia tradicionalmente a “Canalha Acadêmica”, que vem desde o século retrasado – pois estamos no século XXI –, e passou por diversos nomes. A partir do fim ou durante – eu já não posso precisar – a época da resistência acadêmica à ditadura do Estado Novo, ou se foi logo após, no início da década de 1950, assumiu-se este nome e o manteve até meados da década de 1960, quando ela começou a ter diversos outros nomes. O mais forte deles

foi o chamado “Grupo 2”, assim chamado porque o pessoal se reunia e gostava de ir ver jogos de futebol do grupo 2 no Pacaembu, quando o Pacaembu tinha grupo 1, 2, 3 e 4. Era um local privilegiado, para se assistir jogos de futebol. Passou-se pelo “CCO” – Comando de Caça ao Oligofrênico. Teve, inclusive, um time de futebol chamado “Medalhão D’Oiro do Córrego do Eral Florido”, cujos jogos terminavam todos em uma pancadaria brutal. Passou-se pelo “Sindicato” também, que foi um grupo que se sucedeu ao “Grupo 2, na medida em que o pessoal do “Grupo 2” foi saindo da Faculdade. A “Canalha” congregava pessoas de todos os matizes ideológicos, da extrema-esquerda à extrema-direita, e sempre conviveram muito bem.

O “Grupo 2”, por exemplo, desentendeu-se com a Igreja porque realizava “missas negras” no pátio da faculdade. De vez em quando, a mídia noticiava e os padres do convento, ali vizinho, ficavam loucos da vida. Não porque tivesse alguém no “Grupo 2” especializado em satanismo, porque não tinha. Tinha gente especializada em fazer esbórnias mesmo, e da melhor qualidade. E muito comum nesses grupos, principalmente no CCO, eram as “simuladas”, uma tradição que também vem com o largo São Francisco, desde o século XIX, de simular uma situação na qual poderia ser, na maior parte das vezes, briga; e os idiotas que entravam no meio para apartar, apanhavam. Simulava-se uma briga generalizada, e vinham os apartadores – aqueles que querem a paz da humanidade – e todo mundo apanhava. Ou então se fazia isso em frente ao largo São Francisco. E a população, às vezes, ficava indignada, quando se pegava um pequeno para apanhar, de físico “desvantajado”, para exatamente gerar o repúdio dos transeuntes contra aqueles que estavam batendo nele. Quando começava e aquilo ficava feio, o pessoal parava e ria de circunstâncias; algumas vezes os circunstâncias brigavam. Houve uma dessas em 1968 no largo São Francisco: os circunstâncias eram muitos, e os que estavam ali a troco da esbórnias solta eram poucos. Correram para dentro da Faculdade e os circunstâncias quiseram invadir a Faculdade, e o Alfredo Buzaid – que era o Diretor – teve de fechar a escola. Essas ações, essas esbórnias acadêmicas que fazem parte da tradição

acadêmica desde a fundação da faculdade em 1827, implicavam numa violência incomparavelmente maior do que se viu em qualquer coisa do CCC. E nesse ambiente, se for comparar, de novo falando do que houve no Teatro Ruth Escobar, ou dois tiros para cima que o pessoal do CCC deu durante a tomada da Faculdade de Direito, em junho de 1968 – na qual não quebraram vidros nem atiraram em ninguém –, tudo isso é pouco. E para ver o ambiente de “camaradagem” que unia dentro desses grupos sucessores e desmembrados da “Canalha Acadêmica”, houve um caso em que até acabou ocorrendo uma morte – quero fazer um parêntese, eu tomei a Faculdade de Direito.

Eu havia proposto à direita que tomasse a Faculdade de Direito depois da tomada da Reitoria da Universidade, porque se não ela seria tomada pela esquerda. A Faculdade de Direito foi tomada pela “Canalha”, que, uma noite, após o jogo de crepe, como não tinha o que fazer, ia sair da faculdade, tomou, e iria abandonar. E o então presidente do “XI”, em uma ação política até totalmente insuspeita em se tratando dele, até porque ele não era nenhum líder de grande qualidade na época, havia sucedido um extraordinário líder que era o Aloysio Nunes Ferreira – esses nomes eu vou falar porque estão registrados – conseguiu encher a faculdade de partidários do Partido Acadêmico Renovador, do qual ele participava, e de algumas pessoas do Partido Nova Dimensão, que era outro partido com o qual o Renovador havia se coligado para eleger o presidente. E ele manteve a Faculdade de Direito tomada. Ela foi tomada numa ação da “Canalha” e depois, horas depois da tomada, que aconteceu por volta da meia-noite, meia-noite e pouco, o pessoal da gestão do XI havia conseguido se “assenhorar” daquilo, porque a “Canalha” iria embora. Ela tomou por tomar, saiu do jogo de crepe do “XI”, onde estava todo mundo bêbado, e invadiu a Faculdade.

Durante as tardes, nos primeiros dias da Faculdade tomada, os alunos faziam discursos das sacadas das arcadas. Juntava muita gente no largo São Francisco. Um aluno, com o microfone, falava a um outro colega, amigo íntimo dele, militante de direita, e berrava “pega

ele, pega ele, pega ele”. Isso gerou um confronto no qual morreu o presidente, ou vice-presidente, do Sindicato dos Bancários. Ali na hora, porque ameaçou uma pancadaria, começou a surgir arma no Largo – o povo anda mais armado do que a gente pensa. E este vice-presidente puxou uma arma para atirar em alguém, porque se sentiu ameaçado, ou porque quis ameaçar, e acabou sendo morto ali por um outro. Este tipo de coisa mostra bem que este padrão de violência era inerente à Faculdade de Direito, e não ao CCC.

Eu não tenho dúvida em afirmar que, pelos anos todos que eu convivi na Faculdade de Direito, e intimamente com a política universitária, algum membro do CCC da Faculdade de Direito, enquanto membro do CCC, praticou “incomparavelmente” – volto a insistir de novo que estou usando o advérbio propositalmente – maior violência como membro da “Canalha”. Na tomada da escola, por exemplo, um estudante de esquerda, membro da “Canalha” também, e que havia sido reprovado pelo célebre professor Cezarino Júnior, destruiu seu departamento. Do mesmo jeito que o sujeito que mexeu com o outro ali, no íntimo dele, gerou uma morte. Naquela época, o único departamento que havia na Faculdade de Direito era o do Direito do Trabalho. O professor Cezarino Júnior tinha algumas ideias mais próximas das universidades americanas do que das universidades europeias, e constituiu um departamento. Estudou e viu que as normas legais e infralegais da Universidade de São Paulo não proibiam isso.

Era catedrático na Faculdade de Direito e na FEA, e dava aula ainda. Trazia os alunos da FEA para assistir aula no largo São Francisco. Dizia que “A universidade é uma só, e dou aula no meu departamento”. Era uma excrescência da universidade, na época. Este departamento era a menina dos olhos dele. O que aquele estudante fez no departamento do Professor Cezarino... Por sinal, o professor Cezarino foi eleito líder pelos professores que apoiaram a tomada da Faculdade e pelos alunos também, porque era o decano e estava apoiando. Liderou os movimentos e estudos de reforma do ensino, feitos durante a tomada da faculdade; feitas por diversas comissões.

Sáíram dali diversos estudos, infelizmente todos eles depois, quando aplicados, mostraram-se um verdadeiro desastre. Nós destruímos a Faculdade de Direito com ideias que pareciam ótimas, mas que na prática deram erradas. A qualidade de ensino da Faculdade de Direito caiu violentamente, depois disso.

O CCC tem que ser visto neste contexto da Faculdade de Direito. Depois ele foi acabando, porque quando o Geisel assumiu, deixou bem claro que não aceitaria nenhum paralelismo de comando. Tanto que acabou destituindo o comando do II Exército, o Ministro da Guerra e tudo mais, e nunca mais ouvi falar em CCC. Antigos membros do CCC, e mais outros liberais ou conservadores que não tinham feito parte do CCC, voltamos a nos unir, politicamente, quando a Erundina se elegeu prefeita de São Paulo, porque a direita é paranoica. Afinal de contas, a Erundina não era nenhuma grande ameaça.

Eu acho que o CCC foi supervalorizado pela esquerda universitária, e da esquerda universitária foi passada ao resto esta impressão. Exatamente, havia a intenção de união. E nada melhor, para unir alguém, que um bom inimigo. Hoje nós temos, por exemplo, a falta de energia elétrica como inimigo – amanhã ou depois, o Fernando Henrique vai aparecer na televisão com uniforme de campanha com o penico na cabeça, para ver se melhora a popularidade dele. E o CCC me parece que foi, para a esquerda universitária, isso. A gente pode verificar, por exemplo, que não houve um membro do CCC que, por ser membro do CCC, foi morto pela esquerda armada. Nenhum.

Sobre o Otávio, que morreu no Rio de Janeiro, a morte dele não se deve ao vínculo que teve com o CCC, no tempo de estudante. Os líderes do CCC que tinham nomes bastante conhecidos na Universidade de São Paulo, sempre andaram livremente pela rua. Pode ser que houve uma certa época que tomaram alguma cautela, mas nunca deixaram de ir a bares, beber e frequentar a escola. Além do mais, outra mística que existe sobre o CCC, é no sentido de que serviria como informante. Eu acho muito difícil, porque os membros eram

todos conhecidos. Eles participavam, compareciam nas assembleias, ficavam em grupos. Na maior parte das vezes não brigavam. Até porque, na Faculdade de Direito, às vezes que se meteram em briga, não é que eles foram e bateram. Apanharam e bateram, porque lá nunca ninguém ficou esperando dar um tiro aqui ou ali. O revólver saía de tudo quanto era lado, com relativa facilidade. E porrada também. Eles não tinham condições de obter informação sigilosa nenhuma. Por outro lado, as informações corriam totalmente soltas no largo São Francisco. Totalmente soltas.

O *Catecismo do Revolucionário*, do Netchaiev, e o *Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano*, do Marighella, foram livros que estavam correndo de mão em mão, no fim das férias, em fevereiro de 1968, na Faculdade, já se sabendo que aquilo tinha finalidade de programar o terror urbano e a luta armada. Isso corria no pátio. Quando o Marighella se encontrou com o General Albuquerque Lima, na Faculdade de Direito, se soube no mesmo dia do encontro. Seriam segredos, informações decorrentes de segredos de “polichinelo”, que não sei se o CCC poderia passar aos órgãos de segurança, como algo de valor. Um, porque todo mundo sabia quem eles eram; dois, porque essas informações eram muito soltas no largo São Francisco. Era moeda normal de conversa política, de debate político no pátio. Acredito que essas conversas fossem soltas também, mas nem tanto, dentro da Cidade Universitária. No Mackenzie, a esquerda não tinha muita chance se manifestar, e acredito que lá tomasse muito cuidado. Mas no largo São Francisco, com ou sem CCC, a esquerda estava elegendo todo ano os presidentes do “XI”. Sobre este “negócio” de informante, o Carlos Lacerda dizia com muita jocosidade o seguinte: “O SNI não funciona na segunda feira de manhã, porque não há jornal matutino”. Então, dentro deste aspecto de incompetência total, eles poderiam até precisar de informações as quais todo mundo tinha conhecimento.

Foi uma época acadêmica de confronto, mas que, por outro lado, passada esta época, a maior parte do pessoal se dá muito bem. Mesmo o pessoal que caiu na clandestinidade, e saiu para a luta armada

– quero destacar que foi a partir do largo São Francisco que se programou o assalto ao trem pagador –, e que voltou, continuam se dando com a direita muitíssimo bem, e não se deu com aquela direita que não se davam. Mas com aqueles com quem se “davam”, independentemente do CCC, deram-se muito bem.

Não vejo que o CCC tenha tido apoio institucional, como o MAC teve. O almirante Pena Boto arrecadou dinheiro para o MAC, passou anos fazendo isso; como o FAC, que o Adhemar arrecadou fundos para treiná-lo. Eu acredito que os membros do CCC, jamais tiveram, como entidade – acredito a partir de inúmeras observações –, chance de obter um treinamento institucionalizado. Era um ou outro que podia ir em quartel, estande de tiro, da PM ou do Exército. Não era pelo simples fato de ser do CCC que se podia. Era um ou outro “cara” que conhecia a oficialidade, e se dava bem. Desde que levasse munição, poderia fazer isso. Se não levasse, não fazia. Mas teve sua efetiva participação, decorrente do prestígio que a mídia lhe deu. Com a mídia, e principalmente, os estudantes da Universidade de São Paulo criando um mito, acabou sendo a participação dele, naquele contexto, muito importante.

Acredito que isto decorreu por dois motivos. O primeiro foi que eles precisavam de um inimigo comum para se aglutinar, o que não era o caso da esquerda armada. A esquerda armada sabia bem quem era o inimigo dela. Ela não precisava, inclusive, do inimigo comum. Virou armada porque sabia que tinha inimigo. Já o movimento estudantil, enquanto não participante direto da luta armada, para se manter precisava de um inimigo, e o CCC caiu do céu, principalmente por causa do Teatro Ruth Escobar. De outro lado, a outra razão desta mistificação foi, e insisto, o desconhecimento do padrão de violências, de patuscadas violentas – para usar um termo antigo, mas que era muito usado – quando se tratava de brincadeiras estudantis; brincadeiras pesadas que sempre tiveram no largo São Francisco desde o século XIX, e que tiveram na Politécnica e na Medicina. Para um estudante da FFCL, isto é ação de nazista e fascista. Para o estudante da Medicina ou do largo São Francisco, não. Isto era o dia-a-dia, e era

a convivência acadêmica que levava a isso, e às vezes alguém se machucava.

Queria dizer que não necessariamente era um “cara” da esquerda que fosse machucado, nem necessariamente, portanto, um “cara” da direita fosse o machucador. Nessas ocasiões, ninguém falava de esquerda e direita. Este padrão de comportamento diferenciado foi que levou à mitificação do CCC. Se passa pela cabeça de pessoas pacíficas que o tiro numa lâmpada seja uma grande violência, na Faculdade de Direito, isto era usual. Não passa pela cabeça de uma pessoa pacífica, que no teatro houve uns trancos. Ninguém se machucou mesmo. Houve um “tranquinho” ou outro. Que isso não seja uma violência, um terrorismo. Era só ver os jogos da XXXVIII de Agosto. Bastavam-se os crepes no “XI”, quando a coisa fervia e alguns perdiam muito dinheiro, para saber o que era destruição, pancadaria e gente machucada.

O CCC se esvaiu como toda aquela direita. Se não tivesse se esvaído, o Geisel teria acabado com ele, com certeza. O CCC, além de não ser um grupo paramilitar uniforme, como foi o MAC e o FAC, era o grupo – escutei esta expressão e achei excelente – mais irregular destes grupos: um grupo de irregulares. De fato, entre os próprios membros, tinham alguns que eram permanentes. Tinham outros que só apareciam se fosse, por exemplo, uma assembleia muito importante, ou véspera de eleição do “XI”, porque se não nem apareciam. Achavam que tinham, e deviam ter mesmo, coisa melhor para fazer. Esta palavra sintetiza muito bem, um grupo irregular. Altamente irregular: irregular ideologicamente; no comportamento; e como grupo paramilitar, nem se fala – até porque enquanto grupo paramilitar era estranho. Os que andavam armados compraram e registraram as próprias armas; e nem todos andavam armados. Houve uma disciplina maior do poder militar depois do que veio a acontecer com o Geisel; pois o que eu vi até o governo Médici era anarquia, porque na medida que o capitão de um órgão de segurança dá ordens para general, nós temos “anarquia”, quebra de hierarquia.

O pessoal tinha que tratar da vida, formou-se e foi tratar da vida. Passou a ter coisas mais importantes a fazer, do que ficar só

passando pela Faculdade de Direito todo dia – o que, por sinal, era algo muito comum. Os estudantes da noite precisavam de um emprego bem remunerado, porque tinham que ajudar na casa dos pais, ou já tinham família. Mas os da manhã, 90 por cento trabalhavam em escritórios de advocacia que nada pagavam. E o largo São Francisco era caminho entre os escritórios de advocacia e o fórum, porque os escritórios neste tempo estavam todos ali, do largo do Arouche até a praça da Sé. Então, era normal se encontrarem na escola vinte, trinta, quarenta “caras” no meio da tarde, que não tinham cursos. Havia, entre 1967 até meados de 1968, o curso vespertino, mas eram tão poucos alunos, que acabou. Estes “caras”, à medida que passaram a ter o que fazer na vida, foram deixando este tipo de atividade. Acredito que, em 1974, já não havia mais nada que fosse do CCC. Pode ser depois tenham usado o nome CCC, porque a sigla estava valendo bastante no “mercado”, mas não era mais com aquele velho pessoal que o havia formado, em 1963.

Cassio Scatena

Data das entrevistas: 22 de outubro de 2001 e 29 de janeiro 2002

Tempo total de gravação: 48 minutos

Uma vez eu mesmo fui parado na rua por um carro à noite: “Nós somos do CCC!”, e eu disse: “Muito prazer, eu fundei esta porcaria!” – e os “caras” olhavam. Nunca foi um organismo financiado por terceiros. Era uma coisa de estudante, não era uma repressão do tipo policial, como quiseram ver. Não existiu isto. E isso, como o episódio Pinheiro Neto, é uma das outras lendas, como Saci Pererê, Sepé Tiaraju. É uma lenda. [...] O que quero dizer é que não tenho medo de nada, e se algum crime houve, já prescreveu. É que todo mundo tem medo de falar.

MEU NOME É CASSIO SCATENA, TENHO 58 ANOS DE IDADE. Sou advogado, profissional liberal, nunca tive um cargo público. Não mexo com política, nunca mexi, desde o fim do tempo de estudante. Meu pai era italiano, médico. E por parte de mãe tive uma família gaúcha de formação Maragato, liberal, federalista. Meu avô, Valdir Niemeyer, foi Ministro do Trabalho do governo Café Filho. Depois de vários anos como jornalista passou a ser diretor-geral da Previdência Social. Não tenho formação fascista na família, não gosto de fascistas, como

também não gosto de comunistas. E costumo afirmar que, ao nascer, fui registrado pelo meu pai no consulado italiano. Não tiro passaporte por uma questão de ser patriota. Não sou italiano, sou brasileiro, descendente do Barão da Passagem, bisneto do senador Irineu Machado, e não aceito nenhuma ligação com país estrangeiro, de qualquer forma. Sou brasileiro, estou com 58 anos, vou morrer patriota, sempre defendendo meu país, e acho que não se pode ser nacionalista olvidando o povo desse país, porque o país é o Estado, é a nação. E o povo está sendo explorado, vilipendiado por um governo de gente ligado ao antigo terrorismo. Então se vê que “saco de gato” era aquilo. Uns esquizofrênicos, outros também esquizofrênicos – a direita e a esquerda.

Eu me considero, sob o ponto de vista de “concepção ideológica de universo”, um homem de direita, um homem conservador. Embora liberal no sentido de organização política do Estado, de ser parlamentarista, de ser “Maragato”, eu me considero um homem conservador – portanto sou um homem de direita. No conceito geométrico da Revolução Francesa, sou um homem de direita. Minha formação foi essa, e é muito difícil de se romper com as origens. Se bem que por parte de pai sou de origem italiana, mas meu pai era médico. Não era um simples imigrante. Não acho isto um demérito mas não tenho nenhuma raiz popular. De um lado eu descendo de estancieiros da fronteira, de austríacos e alemães que vieram no tempo da Guerra do Paraguai, e de outro lado de italianos com uma certa instrução.

Sou um indivíduo conservador mas não totalitário, ou reacionário. Existe uma grande diferença entre o conservador diante de um reacionário. O último luta para manter os seus privilégios. Minha formação, meu posicionamento pessoal é conservador. Gosto das minhas coisas, do relógio de bolso. Sou um cara conservador, mas não que seja reacionário, que luta contra reformas que beneficie o povo, de forma alguma. E acho esse governo do Fernando Henrique Cardoso, extremamente reacionário, nocivo ao país. Vendeu nossas estatais. Voto com a oposição há muitos anos, embora não aceite no PT muitas coisas. Tenho votado em alguns de seus candidatos,

que eu sei que são democratas, que não são marxistas. E não votarei no Lula nunca, mas votei na Marta Suplicy, mesmo que não concorde com o projeto dela, pois acho que o país precisa de coisa mais importante do que casamento de gay. Espero que o Brasil um dia tome o seu caminho. Digo e afirmo minha posição nacionalista contra o capitalismo estrangeiro; contra o capitalismo monopolista das multinacionais que manda nesse país hoje; que põe nossa juventude na marginalidade; que não gera empregos; que breou o nosso desenvolvimento. O regime militar teve muito valor na parte de desenvolvimento do país, em educação – hoje não temos nada disso.

Mas acho que nós temos coisas mais importantes a tratar, como reforma agrária. Como eu dizia sempre no tempo de estudante, “reforma agrária não é reforma de base, é reforma de superestrutura, em que é preciso mudar o regime”. Simplesmente não se deve partir para uma linha reformista. É de superestrutura, tem que se mudar o regime, mudar as nossas leis; nossos tribunais serem mais ágeis, com a implantação de novas políticas agrícolas. Temos que fazer alguma coisa, tal como limitar a natalidade, porque não haverá comida para todos ante a explosão demográfica. Tem gente que é explorado, que é escravo. Eu estive na Paraíba há pouco tempo. Um trabalhador rural ganha trinta reais por mês, para trabalhar de sol a sol, e não ganha em dinheiro. Ganha em feijão de corda, rapadura, carne seca, farinha, a preços superfaturados. Na verdade, ele ganha uns dez reais. Isso é escravidão. O escravo era mais bem tratado do que o brasileiro hoje, que está jogado à sua própria sorte. Temos uma legião de esfarrapados, de mendigos e de todos jogados por esse governo, que está fazendo a política de brear o desenvolvimento para ter a aparência de um combate à inflação.

Acreditávamos que o Exército Brasileiro era um órgão democrático, de formação positivista – o povo em armas. O efetivo do Exército é o povão. Sempre estive presente nas grandes épocas nacionais. A ditadura foi uma necessidade, que depois degenerou. Mas ainda é uma das reservas morais desse país, e nele nunca houve integralista, nazista e este tipo de gente. Como havia dito o marxólogo

francês, Henry Lefèvre: “Na América Latina, os rebotalhos do fascismo são os arautos do comunismo”. Veja-se o ISEB, a linha esquerda do integralismo, toda marxista – Osni Duarte Pereira, Roland Corbier, Álvaro Vieira Pinto. Veja-se Getúlio Vargas e outros aí que levaram a camisa para a tinturaria – Leonel Brizola, João Goulart. As camisas verdes ou pardas foram tingidas de vermelho.

O Partido Comunista sempre esteve contra o Brasil. O Partido Comunista apoiou que o Getúlio apoiasse Hitler, por causa do pacto Stalin-Hitler. Quando rompeu o pacto, aí que eles eram a favor do Brasil entrar na guerra. Mas enquanto persistiu, quando dividiram a Polônia, o Partido Comunista defendia o nazismo. É só ver os relatos dos filhos do Prestes, porque o pai deles nunca foi um patriota. Sempre teve os olhos voltados para a União Soviética. A esquerda brasileira é totalmente internacionalista, e naquela época nenhum deles era patriota: POLOP; Partido Operário Revolucionário (Trotskista); Ação Popular; Partido Comunista; ALN, que era a dissidência do Partido Comunista após a reunião da OLAS. Mas isto garante: o CCC eram rapazes de classe média-alta, todos tinham uma conotação só: eram todos patriotas. Todos viam o comunismo como uma coisa internacional. Não viam os perigos do capitalismo que nós vemos hoje. O capitalismo não era o predador na época. Era o comunismo que queria tomar o poder no mundo, nas Américas.

A FAC – Frente Anti-Comunista – era um órgão de Bauru, de um promotor público, meu amigo, um senhor de meia-idade já na época, Sílvio Marques Júnior, que tinha esse FAC. O MAC, do Rio de Janeiro – Movimento Anti-Comunista – eram os herdeiros da LIDER, Linha Democrática Radical: o almirante Sílvio Heck e aquela turma toda, o pessoal da FAB, estudantes. E a LIDER era um órgão de jovens lacerdistas, que eram totalmente contra o Getúlio. A bronca era contra o Getúlio, Juscelino e essa gente. Quando o Getúlio morreu, empastelaram a Tribuna da Imprensa, porque havia uma turma como Samuel Wainer, que era comunista e ligado ao Getúlio. Nós tínhamos uma certa bronca de comunista, porque eram indivíduos que sempre estiveram contra o Brasil.

Eu tinha uma formação anticomunista em jovem, quando fui estudar no Rio de Janeiro em colégio jesuíta, no Santo Inácio. Participei da LIDER, onde havia totalmente anticomunistas mas também antifascistas. Como eu estava dizendo, nossa formação é totalmente antigetulista, contra Juscelino, Lott e esses indivíduos que foram herança do getulismo. E essa é a minha posição, sempre foi essa – antifascista, anticomunista, e que hoje não tem mais razão de ser. Acabou-se o meio e momento histórico do fascismo, embora alguns relutem em dizer que não – os saudosistas. O comunismo caiu de podre. Hoje temos essa maldita globalização, e eu ainda me considero nacionalista e não aceito essa globalização, essa venda do Brasil ao capitalismo internacional.

Ao ingressar na Faculdade de Direito do largo São Francisco, havia um clima pesado. Não concordo com o que se fala sobre o episódio Pinheiro Neto. O ministro do Jango, João Pinheiro Neto, veio fazer uma conferência e apanhou. Não de grupos de direita, porque não havia na escola. Não havia essa conotação. Os partidos políticos tinham gente de direita e de esquerda, tanto o Partido Acadêmico Renovador como o Independente. Eu era do Renovador. O Pinheiro Neto foi impedido de entrar por agentes do DEOPS. Inclusive, fui agredido e agredi os policiais agentes do DEOPS. Porém, não havia o CCC ainda.

O Comando de Caça aos Comunistas foi fundado na Revolução de 1964, no largo São Francisco, como autodefesa contra estudantes esquerdistas que levavam agentes sindicais e outros – Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI). Esse pessoal era violento, e o CCC foi uma autodefesa daqueles a favor da Revolução de Março. Nessa época não participei de nada disso. Agregaram-se vários tipos até que em 1966 passou a ser um órgão de estudantes, aqui e no Mackenzie – quando digo aqui, refiro-me ao largo São Francisco –, contra o berço da luta armada de esquerda – as comissões de segurança da UNE, UEE e DCE, que se organizavam para agredir os estudantes anticomunistas. E assim houve a repressão.

Nós estávamos contra a esquerda, e se vê como eram as circunstâncias: para entender era preciso viver a Faculdade de Direito naquele momento histórico, onde acontecia tudo. Para se ter uma ideia, o pessoal ligado à AP e à JUC quis impedir este indivíduo da ALN, meu amigo João Leonardo da Silva Rocha, de entrar na Casa do Estudante da Faculdade de Direito. Fomos nós colocá-lo lá dentro, e batemos no pessoal da AP porque o João Leonardo era meu amigo.

Tínhamos o Partido Acadêmico Renovador, o “Corinthians” do Largo, popular. Ganhava todas as eleições. Tinha indivíduos da extrema-direita à esquerda. Embora da esquerda não muito, porque mais no Independente e no Socialista. Então via-se uma convivência, um saco de gato lá. Em 1964, o João Miguel fugiu. E assumiu o Elício Decreci, que era secretário, ex-socialista, em nome da Revolução de Março no “XI de Agosto”. Fomos lá e tomamos o “XI” dele, não como CCC, mas como Renovador. E no fim, puseram o Anhaia Melo como interventor. E foi com esse pessoal do Mackenzie e do Largo que começou a surgir o nome CCC.

Não tínhamos o Ato Institucional nº 5 ainda, e a primeira agressão foi em uma conferência do professor Mário Schemberg, em que elementos do Mackenzie e do largo São Francisco, todos de direita, invadiram e acabaram com ela. E agrediram um rapaz, chamado André Gouveia, filho de Júlio Gouveia e Tatiana Belinck, que semanas antes tinha agredido um colega do largo São Francisco em uma festa, Ronaldo Rebelo de Brito Poletti, que posteriormente foi assessor do Buzaid e procurador de Justiça. Não era do CCC, mas lacerdistas, de direita. E com estes elementos, o CCC foi se formando, mas não como órgão paramilitar ou policial, de forma alguma. Se o Raul Careca participou, não foi porque era policial agente do DOPS. Foi porque era aluno de Direito no Mackenzie. Não houve nenhuma ligação. Apenas, antes do Ato Institucional nº 5, houve a agressão ao Teatro Ruth Escobar, com a qual não concordei, porque eu achei que era uma violência, uma agressão a pessoas indefesas. A ação foi influenciada por um dos nossos companheiros, o Otávio Gonçalves Moreira Júnior, conhecido como Otavinho, que depois foi morto por

terroristas em Copacabana. Ele era muito religioso, e achou que houve ofensa à Nossa Senhora. Convocou grupos e quebraram. Mas não era oficialmente o CCC.

Sobre a organização interna, o CCC era extremamente democrático. Fazia assembleia. Não era nada fechado. Formavam grupos de cinco pessoas, com dirigentes. E cada cinco destes eram dirigentes de mais cinco. Mas todos participavam das reuniões, e tinham o mesmo direito a voto. Não havia um chefe-geral; apenas era uma questão de organização. Tinham cinco ou seis que eram escolhidos para serem os coordenadores, mas na verdade, todos participavam. E sobre participação democrática do CCC: nós queríamos participar do Congresso da UNE, porque era um organismo totalitário, de eleições indiretas. Queríamos eleições diretas, no Congresso de 1967, em Ibiúna, e o direito de os estudantes não-esquerdistas discutirem, lançarem candidatos como fizemos em 1963 e perdemos. Acontece que todos os elementos de esquerda estavam em órgãos totalitários: AP, POLOP, POR(T), Dissidência do PCB – e por incrível que pareça, o Partido Comunista era o mais democrático deles, praticamente não participava disso. Teve muita atividade democrática em assembleias do XI de Agosto. Participamos, e falei em várias delas, propus várias coisas e tinha uma amizade pessoal até com o Aloysio Nunes Ferreira, que depois partiu para a luta armada e eu não sabia; com o próprio Arno Preiss, que eu cito; João Leonardo da Silva Rocha; Ruy Goethe da Costa Falcão, e vários deles. Acho que o totalitarismo é próprio de jovens. Desconfia-se quando há velhos. Agora, uma vantagem que o CCC teve sobre os órgãos de esquerda é que só tinha jovens. Não tinha um velho. A faixa etária não passava dos vinte e cinco anos.

Fui considerado intelectual do CCC porque estudava Sociologia, Direito. Mas não é verdade! Em 1968 durante a ocupação da Faculdade de Direito do largo São Francisco, ali estavam os ocupantes por causa da influência da “Revolução Francesa”, do Daniel Cohn-Bendit, autor de *É proibido proibir*. Foi um mimetismo, uma imitação de tudo aquilo; e do lado de fora os elementos do CCC, para os

quais redigi um manifesto contra a ocupação da Faculdade de Direito, na qual houve a destruição do patrimônio, e elementos de outras faculdades com ingerência – porque éramos muitos exclusivistas na nossa academia. Eu havia me formado há dois anos, e fazia pós-graduação. Fazia nessa época o antigo curso de doutoramento, que depois foi equiparado ao mestrado. Eu fazia neste curso o segundo ano em Economia Agrária, e o primeiro tinha sido em Direito Agrário. Era o antigo curso de doutoramento que foi brechado e reaberto em 1971, quando continuei.

E nunca mais participei disso. Achei na época uma coisa muito ridícula essa ocupação da escola. A maioria não sabia o que estava fazendo ali, de um lado e de outro. E como é tendência em organismos em que os ânimos se acirram, tanto a esquerda quanto a direita se acercaram de elementos psicopatas, nazistas de um lado, e de loucos do outro. Tinha um colega nosso que era esquizofrênico, tenho muita pena dele. Um rapaz de Santa Rosa do Viterbo, Arnaldo Luiz Serghi, pichou na faculdade inteira: “Abaixo os ciganos”. Tanto que o *Estadão* acusou o movimento de ocupação faculdade como irresponsável. Quer dizer, em um movimento feroz começam a aparecer todos os doentes, as figuras nocivas – frutos do totalitarismo. E felizmente, depois da Revolução de Março, caiu de podre. Houve a luta armada, muito errada. Colegas nossos como Arno Preiss morreram nessa luta armada. Ele, que se dizia comunista, era nazista antes. Uma vez foi atropelado e disse que o ódio dele, como ariano, era ter sido atropelado por uma máquina, e esse homem estava na ALN. Tudo isso foi fruto da conferência da OLAS – Organização Latino Americana de Solidariedade – em Cuba, na qual o Carlos Marighella fez a “dissidência” do Partido Comunista, que gerou a ALN e estes grupos armados, que foram furos n’água...

Minha última participação dentro da faculdade foi, em 1967, em um júri simulado, no qual fui promotor único que aceitou o cargo contra o Règis Debray na Bolívia. E depois foi constatado que minhas alegações tinham razão, porque estava lá mesmo, metido no rolo. Duas semanas após o dia do júri, mataram o Che Guevara.

E negavam o tempo todo que o Debray e o Guevara estavam na Bolívia. Era o governo René Barrientos Ortuño, capturaram o Debray, que confessou estar envolvido depois que Guevara foi morto. Quem fez a defesa foi o Washington Martins, meu amigo e irmão, que era de esquerda, envolveu-se na luta armada. Washington Adalberto Martins, de São Carlos, um grande rapaz, embora tivesse envolvido na luta armada, era um dos poucos patriotas, mas um homem de formação esquerdista. Fez a defesa alegando que Debray era contra as injustiças; contra a Argélia Francesa; e que era a favor das democracias populares. Mas eram “festivos”, como o espadachim Che Guevara; como Conde Monte Cristo. Hoje, há pouco tempo, Debray era Ministro da França no governo socialista, “democrático”. Règis Debray era um líder, e Che Guevara, para mim, um idiota, ridículo, espadachim; um cara que não tinha posicionamento nenhum; um apátrida que se meteu em Cuba, junto daquele canalha do Fidel Castro. Mas essa gente vai cair de podre como caiu o comunismo, como caiu Hitler, como caíram todos. Os rebotalhos estão todos aí, hoje estão todos no poder – senhores Fernando Henrique Cardoso e José Serra. São todos agentes do Capitalismo. Todos eles que eram da luta armada, estão todos no poder. A não ser um ou outro que não se encontrou até hoje, não?

A briga do Mackenzie começou entre secundaristas da escola técnica de Química e o pessoal da USP por causa de automóveis, estacionamento. Começaram a briga, e o CCC entrou no meio. No fim, invadiram e tacaram fogo na Faculdade de Filosofia. E o governo militar aproveitou e transformou aquilo em junta comercial, e acabou. Não queriam a faculdade lá, e transferiram-na de vez para a Cidade Universitária. Nunca houve ligações do CCC ter posto fogo na UNE, porque não havia elementos no Rio. Nem em Minas, nem no Norte, nem no Sul. Apenas restritos às Faculdades de Direito da Universidade de São Paulo e do Mackenzie. Nem na Católica. Fizeram uma reportagem falsa dada pelo Arno Preiss, e pelo João Leonardo, a um repórter, depois confessada, para macular o nome do CCC em 1968, na revista *O Cruzeiro*. Uma reportagem totalmente

falsa. Também usavam muito o nome do CCC. Uma das únicas coisas que aconteceram foi quebrar o DCE da USP, na General Jardim com a Major Sertório. Quebraram o mimeógrafo logo depois da brigada do Mackenzie. Mas a UNE não. Era no Rio.

Houve um Congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo, que foram todos presos. Eu era oposição, embora formado, e pedi ao Aloysio Nunes Ferreira para ir: “Quero ir como opositor, porque vocês aceitam eleição direta no Brasil, e não aceitam para a UNE”. Em 1963, tentamos que houvesse eleição na UNE, mas por meio de partidos políticos – nada de CCC. Em 1963 não havia nada de CCC, pois era o governo Jango. Eram candidatos o José Serra, e o Galdenzi, da Bahia. E nós que éramos mais conservadores, lançamos o filho do Herbert Levy, Luiz Fernando Levy, que perdeu em eleição indireta. Queríamos eleição direta, e como a UNE era controlada por partidos comunistas, AP, eles diziam: “Se for por eleição direta, nas faculdades particulares, a direita ganha”. E eles simplesmente falavam isso porque não aceitavam a democracia. “Nós queremos eleições para ganhar a UNE. Vamos ver quem é que representa o estudante universitário”, dizíamos. E a esquerda nunca aceitou. Sempre foi eleição indireta. Quer dizer, sempre defendiam a eleição direta no Brasil, mas eram contra a eleição direta em Cuba, e na UNE. É sempre assim, cada um defendendo o seu interesse.

Falam que no Mackenzie existiam integralistas, e existiam sim. Eram desta Confederação dos Centros Culturais, na Brigadeiro, embora o nome não tinha nada a ver com o Comando de Caça aos Comunistas. Era um pessoal remanescente do PRP, que era chefiado pelo “Homem do Boi”, que era um candidato a deputado apoiado pelo Plínio Salgado, durante o “Brasil democrático”, cujo nome me esqueço. Acho que era “Leo”, ou alguma coisa assim. Eram integralistas, e não tinham ligação alguma com o pessoal do largo São Francisco, porque integralismo, nazismo e essas coisas não havia na Faculdade. Ninguém defendia isso, com a exceção de um ou outro coitado que não tinha nada a ver com o CCC. Havia alguns indivíduos de direita no Mackenzie, mas cito especificamente um: José

Roberto Batochio, que não era do CCC ou de grupos de extrema-direita, mas ligado a Caio Pompeu de Toledo, Secretário de Esportes, que era democrático. Talvez tenha se envolvido na briga do Mackenzie, como todo mackenzista, defendendo a sua faculdade. Mas não era do CCC, e nunca foi um elemento de esquerda entre os estudantes. Ricardo Osni, amigo meu, faleceu em um desastre junto de sua irmãzinha e com outro colega nosso, o Jacaré. Vinha do interior, de uma fazenda. Fizemos o velório, e até recebeu uma coroa de flores, em nome do CCC. Era do CCC, mas jamais foi uma pessoa fascista. Ele e o irmão dele, o Roberto, que é vivo, jamais foram pessoas fascistas.

Tem muitas pessoas rotuladas, como Boris Casoy. O que ele fez foi convocar pela imprensa todos os mackenzistas a defenderem a sua universidade contra a agressão na Maria Antonia. Foi só isso. Não era um membro efetivo do CCC, mas era um homem de direita, em “concepção ideológica de universo”. Não era de esquerda, como o senhor José Roberto Batochio não era uma pessoa de esquerda, mas nunca foram totalitários nem membros do CCC. Se participaram da briga do Mackenzie, foi em defesa de sua universidade. Aliás, eu acho que o José Roberto Batochio já estava formado. Não sei se ele era de 1967 ou 1968. Já era advogado como eu, que havia me formado antes da briga. Há certos fatos a esclarecer.

Não acredito que a maioria dos indivíduos apontados naquela reportagem fosse de direita. Foi publicado que um poeta, o juiz Sílvio Venosa, como estudante da época que nunca errou um tiro. Ele nunca deu um tiro. Nunca foi do CCC. Colocaram um colega nosso, o Jan Koudella, que era de esquerda, porque era inimigo do Arno Preiss, que não gostava dele. O Arno Preiss era nazista, e o Jan Koudella checo. E como alemão, ariano, era contra os “polaquinhos”, como ele falava. Então colocou o Jan Koudella como membro do CCC. Coisas que só aconteceram na época do largo São Francisco. Política própria do largo São Francisco. Não há como entender o problema “arcadiano”. E foi nesse espírito que nasceu o CCC. Estes outros movimentos foram todos externos à Faculdade. Quer dizer, foi um

movimento que nasceu e morreu no Largo. Teve conotações no Mackenzie mas nasceu no largo São Francisco.

João Marcos Monteiro Flaquer faleceu há um ou dois anos atrás de infarto. Rapaz forte, muito rico, de família rica, filho único, entrou na Faculdade e era do Partido do Kaos, anarcoide, que pertenceu ao Paulo Azevedo. Após a Revolução, incorporou-se ao CCC e foi tido sempre como o chefe. Ele gostava de ser chamado assim. Passou à História como indivíduo burro, e não é verdade. João Marcos era preparado, inteligente... Não se envolveu, fora os fatos que eu citei, em nenhum ato de grande violência. Após setenta e poucos, parece que foi assessor do Buzaid. Mas não era policial. Era muito amigo do Otávio, o Otavinho que saiu da TFP, entrou no CCC, e depois de todos estes fatos foi ser delegado de polícia. Foi nomeado Delegado Substituto e foi para o DOI-CODI. O Otávio era muito ligado ao Ministro Gama e Silva. O filho dele era nosso amigo, Luís da Gama e Silva Filho, brincalhão e boêmio. É falecido. Nunca se metia em política e porcaria nenhuma. E o Gaminha, o Ministro, era também um brincalhão, gozador, um sujeito boêmio. O Otávio ficava muito na casa do irmão do ministro Gama e Silva, no Rio, e tinha uma namorada. Estava na praia e capturou uma colega de turma nossa, Maria Aparecida da Costa, conhecida como a “Loira dos Assaltos”. Em consequência disso ele foi assassinado pelo pessoal da luta armada. E esse pessoal depois, ouvi dizer, foi todo dizimado. Mas como eu estava fora, fui somente no enterro dele. Foi com pompas. A polícia colocou fotografia dele em todas as delegacias, como vítima da luta armada.

Otavinho era muito bonzinho e o João Marcos era praticamente o líder do CCC, com os quais eu me dava bem, até me afastar. Depois ficamos meio afastados, em virtude da briga do Teatro Ruth Escobar, porque não aceitei aquilo: “Isso é uma brincadeira, uma palhaçada. Onde vocês querem ir? O que temos a ver com um teatro que pôs uma Nossa Senhora vestida de não sei o quê, minissaia? O que nós temos com isso? Estamos lutando contra quem? Quem vocês são? Defendem o integralismo, a TFP, o anticomunismo, ou vocês

querem um Brasil melhor?" Virou um saco de gato, como a esquerda. Foi extinto naturalmente. Perdeu a razão de ser, porque o AI-5 fez tudo que o CCC queria. Então acabou a briga, o próprio Exército dizimou a luta armada, e não se via nenhum elemento do CCC nos órgãos de segurança. O Raul Careca já era do DEOPS antes de 1964. E depois teve o Otávio, que era um caso único. O João Marcos foi ser assessor de um secretário de segurança em 1974, 1975. Não tinha ligação nenhuma com a polícia e o Exército. Acho que o CCC foi um movimento que nasceu e morreu no largo São Francisco. Depois usaram o nome no Mackenzie, no Nordeste, em Minas, mas não teve ligação nenhuma.

Gostaria de fazer uma observação quanto ao CCC. Em 1968, principalmente após esse episódio do Teatro Ruth Escobar, vários elementos desse grupo, que começaram a fazer baderna, foram se unindo a outros. Havia um grupo integralista também chamado CCC, Confederação dos Centros Culturais, não violentos, mas ligados ao Centro Cultural Jackson de Figueiredo, que era localizado na avenida Brigadeiro Luís Antônio. Era gente muito boa, mas fascista. Ligaram-se a eles e a elementos egressos da TFP, porque já havia um regime de exceção no país. Mas não houve ligação nenhuma com a luta armada, nada disso. A luta armada foi condenada, dizimada por um trabalho policial e militar muito habilidoso, cujo cabeça foi o Mmjr Valdir Coelho, a quem eu conheci e que me convidou para participar da fundação da Operação Bandeirante em São Paulo, e não aceitei. Eu tinha muito conhecimento político, de grupos, porém não aceitei: primeiro porque não sou delator; e segundo porque convivia, na faculdade, com todos esses elementos de esquerda. Tínhamos rivalidade mas não brigas pessoais, e nem eu sabia do alcance que o terrorismo ia chegar. Luta armada, mortes...

Até uma vez, invadi a Operação Bandeirante porque prenderam três colegas nossos: Vital Etienne Arreguy, que morreu em 1972; Eliete Lisboa Martelli; e Percival Maricato, sob a acusação de fazerem parte da ALN. E falei que era uma mentira, uma palhaçada. O Vital e a Eliete saíram, mas o Percival ficou preso, e depois foi solto.

Aí entrei em atrito com toda essa gente da OBAN, e nunca mais me meti em política, nem nada disso.

Teve pouquíssimas ações, muita fama, fanfarronice de seus próprios membros, mas o CCC era um nada. Durante a ocupação parece que passaram com o carro lá, e deram uns tiros para cima à noite. Essa Eliete foi correr, escorregou no óleo que os ocupantes mesmos jogaram, e quebrou o pé. Muita gente vista como CCC foi um surto. Um participou de uma briga na escola, outro se dizia do CCC. Isto continuou por muitos anos, porque havia um regime de arbítrio no Mackenzie. Uma vez eu mesmo fui parado na rua por um carro à noite: “Nós somos do CCC!”, e eu disse: “Muito prazer, eu fundei esta porcaria!” – e os “caras” me olhavam. Nunca foi um organismo financiado por terceiros. Era uma coisa de estudante, não era uma repressão do tipo policial, como quiseram ver. Não existiu isto. E isso, como o episódio Pinheiro Neto, é uma das outras lendas, como Saci Pererê, Sepé Tiaraju. É uma lenda.

Há muita lenda sobre o CCC, inclusive esta envolvendo o CRUSP. Esta foi uma “bebedeira”, que antes da ocupação efetuada pelo Exército, o pessoal foi no CRUSP, lá no “morrinho”, e deu uns tiros com fuzil M-1. Pegou em um apartamento, e acharam que era um atentado. Mas não eram elementos do CCC, eram bêbados. E outra coisa que se comenta muito – e disto participei, embora eu estivesse fora do CCC – é o sequestro do João Parizi. Era um rapaz do Direito-Mackenzie, forte. Diziam que era ligado ao CCC. E o Parizi foi sequestrado no CRUSP, ficou preso lá. Fui chamado, houve reunião com várias pessoas, de vários grupos anticomunistas. Fomos na casa do parente dele, reunimo-nos e falamos: “Vamos sequestrar algumas pessoas do CRUSP, para trocá-lo”. Não havia uma organização militar. Paramos o carro, pegamos cinco estudantes de Física. Eles ficaram presos com a gente, entramos em contato com José Dirceu, que era presidente da UEE, e falamos: “Soltem o Parizi”, e ele foi solto. Soltamos os cinco, e nem lembro do nome deles. Lembro que havia um de bigodinho, e que caiu a lente de contato dele. Peguei a lente, tratei-o bem. Foram muito bem tratados, comeram em talheres de prata nessa

casa. Foi uma coisa muito bonita. Não pus máscara nem nada, porque eu sabia que não ia dar em nada – um iria soltar o outro. Foi a minha única ação junto com esse pessoal tido como o CCC, que eram grupos de direita, anticomunistas.

Este tempo passou, tivemos a invasão do CRUSP, a polícia invadiu, houve o Ato Institucional nº 5, e o CCC perdeu a razão de ser. Acabou, não se ouviu falar mais. Ouviam falar de atos do CCC ocorridos no Nordeste, mas isso nunca existiu. Participei de algumas reuniões, dava minhas opiniões, era muito bem ouvido. Era tido como um “guru” político deles, e sempre condenava estes ataques. A coisa que me revoltou muito foi uma reunião, em que fui convocado para o Ruth Escobar, pouco antes do AI-5. Não aceitei que se quebrasse um teatro. Até minhas palavras textuais na época eram: “você vão bater em veado, mulher e artista, e isso não se faz. Isso é uma tremenda covardia, e isso eu não aceito. Então, vão brigar com os comunistas na escola, que eu até aceito. Porrada, nada de tiro. Não aceito isso”. Não participei, e até fui muito criticado por causa disso. Acabou-se. Não existia um órgão militar.

Concordei com o AI-5, houve a luta armada e todos sabem o resultado disto. Grande parte dos militantes da ALN, da dissidência do Partido Comunista, foi do largo São Francisco. Muitos foram mortos, como Arno Preiss foi morto em Goiás, com uma peruca preta. É o que conta a lenda. O João Leonardo da Silva Rocha foi morto quando houve a Anistia. Parece que ele foi para a Bahia, teve uma briga em um bar e foi morto. É o que ouvi dizer.

Maria Aparecida Costa vejo sempre na Justiça do Trabalho, é uma pessoa que tenho muito carinho, e foi minha colega de turma. Fui surpreendido quando ela partiu para a luta armada, porque ela não era marxista. E durante os anos pesados, fui na polícia política visitar o deputado Hélio Navarro, que era meu amigo, estava condenado, foi cassado, mas não era comunista. O Hélio Navarro nunca foi socialista, comunista. Nunca foi um homem de esquerda e todo mundo sabe disso. Apenas era um patriota. Quando fui visitá-lo tinham vários caras de esquerda, que ficaram olhando e dizendo: “Olha

o ‘cara’ do CCC!”, mas não era nada disso. Estava lá aquele que é Delegado do Trabalho hoje, o Funari, e o cumprimentei. Estavam presos lá no extinto Presídio Tiradentes. Tenho contato com todos, tanto de um lado como do outro. Mas não me envolvi em brigas, grandes lutas armadas, porque o CCC era apenas um grupo restrito. E querer dar ao CCC uma conotação de que foi um movimento paramilitar, é um pouco de fanfarronice de seus próprios membros, ou da própria esquerda que criou uma figura financiada pela CIA. Isso é uma mentira, uma bobagem. Não tem razão de ser..

Eu nunca tive medo de nada. Não tenho medo de nada até hoje. E a maioria desse pessoal de direita não tinha medo de nada. Vamos usar um termo certo, quem era mais “cagão” era o pessoal de esquerda. Uma vez, em uma briga, eu e João Marcos Flaquer, enfrentamos sozinhos um pessoal da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, e ninguém veio em cima. Se viessem, iriam apanhar. O que quero dizer é que não tenho medo de nada, e se algum crime houve, já prescreveu. É que todo mundo tem medo de falar.

Uns são políticos, e não querem contar aquela história. Deve-se lidar com gente de caráter, e vou citá-los: Marcos Aurélio Ribeiro, que foi presidente do “XI” em 1968, e participou da ocupação da Faculdade de Direito; o Curti, que anos mais tarde também foi presidente, é uma pessoa decente; Percival Menon Maricato; Adolfo Rosário de Carvalho, que está na Câmara Municipal, como assessor do PT, acho; Maria Aparecida Costa; Eliete, que mora em Porto Feliz, pode dar toda informação; Washington Adalberto Mastrochink Martins, acredito que é do PMDB.

Esse pessoal, nenhum deles é burro. Com eles pode-se conversar. Tem muita gente burra, fisiológica, que não entende nada. Nem sabem porque estavam lá. É como se fosse um jogo Palmeiras e Corinthians. Fora esse nomes, deve-se se procurar um advogado, José Faria Parizi. Ele é uma pessoa de muito caráter, e viveu esse momento. Era de esquerda, mas não ligado ao pessoal de terrorismo, ALN e outros. Ele pode ser um crítico imparcial da história.

Percival Menon Maricato

Relato redigido pelo colaborador e enviado ao historiador a 6 de fevereiro de 2002, via correio eletrônico.

Entendo que o disposto na pesquisa quanto ao CCC está correto. Tratava-se de um grupo de direita, onde se misturavam estudantes e militares, às vezes civis ou desocupados de classe média, alguns por ideologia política e outros por vacuidade mental ou gosto pelo desgosto dos outros.

NA FACULDADE DE DIREITO DA USP sempre estiveram seus cabeças, ficando os do Mackenzie mais como “massa”. Na USP eram uma pequena minoria mas no Mackenzie tinham quantidade. Eram protegidos dos professores de ambas as faculdades, pois estes também eram de extrema-direita ou direita, com raras exceções. Também eram protegidos ostensivamente, quando necessário, por órgãos militares e polícia federal, que inclusive lhes forneciam treinamento, armas, carteirinhas, etc.

A tática era de intimidação e não só contra a esquerda e grupos armados, mas também liberais e democratas militantes quando necessário, pois toda atividade política, toda discussão aberta, ampla, arejada, deixava-lhes em situação de inferioridade, já que pouco ou nada tinham a dizer a não ser da existência do “perigo vermelho”.

No conjunto da sociedade, o CCC contribuía para evitar esse debate, temido também pela direita política brasileira, então subalterna aos projetos e arbitrariedades da ditadura, omissa quanto aos crimes reiterados contra a democracia, direitos humanos, inteligência, convivência, etc.

Na Faculdade de Direito sempre se organizavam e tumultuavam assembleias. Usavam táticas tais como jogar bombinhas, fazer gritarias, ocupar portas e janelas para ameaçar os demais, agredir os que tentavam discursar, dirigir as reuniões ou distribuir jornais.

Agrediam covardemente desde os calouros (um deles foi vítima de atentado a tiros no interior da faculdade, livrando-se graças à capacidade de correr muito, passando por veteranos). Lembro de tiros dados nos pneus de um colega; ou a queima, por cigarros, dos braços de outro, sequestrado na rua Riachuelo e posto no interior de uma Kombi; até professores, como o admirado Rocha Barros, um dos únicos de esquerda, foi covardemente agredido, apesar de ter mais de setenta anos. Mesmo estudantes de direita moderada eram agredidos na Faculdade.

Mesmo diversos colegas que se atreveram a desafiar-los para brigas a mão aberta no interior da faculdade foram depois de presos encapuzados e torturados por membros do CCC, na OBAN.

A mim ameaçaram umas poucas vezes, mas jamais me agrediram. Porém me odiavam a ponto de me apontar a seus discípulos com o dedo, tremendo de raiva quando eu passava pelo corredor.

Não obstante, após dois anos de clandestinidade, fui preso em uma rua do Brás por um comando da OBAN liderado por nada menos que o delegado conhecido como Otavinho, um dos poucos membros do CCC que acabaram se profissionalizando na caça aos comunistas, simpatizantes, parentes, pessoas que lhes davam guarida, uma cama ou guardavam um pacote.

Contaram-me posteriormente que foi ele quem impediu que atirassem em mim na hora da prisão, mas certamente porque me achava mais importante vivo, para dar informações. Afinal, eu era presidente da UEE-SP e estava atuando clandestinamente há dois

anos. Quando na OBAN fui interrogado inicialmente por Otavinho, que em meio a uma turma de uns 30 homens da OBAN, disse-me para começar a falar, porque ali todos falavam, sem exceção.

Tentei ganhar um tempo contando histórias do movimento estudantil mas imediatamente ele me disse que não queria saber de História do Brasil e sim de aparelhos, pontos, nomes e grupos. Voltei a falar, e mais uma vez ele disse que eu queria ganhar tempo. Fez-me levantar e ir na sala vizinha, onde estavam instrumentos de tortura e havia muito sangue. “Se você não falar eu vou te entregar para eles e você acaba falando depois que estiver todo quebrado” – disse ele. Fui tentar contar algo para ganhar tempo mas ele imediatamente me xingou, chamou-me de burro e comunista, e saiu da sala, entregando-me aos torturadores. Dias mais tarde, ao voltar de uma sessão de interrogatório encontrei outro membro do CCC da faculdade no meio do pátio com o uniforme de sargento do exército. Tratava-se de um dos que me apontavam com raiva na faculdade. Porém quando me viu lamentou-se do meu estado e depois foi me procurar na sela com um prato de sopa (eu não podia comer sólidos devido ao estado em que fica a boca após muito choque elétrico) e uma calça (a minha estava cheirando urina); situação que demonstra que vários deles tinham um lado humano. Cito isso porque era evidente que só em alguns havia ódio, perversidade, burrice, vazio, etc.

No CCC havia pobres e ricos – principalmente ricos. Encontrei porém um colega que era do CCC e, por sermos da mesma turma, fui parar na casa dele no seu aniversário, deparando-me com uma casa de operário, extremamente precária, localizada na periferia.

A ideologia dele era crescer na vida e sair da miséria e por isso parecia ter medo da esquerda, que ameaçava sua ascensão, justo agora que entrava na faculdade. Outros eram de classe média, e a ascensão e amizades poderosas eram tudo que queriam. Ser do CCC era a forma de acesso a banqueiros, generais, grandes empresários que sustentavam e acobertavam a extrema-direita.

O objetivo do CCC era ser instrumento de intimidação de qualquer manifestação ou elemento que ameaçasse a ditadura militar ou

o combate sem tréguas à esquerda. Também servia para seus componentes extravasarem ódios e recalques ou não raro aparecerem para as moças da escola, demonstrando como eram machos.

Foi assim coadjuvante da ditadura, pois impediu por anos o debate livre e o florescimento natural de linhas políticas com mais consistência. Só os muito decididos é que acabavam fazendo política e geralmente na esquerda, que acaba se tornando muitas vezes única opção aceitável para quem discordava e não queria permanecer calado. Muita gente com tendências liberais encontrou na esquerda uma forma de fazer prática política, só reconhecendo muito mais tarde suas divergências com a mesma.

A existência do CCC acabou dando um resultado interessante: os esquerdistas da Faculdade de Direito acabaram se tornando, a meu ver, apesar de não serem os mais radicais ideologicamente, os mais preparados para agir em situação de violência. O CCC obrigava os alunos com tendências esquerdistas desde o primeiro ano a se tornarem meio clandestinos; estimulava-os a aprenderem artes marciais, lidar com armas, usar táticas militares para realizar assembleias ou fazê-las clandestinamente (até eleições da UEE ou UNE tinham que ser clandestinas). As eleições do XI de Agosto sempre acabam em verdadeiras batalhas na hora da apuração.

Com o Ato Institucional nº 5, redigido por professores da faculdade, que se submeteram a ser rábulas para os generais (Gama e Silva e Buzaid foram Ministros da Justiça), o CCC perdeu o sentido; tudo que era feito clandestinamente passou a ser feito à luz do dia, oficialmente; o pessoal do CCC que queria participar foi para a repressão ou ficou apenas como linha auxiliar nas faculdades. Tinha tipos folclóricos, que usavam farda e usavam o passo de ganso nas faculdades; diz-se que um deles entrou no CPOR e como tenente na fronteira da Bolívia criou um acidente internacional, invadindo o país vizinho; muitos, entre eles Otavinho, também participavam da TFP: alguns colegas de faculdade quando queriam perturbar a estes rapazes os chamavam de “punheteiros” e eles achavam uma tremenda perturbação e se envergonhavam.

Durante a tomada da Faculdade pelos estudantes, em 1968, um fato se deu com arrombamento e depois houve tentativa de invasão do CCC repelidas pela massa. Na noite em que o DEOPS se preparou para tomar a faculdade, mais de 40 estudantes se prontificaram a esperar pela polícia e serem presos. Nessa noite tive que sair por decisão da última assembleia. De fato, se fosse preso com certeza não sairia; assisti a tudo de fora, escondido. Antes, numa noite em que dormia na faculdade ocupada, fui acordado com o Cassio Scatena apontando uma Luger 45 para a minha cabeça; não me perturbei e virei para o outro lado e continuei a dormir; não sei porque logo intuí que aquilo era uma brincadeira – e era mesmo; os colegas tinham posto o Cassio para dentro; a faculdade tinha dessas coisas; mas se fosse o Otavinho, Flaquer ou o Raul Careca, eu saberia que estava em péssima situação. O CCC realmente nos amedrontava em certo aspecto mais que a repressão; de um lado havia o ódio ideológico e de outro o fato de que era um poderoso grupo de colegas que tinha total cobertura do regime – tanto que, quando cometiam suas arbitrariedades, jamais pensávamos em dar queixa à polícia ou reclamar com a Diretoria. Afinal, era tudo a mesma coisa.

Ele atraía bagunceiros covardes, covardes, lumpens, desocupados e até colegas que queriam ser amigos de ricos, e o CCC os usava como massa para suas manobras. Cabeça mesmo e conhecimento teórico só o Cassio tinha e por isso era reconhecido como líder apesar de sua “média” e amizades com a esquerda. Flaquer ou Careca, que eu saiba, jamais tiveram amizades de esquerda.

O CCC, no entanto, nem sempre era o maior problema na Faculdade de Direito, pois agia ostensivamente. Deve-se considerar o grande número de policiais infiltrados entre os alunos como um dos maiores empecilhos aos movimentos. Muitos deles eram provocadores, que sempre procuravam levar as assembleias ou passeatas para as piores alternativas ou para opções mais radicais e desastrosas.

Tenho hoje 58 anos; quando entrei na Faculdade de Direito, em 1967, entrei também na de jornalismo da USP; já tinha feito curso e trabalhava com química; acredito que inicialmente minha adesão à

esquerda se deve a uma revolta contra a vida medíocre que me era proposta, onde o conforto material, sexo, lazer, dinheiro não eram suficientes para preencher o sentido da mesma; já entrei um tanto politizado nas faculdades; minha primeira prisão foi em 1964, na Marcha Com Deus e pela Liberdade (e durou duas horas); como trabalhava, a Faculdade de Direito era mais politizada e podia ser à noite, optei por esta e larguei jornalismo; logo no final do primeiro ano já era Secretário-Geral da UEE e dirigente de um grupo de calouros que iria arrebentar com as estruturas tradicionais dos partidos acadêmicos; fundamos o jornal *Diálogo* e depois o movimento 23 de Junho, que consumiu o dia-a-dia da tomada da Faculdade em 1968; sempre nos alinhamos com a esquerda em geral, mas tínhamos claro que não podíamos ter o CCC como inimigo principal; ao contrário, os membros do grupo iam optando cada qual pela organização de esquerda com que mais se identificava; eu e diversos líderes nos aproximamos do Partido Comunista da Dissidência (Fernando Ruivo, Chael, Jeová, Arantes, Dirceu, quase todos mortos; a Dissidência, apesar de estudantil e paulistana, foi proporcionalmente ao número de componentes a que mais mortes teve na época). Participei de passeatas, tomada da faculdade, etc.; em 1968 fui preso em Ibiúna e estive entre os 23 que foram retidos na condição, segundo o DEOPS, de irrecuperáveis; saí em 60 dias com o último *habeas corpus* dado no Brasil; logo nos dias seguintes, quando fui à Faculdade, escutei no rádio o Ato 5, em que constava a revogação da lei do *habeas corpus*; passei a uma semiclandestinidade e dois meses depois, quando caiu uma base da ALN que era ligada ao meu grupo, fui obrigado a optar; ou voltava atrás e ficava quieto, tentando me readaptar e viver na legalidade ou ia em frente, largando tudo e partindo para a atuação clandestina; optei por esta última.

Acredito que inicialmente minha adesão à esquerda se deve a uma revolta contra a vida intelectual e emocionalmente medíocre, pois estava numa ótima situação: tinha ótimo emprego em multinacional, carro Karman Ghia; tanto morava na casa da minha mãe, com 400 m², como num apartamento mais apropriado para levar a

namorada; logo, com a fuga de uns para o exterior e prisão ou morte de outros colegas tive que assumir a presidência da UEE, que era tão perseguida como qualquer organização, especialmente porque nossa tendência era de trabalho com a ALN, com a VAR-Palmares e VPR; escapei várias vezes de ser preso; em 1971 fui preso no Brás; fiquei 30 dias na OBAN e uns 60 no DEOPS, sendo torturado; voltei quatro vezes para esses órgãos mesmo após meses e até quase um ano de prisão, três vezes para repique (quando caía alguém que falava que a gente o conhecia e onde ele morava e não tinha falado nada a gente voltava para apanhar) e outra para ser indiciado num inquérito por subversão dentro da cadeia; respondi a cinco processos de Segurança Nacional; fiquei no Presídio Tiradentes (quando do Congresso de Ibiúna fiquei em várias prisões e na Detenção); antes de sair fui ameaçado de morte por Fleury e pela OBAN; depois que saí, fui preso de novo na investigação pela morte de Otavinho; felizmente provei que estava no interior; depois disso vivi sempre com os traumas de quem passou por tudo isso, mas voltei para a Faculdade e já no mês seguinte assumia a Diretoria do Jurídico do XI e logo após a do PMDB da Bela Vista, onde passei a receber ex-presos que queriam voltar a atuar politicamente; depois fundei o PT, do qual saí por não suportar as discussões inúteis e intermináveis de grupelhos que repetiam nossos erros e a intolerância de décadas atrás (ainda me firo e voto muitas vezes no PT); hoje sou um social-democrata e virei empresário na área de restaurantes e editoras (sou um coordenador do PNBE; presidente do Conselho da Abredi etc.), mas eleitor de centro-esquerda e ainda militante de movimentos progressistas, de grupos de meio ambiente, entidades filantrópicas, etc., procurando mudar a vida e o mundo para melhor.

Lauro Pacheco de Toledo Ferraz

Data da entrevista: 21 de fevereiro de 2001

Tempo de gravação: 40 minutos

Podemos dizer que a luta democrática no Mackenzie era para afastar, retirar direitos desse grupo um pouco acafajestado, de meninos que se achavam ricos ou de servis a esses, e que tinham ocupado e tomado espaço de parte da universidade.

FALAR DO CCC, DO MOVIMENTO PARAMILITAR NO BRASIL, é falar um pouco do que ocorreu em 1964. Com o golpe militar tivemos um esfacelamento político no país, inicialmente com a progressiva destruição dos partidos políticos até a formação de dois únicos, o MDB e a ARENA. Assim, o PTB, UDN, PSD, PSB, PDC, que existiam e tinham uma certa representatividade, foram extintos. O mesmo ocorreu com o movimento sindical, que existia atrelado ao sistema anterior, tinha uma grande parcela de dependência, articulação com Estado, e foi progressivamente sendo destruído pela ditadura militar.

No primeiro momento, o movimento universitário também sofreu o impacto do golpe, mas por suas características, por sua capacidade de rotação, pela movimentação dos estudantes com a entrada de novos quadros, com sua renovação permanente, foi talvez o organismo social que conseguiu, com maior rapidez, recuperar as

suas forças e se direcionar no sentido de lutar pelo retorno da democracia.

Em 1964, 1965, tínhamos um movimento universitário incipiente, recuperando do golpe. Já em 1966, 1967, o movimento universitário crescia, desenvolvia-se e se afirmava como um instrumento extremamente importante para transmitir o desejo de liberdade que estava, absolutamente, já se espalhando na classe média que, em muitos casos, em 1964, tinha apoiado o golpe. A retração econômica, os atos de violência, a extinção da liberdade social mais ampla, fizeram com que a classe média, através dos estudantes, fossem os primeiros a se mobilizar pelo retorno da democracia. Conseguimos em 1966, 1967, refazer o movimento universitário, e houve uma retomada dos UEE e DCE das distintas faculdades, com eleições, e articulação para que os centros acadêmicos voltassem e continuassem a funcionar livremente. E onde não foi possível manter os CA's, nós criamos Diretórios Acadêmicos, e no caso do Direito do Mackenzie, o Diretório Acadêmico-Livre. Eram diretórios acadêmicos que respeitavam as novas normas do governo federal, por circunstâncias da própria vida da Faculdade. Tinha também o compromisso explícito de não permitir a ingerência da Universidade na vida discente, portanto, nos centros acadêmicos e no DCE, etc. Neste período conseguimos realizar inúmeras eleições de UEE, UNE e pudemos retomar e fazer com que o movimento universitário tivesse, através de manifestações e passeatas, um grande impacto, questionamento, na luta contra o regime militar.

O crescimento do próprio movimento universitário e o seu amadurecimento, com o apoio de participação ativa de novos professores, obviamente, trouxeram um confronto crescente entre setores que estavam sentindo o crescimento da mobilização popular, e que eram contrários a isso. Para enfrentar esta nova situação, houve um recrudescimento da ação de grupos paramilitares, o CCC – ou nome que se queira dar a isso –, que na verdade representavam a ação de grupos de direita nas faculdades. Alguns do CCC tinham vínculos formais com o DEOPS e outros elementos de Estado – o mais famoso

deles, o Raul Careca – e atuavam de maneira pontual, tentando desestabilizar assembleias; criar situações de confronto; impedir que pessoas progressistas falassem em uma outra universidade, criando acima de tudo uma situação de tensão. Mas na verdade, nesse período fomos conquistando e reconquistando, apesar das múltiplas prisões. Não há quem não tenha sido preso em várias reuniões de UEE; em preparação de congressos; em congressos acadêmicos; na UNE – que foi a última prisão da UNE, a mais espetacular, em Ibiúna. Mas essas sucessivas prisões faziam parte de quase um roteiro de pressão do Estado, e ao mesmo tempo, de esforço e luta pela abertura democrática.

Isto ocorreu de forma bastante constante, em alguns momentos, de formas duras. Em alguns confrontos, os limites da convivência foram ultrapassados – e muito. Mas a verdade é que esse processo foi mostrando, também, a reduzida capacidade que o próprio movimento do CCC tinha de impor a sua vontade à dinâmica do processo social. O que nós tivemos, em um segundo momento, e que foi definitivo para que os rumos do Brasil tomassem outra direção, foi o estabelecimento do AI-5, que, terminando com os direitos sociais básicos, obviamente, colocou o conjunto da sociedade em uma posição extremamente difícil. E nesse momento, o CCC e os organismos paramilitares foram deixados de lado, uma vez que o próprio Estado passou assumir de maneira crescentemente violenta e truculenta, a defesa do golpe militar e da institucionalidade, iniciado em 1964, e 1968, definitivamente consolidado com o AI-5.

Dentro deste espaço político mais geral, nós tivemos episódios que marcaram esse período. Em 1967, houve a eleição no Mackenzie de uma chapa progressista, do primeiro grupo que assumia, depois de 1964, uma posição absolutamente contrária ao regime militar. Vencendo a eleição, conseguimos transitar todo o período do mandato, com uma única exceção, e de maneira extremamente calma e participativa dos estudantes: foi uma eleição de UEE que se realizou havia dois anos, mas não dentro do Mackenzie. Os alunos saíam e iam votar em urnas que estavam sempre em movimentação, para

evitar que houvesse empastelamento das votações, pela direita. E até contra minha posição – fui derrotado na reunião que se preparou para a eleição de UEE, em 1967 – houve o aceitamento de que as eleições seriam realizadas dentro do Mackenzie. Então iniciamos a montagem das urnas no início da manhã – porém não me recordo exatamente o dia – e a Reitora no dia anterior fez um documento dizendo ser ilegal a eleição, portanto proibindo a realização dentro da Universidade. Mas nós conseguimos o compromisso da realização da eleição. Iniciamos o processo, a preparação da votação, quando alunos da Universidade Mackenzie, não só do Direito mas de outras faculdades, vinculados à extrema-direita, mais alunos do largo São Francisco, depois de um discurso violento de um dos líderes do movimento dentro do Mackenzie, tentaram invadir onde estávamos realizando as eleições, de modo que houve uma guerra campal em frente à sede do DCE do Mackenzie.

Uma das fotos desta guerra campal acabou ganhando um Prêmio Esso. Aliás, a Folha de São Paulo tem publicado muitas vezes esta foto como sendo da briga na Maria Antonia, entre alunos do Mackenzie e da Faculdade de Filosofia. Mas na verdade era uma briga que se deu dentro do campus do Mackenzie, em uma eleição da UEE em São Paulo. Este episódio foi o que gerou, por um momento, o fechamento do diretório, como uma ação absolutamente arbitrária da Reitoria, dizendo ser ilegal a eleição. Houve a criação de um triunvirato, que tentou se apossar com um golpe no Diretório Acadêmico João Mendes Júnior. Este triunvirato não conseguiu se instalar, e dois dias depois, quando nós saímos da prisão – porque nós fomos presos mais uma vez –, recuperamos o diretório, conseguimos reabri-lo e voltamos a uma vida política interna extremamente rica, conseguindo, inclusive, introduzir a UEE na Universidade – com a presença muitas vezes dentro dela do José Dirceu, que havia sido eleito presidente – portanto inserindo o Mackenzie dentro da vida normal da política universitária em São Paulo.

Tínhamos uma presença ativa, com representantes na chapa da UEE. Tínhamos uma vice-presidente da UEE, que era mackenzista,

e efetivamente conseguimos transitar nesse período, até o final da gestão, a setembro de 1968, com absoluta normalidade.

O próximo evento, que efetivamente voltou a tumultuar a vida no Mackenzie, foi a briga da Maria Antonia. Aquilo foi, simplesmente, uma tentativa de retomar confrontos, de ressurgir a direita paramilitar; de revigorar – vamos dizer assim – o pensamento da direita que estava um pouco acanhada, no final de 1968, pelo crescimento social de absoluta rebeldia, de não aceitação do movimento militar, e dos rumos do governo militar. Os grupos de direita retornaram no mesmo momento que tínhamos passeatas em São Paulo, no Rio de Janeiro, com grande mobilização da sociedade pela democracia. Houve um momento que surgiu um “entrevero” de secundaristas, que estavam cobrando um pedágio na rua Maria Antonia, para seu congresso, com alguns alunos do Mackenzie que tentaram impedi-los de fazer isto. E este início de briga entre secundaristas e alunos do Mackenzie terminou por gerar para o dia seguinte um confronto de dimensão absolutamente desproporcional. Nesta noite, a reitora chamou a polícia para dar proteção à Universidade, dizendo que a Universidade Mackenzie corria riscos. Abriu a Faculdade de Química para que fossem preparadas bombas, etc. – o que foi feito, e com a proteção da polícia e com as bombas preparadas na noite anterior. No dia seguinte cedo começou uma verdadeira batalha campal, onde alguns estudantes – aliás, poucos estudantes do Mackenzie, muito poucos – fizeram uso dessas bombas, atirando nos alunos da Faculdade de Filosofia e, obviamente, houve a reação. E neste processo acabamos tendo a morte de um estudante que estava do lado da Filosofia, atingido por uma bala disparada por um estudante da Faculdade de Direito do Mackenzie. Estudante este que, mais tarde, passou a trabalhar como agente de Polícia Federal, morrendo em um acidente automobilístico comum. Recebeu honras militares em seu enterro.

Mas este episódio, podemos dizer que foi muito especial para aquela época, e que já era o início do agravamento do processo político no país. Era a demonstração de que havia um esforço para redefinir o processo político e levá-lo a uma situação de agravamento

social para permitir que a ação militar, explícita e direta do Estado – inclusive com a queda do *habeas corpus* – implantassem-se. E digo que esta briga da Maria Antonia foi mais do que uma antessala. Foi um aviso de que as coisas realmente graves estavam por vir. E vimos que esta provocação na Maria Antonia, tal como foi, bem posteriormente, a provocação no Rio de Janeiro – que não deu certo e, por milagre, estourou no colo do agente que ia colocá-la, no show do Chico Buarque de Holanda – tinha como objetivo criar situações extremas, de desgaste das relações sociais, para permitir que o Estado operasse a transformação que ele desejava, que era o endurecimento do regime, e desta forma, avançar naquilo que o movimento militar acreditava ser o processo revolucionário que levaria o país a uma nova dimensão. Bom, os resultados nós já conhecemos.

Dentro deste processo, obviamente, todos nós vivemos intensamente. No Mackenzie tínhamos uma particularidade. Se na sociedade os confrontos se davam de maneira mais aberta, a Universidade Mackenzie estava absolutamente engajada na defesa do governo militar. Antes dessa reitora, as pessoas da Universidade tinham um trânsito livre: ministros, secretários de educação da esfera federal. Dessa forma, o Mackenzie estava intimamente vinculado aos interesses que estavam se desenvolvendo no regime militar. Isto fazia com que a vida política dentro da Universidade fosse mais difícil do que em outros lugares. Não pela particularidade de ser estudante, mas acima de tudo, pela circunstância de que a direção da Universidade tinha interesses extremamente próximos aos do governo militar. Sabemos que em algumas faculdades, como a de Direito no largo São Francisco, também houve uma aproximação com o regime. Mas em outras faculdades da USP, não. Mas no Mackenzie esta posição era dominante em todas as faculdades, porque na verdade era uma diretriz imposta pela administração, pela Reitoria, pelo presidente do Instituto e da Universidade Mackenzie, o que dava um tom muito particular à vida interna na Universidade. Com isso, a manifestação da direita dentro da Universidade tinha uma desenvoltura não encontrada em outras faculdades, outras áreas.

Como havia dito, realizamos as eleições da UEE fora da Universidade Mackenzie. A capacidade que tínhamos de aglutinação, de unificação das correntes políticas dentro da universidade, para enfrentar, exatamente, a direita e a própria direção da Universidade, permitia que houvesse confiança o suficiente para que todas as correntes monitorassem, acompanhassem a movimentação das urnas, em lugares que estavam sendo trocados de tempo em tempo, e levassem os alunos com a segurança que não haveria, em nenhum momento, trapaça; votos não reais; sumiço de urnas, etc. – algo que, muitas vezes, no próprio movimento universitário em geral era mais difícil. Mas própria dificuldade no Mackenzie nos permitia, e forçava, que atuássemos dessa forma, onde a unidade e a confiança, fossem elementos essenciais, para que realizássemos nossa atividade política. Quando ao final do dia alcançamos o sucesso, a votação iria até o término do horário noturno, e os grupos de direita perceberam que não conseguiram empastelar a votação da Faculdade de Direito, foram à minha casa, metralharam, encheram de balas, de madrugada, em uma ostentação de coragem noturna com os gatos pardos. Mas também ficou nisso. No dia seguinte, fui normalmente, e não havia mais movimentação alguma maior sobre isso.

Em 1964, o CCC – não sei se já com esse nome explícito – e a direita do Mackenzie, tiveram uma atuação extremamente violenta contra estudantes que defendiam o governo Goulart ou defendiam a democracia, enfim, a institucionalidade no país. E tão violenta que muitos dos amigos que vim a conhecer depois tiveram de sumir, afastar. A partir de 1964, até 1965, não tivemos quase nenhum movimento político. Foi em 1966 que conseguimos recuperar o espaço democrático dentro da universidade. Este foi um processo que marcou alguns momentos: primeiro, a ação extremamente violenta da direita no período de 1964. Em 1965, ainda com uma presença forte, fundamentalmente, em cima de bravatas; o andar armado dentro da Faculdade, com absoluta conivência da Reitoria; de fazer trotes extremamente violentos. Podemos dizer que a luta democrática no Mackenzie era para afastar, retirar direitos desse grupo um pouco

acafajestado, de meninos que se achavam ricos ou de servis a esses, e que tinham ocupado e tomado o espaço de parte da universidade. E a Faculdade de Direito talvez tenha sido a que, mais emblematicamente, cumpriu esse papel de retomar o direito das pessoas circularem com segurança dentro do campus. Esta luta permitiu que nós começássemos a discutir as razões de estarmos lá. Portanto, a colocarem discussão os temas universitários, temas do país, para começarmos um movimento efetivamente político.

Aí transformamos um partido político acadêmico que já existia em um partido progressista, cuja meta principal era a redemocratização do país. Com esse processo, a começos de 1966, demos um grande salto, no sentido de caminharmos para a construção do processo democrático e da vitória que nós tivemos já em 1967, com a chapa progressista, de esquerda. Esse movimento foi aquele que acompanhou o crescimento do processo democrático e a retração do CCC, e sua perda de capacidade de expressar politicamente dentro da universidade. Então os grupos de direita ficaram refugiados, colocados na situação de pequenos atos de provocação, mas já não mais como atos políticos. Essa capacidade de atuação política iria voltar exatamente em 1967, em um episódio pouco antes da eleição da UEE, no qual eles quebraram murais dentro da Universidade, que expunham a publicidade das duas chapas para a UEE, e, posteriormente, com aquela guerra que ocorreu dentro da Universidade, que acabou na prisão muitos estudantes que estavam realizando a eleição. Mas a partir dos finais de 1968, este processo já não teve retorno.

Neste tempo, eles andavam sistematicamente armados. Aqueles que como eu haviam liderado a luta pela democracia na Universidade eram procurados, e se fossemos encontrados nela, corríamos risco de vida. Desta forma, algumas vezes fui à universidade com cobertura para falar rapidamente, mas tendo que sair. O clima ficou de tal forma tenso, difícil, que a Reitora terminou por impedir que eu fizesse o exame final junto com meus companheiros, colegas de Faculdade. Fui obrigado a realizar os exames separadamente, em dias diversos. Para rezar esses exames, eu ia acompanhado de amigos

armados, que era a condição de eu chegar com o mínimo de segurança. Em todas às vezes, chegávamos lá e tínhamos a situação de o DEOPS estar presente. Eu não sabia se estava lá realmente para proteger ou para prender. Esses atos, que eram oficiais da Reitoria, eles estavam lá realmente para proteger. Acabei terminando a Faculdade fazendo os exames separadamente, com um episódio típico da época: a Reitora expulsou, obrigou que alguns companheiros que não estavam se formando no momento que se retirassem, e permitiu, por estar no último ano, que eu me formasse. Mas por um ato institucional, proibiu que eu pisasse pelo resto da eternidade, no solo do campus da Universidade Mackenzie. Bravata, como essa, tenho, obviamente, adoração do mundo difícil que eles conseguem fazer viver.

Tenho ido inúmeras vezes à Universidade, a convite dos alunos para lhes falar. Fui convidado para ser paraninfo, para abrir cursos, anos letivos; para empossar alunos que foram eleitos na Faculdade de Direito para o DA e que sabem um pouco da minha passagem por lá. Chamam-me para que eu possa contar um pouco da história do Mackenzie, sempre interessados em saber que o Mackenzie não é distinto dos demais. O que ele tem é uma trajetória de propriedade, de direção às vezes muito difícil. Acho que os alunos que lá passam são muito parecidos com os demais. Aliás, hoje às oito e meia da noite, eu irei novamente participar da posse da nova direção do Diretório Acadêmico João Mendes Júnior, na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie. Convidaram-me para falar um pouco da experiência da Faculdade e sobre a situação atual do país. Como fica claro, bazófia esta visão de dona última da verdade da Reitora, que então defendia o regime militar, e que foi por água abaixo.

Bem, para terminar, devo dizer que em toda esta experiência, com toda essa vida que tive nesse período, com o término dos meus exames, tive, obviamente, que sair do país porque com o AI-5 a minha situação estava absolutamente em risco. Minha vida estava em risco. Não pela importância, mas pela irritação que existia entre aqueles que lutavam, faziam parte do CCC no Mackenzie – muitos deles haviam passado para a área de operação dos órgãos vinculados ao

governo –, e que, portanto, colocavam minha vida em prêmio mais por uma questão pessoal, e não só por minha contribuição à luta pela democracia no país.

Com isso, tive de sair do Brasil, fui ao Chile, onde passei quatro anos e meio. Foi uma experiência extraordinária, porque peguei o final do governo Frei, e todo governo Allende até a sua derrocada. Pude estudar, fiz um curso de pós-graduação na “Escolatina”, que me permitiu não só olhar para a Economia, mas para uma diferente daquela que nós estamos acostumados a ver aqui no Brasil. Eu tive acesso a uma literatura extremamente diversa, rica. Inclusive, permitiu-me ler Marx, *O Capital*, em sua integridade. Enquanto fazia isso, estudando, eu já era, no semestre seguinte, auxiliar para ensinar aqueles que estavam entrando no texto que eu havia terminado de ler, apaixonadamente, pela riqueza que ele significa. E dessa forma, esse período me permitiu fazer uma revisão daquilo que eu via e interpretava do mundo. Tive uma nova possibilidade. Aí houve violentíssimo o golpe no Chile. La Moneda foi destruída, e o presidente eleito, que lá estava, morto no dia 11 de setembro – não o mesmo em que foram derrubadas as duas torres nos Estados Unidos. Mas a mesma violência. Hoje, muitos sabem que, o que foi feito nos Estados Unidos, é absolutamente inaceitável. Mas aquilo que foi feito em La Moneda com Allende, com o povo do Chile foi muito mais inaceitável.

Renato Leonardo Martinelli

Data da entrevista: 28 de março de 2001

Tempo de gravação: 60 minutos

Dentro deste contexto surgiram essas organizações de extrema-direita, cujos componentes, ideologicamente – ao meu modo de ver –, eram nazifascistas. Tinham tudo a ver com a estratégia de golpe de Estado, o movimento anti-comunista. E o CCC se localizava dentro deste contexto: uma organização cujo objetivo principal era o apoio ao golpe de Estado, e por outro lado, ganhar espaço na sociedade civil. Eles tinham um trabalho político muito claro, e os componentes eram, ideologicamente, de extrema-direita. Existiam organizações que vinham desde a direita com a face mais liberal até a mais radical.

É NECESSÁRIO COMENTAR SOBRE A DÉCADA DE 1960 e situar a relação entre as nações, para chegar à situação interna do Brasil. Na época, os países viviam no que se chamava de Guerra Fria. Era uma situação em que, após a Segunda Guerra Mundial, o campo socialista saiu fortalecido, e a partir daí começou uma disputa entre os países socialistas, e os capitalistas. Chamou-se de Guerra Fria porque não havia um estado de guerra declarado. Tratava-se de uma disputa de hegemonia, no

seguinte sentido: os países socialistas procuravam se consolidar a partir de suas economias internas, e entre os países capitalistas havia os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, que acabaram formando um grupo que chamavam de “não-alinhados”.

E dentro daquela disputa de hegemonia entre os dois sistemas econômicos, os países subdesenvolvidos jogavam um papel de procurar o apoio econômico internacional, o apoio político para o seu desenvolvimento. Estavam sempre em uma situação de fazer um jogo político, e como são capitalistas o faziam dentro do capitalismo, dizendo: “Se não houver esta ajuda, temos o campo socialista!”. Os países capitalistas, em vias de desenvolvimento, procuravam pressionar os países desenvolvidos para obter ajuda.

Por outro lado, principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, dentro dos países em desenvolvimento começou uma luta dos trabalhadores, dos camponeses; enfim, das classes que não tinham o poder, no sentido de procurar conquistar algumas reformas de base, como a reforma agrária, educacional, da saúde. Procurava-se uma maior distribuição de renda. E este choque causava no plano internacional a Guerra Fria, e no nacional, uma contradição entre as forças políticas, as quais partiam para um contexto favorável com o fim de realizar as reformas – anseios de muito tempo.

Havia um avanço do socialismo, com o campo capitalista em plena situação de temor, de perder o seu poder. Esta situação política se refletiu em vários países em desenvolvimento, entre eles o Brasil. Em 1964, quando houve o golpe militar, tínhamos um governo populista. Mas em torno deste governo populista existia uma série de forças que lutavam pelo socialismo, pela socialização; enfim, que procuravam realizar estas reformas de base.

Tinha-se um avanço das forças populares; e as forças que estavam no poder, no Estado, eram forças capitalistas, em pleno recuo – portanto radicalizadas. O movimento que culminou com o golpe de Estado de 1° de abril refletiu muito esta situação. Ou seja, a preparação do golpe foi feita com o apoio dos Estados Unidos – o país hegemônico –, que organizou, a nível internacional, a reação “capitalista”.

Mas sob o ponto de vista interno, nacional, o apoio imperialista foi ao encontro de uma estratégia de derrotar as forças populares, que estavam na ofensiva. O apoio do imperialismo foi importante, e contou dentro do Brasil, como em vários países da América Latina, com uma força de poder capitalista nacional, principalmente do capital financeiro, industrial e dos grandes fazendeiros. Mas sob o ponto de vista político-institucional, as forças de esquerda avançavam em termos eleitorais. Este caminho estava praticamente barrado para os capitalistas, pois eles estavam vendo que as forças populares avançavam na conquista das reformas. Em todas as pesquisas que se faziam, o Jango ou as forças populares conseguiriam eleger um presidente no fim do mandato, para que se pudesse dar continuidade a essas reformas.

As forças capitalistas, mais reacionárias, chegaram à conclusão de que a única condição que eles tinham para deter este avanço era o golpe militar. Ou seja, eles lançaram mão das forças “regulares” para garantir o poder. O golpe militar era uma estratégia que, dado um acúmulo de forças populares e o avanço das reformas, não foi uma tarefa simples como se pode imaginar, que era só reunirem as Forças Armadas e dar o golpe. Dentro das próprias forças armadas havia setores que estavam de acordo com as reformas com o programa de avançar a distribuição de renda.

O Presidente constitucional da época – João Goulart – era uma liderança civil destacada; e em torno dele se reuniam forças populares, e por outro lado, de acordo com a Constituição de 1946, era o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas. Na realidade, existia uma contradição: os militares tinham que lançar mão das Forças Armadas para o golpe de Estado, mas por outro lado estas Forças Armadas, constitucionalmente, respondiam ao mando do Presidente da República. Então eles tiveram necessidade de organizar apoios civis para se fortalecerem internamente, para ter apoio político interessante ao golpe de Estado. Dentro desse esquema, organizou-se uma série de entidades civis, cuja finalidade principal era, através da propaganda, e do trabalho político também, começar a minar os apoios que tinham as forças populares na sociedade civil.

O grande elemento de propaganda que criaram era o anticomunismo, porque os comunistas tinham uma organização, mas eram pequenos grupos. Mas ao generalizar o combate ao comunismo, este tipo de propaganda política teve o objetivo de colocar no mesmo barco forças bem heterogêneas. Tínhamos os socialistas, os trabalhistas, os social-democratas, até a democracia cristã, que eram de centro à esquerda. Então, os comunistas, na realidade, eram uma força que compunha o apoio ao governo João Goulart; uma força minoritária, mas uma força organizada. Mas a direita se servia do anticomunismo como elemento de propaganda para justificar uma radicalização.

Dentro deste contexto surgiram essas organizações de extrema-direita, cujos componentes, ideologicamente – ao meu modo de ver –, eram nazifascistas. Tinham tudo a ver com a estratégia de golpe de Estado, o movimento anticomunista. E o CCC se localizava dentro deste contexto: uma organização cujo objetivo principal era o apoio ao golpe de Estado, e por outro lado, ganhar espaço na sociedade civil. Eles tinham um trabalho político muito claro, e os componentes eram, ideologicamente, de extrema-direita. Existiam organizações que vinham desde a direita com a face mais liberal até a mais radical. Por exemplo, o CCC colocava que a situação do comunista era de uma caça. Foram nazifascistas que se organizaram para desenvolver um apoio político ao golpe de Estado. Constituiu-se depois um grupo para levar esse golpe à posição mais direita possível – quando digo direita, refiro-me à nazifascista –, e para isso usaram de componentes paramilitares. Eles começaram atuar ademais da política; radicalizaram esta atuação política, chegando às operações militares, de intimidação. E onde foram atuar? No setor estudantil, onde conseguiam arrematar componentes dentro das universidades, porque a partir de 1964 houve um refluxo do movimento estudantil, com o golpe militar de 1º de abril.

As forças populares se desorganizaram, não estavam preparadas para um golpe militar. Eram movimentos organizados, sob o ponto de vista civil, dentro de toda a organização capitalista burguesa,

na face liberal, e por isso não estava preparado. Houve um recuo muito grande, muitas prisões. Os que não foram presos foram perseguidos, e todos os setores tiveram de refluir. E a partir de 1965, 1966, estas forças começaram a se reorganizar timidamente, em manifestações contra a ditadura, a favor da democracia liberal, com a intenção de pressionar os militares a ceder o poder à parte civil. E quem começou, quem tinha a condição, dada conjuntura de consolidação da ditadura militar, foi justamente o movimento estudantil que começou a organizar uma política, manifestações contra o regime militar; porque, para a ditadura se consolidar, os militares baixaram uma série de leis de exceções, dentre elas uma legislação educacional, para modificar todo sistema educacional no país. E para isso, intervieram em toda legislação sob a qual o movimento estudantil se organizava – os centros acadêmicos, a União Estadual dos Estudantes e a União Nacional dos Estudantes –, com a finalidade de colocar o sistema educacional e o movimento estudantil sob a orientação de um programa educacional autoritário a se consolidar.

O movimento estudantil, pelas suas características, começou como defesa contra essa legislação – em específico com relação à organização estudantil legal – e posteriormente, foi ganhando força até chegar em 1968, quando começou com a aliança entre estudantes e operariado. Nós tivemos o 1º de maio de 1968 na Praça da Sé, organizado pelo movimento estudantil e operário, que juntos fizeram uma manifestação; e expulsaram do palanque o Governador do Estado, Roberto de Abreu Sodré, tendo ele que se refugiar dentro da Catedral. Viu-se que o movimento estudantil estava levando a uma situação de perigo à ditadura militar. O movimento estudantil tomou consistência nas questões próprias, e já havia início de aliança com o operariado. Este movimento paramilitar da direita se fortalecia à medida que o movimento popular também ia se fortalecendo na luta contra a ditadura. Estavam tomando consistência o movimento estudantil; dos trabalhadores; timidamente dos camponeses; e, sob o ponto de vista político-institucional, dos deputados eleitos pelas forças populares que já se manifestavam contra a ditadura.

Isto era um fenômeno que se dava no Brasil, mas em outros países também. Tudo isso tinha a ver com a Guerra Fria. Por que no Brasil havia um apoio muito grande dos norte-americanos a este movimento pelo golpe de Estado, pela ditadura? Porque o país é muito importante na América. As Américas Central e do Sul sempre foram consideradas pelo imperialismo uma área de interesse geopolítico dos Estados Unidos. Hoje estão saindo documentos da Operação Condor. Saiu um tal dossiê Kissinger, que era conselheiro sobre América Latina do governo Nixon, por participação direta na Operação Condor, em ações de atentado, em ações do Estado contra lutadores sociais. Hoje está aparecendo tudo isto.

É necessário dizer que estes grupos faziam todo este jogo porque, ideologicamente, eram desta posição de direita. A atuação deles o tempo todo tinha duas finalidades principais: atuar contra o movimento estudantil, intelectual, contra as camadas das forças populares que fortaleciam o movimento estudantil, com a finalidade de intimidar, de atuar militarmente contra estes setores das forças que apoiavam as reivindicações populares, e que eram contra a ditadura. Mas por outro lado, também atuavam contra burgueses reformistas, no sentido de convencê-los a apoiar uma posição mais radical. Por isso levantavam o famoso “fantasma do comunismo”, embora o comunismo não tivesse forças suficientes para ganhar o poder, absolutamente. Ao meu modo de ver, estas organizações paramilitares se inseriram dentro deste contexto.

Nós estudávamos na Universidade Mackenzie, Direito. Até 1964, o centro acadêmico era dirigido por companheiros. Sempre tinham sido eleitos os de centro-esquerda. A partir de 1964, as eleições estudantis sofreram um refluxo. Os companheiros da época tinham uma característica que é preciso explicar: os estudantes se organizavam sob entidades chamadas de partidos acadêmicos. Era uma característica da São Francisco, do Mackenzie, e da Católica também – das faculdades de Direito. Isto não se colocava em outras faculdades, não existiam partidos acadêmicos, só nas faculdades de Direito. Foi-se atuando no sentido de formação de partidos, de objetivos partidários

para, posteriormente à faculdade, candidatarem-se a vereador. Os partidos acadêmicos serviam como uma experiência para pós-faculdade participarem da política eleitoral do país. No Mackenzie, o partido que tinha uma posição de centro-esquerda era o Partido Libertador Acadêmico. Havia democratas cristãos, estudantes que apoiavam o Partido Trabalhista Brasileiro; mas as grandes influências que organizavam o PLA eram o Partido Socialista Brasileiro; estudantes dos Partidos Comunistas; até trotskistas – minoritários, mas atuavam. Todas as posições que participavam do movimento estudantil, participavam como agrupamentos organizados em tendências políticas de centro-esquerda.

No Mackenzie estavam todos eles dentro do Partido Libertador Acadêmico, porque o Mackenzie era uma universidade de características conservadoras; ainda que pós-1964, o Instituto Presbiteriano foi para uma posição bem mais à direita, e não era assim antes. Tanto não era que, quando Jean-Paul Sartre esteve no Brasil, em 1962, foi recebido pela comunidade intelectual e fez uma conferência dentro do Auditório Ruy Barbosa, no Mackenzie. A Igreja Presbiteriana tinha uma posição de reformas; e esta posição, pós-golpe militar, com a ascensão do grupo de Esther Figueiredo Ferraz e de Osvaldo Müller, foi para uma posição de franco apoio à ditadura militar. Com esta orientação da Igreja Presbiteriana – isto exigiria um estudo mais detalhado –, e a influência dos estudantes componentes da burguesia do campo, da indústria, o Mackenzie se tornou uma universidade mais conservadora. Depois do golpe militar, reunida na Faculdade de Direito dentro do Partido Acadêmico Renovador, concentrava-se a direita, e membros do CCC. E havia o PAD, um partido praticamente dos alienados, que apoiava o golpe militar, mas não queria participação política, pois era mais recreativo. Inclusive, reunia membros estudantes que saíram do PLA, um partido de esquerda, para ficar em uma posição mais equidistante na política.

Mas o partido de direita, o PAR, apoiou o golpe de Estado, a ditadura militar, e a orientação do Ministério da Educação e Cultura sobre o movimento estudantil e a reformulação do próprio sistema

educacional no país – o Acordo MEC-USAID. No PAR havia alguns componentes de orientação nazifascista, que eram e, dizia-se que eram, membros do CCC, porque, na realidade, ninguém podia dizer: “Olha, aquele é membro do CCC”. Era uma organização compartimentada; não era aberta; atuava clandestinamente. Então, dizer se esse fulano era do CCC ou não, era uma questão de supor. Aí surge uma questão interessante: por exemplo, o José Roberto Batocchio, que hoje é presidente do PDT no estado de São Paulo, ele era do PAR, por isso dizem que ele era do CCC. Eu não sei se ele era do CCC, por que era uma entidade clandestina, mas como o PAR atuava a reboque do CCC, não sei se ele atuava sem saber disso. O fato é que era uma ponta de lança do CCC, embora não acredito que seja tanto. O CCC atuava contra nós porque éramos a esquerda; e para o CCC, que era forte no Mackenzie – uma entidade conservadora –, admitir forças de centro-esquerda dentro do Mackenzie era uma derrota muito grande. Inclusive, chegamos a ganhar o centro acadêmico – chamávamos de DA-Livre –, porque os diretórios acadêmicos surgiram com a legislação da ditadura, porque antes eram centros acadêmicos. O movimento estudantil em geral – onde era muito forte como na USP – continuou com o nome de centro acadêmico. Assim, a verba vinha pela lei do diretório acadêmico, mas a gente chamava de DA-Livre. Ou seja, nós aceitamos o nome de diretório e a orientação para receber as verbas, mas éramos livres. Era uma saída para ter a parte econômica, que nos interessava, da legislação da ditadura; mas proclamamos que éramos DA-Livre. Depois de 1964, o primeiro estudante de centro-esquerda contra a ditadura, a favor do movimento estudantil, com participação na UEE, UNE, eleito presidente foi Lauro Ferraz, pelo Partido Libertador Acadêmico,

O confronto era direto com a direita e com o CCC. Na época se dizia que alguns membros do CCC – como o Raul “Careca”, que trabalhava na Polícia Federal e posteriormente no DOPS, na época um órgão da Secretaria de Segurança Pública – estavam diretamente relacionados com os serviços de inteligência da Aeronáutica. Como havia essa relação direta, a impressão que dava era que ele atuava

baixo um planejamento destas organizações de repressão política da ditadura. Criava-se uma situação que partia de alguma manifestação, ou ação do movimento estudantil, e nesta situação de fato havia intervenção do serviço de repressão. Em 1967, depois de eleito Lauro Ferraz presidente do diretório acadêmico com o apoio do Partido Libertador Acadêmico, e feito uma coligação com o Diretório Central dos Estudantes – o órgão que regia o movimento estudantil na universidade, com participação no movimento estudantil na chapa do Denizar, de 1965, parece-me – o candidato a vice da chapa dele para a UEE era do Partido Libertador Acadêmico. Na chapa do Zé Dirceu, tínhamos o Américo, estudante de Direito do Mackenzie. Nós participávamos da organização das passeatas, e isto deixava a direita, inclusive, em uma má situação no Mackenzie; porque dentro do Mackenzie uma força de centro-esquerda era majoritária. Sob o ponto de vista da atuação política institucional a direita estavam desaparecendo. O embate entre nós contra a direita, o CCC, era frontal.

Em 1967, pela primeira vez depois do golpe militar, nós organizamos a eleição da UEE dentro do Mackenzie, no campus da Universidade; pois até então, em 1965 me parece, fizemos na Medicina. Quer dizer, os estudantes saíam do Mackenzie e iam votar em uma urna do Mackenzie na Medicina. Em 1966, acho que fizemos na Arquitetura, na rua Maranhão, onde estavam os companheiros Moacir, André Gouveia, o Benettazo, o Otto – todos da USP, da Arquitetura na rua Maranhão. Mas em 1967, os estudantes já estavam bem fortes, e decidimos fazer a eleição dentro do campus, e aí se deu o grande confronto entre os estudantes. Mas já se viu planejado o confronto pela direita, pelo CCC. Imediatamente que houve o confronto, por causa da eleição da UEE, houve uma intervenção da Força Pública. Prenderam os estudantes. E quem tomou posse? Enquanto o Lauro e a gestão do diretório acadêmico foram para o DOPS presos, um triunvirato assumiu o diretório. E quem estava no triunvirato? José Roberto Batochio. Em uma manifestação, intervenção da repressão policial; prisão dos estudantes que promoveram a eleição da UEE, entre eles o Lauro Ferraz e a Diretoria, e quem assumiu, empossado

pela Reitora Esther Figueiredo Ferraz? O senhor José Roberto Batochio. Por isso se diz que ele era do CCC. Pode ser que ele não tenha sido do CCC, isso ninguém pode afirmar. Só ele.

Que ele fazia a política da direita e da ditadura militar, não tenho dúvidas. Tanto é que estava lá, nos jornais. Isto foi em 1967, e deu origem àquela foto famosa, que é confundida pela Folha de S. Paulo como uma foto de 1968, que foi uma outra situação, que os estudantes do Mackenzie invadiram a Faculdade de Filosofia. Mas em 1967, foi uma provocação organizada pelas forças da repressão, da ditadura. Como não teve sustentação legal, o Lauro retomou e assumiu o diretório acadêmico. E se deu a invasão da Faculdade de Direito do largo São Francisco, com a prisão do Aloysio Nunes Ferreira, que era o presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto. Houve também as invasões da *Católica* e de várias faculdades, inclusive da *Filosofia* também. Mas não se pode confundir com o que aconteceu em 1968, quando as forças da repressão, organizadas pelo CCC, pela direita do Mackenzie, invadiram e puseram fogo na *Filosofia*; isto é outra história. O CCC atuava no sentido de provocar uma situação de fato, como uma briga entre estudantes para uma intervenção das forças de repressão. No Mackenzie contava com o apoio da Reitoria. Em seguida veio o Ato Institucional n° 5, que se fala o “golpe dentro do golpe”.

Isto não é superestimar o movimento estudantil. Tem companheiros que dizem que esta visão é de superestimar, e eu acho que não. Se dermos como exemplo a França, o maio de 1968 começou com o movimento estudantil. Quando adquiriu o movimento estudantil uma capacidade de fazer aliança com o operariado, é que se vê o começo da aliança do movimento estudantil com o operariado; participação da sociedade civil; movimentos contra a ditadura tomando corpo; e, em contrapartida, o Ato Institucional n° 5. O presidente De Gaulle pôs os tanques na rua, para o que chamou de “a defesa da República”. Foi um perigo real para o poder. Por que a ditadura militar não poderia sofrer uma análise da situação desta forma?

O CCC atuou dentro deste contexto. Era uma organização paramilitar, porque sua face militarizada se via pelos atentados que fizeram contra o movimento dos artistas, principalmente do teatro. Foi um ato terrorista a invasão do teatro no qual estava se realizando a peça *Roda-Viva* de Chico Buarque. Foi uma ação com objetivo terrorista mesmo, de amedrontar um determinado grupo que atuava num setor da vida cultural do país.

Atentados a bala metralhando casas de companheiros que atuavam no movimento estudantil; atentado a bala contra o CRUSP, porque era reconhecidamente a vanguarda do movimento. Ali estavam companheiros estudantes da Universidade de São Paulo, que vinham do interior de São Paulo e do Brasil, de famílias de menor poder aquisitivo, portanto mais comprometidos na luta contra a ditadura, e na luta pelo socialismo. Praticamente eram os companheiros que participavam da organização das passeatas. O CCC ao atacar, organizar atentados contra o CRUSP diretamente, inclusive na invasão da repressão policial, era demonstração de ataque contra os quadros do movimento estudantil. Tinham um objetivo político muito claro, e paramilitar, porque foram feitos através de uma ação organizada em termos militares.

Um outro trabalho que o CCC executava era o de informações. Como estava no meio estudantil, na São Francisco, no Mackenzie, na PUC, e ao lado dele tinha uma ligação direta com estes serviços de repressão política. Em 1968, eu e outros companheiros fomos presos em 28 de junho. O movimento estudantil estava no auge, e fomos presos no apartamento de um colega, o companheiro Márcio Toledo, que estudava na Sociologia e Política, e no Direito do Mackenzie. Era o presidente do Centro Acadêmico da Sociologia e Política, portanto uma liderança do movimento estudantil. Era membro e secretário político do núcleo do Partido Comunista na Faculdade de Direito do Mackenzie. O núcleo do Partido Comunista tinha oito pessoas. Era um núcleo forte. Com esta prisão houve uma grande movimentação estudantil reivindicando nossa liberdade. Estavam presos companheiros da Economia, da Filosofia da USP. Lembro que na cela do

DEOPS encontrei a Yara, o Luciano Coutinho, o Fernando Ruivo, o Silvério. Quando fomos soltos, eu, o Márcio, o Agostinho e mais um companheiro, já éramos da ALN. De lá fomos contatados por um companheiro da ALN, o qual dizia que a gente deveria se proteger, porque eles tiveram conhecimento de uma lista do CCC, da qual constavam nossos nomes, e que seríamos presos pelo serviço de inteligência da Aeronáutica, ao qual o CCC estava ligado. Esta lista era fornecida, segundo a informação, pelos membros do CCC. Nesta lista estavam o meu nome, do Agostinho, do Lauro Ferraz, do Jum Nakabayashi plenamente identificáveis. Então – ao meu modo de ver –, o CCC atuava dentro do serviço de informação militar. Tanto que muitos deles seguiram carreira no DEOPS. Dizem que há membros do CCC que até hoje atuam nos serviços de informações, porque os serviços de informação organizados pela ditadura militar também eram uma fonte de poder, e uma fonte de carreira de influência em empresas, empresas jornalísticas. Um exemplo, pegue a história deste juiz Nicolau, o tal de “Lalau”. Ele se formou na São Francisco e pertenceu ao movimento de direita. Dizem que pertenceu ao CCC; e pelo que foi publicado, ele fazia uma espécie de triagem dos juízes que estavam prestando concursos públicos.

Mas por que não chegou a uma ação mais direta, com mais atentados? Quando começou refluir o movimento estudantil pela repressão da ditadura militar, e começaram surgir as organizações políticas armadas de esquerda, estas organizações como o CCC e outras, não tinham uma estrutura para enfrentar este tipo de situação. Então eles refluíram, por que a situação já era outra.

José Roberto Batochio

Data da entrevista: 30 de janeiro de 2002

Tempo de gravação: 50 minutos

Quem melhor do que os então comunistas para dizer que eram ou não seus caçadores?

ESTUDEI DIREITO NA UNIVERSIDADE MACKENZIE. Saí da faculdade no fim de 1967, ano de minha formatura, e desde o dia 13 de fevereiro de 1968, estou inscrito como advogado nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de São Paulo. Fui candidato na Faculdade de Direito à Presidência do Diretório Acadêmico João Mendes Júnior, se equivocado não estou, no ano de 1966. Concorri contra um candidato conservador, Alexandre Uzi, do PAD – Partido Acadêmico Democrático. Fui candidato apoiado pelo PAR, Partido Acadêmico Renovador, um partido que fosse como de direita. Um partido que na escola congregava, digamos assim, aqueles alunos mais aristocratas – o que destoava. Eu até não sabia como pessoas tão distinguidas socialmente, na Faculdade de Direito, pudessem querer que fosse o candidato à presidência do centro acadêmico, sendo que sou uma pessoa que tem origens e família do interior. Eu morava em uma república, estudava na faculdade e recebia mesada do meu pai. Não frequentava o mesmo meio social da maior parte dos membros deste partido. Todos eram sócios do Clube Paulistano, do Harmonia, naquela época.

Talvez o fato de ter sido eu o candidato à presidência do Centro Acadêmico, naquela oportunidade, tenha decorrido, em primeiro lugar, por causa de minha militância política anterior, no curso secundário. Fui presidente do Grêmio Estudantil 22 de Setembro, na cidade de Avaré, no interior do Estado de São Paulo, onde cursei o ginásio – como naquela época assim se chamava –, e em um segundo ciclo do ensino médio, estudei o curso clássico neste colégio que tinha este grêmio estudantil, e o curso de Contabilidade, simultaneamente, em uma outra instituição de ensino onde também exercia uma liderança, sendo o presidente-orador da turma, da comissão da formatura. Como não trabalhava, apenas estudava, e recebia mesada enquanto estudante por uma decisão da minha família, que achava que eu deveria me bem preparar, eu cursava Direito na parte da manhã, sentia a responsabilidade desta situação e procurava me aplicar no curso. Durante todo o curso, fui considerado o primeiro aluno de minha turma, e não era parcimonioso em relação aos resultados de meus estudos. Tanto quanto podia, e sempre que pudesse, eu dividia estes resultados com os meus colegas, que achavam muito bom isso. Talvez seja por essa razão também que...

A verdade é que o Alexandre ganhou de mim as eleições. Tinha uma família muito poderosa economicamente, que investiu recursos na campanha dele para o Centro Acadêmico: shows, artistas, material. Eu não tinha dinheiro, e ele ganhou as eleições.

Formei-me em 1967, indo diretamente para a advocacia, sem qualquer retorno, qualquer ligação com a faculdade, porque eu tinha que me dedicar à minha vida profissional. Tinha que construir minha vida profissional, aqui em São Paulo, onde não havia apoio, ligação familiar alguma com a advocacia. Tinha de construir pessoal, solitariamente, escoteiramente. Por esta razão, dediquei com a mesma aplicação, que tinha me dedicado ao curso de Direito, ao exercício da advocacia.

Quero fazer desde já uma ressalva: quando houve a conflagração entre os estudantes, de um modo geral, da Universidade Mackenzie e os da Faculdade de Filosofia, que então era sediada na rua

Maria Antonia em frente ao Campus do Mackenzie, eu não me encontrava mais na Faculdade de Direito. Não participei deste evento. Não estava lá presente. Só soube dele pela leitura dos jornais. Já estava advogando. Se não me engano foi em outubro de 1968. Portanto, fazia quase um ano que havia me formado.

Esta conflagração motivou uma reportagem na revista *O Cruzeiro*, absolutamente inverídica, que não sei por quais motivos e não sei por que formas um determinado repórter, conhecido como Pedro Medeiros, que tinha o apelido de Pedro Louco pelo que fiquei sabendo depois, fez uma matéria leviana, totalmente gratuita, encarnando o nome de várias lideranças estudantis que não estavam alinhadas ao PC do B, à ALN, a essas organizações progressistas daquela época, e que tiveram qualquer liderança na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, e também de outras universidades, e os catalogou como nomes de pessoas pertencentes ao CCC. E fez uma caricatura do CCC, dizendo que eram pessoas que treinavam jiu-jitsu, boxe, tiro ao alvo, aprendiam a manusear metralhadoras, e de formação nazista. O que eu acho curioso, dentro deste elenco de nomes, havia o de um Lionel Zaclis, estudante da São Francisco, que eu o conhecia pelo seu primo, Martinico Livowski, que era meu colega de turma. Colocaram o Lionel como judeu nazista. Ele professa o credo e é de origem israelita, o que seria uma coisa esdrúxula chamá-lo disso. Como que alguém pode ser judeu e nazista ao mesmo tempo? É uma coisa que não faz o menor sentido. Entre eles havia também o Boris Casoy, que foi meu contemporâneo de faculdade, em algumas turmas atrás de mim ao que me lembro, mas que não me consta ter participado, em qualquer momento, de qualquer movimento de violência. Tinha lá uma posição conservadora, mas não era dado a práticas de violência.

Lembro que duas ou três turmas abaixo da minha, existiam sim pessoas dadas a violência por razões políticas. Lembro-me de que havia notícias de esforços pessoais, físicos, do Raul Nogueira, chamado de Raul "Careca", que era um policial. Lembro de um sujeito muito forte, halterofilista. Na verdade, não sei se participava,

mas tinha fama. O nome dele era Parizi, se não estou enganado, porque são quarenta anos quase... Por exemplo, sobre o Parizi, eu não saberia dizer se ele se envolveu em algum ato de violência. O fato é que esta reportagem é totalmente falsa. Até hoje é utilizada contra pessoas de um plano mais dialético, que não tiveram participação alguma neste movimento chamado CCC, que teria, digamos assim, iniciado lá no Mackenzie em 1968, com essa conflagração da Maria Antonia, a despeito de existirem posições como a de Raul e outros. Além de ter uma formação absolutamente avessa a qualquer tipo de violência física, sempre achei, desde os tempos de estudante, que as ideias não podem ser combatidas por outro modo se não pelas ideias. A necessidade de se conviver com ideias opostas é a primeira de todas as virtudes democráticas – a outra verdade, a outra posição, a outra visão do mundo.

Esta reportagem, a qual até deve ter motivado este relato que estou prestando agora, e ter sido o gatilho detonador da procura da minha pessoa, é algo que foi utilizado nas minhas eleições à presidência da Associação dos Advogados do Estado de São Paulo. A despeito de todas as utilizações dessa infâmia e mentirosa matéria da revista *O Cruzeiro*, venci as eleições presidenciais da Ordem dos Advogados do Brasil, no Estado de São Paulo; à presidência nacional da OAB; e até a político-partidária, que também sofreu com a influência negativa da utilização dessa matéria falsa. Até hoje mandam cópias dessa reportagem para o meu partido, que é um partido progressista, trabalhista, socialista. Os adversários políticos usam isso – fruto de leviandade incompreensível. Temos que conviver com essa realidade, porque se alguma injustiça decorre dessa liberdade absoluta de imprensa, é melhor que essas injustiças ocorram e persigam os indivíduos que haviam tido a infelicidade de ser objeto de leviandade, como foi o que aconteceu nessa reportagem, do que não haver liberdade de imprensa, que é um dos postulados básicos e fundamentais de todo sistema democrático.

Só retornei ao ambiente universitário nos idos de 1972, quando cursei o Mestrado na Faculdade de Direito do largo do São Francisco,

entre 1972 e 1974, tendo como área de concentração Direito Penal, e complementares, Direito Processual Penal e Medicina Legal, mas já advogando intensamente e sem tempo para qualquer outra atividade. Somente depois de trinta anos de exercício da advocacia é que resolvi ingressar na política partidária. Estou exercendo atualmente meu primeiro mandato de deputado federal, pelo PDT, Partido Democrático Trabalhista – o único partido político brasileiro que integra a Internacional Socialista.

Quando fui convidado a ser vice-prefeito na chapa do Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2000, novamente esta reportagem voltou a ser agitada, com o objetivo de me imputar participação no CCC – fato que, absolutamente, não corresponde à verdade. Quando fui alvo desta matéria no jornal *O Estado de S. Paulo*, a jornalista Vera Rosa – seria este o nome, se enganado não estou – fez-me esta colocação e eu disse: “Qual era a sigla do movimento?” E respondeu-me: “CCC”. “E o que significa isto?” – retornei. “Comando de Caça aos Comunistas” – ela falou. “Quem melhor do que os então comunistas para dizer que eram ou não seus caçadores? Recomendo à senhora, jornalista aqui, que pergunte aos comunistas da época. Quem eram os comunistas da época? José Dirceu, José Genoíno, Aloysio Nunes Ferreira? Pergunte a eles se eu me coloquei em alguma posição.” – finalizei. O José Dirceu deu uma declaração dizendo que não consta nada, que o Batocchio é uma pessoa muito respeitada no Congresso Nacional. Tanto é que hoje o Genoíno me convida para fazer parte da chapa dele ao Governo do Estado de São Paulo como candidato a senador, a vice-governador. Tenho a impressão de que o Genoíno não convidaria qualquer um desses. Para os que têm interesse político em fazer uso desta inverdade, as possibilidades estão aí, e isto é algo que realmente pode prosseguir, causar danos.

Lembro que na Faculdade de Direito, já no quinto ano, o antigo presidente do Diretório Acadêmico, Dr. Lauro Pacheco de Toledo Ferraz, houve lá um problema qualquer no DA ou DCE, um confronto entre estudantes. Fazia parte do DCE o Américo Flores Nicolatti, que protagonizou este episódio. E em decorrência deste, parece que

a Reitoria resolveu estimular a destituição do Diretório Acadêmico. Por não haver como se fazer uma eleição nova, queria criar uma junta, um triunvirato, para transitoriamente dirigir o DA. Como eu havia sido candidato nas eleições anteriores àquelas que elegeu Lauro Ferraz, e tinha destaque em relação à atividade de estudante, colocou-se meu nome enquanto possível integrante triunvirato – coisa que recusei e disse: “Não autorizo colocarem meu nome nisso”. Eu já estava mais voltado para o fim do meu curso e para o exercício da advocacia. Lembro que o Américo Nicolatti, estudante do Partido Libertador Acadêmico, vice-presidente do DCE, e da diretoria da UNE – se não me engano – poderia dar maiores detalhes, além do próprio Lauro Ferraz.

Durante minha vida acadêmica na Faculdade de Direito, sempre fui um estudante que não teve muito engajamento político, nem de um lado e nem de outro. Só essa participação no Diretório Acadêmico, ao contrário da minha vida de estudante secundarista, se bem que eu exerci um cargo de diretor no Grêmio Estudantil. Curioso, no meu tempo de secundarista, houve um movimento de estudantes na cidade de Avaré que era um protesto contra a carestia, a exploração dos preços, etc., que envolvia, inclusive, o aumento do preço dos ingressos no cinema local. Isto se degenerou em uma passeata, um movimento em que o cinema sofreu alguma depredação por parte de estudantes, organizações sindicais e outros. Em decorrência disto, fui prontuariado no DEOPS – a antiga polícia política –, como José Roberto, ou José Carlos Batochio, estudante secundarista de linha trotskista. Estes arquivos estão lá até hoje no Arquivo do Estado. Sei disso porque quando foi aberto o arquivo do DEOPS aqui no Estado de São Paulo, eu era o Presidente da OAB-SP, e estávamos fazendo um grande trabalho para, através dos arquivos da polícia política, descobrir o paradeiro, destino de alguns desaparecidos. Nós do movimento da OAB pelos desaparecidos, cuja presidente era Susana Lisboa, fomos ao DEOPS em uma comissão, e lá o delegado, que ia entregar estes documentos, disse-nos: “Vamos ver os nomes de vocês para averiguar o que consta!”. E um por um, foram verificando as

fichas. Em razão disto, com o meu nome descobri esta pasta, na qual se reportava esse movimento, quando eu tinha idade de quinze anos.

Tínhamos na Universidade Mackenzie um ambiente atípico, que não existia no largo São Francisco, ou mesmo na Faculdade de Direito da PUC naquela época. Havia um ambiente de inter-relacionamento do corpo discente das diversas unidades que compunham a Universidade Mackenzie. Convivíamos com alunos da Economia, Arquitetura, Filosofia, Engenharia, etc. Além disso tínhamos contato com alunos da Faculdade de Filosofia, e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na rua Maranhão. E naquela oportunidade, convivíamos muito ali naquele quadrilátero. Reuníamos em um chamado “Bar Sem Nome”, que era um local onde se consumiam batidas de frutas exóticas. E lá compareciam para trocar ideias políticas, e conversar sobre arte e música, alunos destas variadas unidades. Lembro que o Chico Buarque de Holanda era um frequentador, e ao que me parece, namorava uma moça da Faculdade de Direito do Mackenzie naquela época, Eleonora Mendes Caldeira. Havia lá o Taiguara, falecido cantor que também era aluno de nossa faculdade, mas abaixo de minha turma. Havia uma convivência muito saudável, plural naquele ambiente. Mas não posso deixar de reconhecer que a Universidade Mackenzie era elitizada, de posição social distinta. Eu não participava disto porque era do interior, morava em uma república, e me ocupava verdadeiramente muito mais com meus estudos. Sentia a responsabilidade de levar a sério meu curso, e esta foi minha participação durante este tempo.

Devo reconhecer que, de certa maneira, no período da Faculdade de Direito não tinha engajamento algum com movimentos da luta armada, ou mesmo doutrinário, com estes grupos que representavam pensamentos socialistas. Nem com o real, na luta para implementá-lo, e tampouco com o científico, enquanto posição doutrinária. Sempre tive uma visão antropocêntrica, de respeito à pessoa humana, de não-violência, até por causa de minhas origens e por estar vivendo em um ambiente que não era o meu de origem. Sempre pude pensar na direção de que uma sociedade justa pressupunha

um sistema que possibilitasse uma igualdade de oportunidades entre todos. O respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana; a pluralidade das ideias; a justiça social; o acesso à educação, independente da condição econômica absoluta e familiar, são ideias que sempre professei e perfilei desde os tempos da Universidade. Na maturidade, esta visão do mundo foi se acentuando, inclinando-se na direção de que, efetivamente, o Estado precisa ter uma ação concreta, na consolidação destes ideais de justiça social. Na medida que o tempo foi passando, a luta pelos direitos humanos fui eu que denunciei na OAB-SP, o Massacre do Carandiru. Coordenei aqui no Estado de São Paulo o movimento pelo *impeachment* do ex-Presidente Collor. Participamos na OAB pelas eleições livres e diretas em todos os níveis, pela Assembleia Nacional Constituinte, pela Anistia. Esta posição foi se acentuando ao longo do amadurecimento político, no sentido da classe, e corporativo no melhor sentido desta expressão. Depois houve minha opção por um partido trabalhista, socialista, no qual encontrei perfeita ressonância para minhas ideias ao longo desta trajetória. Em resumo, não conheço e nunca tive qualquer tipo de contato com quem se afirma ser líder do CCC – João Marcos Flaquer, etc. Fui amigo do Caio Pompeu de Toledo sim. Era amigo do Caio, e reuníamos na Cervejaria München, na esquina da alameda Santos com a Ministro Rocha Azevedo, para conversar amenidades, tomar chope, e só.

José Celso Martinez Corrêa

Data da entrevista: 22 de junho de 2002

Tempo de gravação: 80 minutos

O CCC foi toda uma ala ligada também ao movimento da TFP – que é mais doente ainda, mais extremo –, uma ala de “playboys” defensores da propriedade, da família; de pessoas próximas da marginalidade, com uma vontade de violência muito grande. Disse Euclides da Cunha: “Uma vontade de massacre, como uma guerra, pode ser a mais científica, mais planejada, mais feita no lápis o possível. Mas dentro dela existe um sentimento arcaico de banditismo e violência, uma vontade de massacrar o inimigo”. O próprio George W. Bush diz: “Quero vivo ou morto!”.

Roda mundo, roda-gigante / Rodamoinho, roda pião / O tempo rodou num instante / Nas voltas do meu coração.

ENGRAÇADO, NUNCA GOSTEI MUITO DESSA MÚSICA, mas acho-a bonita e muito boa. Há pouco tempo fiz uma releitura da peça *Roda-Viva*. Porque *Roda-Viva* teve releituras, mas nunca foi remontada. Teve uma no Rio de Janeiro, agora, no ano passado, que o público todo fazia junto a peça, sabia as letras todas, e então foi maravilhosamente consagrado o trabalho que foi feito; que em 1968, quando apareceu

pela primeira vez, causou um abalo, um terremoto, e acabou por determinar esse episódio da invasão do CCC, que foi extremamente prejudicial, muito mais do que feriu nos atores, que feriu naquele próprio momento. Fez uma coisa criminosa, pois quando se fala em *Roda-Viva*, fala-se no ataque do Comando de Caça aos Comunistas, e passou a ser mais importante do que o próprio *Roda-Viva*.

Roda-Viva foi uma explosão, evidentemente uma explosão vulcânica, mas preparada, vivida por todo um movimento de gerações que começaram a querer, em 1967 e 1968, formular uma visão de ruptura política no processo do país, coincidindo exatamente com uma revolução cultural, um movimento cultural muito forte. Sentimos muito no teatro a ruptura, não digo só no Teatro Oficina, que depois provocou um reflexo muito grande com essa montagem em todo o processo do *teatro paulista*.

Eu, pelo menos, conheço pouco do teatro paulista. Mergulhe no passado, nas raízes remotas desse teatro, que não começou com o padre Anchieta. Os rituais indígenas todos são rituais teatrais: as rodas, os cantos, o transe, as possessões. Tudo isso é teatro, e passou a influir no teatro que, até 1967, buscava origem no período inicial do Brasil. Buscava sua origem até então no padre Anchieta, que trazia o teatro português, de palco e plateia, didático, de doutrinação, moral. E a origem do teatro brasileiro, exatamente, era o teatro do “Santo” Anchieta, que fazia a lavagem cerebral nos índios.

Evidentemente, o aspecto mudou totalmente. Agora há um teatro absolutamente “Anchieta”, “neo-colonizador”. São os teatros que dependem da Globo, das televisões, e que criam aqueles *apartheids* para a burguesia entrar e ver de perto os artistas, e realmente não ter tocado em nada – simplesmente um entretenimento de categoria muito modesta, muito medíocre.

O próprio Teatro Brasileiro de Comédia, que deu o impulso modernizador do teatro aqui em São Paulo e foi feito por um empresário da burguesia, Franco Zampari – mas que criou uma maravilhosa companhia de repertório, formada por diretores estrangeiros –, teve o grande mérito de modernizar o teatro e, de repente, ser devorado

por uma “antropófaga”: Cacilda Becker, uma menina de Pirassununga que, à maneira dela, levou-o nas mãos. Foi a deusa, a diva desse teatro, e a personagem brasileira que fez à sua maneira, como João Gilberto canta à sua maneira. A Cacilda Becker “comeu” aqueles diretores todos, aqueles textos estrangeiros todos, e trouxe como patrimônio para a cultura brasileira a arte do teatro de repertório, de companhia, estável, um processo em que as companhias se desenvolvem. E do TBC começaram a se formar outros teatros que, nos anos sessenta, eram verdadeiras “repúblicas anárquicas” – espaços da cidade que eram emanações de pessoas que lhes ocupavam, e que criavam através da experiência entre elas e o mundo, de baixo para cima e de dentro para fora. Quer dizer, não era um teatro de importação, mas de exportação. E já era um teatro no Arena; na Companhia Mary de la Costa. Em cada lugar que se ia, havia uma maneira de pensar, uma maneira de criar vinda de baixo para cima.

A gente ia para a Faculdade de Direito, e naquele tempo não se tinha vocação para nada, porque na família pequeno-burguesa tem que ser advogado, engenheiro ou médico. O Direito era mais fácil de passar no vestibular. Fui fazer Direito, com uma turma de amigos meus. Encontrei amigos também lá, apesar do ambiente ser muito tradicionalista, e as pessoas que foram para lá porque não sabiam o que fazer – não queriam fazer nem Medicina, nem Engenharia, mas a família, em certo sentido, queria a formação universitária –, e buscavam outras coisas. Foi maravilhoso como ponto de encontro. Comecei a participar dos jornais de Faculdade. Mas éramos uma minoria. A grande maioria era muito tradicionalista.

Naquele tempo, éramos ligados à Juventude Trabalhista. Fizemos um esforço muito grande para levar o Juscelino Kubitschek, que era o Presidente, mas considerado um demônio, ditador, homem de esquerda. Era um ambiente muito obscurantista, e as aulas muito entediadas – geralmente o professor repetia todos os anos. Comprava-se a apostila, e estava escrito na apostila tudo o que ele repetia, toda noite. Tinha algum outro professor interessante. Um se chamava Vicente Hauer, que havia participado da ditadura getulista, que dormia

durante o dia todo, mas dava a aula às seis horas da tarde, e parecia uma cobra que nasce da noite, muito branco. Tinha o Luís Antônio da Gama e Silva, mas o Vicente Hauer era um homem muito inteligente, que era o professor de Direito Tradicional Privado. Tive que decorar todas as datas, e até hoje sonho que não passei porque esqueci uma data.

Eu considerava aquilo um cemitério. Depois, com o que houve em 1964, levei o maior susto. Aquelas pessoas todas passaram fazer parte do governo. Parecia que eram saídos dos túmulos, e foram ser Ministros da Justiça, disso e daquilo. Eu achava que eles estavam absolutamente fora da história e do mundo, e que o golpe os ressuscitou. Mas aí encontrei um bando de amigos, dentre pessoas que não eram do Partido Comunista e que não eram de direita, que começaram a se unir para criar uma nova coisa. Havia cristãos, que deram depois no movimento da Ação Popular; gente do Partido Trabalhista; gente que ia fazer advocacia e que não ia fazer advocacia; o Roberto Freire – não o político. Essas pessoas todas formavam um grupo cultural e político, inclusive, para tentar se candidatar às eleições do Grêmio, e tomar uma posição política. Tinha o Salinas Fortes, estudante de Filosofia que lecionou na USP, que depois morreu. Maravilhoso, um grande amigo da infância.

Queríamos formar uma espécie de célula na Faculdade, como se faz sempre quando se funda alguma coisa para centro acadêmico, um departamento meio burocrático: “Grupo de Teatro”. E o Oficina era um grupinho de teatro, dessa coisa maior, desse encontro maior que havia várias áreas, tentando buscar para o Brasil um caminho diferente, que não fosse o caminho da guerra Fria – não queria nem o caminho comunista e tampouco o capitalista. Buscava outra coisa. De repente, o grupo que mais cresceu foi o de teatro, aquilo que nos estatutos constavam com menos poder. Tínhamos quarenta pessoas em um grupo, que alugou um teatro por três dias e fez uma peça, *I like to be*, que depois até o José Serra, que era Presidente da UNE, fez no Rio Grande do Sul. Fizemos *A Incubadeira* para o Festival de Santos, que era um festival nacional, muito bem organizado, de jovens

do Brasil todo. Sentiu-se que o teatro, nessa década, era uma força. Não era simplesmente o teatro como é hoje, por exemplo. Pode ser que o teatro de hoje cresça, porque tem condições sociais que estão pedindo. Tem muita gente querendo fazer teatro para valer. Mas nessa época o teatro era uma coisa muito forte; e em uma estrutura política organizada, como aquela do XI de Agosto, era algo que se destacava.

A gente foi para o Festival de Santos, e tinha grupos do Brasil inteiro – de Pernambuco, Sergipe, Pará, etc. E todo pessoal fervendo, politizado – não digo no sentido convencional da palavra, mas criando uma política nova com vida. Foi um festival de muito entusiasmo. Tinha um cara de muito prestígio no teatro, na sociedade brasileira, Pascoal Carlos Magno, que era embaixador. E ele dava ao festival um caráter, como se fosse, internacional, super importante. Lembro-me que foi lá que conheci o Arnaldo Jabor, o Cacá Diegues, e uma porrada de gente do Brasil todo. Vimos que estava acontecendo no Brasil alguma coisa.

Houve o dia em que conheci a Pagu, que foi mulher de Oswald de Andrade, Patrícia Galvão. Acho que eu era um menino. Era diretor, tinha vergonha de atuar, e usava terno, gravata, colete e tal. Ela aplaudiu muito a peça, e me deu um abraço. Subiu em mim feito uma macaca, um bicho preguiça, com um bafo de pinga fortíssimo, e o olho completamente “sompacu”. Ficou uma meia hora comigo, o povo aplaudindo, e eu com aquela mulher que não sabia quem era. Acho que ela me deu um “passe”. Passou a força da geração dela, do Oswald, da antropofagia, do modernismo, e de todo aquele movimento enorme que houve e que ela participou. Ela me passou pelo corpo, porque eu tinha um corpo muito duro, e tinha que segurá-la por muito tempo. Tenho a impressão que comecei a sentir meu corpo, que comecei a sentir que via mais com meu corpo. A partir daí comecei a ver no teatro uma arte de libertação, expansão e limites do corpo.

E a Faculdade começou a ter orgulho de nós, porque íamos aos festivais e ganhávamos prêmios. Aí nasceu o Oficina e o desejo de,

uma vez formado, profissionalizar-se. Ninguém ia fazer Direito. Tanto que nem peguei meu diploma. Organizamos e fizemos a Sociedade Oficina, alugamos o teatro, com *A vida impressa em Dólar*, mas com muitos amigos deixados na Faculdade, porque conseguimos abrir um caminho. Apesar do ambiente muito tradicional e reacionário, nossa presença lá abriu um caminho para acontecer alguma coisa, mas evidentemente muito mais nas outras faculdades.

E veio Jean-Paul Sartre no Brasil também, nessa época. Estávamos engrenados no Teatro Bela Vista, e foi proibida uma imagem de uma passeata maravilhosa, com o pessoal da Purus, que estava em greve e veio participar do espetáculo. Fomos todos amordaçados na estátua do Ipiranga, e encenamos a peça ali mesmo. Quando o Sartre veio ao Brasil, ele foi um aglutinador enorme, e centralizou esses grupos de esquerda do Brasil e as insatisfações da juventude, porque ele tinha vindo de Cuba. Era apaixonado por Cuba, e nós também éramos apaixonados por Cuba. Os livros dele que líamos, eu tinha até medo, porque eu ficava tão louco – uma sensação de liberdade tão doida que nem sabia para onde iria me levar. Nessa época, ele tinha se aproximado novamente do Partido Comunista, mas combatia dentro do partido. Era aliado, companheiro de viagem, mas já havia escrito *Crítica da Razão Dialética*. Achava o marxismo muito importante, enquanto houvesse a situação de luta de classe, imperialismo. O marxismo era inevitável, como compreensão de mundo, mas o “Irmão” do marxismo tinha que sofrer uma revolução e passar pelo que chamava de “mediações”. Foi fazer até uma conferência no Teatro Municipal de Araraquara, minha terra, sobre esse tema, para as ligas camponesas. “Mediação” que dizer: “fator específico humano, de onde nasceu; se é africano, brasileiro, índio; como ele é sexualmente, como é a biografia dele. Fez um livro dizendo que nem tudo era relação de produção, consumo e distribuição”. Até naquela época, não existia espaço para a ideia de “multiculturalismo” – como se africano fosse, antes de tudo, um trabalhador oprimido, e mais nada. E começou haver um “Não! Ele tem cultura, uma religião, uma cor bonita!”. Começou haver isto que se chama “mediações”, que não

se pode abstrair o indivíduo, ou dizer que ele é só militante, consumidor ou explorado. Mais que isso, essa “mediação” interfere na História.

Nessa época até então, a arte era muito manipulada, porque depois da maravilhosa Revolução Russa, veio o Stalin e reprimiu tudo, e a arte passou a ser utilizada pela Revolução, pelo Comunismo. E aqui todo o movimento de esquerda era meio utilizado para repetir uma fórmula vinda de Moscou. Tratava de se libertar dessa fórmula, desse colonialismo, tanto do americano quanto do *Partidão*, ou do partido chinês para, necessário, dar vazão a alguma experiência que se estava sentindo concretamente. Teve muita importância na época o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que era o oposto de Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – organismo este financiado pelo Rockefeller, e que trabalha, mais ou menos, mesmo com muitos marxistas lá, ainda na ótica do capitalismo – não transcendia, o CEBRAP vivia de fora. Já o ISEB era diferente.

O próprio *Partidão* não levava em conta quem fosse operário, ou camponês. A toda essa massa enorme chamavam de “lumpem”, com o maior desprezo, a maior população do Brasil – um bando de “danados da terra”, como na época se falava. Não levavam em consideração tudo isso, e essa geração começou a levar tudo em consideração – a experiência pessoal, do povo, e principalmente, em certo sentido, do guevarismo, do estar junto; de trabalhar em equipe, em “oficina”, palavra que foi inventada nessa época. Mesmo a arte vivia sofrendo um processo. Na época havia muita concepção da “inspiração”, e era preciso um trabalho grande sobre a arte, como o trabalho de moldar o ferro, uma bigorna. Chamava *Oficina* porque era como oficina de automóvel, trabalho árduo, porque vai produzir coisas novas e concretas, que interfiram na sociedade mais do que um automóvel. Aí veio esse nome, inclusive, com uma certa necessidade de reconhecimento do teatro como lugar de prazer, de ócio, mas um lugar de trabalho transformador, de transformar uma coisa em outra, de se transformar nesse trabalho também, e não ser o transformador todo. Quando se está trabalhando na transformação, o primeiro a ser transformado é você mesmo.

Criamos esse grupo bem cedo, até explodir na fase do *Roda-Viva*, que foi um marco no processo cultural brasileiro. Tanto que atribuem muito, como o Zuenir Ventura, um certo sentido do AI-5 à peça *Roda-Viva*. O próprio texto do AI-5 diz que é proibido frequentar lugares, e fala muito de cultura, porque *Roda-Viva* foi o ponto culminante, juntamente com tudo que havia na época, a força, o poder que o teatro tinha na época. As pessoas iam ao teatro procurar poder e saíam apoderadas.

“*Empowerment*”, essa palavra inglesa que está sendo usada agora e que acho muito boa, “empoderamento”, porque se quis apoderar, tomar o poder de si mesmo. Outro conceito, “Ocupação”; essa “coisa” que veio de 1968, que foi no mundo inteiro. Não se concebia na época de *Roda-Viva* que fosse acontecer essa “Restauração”, essa repressão tão grande. Tanto que uma boa parte dessa geração “pirou”, porque “não conseguiu estabelecer as exigências” – estou falando até em termos do Antônio Conselheiro – “da civilização”, que veio junto da repressão enorme. Tinham criado um tipo teatro que não conseguiam voltar ao teatro italiano, àquelas pecinhas e tal. Tinham se desenvolvido em uma forma titânica de fazer teatro, que se chama “estádio”, um teatro de jogadores, para a multidão, de incorporar todas as loucuras da sociedade. Passar a bola em roda, roda viva, em coletivo. Por exemplo, a Ruth Escobar era produtora, e se ela não lavava as roupas, rasgavam a roupa inteira. Pediam para limpar a casa e se estava superlotada – porque tinham que ocupar todo espaço –, ninguém fazia nada. Mas não tinha que fazer assembleia nem nada. Era uma coisa imediata, instintiva, de comportamento novo de uma sociedade reprimida, que foi absolutamente massacrada. Começou o massacre de *Roda-Viva*, e terminou com o AI-5, e essa geração ficou sem perspectiva, porque foi fechando para valer.

Mas nos anos sessenta, essas companhias eram muito fortes, mas faziam um grande pecado: ignoravam a história anterior do teatro brasileiro, que teve uma fase próxima do teatro “Anchieta”, da Igreja. O teatro brasileiro começou a acontecer de novo, principalmente no Rio de Janeiro, no meio da “putaria”, da “zona”, no meio

das mulheres que eram “um pouco putas, um pouco vedetes”, que fizeram o teatro de revista e o musical – das putas que vinham da França e Polônia para civilizar os brasileiros, mas na cama, e como putas. Porque havia aquelas senhoras sóbrias, dominadas pelo patriarca, e que não podiam se entregar inteiramente à liberdade delas enquanto mulher – não gozar direito, etc. Aí vieram as francesas, e também as brasileiras, as caboclas, as negras – como no Japão, pois seu teatro nasceu todo ligado à prostituição. Mesmo na História Arcaica, o teatro tem a ver com a prostituição, porque a prostituição era considerada sagrada. E a iniciação sexual, através da *puta sagrada*, era considerada um ritual religioso. Depois, com o desenvolver da sociedade cristã, veio a sociedade puritana, e isso evidentemente mudou muito. Mas de qualquer maneira, a origem do “teatro popular brasileiro” veio de puteiros, ligado à música, ao humor, à chanchada, à comunicação com público, à comunicação direta de tocar no público, ao descer na plateia, e improvisar. E esse teatro que veio da Europa era um muito fechado na *caixa italiana*.

E o Teatro Oficina começou a trabalhar. Nós tínhamos na mesma geração o Arena, que trabalhava na direção mais do teatro político e social, definido como teatro de esclarecimento do povo, conscientização do povo. Era um teatro um pouco vindo do Anchieta, porque determinava exatamente que o artista deveria conscientizar o povo, enquanto acho que o artista pode se conscientizar juntamente com o povo, na medida que ele está perto do povo, e está perto de si mesmo. Mas ele não tem uma verdade, consciência não tão mais clara para passar dessa maneira. Inclusive, meu irmão, Luís Antônio, pesquisou muito, refez alguns períodos do teatro musical, em espetáculos muito bonitos. Mas era um teatro que, nesse tempo do TBC, era rejeitado.

Esse teatro trazido pelos europeus, o TBC, não levou em consideração esse teatro cujos astros eram o Procópio Ferreira, Jaime Costa, Dercy Golçalves, Grande Otelo, e fez um “corte” no teatro brasileiro. Coube ao Teatro de Arena e ao Oficina retomar o interesse pelo teatro brasileiro. O Teatro de Arena retomou do ponto de vista do

teatro social, não restabeleceu a tradição antiga, e foi mais para um caminho de realismo socialista. Começou assim, mas depois o Augusto Boal veio, mexeu, e foi para um caminho mais avançado. Eram maravilhosos os espetáculos, ótimos musicais, como o *Tartufo* de Molière, que eles adaptavam. Eram muito bons, mas éramos muito diferentes. Nosso primeiro espetáculo de sucesso foi *Pequenos Burgueses*, de Máximo Gorki, onde nós mesmos nos colocávamos como pequenos burgueses sem a pretensão de passar uma mensagem para o público, mas vivenciar um tormento que nós vivíamos, e que era um tormento para lá de tipológico. Tinha a aparência de um problema psicológico, mas era um problema de não se satisfazer com o destino traçado para quem nasce nessa classe, e portando as prisões com que essa classe coloca o indivíduo da pequena burguesia nesse período. E em sua maioria, o público estudantil era de origem pequeno burguesa. O nosso trabalho foi algo de fazer explodir dentro de nós os pequenos burgueses, e tudo que tinha contido no resto da educação que tínhamos recebido, mas trazíamos em nós, no nosso corpo, uma força que não se conformava com aquilo.

Minhas primeiras peças, inclusive, foram de ruptura da família, *A Incubadeira*, em que eu quis quebrar os vidros, até chegar a *A Engrenagem*, uma peça sobre a engrenagem do imperialismo. Quer dizer, o sentimento pessoal, na atuação, a gente procurava, através do Laboratório de Stanislavski, esquentar a emoção por meio das contradições. Até criamos um método ligado ao Sartre, que a gente lia muito a *Crítica da Razão Dialética*, e fazíamos uma crítica da razão dialética no sentido dos personagens trabalharem nossas vontades, nossos deveres, e explodirem com a nossa contradição sem síntese. Sem síntese dialética, pois era a exposição de nossa contradição e o nosso desejo de se libertar da máscara, da hipocrisia, da moral, dos limites, dos sentidos da pequena burguesia. Tivemos um êxito muito grande com essa peça, e ela comoveu todo aquele público que estava no mesmo estágio da gente, em 1963, um ano que o Brasil sofria mudanças, reformas de base; um ano em que a gente estava muito bem em ser brasileiro e tinha muito poder em ser brasileiro,

no sentido de que as portas eram mais abertas, que entrávamos em Brasília com dezoito, dezenove anos e falávamos com os políticos. Enfim, havia um momento real de democracia, a UNE era muito forte, e havia um momento que a gente sentia que o Brasil ia mudar o equilíbrio internacional, a Guerra Fria. Como agora, talvez, haja uma oportunidade do Brasil mudar o equilíbrio em torno da globalização feita a partir do capital financeiro, e com uma totalidade única que não se rompe. Mas naquela época, a gente se atirou naqueles movimentos todos, que eram de libertação também pessoal. E o teatro tinha esse aspecto, e logo teve uma adesão muito grande do movimento estudantil. Era a presença física dos estudantes na sala, querendo totalmente o mesmo desejo. Dizia o Che: “É necessário nascer como pequeno burguês para renascer como revolucionário!”. Aquele ritual, aquela catarse que acontecia, fez muito sucesso.

Logo depois queríamos avançar mais, procuramos ir à Europa, mas veio o Golpe de 1964, que teve todo um problema de repressão, e cortou nosso contato com a geração anterior, do Celso Furtado, da Lina Bo Bardi, do Jango, do Darcy Ribeiro. E ao mesmo tempo, surgia entre nós toda uma geração de artistas – como o Glauber Rocha, Caetano Veloso e Hélio Oiticica –, estudantes e nós. Havia um ambiente muito positivo, a gente com muito poder, e muito “criança” ainda. Fazíamos a campanha da Petrobrás de que “O Petróleo é Nosso”, e tínhamos consciência de que o país era nosso. Aí veio o golpe, e tivemos que fugir, escapar. Tinha o lado do Teatro de Arena em São Paulo, do Teatro Opinião no Rio de Janeiro, que iam mais para uma linha ligada ao Partido Comunista, de um teatro didático, de crítica social, político. Um teatro bom, mas achávamos que aquele teatro idealizava o povo; tinha uma imagem pré-concebida do povo, e um grande maniqueísmo – de bem e mal, a burguesia má e o proletariado bom. Enfim, aquela estética não satisfazia.

Por exemplo, “veado” não entrava no Teatro de Arena, era uma coisa de homossexual. Havia uma moral antiga, uma coisa toda a seguir. Veio o Golpe de 1964, e a gente teve que fugir, e depois voltar a trabalhar, pela primeira vez, sob o peso do governo militar contra.

Mas o governo militar não conhecia o que iríamos criar, inventar. Conhecia mais como inimigo, por exemplo, o que Centro de Cultura Popular da UNE e o Teatro de Arena faziam, os tipos de teatro político, às vezes panfletário, com o papel de teatro, nesse momento, de esquerda. Lembro que ainda me encontrava com as pessoas, e havia uma insatisfação muito grande, tanto que houve uma eleição que se fez campanha do voto nulo, e ninguém votou. Todo mundo votou nulo. O Partido Comunista nos acusava de termos sido inimigos da burguesia, quando se tinha que ficar amigo da “burguesia progressista brasileira”, e que a gente estava radicalizando. Eu brincava muito com o Oduvaldo Vianna Filho, o Vianninha, que tinha muito essa posição; até que, de repente, o Teatro Oficina foi incendiado, e começou a aparecer uma série de atos em São Paulo, uma série de manifestações ameaçando, querendo radicalizar mais a ditadura, para o lado da direita.

Ao mesmo tempo, começou também no meio estudantil, naquela mesma camada, uma revolução muito maior do que a de 1964, a qual faltava, como marxismo ortodoxo, com a noção de levar cultura ao povo, e com uma noção já de compromisso com o poder, com a moral vigente, com a cabeça vigente, em certo sentido. Já o pessoal que apareceu, começou a ver aquela opção de que tinha de se entrar com o corpo nas coisas, experimentar as coisas, que não era uma coisa de cabeça, de cartilha, de ir às aulas com a cartilha do Partido Comunista: “Socialismo é a expropriação da propriedade privada...” Era preciso viver o que estava acontecendo, com o corpo. Alguns radicalizaram tanto que foram para a luta armada. Começaram a criar grupos de luta armada para entrar em ação, porque começou haver nessa geração todo um desejo de ruptura.

O Brasil sempre tem essa coisa de “não tem jeito de mudar”. Teve Ditadura, e veio a Abertura depois do arranjo com o Tancredo Neves, José Sarney, etc. E como agora, se o Lula quer subir, tem que fazer mil acordos – essa coisa inevitável, a presença muito forte do capital internacional no Brasil, do capitalismo financeiro. E a gente queria romper com isso.

O Marighella, quando foi preso no cinema, deu um tiro na tela, e disse: “Não estou me defendendo, não estou atirando para me defender. Estou dando início à luta armada brasileira”. Quer dizer: “Estou dando início a uma ruptura!”. Ruptura no significado de que não podemos mais aceitar tudo. E aí esse sentido de ruptura começou a aparecer muito forte naqueles que queriam entrar com o corpo também na arte, no teatro, no cinema, na música, na luta estudantil. Começou a acontecer um movimento de ocupação, um movimento diferente, que se ia com o corpo e ocupava lugares. E no teatro, que é o lugar do corpo, que se trabalha com o corpo, onde foi se descobrindo que o corpo é grande coisa, veio “O Rei da Vela”, que fez um panorama que fomos descobrir no Oswald de Andrade. Quando esquecemos um pouco a modernização do TBC, fomos buscar o Oswald de Andrade, que havia escrito uma peça muito parecida com o teatro de chanchada. Mas ao mesmo tempo, tinha um outro lado: era muito ligado ao teatro que acontecia na Revolução Russa – o teatro de Meyerhold, o cinema de Eisinger. Quer dizer, ele tinha um avanço em relação àquilo. Não foi montado no teatro brasileiro da década de 1930 porque não o compreendiam, e também nem a censura o permitiria.

Fomos descobrir nele essa ligação nossa com o teatro “pré-Anchieta”, e começamos a buscar, exatamente, todas as energias que no Brasil aconteceu antes de acontecer no mundo talvez, porque o “movimento de descolonização” veio com o movimento de descolonização do corpo também. E cada indivíduo tinha dentro de si, praticamente, todo o desejo da liberdade sexual, da liberdade das drogas, da liberdade religiosa, da liberdade política. O corpo que tinha isso, queria isso. O corpo queria tomar drogas, “trepar”, entrar em ação política, em comunicação com outros corpos. E dentro dessa loucura toda, aquela geração se apaixonou por si mesma. Não foi uma geração que dizia: “Minha geração foi criada no Golpe...”. Eu gostava dela, e as pessoas se gostavam, apaixonavam-se; e, de uma maneira franca, brigavam, “quebravam o maior pau”, “saíam na porrada”, mas se adoravam.

Em *O Rei da Vela*, que foi feito com o pessoal da minha geração, era uma peça que se passava ainda no palco – em um palco até recém construído, no teatro que tinha sido queimado. E ao longo do tempo voltando ao teatro de revista, à ópera brasileira mais ordinária, à chanchada, descobrimos o Oswald de Andrade; fizemos aquilo em um mês e meio. Inaugurou-se o teatro, que nos deu essa consciência com o Brasil todo; com o Brasil do passado, com o Brasil do presente; com o Brasil “pop” que começava com o Brasil que estava na televisão e que esteve na rádio; com o Brasil que estava na rua; e ao mesmo tempo mostrando que aquele Brasil – aliás, até o Chacrinha se chamava Abelardo – fez muito sucesso porque revelou o tropicalismo, e também que aquele país estava na dependência de uma estrutura internacional, e que o “Abelardo I” – o poder brasileiro – era um servo do “Mister Jones”; e que, mesmo os comunistas, muitos socialistas e pessoas de esquerda, na realidade, por terem a cabeça colonizada, não terem cultura na cabeça, e por serem ambiciosas, estavam dentro da mesma ambição burguesa de suceder em uma mesa como os “Abelardos” já combinavam, porque a gente viu isso com a maior clareza.

E acontece realmente hoje no poder como com o “Abelardo II”. São estes da “esquerda light”; toda essa esquerda que era como a do próprio presidente, de universitários, como o José Dirceu, líder do PT – mas que é outra coisa. Enfim, está no poder, e vai tomar o poder. Vem uma outra geração do PT que vai tomar o poder. Tomara que não seja um “Abelardo II”, e aproveite pelo menos a situação internacional que é muito favorável para que o Brasil se alie ao Euro e ao Mercosul – já que a Argentina está querendo ver a ligação –, e reaja à dominação americana, e abra uma nova possibilidade para o mundo. Existe isso, eu sei, mas é complicado.

Pode se pensar o CCC a partir do personagem Perdigoto, de *O Rei da Vela*. Vê-se que é engraçado que, realmente, era um tipo recorrente na oligarquia de São Paulo. Era um cara da família que não dá para nada, enche a cara, e vai ao Jockey Clube. E que, para levantar uma nota e para ter algum reconhecimento da família – porque

ele não tem capacidade empresarial – veste uma farda, e resolve assumir a defesa desta e criar uma milícia rural, no *Rei da Vela*. Acho que o pessoal do CCC não convivia com este tipo exatamente, mas eu sabia que era gente, em sua maior parte, da burguesia. Tanto que não pudemos mais frequentar os restaurantes da burguesia, e íamos comer só na zona da rua Aurora, nos restaurantes daquele lugar, porque a cidade ficou meio dividida. Se frequentasse a zona do “Perdigoto”, estaria correndo risco. Foi toda uma ala ligada também ao movimento da TFP – que é mais doente ainda, mais extremo –, uma ala de *playboys* defensores da propriedade, da família; de pessoas próximas da marginalidade, com uma vontade de violência muito grande. Disse Euclides da Cunha: “Uma vontade de massacre, como uma guerra, pode ser a mais científica, mais planejada, mais feita no lápis o possível. Mas dentro dela existe um sentimento arcaico de banditismo e violência, uma vontade de massacrar o inimigo”. O próprio George W. Bush diz: “Quero vivo ou morto!”.

Mas naquela época começou haver uma ameaça da ditadura radicalizar, porque a primeira ditadura não tocou tanto na minha geração. Ela não percebia o que estava acontecendo. Nem sabia o que era “ácido”. Não sabia nada da revolução subjetiva, pessoal, sexual. Achavam que era um bando de “porra-loucas”. Não nos viam como militantes do partido, que têm de ser presos. E aquilo cresceu com *O Rei da Vela*, com o qual foi mostrado aquele painel inevitável, retrato do Brasil que “é dependente dessa estrutura, enquanto não mexê-la”. Tem a jaula, que é para aprisioná-lo; o domador de jaula, que geralmente é um líder de esquerda; e o homem que está no poder. E eles todos estão ligados à oligarquia, e dependem do capital americano. Tudo isso, que era algo panfletário, um retrato do Brasil contado de uma maneira absolutamente livre, usando de todas as artes com muito humor, alegria, sacanagem, ímpeto trágico também, e muita força. E aquilo foi a primeira vez que uma atriz desceu até o público e começou a improvisar. A atriz foi Eliana Givans que, na peça, é um sapatão. Começava a improvisar, e mexer com as mulheres.

Aí veio 1968, e fui convidado pelo Chico Buarque para dirigir uma peça que ele tinha escrito. Mandou-me a peça, e eu queria ir a Cuba para um congresso internacional. Cuba era muito importante naquele momento, porque liderava toda uma possibilidade de revolução. Era centenário de nascimento do Brecht, eu tinha pouco tempo, praticamente menos de um mês para trabalhar nisso, e topei porque estava com alguma coisa a mais para dar, depois de ter feito *O Rei da Vela*.

O Chico era o produtor, e estava “na maior onda”, explodindo, menino ainda, com *A Banda*, que estava passando. Bancou o diretor musical, pegou o que tinha de melhor e botou na mão para trabalhar. Era para escolher um número pequeno de pessoas, e acabei escolhendo todos que vieram, porque era o próprio pessoal da rua, em 1968, que pulava na cena. Até lembro que alguns atores – e já tinha a Globo naquele tempo – fizeram testes, mas acabei ficando com esse pessoal da rua, que trazia em si essa revolução do corpo. E eles eram uma *Roda-Viva*, uma tribo de índio, acostumados a ocupar o espaço nos quatro cantos. Jamais se confinariam em um palco.

Era uma gente que trazia esse Brasil; trazia uma revolução cultural. Esse grupo se juntou e, em menos de três semanas, levantou a peça toda – uma peça com música o tempo todo, com movimento, e que ocupava o espaço todo em um teatro pequeno, chamado Santa Isabel. Levantou-se como um rito. A peça do Chico tinha os personagens e um coro, de quatro pessoas. E como o Chico estava entrando em contato com o sistema das gravadoras, fez um roteiro interessante que ele conta, exatamente, como se fosse hoje, a primeira vez que ele vai à televisão, e de que maneira vão tentando manipulá-lo: primeiro ele vira um “iê-iê-iê” e não dá certo; aí resolvem transformá-lo em um homem de protesto, e vira uma espécie de Geraldo Vandré; a mulher dele acaba virando um ídolo *hippie*, porque ele é obrigado a suicidar, obrigado a morrer.

O Chico, muito honestamente, de uma maneira brilhante, traz tudo que ele viu quando entrou no *mainstream* da indústria cultural, quando entrou na gravadora, e o que podia ocorrer com a carreira

dele. Ele foi muito íntegro, fazendo sempre o que ele quis. Mas a tentativa de manipulação que ele via acontecer, de utilização do artista como um boneco de mercado, foi maravilhosa na peça, o que combinava exatamente com a situação daquela multidão em 1968, que queria se exprimir, tomar o poder onde estivesse. Chegou no teatro e tomou o poder do teatro. Tanto que o coro da peça era muito mais importante que os protagonistas, que eram ótimos – o Paulo César Pereio, Marília Pêra, Marieta Severo, Antônio Pedro, Flávio Santiago. Mas o que era forte era o coro. Ocupava a sala inteira, e estabelecia contato físico com o povo, como acontece na Macumba, Umbanda, Carnaval. Era um grande ritual orgiástico, de tocar nos pontos tabus, e de fazer uma ruptura com o teatro do Padre Anchieta, do palco italiano, classificado em adultos e jovens. Era como se fosse um grande ritual da tribo para retomar todas as energias selvagens, “pré-Anchieta”, mais as energias do mundo inteiro, que aconteciam com a juventude. Não era só a família que estava em jogo, mas a sociedade toda. Era uma revolução cultural, na maneira de comer, *trepar*, estudar, lutar, ir para o partido. E lá foi o ritual disso, e tocaram evidentemente nos pontos tabus, coisas sagradas que não podiam ser tocadas na sociedade brasileira daquele tempo.

Foi um sucesso enorme, o público aderiu em multidões. Ao mesmo tempo, a direita foi vendo aquela manifestação, tanto que a censura não proibiu a peça no começo. Quando os censores foram ver a peça, ficaram todos olhando para os olhos do Chico, aqueles olhos maravilhosos. Era um menino lindo, todo mundo “maneirou” e foi ao espetáculo. Entrou em cartaz e ficou três meses sem a censura dar conta. E foi dar conta quando aquilo pegou uma multidão enorme, e começou a acontecer aquilo como ritual. Mas não se podia proibir porque, naquele tempo, ainda havia a entrada de pedido de *habeas corpus*. E o sucesso não deixava proibi-lo. Apareceu a Conceição da Costa Neves, uma antiga atriz de teatro português, mas uma puta arrependida, que virou uma mulher de extrema-direita, e um deputado, que era jornalista do *Diário de S. Paulo* e da Tupi, que começaram a dizer na Assembleia Legislativa que aquilo tinha de

ser proibido, que era uma coisa absolutamente imoral, devastadora de costumes e que aquilo era merda toda exposta.

Mas o povo estava indo cada vez mais até que – éramos inocentes, não estávamos percebendo –, durante tempo enorme, um grupo paramilitar – e acho que o CCC é um grupo paramilitar, porque ele teve a paciência de ver tantas e tantas vezes –, divulgou um panfleto reivindicando a operação do massacre, depois chamado de “Quadrado Morto” – quer dizer, o oposto de *Roda-Viva*. Estudou muito bem o terreno, como quem vai fazer um combate, e houve o ataque ao *Roda-Viva*. Em uma noite, depois de verem setenta e tantas vezes, sabiam as posições do atores, onde se trocavam. Em poucos minutos invadiram os camarins, esperaram o público sair, bateram nos atores; quebraram todo equipamento, as cadeiras. Fizeram uma devassa total naquilo. Eu não estava presente, não sei descrever. As descrições das próprias pessoas que fizeram a peça são válidas por si. Sei que foi preso o contrarregra da peça uns quinze dias antes, torturado e solto. Já sabia que estava sendo visado, mas não até o ponto. Esse ataque ao *Roda-Viva* foi um marco, porque, até então, estávamos recebendo ameaças. O Oficina já havia pegado fogo, mas aquilo não tinha chegado dentro do teatro. Tinha censura, mas não tinha ameaçado o corpo de quem está atuando.

Tivemos do público uma resposta extraordinária. No dia seguinte, o público triplicou. Era muito difícil conseguir ingresso. O pessoal da Maria Antonia e mais outros estudantes cercaram o *Roda-Viva* defendendo com pedaço de pau, e o público só saiu depois que os atores saíram. Na época, a Cacilda Becker, que era primeira-atriz brasileira e uma grande líder política e cultural, quando soube do atentado ao *Roda-Viva*, foi ao Teatro Galpão, onde aconteceu, e disse que se sentia ofendida por aquele ataque, “porque todos os teatros são meus teatros”. Essa é uma frase muito importante, porque tinha uma parte da classe teatral que via com animosidade o *Roda-Viva*, que fazia tanto sucesso que feria o que os outros teatros faziam: “Quer dizer que para ser ator agora vai precisar fazer malabarismo, isso ou aquilo? Estou desempregado, tem um teatro de que não participo,

que é uma selvageria, uma loucura...” Houve muita gente que estava de acordo com os que destrataavam o *Roda-Viva*. Quando a Cacilda falou a posição dela: “Meu teatro são todos os teatros”, e “*Roda Viva* é teatro, um novo teatro”, os críticos não compreenderam. Li-os depois, falavam coisas absurdas de *Roda-Viva*.

Era um espetáculo requintadíssimo, tinha Fred Péricles, grande arquiteto, figurinista, cenógrafo. Fez um espaço cênico deslumbrante, uns figurinos maravilhosos, a cor do teatro, uma série de telões de projeção, criando um ambiente para a idolatria do ídolo, que foi o palco virado em um vídeo monitor de televisão. Ele fazia a produção com a Dulce Maia, que era da ALN, e o mesmo carro que fazia assalto, fazia produção. Era tudo hiper ligado. E tinha o Johnny Howard, o diretor de cena, que era jovem mas um militante de linha frente mesmo; que tinha de manter a ordem naquela anarquia toda, que volta e meia, partia para a *porrada*; porque esse pessoal era um grupo que tinha uma intensidade muito grande. Então era difícil, às vezes, botar aquilo todo dia para funcionar. Tinha que funcionar, mas às vezes debaixo de *porrada*, ou então todo mundo transava.

Era uma loucura, uma energia nunca vista. Lembro que o Mick Jagger foi ver um dos nossos ensaios quando veio ao Brasil – foi até a época que compôs *Simpathy to the Devil* – e depois foi ver a Miriam Makeba, que cantava *Pata-Pata*. A gente fazia ensaios abertos, então o público podia ir, e ficou um lugar de esquentamento, de muita agitação. Durante a apresentação, reproduzia-se as cenas da guerrilha da rua, dos festivais, do que acontecia; panfletava-se; havia “quebra-pau” no meio do público e a luta contra a polícia, que começava aparecer nos comícios relâmpagos, com as “bolinhas de gude” contra os cavalos. Tudo aquilo estava ali, e só tinha igual no programa do Chacrinha, porque juntava uma multidão em um espaço pequeno e rodava a câmera em 360°. Era um calor, uma loucura que havia no *Roda-Viva*. Em um certo sentido, começava de novo no Brasil um teatro como o da Grécia, que havia começado nesse tipo de ritual, que é o das *Bacantes*. Depois fui retrabalhar isso em *Bacantes*, mas aquilo surgiu espontaneamente, sem eu nem saber o que era

exatamente *Bacantes*. Surgiu como uma renovação, o começo de uma outra cultura. Tanto que o Gil e o Caetano iam quase todo dia, até mais que o Chico, vestidos com umas roupas africanas. Passou a ser um lugar que reunia as pessoas, e se ritualizava o que acontecia de revolucionário fora. Juntou tudo – ia Glauber Rocha muitas vezes, Hélio Oiticica. O Chico tinha muitos fãs e era um estupro para as fãs dele, que o imaginavam mais angelical, quando topavam aquela força, aquele fígado cru. Eu queria que o cartaz fosse um fígado cru, com os olhos do Chico, o ídolo sendo estraçalhado, e todo aquele sistema que começava a querer se espantar ser explodido por uma roda de alegria enorme, de uma força enorme.

Isso despertou a inveja na direita, e a vontade de exterminar no local a prática daquilo. Não conseguiram na primeira vez, porque a partir daí os teatros todos se uniram. Havia também a Feira Paulista de Opinião, e o *Navalha na Carne* no Oficina, que estavam ameaçados. Criou-se um grupo que ficava em um Volks, de um dos atores, circulando pelo Bixiga, vendo os teatros, checando se estava tudo em segurança. Foi aí que o Oficina descobriu que não tinha saída do fundo. Foi aí que começou todo esse desejo de ter saída do fundo, que dá hoje na luta contra o Sílvio Santos, porque o Brecht dizia: “Uma pessoa que não tem saída dos fundos está *fodida*. Uma pessoa que, de fato, trabalha com autenticidade tem que ter um lugar para fugir, porque ela vai ser pega”. E a gente não tinha no Oficina, e aí todo mundo começou a estudar caratê, porque atacaram com caratê. Mas era muito inseguro ficar exposto, contanto que houvesse outros atores que fizessem uma espécie de segurança, até armada. A Ruth Escobar, uma das produtoras do espetáculo, foi à Polícia Federal, trouxe um cara com metralhadora – era super arriscado. Não se sabia até que ponto aquela metralhadora era a nosso favor ou contra. E mesmo o fato de estar com uma metralhadora atuando era uma coisa terrível. Era uma piração muito grande. Mas a força era tão grande que tinha que continuar.

Fomos a Porto Alegre, levantei o espetáculo lá, mas voltei. E no dia seguinte houve o atentado mais grave que tínhamos conhecido,

que foi feito pelo próprio Exército, da divisão militar de Porto Alegre; que cercou o hotel, correu por todos os quartos, bateu em todo mundo, raptou a atriz Elizabeth Gasper e mais dois atores da peça. Levaram-lhes para o mato, tentaram currá-la, fizeram mil cenas de tortura psicológica muito grande. Ao final, não deixaram que os advogados se aproximassem. Pegaram os meninos, e os jogaram em um ônibus, com todo mundo ferido, sangrando, de volta para São Paulo.

Quando chegou esse pessoal de Porto Alegre, quando o vi, pensei: “Vem aí um outro golpe. É necessário mudar completamente a estratégia”. Aí o grupo acabou trabalhando em *Galileu Galilei*, e começamos a mudar de atitude, a passar por uma vida dupla, explícita e clandestina, porque estávamos ameaçados nos lugares onde morávamos. Tínhamos espões dentro do teatro. Sobreviveu, mas com dificuldade muito grande. Foi preciso uma sabedoria muito grande. Tanto que “Galileu” estreou no dia do AI-5. Veio um período que se estava exposto publicamente. O grupo todo que fazia “Rei da Vela” e *Roda-Viva* veio trabalhar em “Galileu”, mas sem poder comunicar com o público, proibido pela polícia de olhar para o público. E a história daquele período é mais ou menos essa.

Esses grupos paramilitares eram possuídos do desejo de massacrar aquilo que eles, sobretudo, sentiam inveja. Eram pessoas que enchiam a cara, super reprimidas sexualmente, mentalmente, apesar do dinheiro daquelas famílias de tradição muito grande, e que tinham necessidade de matar, apagar o que fosse qualquer sintoma de liberdade fora da maneira deles viverem. E com isso levantavam uma grana para a própria sobrevivência e ganhavam a razão de viver. Era uma espécie de “justiceiro” da burguesia, o Comando de Caça aos Comunistas.

“Quando se chega ao *aquí agora*, estamos vivos; então, podemos fazer tudo. Tudo é permitido. É possível aproveitar a presença para se fazer algo”. Não tinha que ficar esperando por alguma coisa que viesse acontecer, por alguma ordem, por alguma permissão. Imediatamente, começava-se a agir, fazer acontecer. Se via a pessoa

a primeira vez e *batia* com ela, imediatamente começava a transar com essa pessoa, fazer as coisas, tocar a vida adiante – no sentido da vida presente, no sentido do *aqui agora*. Era muito forte, e isso foi cortado. É difícil de voltar a fazer uma carreira, conseguir *chegar lá*. Por isso digo: “Quando o país quando for desenvolvido, vai-se ter dinheiro. Quando o país for socialista, vai-se ter um mercado em melhor situação”.

Mas essa época teve a característica do *aqui agora*, e foi isso o que despertou a inveja e o ódio tremendo do grupo paramilitar que começou a destruí-la. Depois o Exército ajudou a destruir, veio o AI-5 – que destruiu não só isso, mas o sintoma de um Brasil que tem uma forma de revolução, e que é revolucionário. Uma revolução, inclusive, parecida com a russa, porque teve a arte também, que produziu Maiakovski, Einsentein, Meyerhold, todos os construtivistas, e aquela maravilha que foi o cinema russo. A gente via o Brasil como uma coisa assim. Foi muito ruim, o AI-5 foi mais violento que o golpe de 1964, porque destruiu uma revolução não só no Brasil, mas no mundo, na França, nos Estados Unidos também – apesar do povo conseguir acabar com a Guerra do Vietnã, tempo depois. Na China foi até um pouco de loucura a Revolução Cultural, que na época a gente admirava, mas que ainda tenho que estudá-la melhor para saber o que aconteceu. Houve um determinado momento que experimentamos o gosto de *aqui agora* – aquela coisa que depois o John Lennon imitava com *Imagine*.

Imagine nada! É agora, e essa sensação me mantém forte até hoje. Se eu consigo estar *aqui agora* nas piores condições, na pior situação, com outras pessoas que estão *aqui agora*, consigo fazer coisas que são demais! Parte daí a grande a grande contribuição dessa época. Pode ser que agora esteja em retorno. As coisas vão e vêm. E agora volto para *Os Sertões*...

Gabriel Fernández Otamendi

Datas das entrevistas: 13 e 20 de março de 2002.

Tempo total de gravação: 120 minutos.

Relato oral, transcrição e transcrição originais produzidos em língua espanhola.

Em resumo, o monumento de Lorca foi destruído três vezes. E se mil vezes o destruíssem, mil vezes o reconstruiríamos, com a ajuda, a colaboração dos brasileiros que sempre nos ajudaram e sempre foram entusiastas desta homenagem.

QUERO DIZER SOBRE O CENTRO DEMOCRÁTICO ESPANHOL, que foi um centro fundamental na vida de São Paulo, na luta contra a ditadura franquista e, explicitamente, de nossos muitos amigos brasileiros, que lutaram contra a ditadura franquista, apoiando-nos, e ao mesmo tempo contra a ditadura no Brasil, que durou pouco mais de vinte anos. Lembro que ao chegar ao Brasil, alguns amigos me diziam: “Como é possível vocês suportarem uma ditadura militar há dez anos, ainda que com a bravura do povo, com a luta que tiveram durante a guerra civil?”. Eles ignoravam a repressão assassina, violenta, feroz, da ditadura franquista; julgavam muito superficialmente. Eu me calava e pensava: “Oxalá que não ocorra nunca no Brasil um tipo de levantamento militar, subversão militar, como ocorreu na Espanha”.

Nós lutamos durante três anos, na realidade, mil dias, contra a ditadura não somente franquista, mas as de Hitler e Mussolini, ditaduras nazi-fascistas que queriam impor seus supostos métodos e culturas no mundo. E quando aconteceram a subversão e a ditadura no Brasil, o povo brasileiro, apesar a excessiva propaganda, muito “bla-bla-bla”, não se opôs energicamente à ditadura militar. No Brasil teria sido fácil, terrivelmente fácil, conter a ditadura militar. Se o povo decidisse lutar, teria sido facilímo, muito mais fácil que na Espanha, de conter e derrotar a ditadura em pouquíssimo tempo. Mas o presidente Goulart, em poucos dias, se ausentou e renunciou ao cargo, ao invés de convocar as forças do povo para lutar em defesa da democracia, da suposta democracia que existia então. Ao invés de convocar o povo, exilou-se, foi-se para o Uruguai.

Volto ao Centro Democrático Espanhol. Um grande número de espanhóis vieram para Brasil – julgo por meu caso – porque era o lugar mais fácil de emigrar. Em todos os países da América havia ditadura – Perón, Trujillo, Somoza e toda aquela canalha de generais hispano-americanos. E mesmo o franquismo fazia muita questão do hispano-americanismo. Os espanhóis que vieram para o Brasil, em sua maior parte jovens, dedicaram-se a fundar centros regionais, como Centro de Andaluzia, Centro de Galícia. Centros que representam diversas regiões da Espanha, pois são muitas e variadas, muitos diferentes costumes e formas de falar – temos na Espanha quatro idiomas: além do Castelhana, o Basco, o Catalão e Galego. Os espanhóis fundaram centros regionais dos quais eu me cansei, no princípio, de frequentar alguns. Mas ia desenganado, porque nestes espaços cultivavam unicamente o folclore barato, aquele folclore que o franquismo patrocinou e fomentou para que esquecessem a repressão terrível que havia na Espanha. Era uma repressão feroz, um ódio tremendo que havia contra as forças democráticas, contra os “vermelhos” e “comunistas” – como diziam –, contra os maçons. Inclusive, calcula-se que na Espanha, naquela época, havia de oito a dez mil maçons. Franco – um fanático que tinha muitos outros defeitos, e nenhuma virtude, claro – tinha um arquivo particular com informações de oitenta

mil maçons, no qual incluía uma ficha de García Lorca, falsa, e publicaram-na em muitas revistas e livros.

Os centros espanhóis eram todos de folclore barato; não havia fundamento realmente cultural, embora alguns desses eram patrocinados pelo Consulado em São Paulo. Este consulado sempre foi do mais tendencioso, do mais fascista, e de ajudar aqueles que consideravam seus comparsas e aqueles que consideravam seus súditos, seus serventes. Ao final conseguimos reunir um pequeno grupo de espanhóis de diversas regiões da Espanha: eu, por exemplo, era um dos representantes bascos. Entre os anos de 1955, 1956, existiu um Centro Basco, e no estatuto constava a abstenção a qualquer atividade política; e, claro, apesar de naquele tempo eu ser amigo do pessoal, não participei daquela fundação.

Havia já acontecido umas reuniões entre os amigos republicanos e se decidiu formar um centro que seria herdeiro do Centro Republicano Espanhol. Aquilo durou uns anos. Todas aquelas sociedades se desfaziam e se formavam novamente, outras se agrupavam. Até que chegou um momento em que reunimos – cheguei um pouco depois – uma série de espanhóis e adotamos o Centro Republicano, Centro Gallego, que depois se chamou, registrado em cartório e tudo como “Centro Democrático Espanhol”, antigo Centro Republicano Espanhol. Reunimo-nos e conseguimos agrupar uma série de pessoas no Centro Democrático espanhol, que foi aumentando até que depois de muitas peripécias, instalamo-nos na rua da Figueira. Ali fizemos um grande serviço cultural, conhecemos muitos espanhóis, em sua maior parte jovens, pois na não havia perspectiva de emprego alguma na Espanha. Vinham completamente ignorantes de nossa História, dopados pela propaganda franquista. No Centro Democrático Espanhol muitos professores da Universidade de São Paulo davam conferências; muitos amigos, professores, médicos, engenheiros eram convidados a passar pelas tribunas, ministrando sobre cultura, motivos brasileiros, História da Espanha. Isso contribuiu para uma grande preponderância do Centro Democrático Espanhol no cenário político e cultural de então.

O Centro Democrático Espanhol foi recorrendo caminhos, mudando de lugar devido aos altos aluguéis. Permanecemos um tempo sem local, depois de sair da rua da Figueira. Foi então quando conseguimos um local na rua Conselheiro Furtado. Eu trabalhava em uma firma de construção e visitava muito a Cidade Universitária, naquela época em construção. Inclusive eu tinha certa relação com Villanova Artigas, famoso arquiteto, autor de alguns dos edifícios. E assim me fiz conhecido entre professores e alunos; e quando me viam, saudavam-me, ao invés de dizer “Gabriel”, “Fernández”, ou “Otamendí”, com: “Verde que te quiero verde” – recordando o poema *Sonámbulo* de García Lorca”. Este começa assim: “*Verde que te quiere verde/Verde Monte, Verde Mar/ El Caballo sobre la Montana/El Barco sobre el Mar...*”

Um dia me ocorreu pensar que entre universitários muitos conheciam Lorca, e fazer uma homenagem ao poeta. Fui pensando durante muito tempo. Até que uma noite, em uma assembleia, eu ocupava um cargo na diretoria, reuníamos uma ou duas vezes por semana, e propus que se fizesse uma homenagem a Lorca. Aquilo provocou uma reação enorme porque éramos muitos e de muitas tendências: anarquistas, socialistas, comunistas, republicanos. Eu era o único basco, e havia muitos catalães. De momento rechaçaram, disseram que era loucura, ninguém conhecia Lorca. Era uma confissão de ignorância entre os espanhóis sobre a cultura do povo brasileiro; porque conheciam Lorca, mas desconheciam os poetas brasileiros. Manuel Bandeira escreveu um poema de elogio à Espanha: “A Espanha Republicana, sim/ A Espanha de Franco, Não!”. Carlos Drummond de Andrade e Vinícius de Moraes também escreveram poemas recordando Lorca. Vinícius depois escreveu um artigo, um relato que se intitula *A morte de um pássaro*. Muitos intelectuais, poetas, pintores, se dedicaram a Lorca.

Continuei insistindo, e naquela época foi eleito presidente do Centro Democrático Espanhol José B. Vendrell, membro do Partido Comunista, mas homem muito inteligente, e muito “*amico mio*”. Depois de algumas poucas reuniões, José B. Vendrell apoiou minha

ideia sobre a homenagem a Lorca; e aquilo originou uma discussão que durou meses; porque todo mundo queria ser o pai de García Lorca, e todo mundo tinha ideia sobre a homenagem. Ao final prevaleceu a minha.

Foram organizadas duas comissões: uma composta pelo Centro Democrático Espanhol da qual eu e José B. Vendrell éramos os principais personagens; e outra, a comissão brasileira da homenagem, da qual participavam Paulo Duarte, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido, Mario Schemberg, e uma infinidade de intelectuais. Começamos visitando uma quantidade de artistas de teatro e intelectuais, como Ruth Escobar, Sérgio Cardoso, Cacilda Becker, Raul Cortez, Cleyde Iaconis e seu irmão. Há muitas referências nos periódicos da época, que publicaram mais de 80 notícias, durante quatro ou cinco meses, sobre as homenagens a Lorca. Continuamos fazendo o serviço do Centro Democrático Espanhol, arrecadando dinheiro, porque queríamos convidar poetas espanhóis, e familiares de Lorca. Da família de Lorca veio Francisco García Lorca e Laura del Río, irmão e cunhada. O poeta que veio foi Gabriel Celaya e cuja esposa que não lembro o nome. O Centro Democrático Espanhol enviou muitas cartas, a Picasso, a Rafael Alberti, a muitos exilados, em sua maior parte intelectuais, pintores, e notáveis que residiam fora da Espanha.

Depois de muitas visitas e contatos, por indicação de Paulo Duarte, eu e José B. Vendrell visitamos Flavio de Carvalho, arquiteto, engenheiro e, sobretudo, artista. Perguntamos-lhe se estaria interessado em fazer um Monumento a Lorca, pois já havíamos programado as outras homenagens. Flavio de Carvalho aceitou imediatamente, ficou encantado com a ideia e pediu mais uma semana para pensar no assunto e o tipo de atividade. Dias depois, falamos com Paulo Duarte e voltamos a ver Flavio de Carvalho, e ele tinha desenhos do monumento que poderia fazer a Lorca. Inclusive, ele se referiu um relação à possibilidade de convidar outros artistas para que houvesse mais projetos que nós gostássemos. Mas decidimos que a ideia de Flavio de Carvalho era excelente: um monumento

metálico, com tubos de ferro, com chapas, um monumento digno de Lorca. Era um monumento surrealista. Eu, José B. Vendrell e Paulo Duarte gostamos muito, e mostramos os desenhos à maior parte das pessoas convidadas, como Alberto D'Aversa, Renata Palottini, Ruth Escobar, Plínio Marcos, Antunes Filho, Ziembinski, Maurício Segall e a todos aqueles que quiseram e aceitaram colaborar com a comissão brasileira de homenagem a Lorca.

Decidimos visitar o prefeito Faria Lima e lhe expor nosso projeto, porque era muito importante sua autorização e colaboração para se fazer a homenagem e instalar o monumento em alguma praça pública. A primeira ideia foi instalá-lo junto à Biblioteca Municipal, atrás da estátua de Cervantes. Ele marcou um dia para voltarmos à prefeitura para falar com seu chefe de gabinete. Voltamos e o chefe de gabinete no atendeu e nos disse que não poderia ser nos jardins da Biblioteca, porque o engenheiro encarregado ditou que naqueles jardins já havia muitas estátuas e monumentos, que o projeto de Flavio de Carvalho era muito revolucionário e não estaria de acordo com a arquitetura do edifício.

Faria Lima nos pediu um novo prazo para propor outro lugar, e quando se decidiu, apontou a Praça das Guianas, próximo à avenida Nove de Julho, junto à rua Estados Unidos. Foi decidido então pela Praça das Guianas, ainda que um pouco distante do centro da cidade, onde certamente haveria maior fluxo de pessoas. Nesta região há muito tráfego de automóveis, mas pouco de pedestres. Fizemos rapidamente um pedestal e, na madrugada, de noite bem escura, levamos o monumento em um caminhão com Flavio de Carvalho, Paulo Duarte, Antonio Candido. Foi preciso um caminhão porque o monumento tinha de três a quatro metros de altura. No pedestal puseram umas barras de suporte, e com cimento rápido foi concretado. Na praça, próximo à calçada há ainda um monumento, uma estátua de uma negra com turbante, completamente nua, em bronze. Isto me recordou que, quando cheguei ao Brasil, eu lia o português, não compreendia nem o falava bem, mas eu lia porque já estive preso próximo à fronteira com Portugal. Líamos os periódicos contrabandeados

dos aliados, naquela ocasião, porque todas as notícias na Espanha vinham dos nazis e dos fascistas italianos. Àquela época, anos 1950 e 1951, havia uma campanha para retirar a negra daquele lugar, justamente porque era uma estátua de uma negra nua. Na praça se reuniam muitas crianças e babás, e local envolto de residências de famílias da alta burguesia. Aquilo pois era uma atentado, um insulto à moral da época, algo horrível para a educação das crianças.

O monumento foi construído pelos irmãos Rodríguez, uma família de serralheiros, tinham a mesma profissão desde a Espanha. O pai e os filhos vieram para o Brasil por motivos políticos e econômicos. Tinham uma oficina no Tatuapé. Eram sócios do Centro Democrático Espanhol, e eles foram os primeiros com quem conversei sobre a obra de Flavio de Carvalho. Disseram-se encantados, e que o fariam em horários fora de expediente e que, inclusive, absolutamente não cobriam pelo trabalho.

Ao mesmo tempo, pensamos em fazer uma exposição na Biblioteca Municipal, e para a qual conversamos com a diretora, Maria Eugênia Franco. Ela nos deu todo tipo de facilidades e, inclusive, nos ofereceu uma área na biblioteca para que organizássemos a exposição. Conversamos com Marli García, uma brasileira e grande amiga nossa, e sócia do Centro Democrático Espanhol, com Ángel Espinoza, Juan Cabeza, e com uma quantidade de amigos que deram sua opinião sobre a forma de organizar a exposição. Sem ter experiência alguma sobre o assunto, comandi aquela exposição com a assessoria de todos aqueles artistas e entusiastas de homenagem a Lorca. Conseguimos boa repercussão, bonita exposição. Tanto que a exposição, cujo término seria em um mês, foi prorrogada por mais tempo, inclusive porque ainda não havíamos concluído sobre o assunto do monumento.

Decidimos enviar um telegrama para o pessoal que havíamos contatado na Espanha para que Rafael Alberti, Picasso e diversas personalidades espanholas e francesas. Mandamos o telegrama para que realizassem esta viagem, e efetivamente tínhamos pensado em fazer a inauguração do monumento em 19 de agosto, possivelmente

a data do assassinato de Lorca. Toda esta documentação ficou com Paulo Duarte, que era o presidente da comissão brasileira em homenagem Lorca. Mas quando conseguimos todos os elementos e as conjunções dos efetivos para fazer a homenagem, estávamos em outubro.

Ficamos muito satisfeitos a esta altura, tínhamos organizado o Centro Cultural García Lorca, registrado meses depois, porque com toda aquela agitação, aquele trabalho não tínhamos tempo para nos dedicar a outra atividade. Instalamos a obra de Flavio de Carvalho em homenagem a Lorca, e houve um espetáculo no Teatro Municipal, organizado por Alberto D'Aversa, diretor de teatro que apresentou pouco tempo antes na Faculdade de Medicina da USP uma obra de Rafael Alberti, *Noches de Guerra en Museo del Prado*, e eu havia sido um dos convidados, pois era um dos conselheiros do diretor. No Teatro Municipal, que àquela época tinha capacidade para uma mil e setecentas pessoas, entraram uma duas mil, além de ficarem muitos estudantes na rua. Chegaram muitos, vindos diretos do trabalho, sem trajes sociais. Desde aquela ocasião se adentrou no Teatro Municipal sem trajes sociais e cerimônias. Foram apresentados trechos da obra de Lorca, trechos de autores que fizeram referências às obras de Lorca. Tivemos um grande êxito de público e, no dia seguinte, o evento noticiado pelos periódicos.

Houve a instalação do monumento, a representação de muitíssimos artistas. Nós nos desincumbimos de tudo aquilo, sempre nos interessamos por Lorca, claro, mas já não havia mais toda aquela intensidade com relação aos trabalhos pendentes. Passou-se um tempo, e mais tempo, nove meses depois, e uma dia no avisaram, pela manhã, que haviam destruído o Monumento a Lorca, e fomos imediatamente ao ocorrido. Telefonei a José B. Vendrell e nos reunimos à Praça das Guianas com diversos amigos. Vimos que o monumento fora serrado pelo CCC, que também atiraram pelo chão uns papéis que diziam “No aniversário de Lorca, e bla-bla-bla”. É uma ignorância terrível do CCC, que associou Lorca à Revolução Cubana. Havia escrito também sobre a famosa Batalha do Ebro, na qual Franco foi surpreendido e derrotado em uma semana. O grande dia desta batalha

se realizou a 25 de julho de 1937. Em 25 ou 26 de julho também se comemora o ataque ao Quartel de Moncada em Cuba. Este foi o dia quando o CCC destruiu o Monumento a Lorca. Os folhetos que esta gente do CCC havia deixado no chão diziam: “No aniversário do chinfrim cubano estamos destruindo o monumento ao poeta homossexual e comunista García Lorca”. Recolhemos todo aquele material, levamos na Kombi de um amigo. Falamos com a prefeitura, que nos indicou que nós deixássemos no depósito de parques e jardins do Ibirapuera. Em resumo, o monumento de Lorca foi destruído três vezes. E se mil vezes o destruíssem, mil vezes o reconstruiríamos, com a ajuda, a colaboração dos brasileiros que sempre nos ajudaram e sempre foram entusiastas desta homenagem.

Então, reunimos o “Estado-Maior” de nossa homenagem: Paulo Duarte, Flavio de Carvalho, Antonio Candido, Sérgio Buarque de Holanda, Ruth Escobar, Maria de la Costa. A comissão de homenagem era composta de quase cem personalidades brasileiras, entre artistas, intelectuais, jornalistas, gente famosa de São Paulo e Rio de Janeiro. Carlos Drummond de Andrade, Vinícius de Moraes, Jaguar, Ziraldo, Antônio Houaiss, Millôr Fernandes, entre outros. Poucos eram descendentes de espanhóis. Decidiu-se que o monumento seria reconstruído novamente, e Flavio de Carvalho todos os dias ia à prefeitura, ao depósito do Ibirapuera. Ele expôs o plano que tinha da reconstrução do monumento, e todos diziam colaborar, inclusive o chefe do depósito, da oficina do Ibirapuera.

E o monumento fora reconstruído. E, muito curioso, é que depois de reconstruído, puseram-no em um armazém cheio de monumentos destruídos ou semidestruídos. Lembro que ao lado do Monumento a Lorca havia uma estátua da Justiça com a cabeça cortada e sem balança. Ali estava também o monumento a José Bonifácio, depois instalado à Praça do Patriarca. O Monumento a Lorca, como o próprio armazém era de “ferro velho”, como dizem os brasileiros. Naquele armazém havia quantidade de resíduos, restos de estátuas. Pedimos para colocá-lo em outro local, e Flavio de Carvalho conseguiu, mas o diretor de parques e jardins não aprovou, e destinou o

monumento a um local onde se guardavam inseticidas e produtos químicos. Lembro que ali havia uma placa de madeira com o escrito “Proibido Fumar”. O primeiro que se via depois desta placa era o Monumento a Lorca, fumante inveterado. Isso era um detalhe humorístico.

Ali permaneceu o monumento durante anos, até que foi destruído novamente, e tiveram os restos desaparecidos. Depois os localizamos em um depósito da prefeitura de Cotia. Alguns estudantes de arquitetura e de outros cursos da USP foram os quem se encarregaram, com um nota falsa, de retirá-lo do depósito. Levaram os restos a um local e reconstruíram o Monumento a Lorca baseado em fotografias, desenhos que guardamos e que lhes oferecemos. Mas neste assunto não houve intervenção de Flavio de Carvalho, que estava um pouco enfermo e muito ocupado em Valinhos, lugar onde residia.

Uma madrugada, quando o monumento já estava pronto, os estudantes da USP o levaram ao Museu de Arte de São Paulo, debaixo daquele vão livre de tem 73 metros. Era um projeto de Lina Bo Bardi, esposa do professor Pietro Maria Bardi. Isto foi como um tiro no professor Bardi. Ela alegava que o monumento deveria ser retirado imediatamente dali, porque o museu corria perigo, pois qualquer um poderia por uma bomba para destruir o monumento. Ele já estava pensando até em bombas...

Franklin Leopoldo e Silva

Data da entrevista: 25 de fevereiro de 2002

Tempo de gravação: 55 minutos

Houve um momento em que a defesa da instituição chegava a um ponto paradoxal, em que se percebeu que a Faculdade de Filosofia havia sido abandonada à sua própria sorte, inclusive, pela própria Universidade de São Paulo, coisa que ainda não foi devidamente explicada.

A CONVIVÊNCIA ACADÊMICA NA FACULDADE DE FILOSOFIA, no tempo da rua Maria Antonia, tinha características muito diferentes de hoje; muito específicas, em parte devido ao tamanho da Faculdade. Os cursos tinham um número de alunos muito menor. No meu caso, por exemplo, no curso de Filosofia, havia trinta vagas no diurno e trinta no noturno, de modo que entravam trinta ou pouco mais, às vezes, de pessoas nestes cursos, e junta-se a isto às desistências que naturalmente havia durante o curso. Pode-se imaginar que era uma turma bem pequena. Isso facilitava a convivência. Todo mundo iniciava o curso junto. Como as matérias eram mais ou menos seriadas, e não havia o sistema de créditos, as pessoas se mantinham juntas.

O pessoal se reunia, combinava as matérias que ia fazer no ano seguinte, e se mantinha aquela convivência constante, tanto na Faculdade quanto fora dela. A gente se reunia para estudar, fazer os

trabalhos. Criava-se um vínculo muito forte de amizade, que em muitos casos perdurava pela vida toda. Isso fazia também que houvesse ligação afetiva com as pessoas, e fazia também com que a relação com os professores fosse mais fácil. Como as turmas eram pequenas e todo mundo se conhecia, o contato com os professores era bem mais fácil do que se tornou depois. Outra característica também é que, como a Faculdade de Filosofia já nessa época, por volta de meados de sessenta, em 1967, ela já não tinha uma perspectiva profissional forte. A preocupação das pessoas era muito mais com o curso em si do que com o curso como um meio para conseguir alguma coisa. Havia, assim, um trabalho de formação realizado em comum pelos alunos e pelos professores, que extrapolava as salas de aula: uma espécie de atividade constante que se mantinha no sentido de adquirir uma formação, nesses cursos de Ciências Sociais, Filosofia, Letras, História e Geografia, principalmente; embora, naquele tempo, outros cursos estavam ainda na Faculdade de Filosofia, mas já se preparavam, de alguma maneira, para sair dela. Mas nesses cursos de Humanidades, havia uma relação que extrapolava as salas de aula, e as pessoas cultivavam essa formação, esse trabalho em grupo, essa discussão constante que não era nada formal. Era algo que nascia espontaneamente da convivência, e se prolongava também de maneira muito espontânea. Havia muitas exigências formais nos cursos, mais do que hoje, e tinha-se mais trabalho, muito mais atividades, mas fluíam de uma maneira razoavelmente espontânea, devido a esse ambiente. Era um ambiente bem gostoso e estimulante, do ponto de vista intelectual.

Outra situação que ajudava essa convivência, e fazia com que ela se mantivesse, era uma atividade cultural que extrapolava os cursos, propriamente ditos. Na Faculdade de Filosofia havia uma tradição, que veio desde os anos cinquenta, de grupos de cinema, de teatro, de literatura, e isso fazia com que a convivência se fizesse também por intermédio disso. O TUSP, o Teatro da Universidade de São Paulo, era muito forte, muito bem organizado, muito ativo. Havia o contato com o Teatro de Arena, com o TBC – Teatro Brasileiro

de Comédia – e havia assim, digamos, uma frequência dos alunos da Filosofia nesses lugares, e do pessoal do teatro e do cinema na Faculdade de Filosofia. Havia convivência, também, com muita gente das artes plásticas; muitos escritores, circulando na Maria Antonia, participando das nossas atividades. Interessante é que não havia muitos eventos formais; quer dizer, não marcados para acontecer formalmente. Havia uma atmosfera intensa de trabalho intelectual, que era independente dessas formas mais canônicas de se fazer o trabalho intelectual, porque partia muito da espontaneidade e do gosto das pessoas. Isso então fazia com que a nossa convivência extrapolasse o próprio prédio da Maria Antonia, a própria sala de aula; e a gente estava sempre junto, sempre discutindo, conversando. Quando não era na Maria Antonia, era nos bares ali em volta, na avenida Angélica. Havia sempre certos lugares que eram bem demarcados como locais de encontro. Quer dizer, podia-se chegar em certos lugares sem combinação prévia, sem aviso prévio e sempre encontrar gente lá e ter um papo muito gostoso. Algo também interessante é que, pelo fato da Faculdade de Filosofia ter sido, desde sua fundação, alijada do poder universitário, havia uma solidariedade muito grande das pessoas em torno da Instituição.

O trabalho acadêmico não se separava do trabalho político. A gente achava que a realização de um bom trabalho acadêmico, inclusive até do ponto de vista dos deveres estudantis formais, era algo que entrava no universo político, que foi o crescimento da Faculdade. Havia essa ideia de que, trabalhando em grupo, formando-se intelectualmente, estava-se também formando politicamente, e contribuindo para o fortalecimento da Faculdade de Filosofia. Isso tudo era feito de uma maneira muito tranquila, sem competição, porque não havia por que competir. Naquele tempo, não existiam muitas coisas que atualmente encorajam competição dos alunos. Não existia bolsa da FAPESP, praticamente, para as Ciências Humanas, mas só para Ciências Exatas e Naturais. Não existiam motivos para que as pessoas tentassem competir entre si e conseguir êxitos a partir daí. Tudo era feito de uma maneira muito espontânea, e a legitimidade

do que era feito vinha dessa vontade de fortalecer a Faculdade, e isso gerava muita solidariedade entre as pessoas; de tal maneira que as reuniões políticas, as chapas de centro acadêmico, as reuniões do Grêmio da Faculdade de Filosofia, que existia naquele tempo e que congregava todos os centros acadêmicos da Faculdade, estavam sempre em continuidade com o trabalho intelectual, e aconteciam também como trabalho político.

Tinha-se, naquele pedaço da cidade, um clima de muita integração, mas não digo que tudo isso fosse perfeito. Havia, evidentemente, muitos conflitos; divergências políticas muito fortes; muita cobrança do ponto de vista do deveriam ser os cursos de Filosofia, de Ciências Sociais e de Letras, principalmente. Desde aquele tempo já havia essas divergências, mas nunca extrapolavam um ponto em que colocassem em risco a própria integridade, e o próprio interesse maior da Faculdade. Havia um acordo básico de que a Faculdade de Filosofia vinha em primeiro lugar. E esse acordo básico derivava dessa pressão que a Faculdade sofria por parte dos organismos universitários, exatamente pelo fato de ela estar sempre separada do centro de poder, e ter que sobreviver muito mais à custa de vigor acadêmico do que de política universitária. Isso é que formava esse clima bastante solidário e interessante. É claro que, depois de 1964, as pressões políticas aumentaram e a Faculdade de Filosofia vivia em um clima de muita tensão. Essa tensão se refletia de várias formas na vida das pessoas, ostensivamente ou não, porque a Faculdade de Filosofia era muito visada, tanto pelos organismos de governo quanto por uma espécie de repressão interna, mais ou menos sutil, dentro da Universidade, e pelos grupos de direita que naquele tempo já estavam organizados.

O que se formou aos poucos, a partir de 1964 até 1968, foi um clima de que a Faculdade de Filosofia deveria se constituir, em vista da sua própria sobrevivência, com um núcleo de resistência política e cultural. E para isso deveria entrar em contato, e se comprometer, com todos os outros grupos de resistência política e cultural que estavam na Maria Antonia, e em São Paulo. A partir de um certo

momento, o contato com o pessoal de teatro, o de literatura, o de artes plásticas e o de jornalismo, etc., girou em torno disso. E aos poucos, a Faculdade, como um núcleo que agregava essa resistência, foi se tornando um foco dessa resistência, mesmo que isso não tivesse ainda se explicitado em um conflito mais aberto; de tal forma que, quando aconteceu o episódio de 1968, a Faculdade de Filosofia já tinha se tornado um polo de resistência política e cultural que extrapolava o movimento estudantil. Não era alguma coisa própria do movimento estudantil. Era algo que congregava todas as forças progressistas da cultura e da política em São Paulo. Um sentimento desde o estudante até políticos de oposição que, na medida do possível, naquela época, usavam aquele espaço como uma tribuna de resistência. Isso delineava o perfil da Faculdade de Filosofia, e assinava bem qual era seu papel.

É interessante notar também que toda esta tensão, este clima repressivo sob o qual se vivia, não acertava as pessoas significativamente, nem do ponto de vista de suas atividades, quanto do ponto de vista psicológico. Os grandes traumas da repressão aconteceram depois de 1968. Mas, antes disso, havia um clima de muita descontração, o que permitiu levar um trabalho de resistência política e cultural muito efetivo, desde o teatro, passando pela música popular e pela literatura. Havia sempre sessões de filmes, com debates; ou as pessoas iam mostrar lá as músicas como as de Chico Buarque; discussão de peças de teatro; de poesia e de literatura em geral. Todas essas atividades eram muito integradas com o ambiente acadêmico, propriamente dito. A convivência tanto entre estudantes, quanto entre estudantes e professores, dava-se de forma muito favorável dentro de um certo grupo que comungava das mesmas ideias. Já naquele tempo, havia na Faculdade de Filosofia aquelas pessoas que representavam o poder universitário e até político mais amplo. Essas pessoas procuravam desempenhar o papel de prepostos do governo e da Reitoria, e procuravam exercer esse papel na Faculdade de Filosofia, encontrando, no entanto, uma resistência muito forte, e nem sempre conseguindo seus objetivos. Havia focos de conflito, porque

justamente havia o interesse do poder universitário em anular essa diferença da Faculdade de Filosofia, até por parte muitas vezes da própria Diretoria, e de interferências externas – vários tipos de pressão. Havia momentos em que essa pressão subia muito, mas tudo se dava em geral de maneira muito produtiva.

O ambiente era de uma intensidade intelectual muito forte, e isso fazia com que a Faculdade de Filosofia pudesse desempenhar, justamente, esse papel de acolher aqueles que também não eram propriamente da Filosofia, mas que se congregavam nas mesmas ideias. A gente, em certo momento, extrapolou a Universidade, e se tornou um centro de ideias. Sendo um centro de ideias, era um centro que também irradiava ação política de resistência. Essa modificação, essa evolução política da Faculdade de Filosofia, culminou com os acontecimentos de 1968, com sua destruição, tanto do ponto de vista físico quanto acadêmico, tendo em vista o que acontecia antes daquele ano. Mas de uma maneira geral, pode-se dizer que o papel desempenhado pela Faculdade de Filosofia nos anos sessenta, principalmente a partir de 1964, pode ser entendido como uma intensificação do papel que a Faculdade de Filosofia teve sempre no país desde sua fundação, em 1934, de justamente se manter como um centro de resistência ao poder. Ela não foi criada para isso. Foi criada para ser um centro de treinamento do poder. Mas por força das circunstâncias, esse objetivo dos fundadores acabou sendo desfocado. A Faculdade de Filosofia resistiu às ditaduras Vargas e de 1964, respectivamente. Dentro da Universidade, em São Paulo e no Brasil, acabou desempenhando esse papel que extrapolou sua simples função universitária. Dentro desse clima político e cultural se formava a convivência das pessoas, e as pessoas se formavam do ponto de vista intelectual e político de maneira totalmente inseparável.

O que houve, no 2 e 3 de outubro de 1968, não pode ser considerado um fato isolado. Quando a imprensa da época, e também a de hoje em dia, procura dar essa conotação de uma briga, de um fato isolado, é por que se quer tirar o valor histórico e político do que aconteceu. Tanto é assim que, bem antes desta data, já se tinham

demonstrações de uma articulação da direita, e quase uma mobilização paramilitar, inclusive dentro das universidades – não só na USP, como também na PUC e no Mackenzie. Foram o crescimento das facções de esquerda nas universidades e a possibilidade de que esses grupos viessem a tomar o poder nos centros acadêmicos e grêmios o que provocou essa mobilização dos grupos de direita bem organizados. Por exemplo, quando no Diretório Acadêmico do Direito da PUC pela primeira vez ganhou uma chapa de esquerda, encabeçada pelo José Dirceu, o ambiente de tensão na campanha, na apuração e na posse era muito grande, porque tinham pessoas circulando dentro da PUC, armadas, de maneira ostensiva, no sentido de intimidar. Por essa época, o movimento estudantil já tinha atingido uma maturidade suficiente para que essas intimidações não surtiram efeito. Mas isso mostra que havia uma articulação que já vinha de algum tempo. No Mackenzie, os grupos que exerciam política de esquerda eram muito visados, tanto do ponto de vista da discriminação no ambiente estudantil como em relação à convivência acadêmica, e mesmo, quanto no que se refere à intimidação física mesmo. É todo um histórico de mobilização de direita que muito antecedeu a questão da Maria Antonia.

Quando, portanto, aconteceu realmente o confronto, aquilo na verdade foi uma exacerbação de uma tensão que já vinha existindo há algum tempo. No dia do confronto, propriamente dito, o que ficou bastante claro, embora por vezes não se insista muito nisso, foi essa articulação de direita em um sentido mais geral – ou seja, os grupos organizados politicamente; os grupos organizados paramilitarmente; a convivência das autoridades universitárias, óbvia e principalmente a do Mackenzie; mas também a Segurança Pública e o Governo do Estado de São Paulo. Este quadro de convivência ficou muito bem demonstrado. E na verdade, o confronto só atingiu aquelas proporções devido a essa aposta, que aliás foi bem feita, e a gente tem que reconhecer que foi ganha, de que esses organismos de segurança e essas autoridades universitárias fizeram com que os grupos sediados no Mackenzie e que não eram só do Mackenzie, chegassem

a expulsar os estudantes da Faculdade de Filosofia da Maria Antonia, e subsequentemente, os da outra escola, que era a Economia da rua Dr. Vila Nova. Quer dizer, se conflito não foi propriamente planejado, se houve um estopim que se pode considerar de maneira alguma acidental, o clima de tensão e de hostilidade já estava configurado, e essa convivência se positivou no fato de que foi permitido, em primeiro lugar, o confronto que poderia ter sido evitado; e em segundo lugar, foi permitido que a Faculdade fosse destruída mesmo depois de ter sido desocupada.

São fatos que ninguém pode negar pois estão documentados, e que servem para mostrar a participação do governo, das autoridades, no episódio. E claro que isso era de alguma maneira previsível, devido a atos isolados de provocação, intimidação e violência, que já aconteciam tanto na Maria Antonia quanto na rua Maranhão. Tinha-se a “campanha pelos excedentes”, e depois a Faculdade ocupada. Tinha-se, antes da ocupação da Faculdade, uma espécie de acampamento na porta, tanto da Maria Antonia quanto da Maranhão, e era muito comum que as pessoas que permaneciam lá, principalmente à noite, sofressem intimidações e agressões de grupos que iam ali com esse propósito bem deliberado.

O confronto propriamente dito foi preparado por esse clima que consistia em um procedimento muito próprio de todas as ditaduras, que é delegar a grupos não oficiais, ou que sejam oficiais, uma parte do trabalho sujo que a repressão tem que fazer. Sempre tivemos isso no Brasil, mas acontece em todo lugar em que há ditadura e repressão. Tem-se uma conjugação de esforços entre a repressão oficial, policial propriamente dita, governamental, e esses grupos que recebem o aval para agir impunemente, porque evidentemente todos eles conseguem o mesmo fim. Não se pode desvincular polícia, CCC e outros grupos. Todos eles estavam embarcados assim no mesmo compromisso. Não havia portanto essa questão de desmando, de descontrole; pelo contrário, a coisa era instigada e amparada, como se viu pelos resultados que acabaram acontecendo, do ponto de vista do confronto, propriamente dito.

O que importava mais na resistência por parte do pessoal da Filosofia da Maria Antonia, era a defesa da Faculdade, evidentemente não só no sentido físico, mas sobretudo na tentativa de manter aquele núcleo que havia se formado ali. Era um polo de irradiação política que esses grupos apoiados pelas autoridades viam como tendo que ser neutralizado. A defesa da Faculdade era uma tarefa política que não se separava do empenho da vida. Algo difícil de se compreender hoje em dia, porque vivemos tempos que a política se tornou profissão, não é o que a acontecia àquela época, em que a militância política estava interiorizada na garrida das pessoas. Não se tinha um extrato ideológico da militância, como se fosse algo exterior à vida, à existência. Por isso, muitas vezes, hoje em dia nós olhamos aquilo e, por vezes, somos tentados a ver ali certas misturas, certas mesclas, digamos assim, de aspectos existenciais e de aspectos políticos; mas isso fazia parte das pessoas e da maneira como as pessoas se comportavam politicamente.

Certamente, na defesa da Maria Antonia, havia desde pessoas que tinham perspectivas conservadoras, até aqueles que, inclusive, eram radicais políticos. E essa esfera ampla de convivência na Faculdade se congregou em torno da defesa da Instituição, porque se percebeu rapidamente, e isso foi confirmado depois, que a Faculdade não seria defendida nem pela Universidade, nem pelo governo. A urgência de defesa da Faculdade é que uniu, por exemplo, professores conservadores, contrários à “paritária”, com alunos de tendência mais progressista e mais radical. Houve um momento que todo mundo estava consciente que estavam no mesmo barco, e esse barco era a defesa da Instituição – não no sentido da escola, mas no sentido do que a escola representava, em termos de avanço político.

Houve um momento em que a defesa da instituição chegava a um ponto paradoxal, em que se percebeu que a Faculdade de Filosofia havia sido abandonada à sua própria sorte, inclusive, pela própria Universidade de São Paulo, coisa que ainda não foi devidamente explicada. Mas para quem participou dos acontecimentos, e para quem tem uma visão razoável do que aconteceu, ficou muito clara a

convivência e, portanto, a participação das autoridades da USP no episódio. Foram, inclusive, instados a tomar providência pelos professores que estavam lá vendo o rumo que a Faculdade estava tomando, e não fizeram nada. Interessava à Reitoria da USP o desfecho que a coisa acabou tendo; de forma que, independente das posições políticas e dos objetivos, das pessoas e dos grupos, o que tivemos ali foi uma tentativa de defender e salvar a Faculdade de Filosofia sem que isso pudesse contar com qualquer ajuda da Universidade de São Paulo, à qual a Faculdade de Filosofia pertence.

A gravidade dos fatos já é bem conhecida, mas acho que valeria a pena insistir em algumas questões: por exemplo, o fato de que armas foram levadas para o Mackenzie; e organizados grupos de atiradores no Mackenzie. Foram-lhes disponibilizadas armas químicas ou, pelo menos, elementos químicos que pudessem ser utilizados como armas. Tudo isso mostra a participação ativa das autoridades do Mackenzie e autoridades da Segurança Pública da época. Eu acho que a culpa deve ser dividida entre as autoridades universitárias do Mackenzie e da USP, acerca das quais nós sabemos o grau de “reacionarismo” que levou àquele tipo de posição. E portanto, professores e alunos que ali estavam, alunos não só da USP, mas também de outras escolas – da PUC, alguns do próprio Mackenzie (a esquerda do Mackenzie), e secundaristas engajados no movimento – formaram um grupo que até onde foi possível, até o último instante, tentou defender a Faculdade. Só saímos de lá quando o incêndio atingiu tal proporção que não era mais possível permanecermos lá dentro. E durante esse tempo todo, havia pessoas tentando estabelecer contato com a Secretaria de Segurança, com a Reitoria da USP, com outros órgãos do governo, sem qualquer resultado, qualquer resposta; deixando bem claro a responsabilidade e a convivência.

E só quero dizer, para terminar, que a minha participação pessoal no episódio foi muito pequena. Quer dizer, eu estava lá, não exerci posição alguma de liderança; era base mesmo, daquelas bem longínquas, e fiz minha parte como todo mundo, e tive uma participação muito pequena. O que me tocou, e me toca ainda hoje, é

justamente esse clima vivido pela última vez na Faculdade: as pessoas, independentemente de suas ideias e das divergências que eventualmente tinham e devem ter, congregaram-se em torno da defesa da Maria Antonia, e chocadas com aquele tipo de ação que estava se desenvolvendo ali. Esse foi o destino que a Faculdade de Filosofia teve. Foi vivido até o fim por aqueles que estavam efetivamente encarregados de sua preservação. E isso é algo cujo espírito aqueles que a viveram sabem avaliar. Mas do ponto de vista mais objetivo, o importante é frisar a desproporção do confronto; o fato de que os grupos paramilitares que usaram o Mackenzie se prepararam para isso; e a participação, mais do que uma omissão, das autoridades da USP e do Governo do Estado de São Paulo, na destruição do prédio da rua Maria Antonia.

Antonio Candido de Mello e Souza

Data da entrevista: 9 de setembro de 2002

Tempo de gravação: 40 minutos

Acho que esses acontecimentos da Maria Antonia foram importantes, os alunos sofreram muito, mas marcaram a mudança de uma época. Marcaram o grande amadurecimento do corpo estudantil. Marcaram o momento de rebelião contra a Ditadura Militar, de maneira que o saldo foi positivo, apesar de tudo que se sofreu.

LOGO DEPOIS DO GOLPE MILITAR que aconteceu entre 31 de março e 1o de abril de 1964, a Faculdade foi invadida, nos primeiros dias de abril, à noite. Eu chegava para minha aula do curso noturno, deixei meu automóvel na rua Dr. Vila Nova; dobrei à direita na Maria Antonia, e vi que vinha um fluxo de gente correndo, fugindo. Uma aluna me disse: “Professor, não vá, que eles matam o senhor!”; e vi que passavam colegas meus assustados, mas eu fui contra o fluxo. Eu queria saber o que era aquilo. Cheguei até o segundo prédio da Maria Antonia – meu escritório era no primeiro. No segundo prédio da Maria Antonia, a entrada era proibida. Fui falar com o guarda civil, disse a ele que eu era professor da Faculdade e que queria entrar. Sabia que tinha colegas lá dentro, e ele muito amavelmente me disse: “Não posso permitir o senhor entrar, porque está proibida a entrada”.

Então, fui ao bar da esquina, e telefonei para o secretário da faculdade, e disse: “A Faculdade está aqui ocupada!”, e aí falou o Diretor, o secretário do professor Ayrosa, o professor Mário Guimarães Ferri. Eles vieram, e fiquei por ali, assistindo uma cena muito degradante, em frente ao prédio principal da Maria Antonia, que foi a dos delatores indicando para a polícia: “Este é comunista, aquele é comunista...” Não sei quem eram essas pessoas, provavelmente gente infiltrada entre os alunos. Não consegui entrar; fiquei lá até o Diretor e o Secretário da Faculdade chegarem, não lembro direito; e sei que depois fui embora para casa.

A partir dos começos de 1964, houve um período de repressão, muita gente presa e um certo pânico na Faculdade. O que lembro, é que, a partir de certo momento, a situação se estabilizou. Dos anos de 1965 e 1966 não lembro direito. Foi-se tocando. 1967, um ano de grande liberdade, de grandes manifestações políticas, à vontade. Em 1968, fui para os Estados Unidos, lecionar o primeiro semestre. Quando voltei, a situação estava recrudescendo dentro da Maria Antonia, e os estudantes ocuparam a Faculdade pedindo uma reforma universitária, debatida por professores e estudantes. Então se formaram as “Comissões Paritárias”: Central, relativa à toda Faculdade; e Departamentais. Eu fui eleito para a Comissão Paritária Central, e passei a participar junto com estudantes. Metade professores, metade estudantes. A Faculdade foi ocupada, e os estudantes pediram aos professores que modificassem as técnicas, e entrassem mais em contato com os alunos.

Entre os professores houve uma divisão nítida, porque é muito penoso para um professor ser desautorizado, desacatado. Lembro de uma greve anterior, se não me engano em 1967, quando houve o problema dos “excedentes”. Tudo começou com o problema dos “excedentes”. Acamparam no saguão da Faculdade. Eu ia chegando na Faculdade, quando um rapaz que eu conheço muito, que é até aparentado comigo, parou e disse: “O senhor não pode entrar”. Eu tive uma reação de indignação, mas eu me controlei, e fui embora. O Diretor da Faculdade nesse tempo era o professor Astrogildo Rodrigues

de Mello. Ele chegou, e quando disseram isso a ele, teve um enfarte, de tão possuído de indignação por um estudante que o proibiu de entrar na Faculdade, de que, aliás, era seu Diretor. Foi hospitalizado; ficou muito mal. Difícil a relação nesse momento, porque o professor tem que fazer um grande esforço de ser tolerante. Esse esforço eu procurei fazer. Quando voltei dos Estados Unidos, pensei: “Agora, ou eu fico quieto, ou entro nessa luta”. Resolvi entrar, e trabalhei sempre muito bem com os estudantes. Teve coisas desagradáveis, é claro, mas trabalhei bem. Os estudantes exigiam, por exemplo, a paridade dos órgãos universitários. Eu acho isso um erro. Mas quando foi a hora de fazer o documento, todos os professores membros da comissão eram contra a paridade, e os estudantes a favor. Fiquei com pena dos estudantes. Falei o seguinte: “Se só os estudantes se expõem, eles vão ficar muito ruim”. Então, falei a um jovem professor, que estava com eles: “Eu sou contra, mas vou assinar com vocês em solidariedade”. Achei que devia fazer isso, porque se houvesse alguma coisa, eu estava solidário a eles. Eu sou contra esse tipo de paridade. Sou pela proporcionalidade, não pela paridade. Mas para mostrar como as relações são complicadas, houve a “Reforma Universitária”, completamente diferente daquilo que tínhamos planejado, daquilo que queríamos.

Particpei disso muito ativamente, e devo registrar que os estudantes não corresponderam muito ao que reivindicavam. Não trabalhavam, não apareciam nas aulas, não cumpriam as tarefas. Reivindicavam, mas não cumpriam. Por exemplo, os alunos diziam: “Não queremos mais aulas. Queremos debates e seminários”. E eu: “Como é que vocês querem?”. “O senhor passa a matéria, a gente estuda e debate”. “Ótimo, sistema americano”. Então eu escolhia um aluno, passava a tarefa para a próxima aula, e ele não aparecia. Outro, não aparecia... Havia uma moça extraordinária, hoje é professora na Alemanha, Lígia Chiapin, muito combativa, e que passou a fazer as tarefas dos companheiros. Era só ela. Eu passava a tarefa para pessoa “A”, que não aparecia, e ela falava; passava para “B”, que não aparecia, e ela também falava. Isso é para mostrar como nessa movimentação

estudantil existe frequentemente muita reivindicação, mas pouco ânimo de se levar a sério. Não vamos glorificar os estudantes. Reivindicam, reivindicam, mas grande parte quer a vida mais fácil, frequentemente. Tanto assim que essa moça fazia tarefa para os outros, até que falei: “Não tem mais sentido uma coisa dessa. Se vamos modificar o ensino e vocês não corresponderem, voltaremos para o regime de aula”.

No entanto, essa comissão paritária fez um trabalho muito interessante. Professores e alunos estudaram muito a fundo o problema da reforma universitária, o que os estudantes desejavam, o que era o mais importante. Nisso trabalhamos muito, e houve uma série de muita colaboração. Havia teses mais radicais, teses menos radicais, até que fomos chegando mais para o fim de 1968, em uma esfera bastante interessante. Trabalhávamos todos os dias na Faculdade. Havia as aulas, os seminários e as reuniões da comissão paritária. Era uma atmosfera bastante boa mas já se notava uma certa hostilidade vinda do lado do Mackenzie. Os estudantes da Maria Antonia fizeram uma coisa que irritou muito a todos – o tal pedágio. Fechavam a rua e cobravam o pedágio, se não me engano, para os fundos da campanha. Isso irritava muita gente que passava ali, obviamente. Irritou muito o pessoal do Mackenzie, que também é da rua. Um desses pedágios gerou conflito entre os alunos da Faculdade e os do Mackenzie. Na Faculdade havia muito agitador político, que não era aluno e estava infiltrado ali. É normal nesses casos. E no lado do Mackenzie era o mesmo, só que no nosso caso era gente mais de esquerda, e no Mackenzie era essa gente de direita, provavelmente ligada ao CCC; de modo que aí sim se criou o antagonismo entre os dois lados da rua – essa é a impressão que eu tenho.

A vida na rua Maria Antonia funcionou bem, até certo momento que houve então o ataque à Maria Antonia. Eu não lembro bem que mês foi – outubro? Aí esse dia, as coisas estavam nesse pé; disputas dos dois lados, passeatas, entusiasmo. Lembro que disse a uma moça que me auxiliava: “Bom, hoje eu não venho à Faculdade”. E fui para casa. Daí ela me telefonou: “Professor, é bom o senhor vir porque

a situação aqui está muito grave.” Fui, tomei um táxi, parei na esquina da Consolação, e andei a pé pela Maria Antonia. Quando cheguei, vi que já estava um conflito armado: bombas, corre-corre, um pelotão da Guarda Civil do lado de lá, da Vila Diana. Quem estava comigo, nesse momento, foi a professora Maria Isaura Pereira de Queiroz. Ficamos juntos nas ruas dali. Não pudemos entrar na Faculdade, um conflito grande na frente.

Foi nesse momento, a certa altura, que eu vi esse rapaz que eu tinha esquecido o nome, Parizi, parece que é um artista, se não me engano. Na Dr. Vila Nova, fechou um pacote de gente em cima dele. A impressão que eu tive é que iriam linchá-lo, quando o José Dirceu, que era estudante não da Faculdade, mas da Universidade Católica, um dos líderes da ocupação, um dos chefes da ocupação dentro da Maria Antonia impediu a ação. Teve um gesto muito corajoso, muito bonito, mas digo que havia muita gente de fora da Maria Antonia – inclusive o José Dirceu. Não ouvi o que ele dizia, penso que deve ter dito que era um adversário mas não havia razão para linchá-lo. Salvou a vida desse Parizi, que se livrou de uma pancadaria. E mandou embora.

Ficamos ali naquela coisa toda, e a situação foi se agravando. Barulhos de bombas. Tinha notícia de que alunos botaram fogo na Faculdade; quando, se não me engano, fui até a Cidade Universitária, porque a Diretoria já tinha mudado para lá – não era mais na Maria Antonia. Lembro que fui lá fazer um relato para o Diretor, e a Congregação da Faculdade de Filosofia, reunida na Cidade Universitária, decidiu vir toda para a Maria Antonia. A Congregação veio e também não lembro como e onde ficou. Ao entrar pela rua Dr. Vila Nova, na Faculdade de Ciências Econômicas – atravessa-se o pátio e entra por trás da Faculdade de Filosofia –, fomos com o professor Eurípedes, então Diretor. Atravessamos, e a impressão era de que havia tiros, estouros. Não sei se eram tiros, bombas.

Chamou-me muita atenção a coragem do professor Eurípedes, porque com aqueles tiros, aqueles estampidos, procurávamos nos abaixar e encostar sobre a parede; e ele atravessou o pátio de pé, com

muita coragem, expondo-se. Fomos lá para dentro, e resolvemos pedir providências ao secretário de alguma autoridade policial qualquer. E fomos a pé. Nesse intervalo, o professor Salla e o professor Pavan foram ao Mackenzie conversar com a reitora Esther Figueiredo Ferraz. Fomos a pé da Faculdade até onde era DEOPS, hoje um prédio reformado. Lá, o professor Eurípedes expôs a essa autoridade o que se estava passando, que lhe disse que ia tomar providências. Voltamos, e mais tarde, já estava anoitecendo, a Faculdade estava ocupada, e fomos para a Faculdade de Ciências Econômicas, na rua Dr. Villa Nova, que tem um prédio à esquerda e outro à direita que de quem sobe. Fomos para o prédio à esquerda. O Diretor era o professor José Francisco de Camargo; e ele nos acolheu. Estávamos lá, em uma sala, e combinamos fazer um relatório do que estava acontecendo. Fizemos ali o relatório, sobretudo o professor Jaime Tiommo – físico –, e eu.

Saí para vir na sala, junto com os alunos, “bater na máquina”. Quando nós estávamos fazendo o relatório, a polícia invadiu. Invadiu brutalmente. Deve ter invadido o prédio da Faculdade, porque invadiu esse que nós estávamos. Ouvi bombas e estouros, lembro perfeitamente disso. Apagamos as luzes, ficamos fechados na sala. A polícia entrou com toda brutalidade, na sala em que estavam todos os professores, e deteve alguns, se não me engano. Não fomos detidos, eu e esses alunos, porque estávamos na outra sala datilografando esse documento, e saímos dali. Quando saí, a Faculdade já estava ocupada pela polícia, não havia mais nada a fazer, e fui embora para casa. Soube que o professor Gianotti fez um discurso muito inflamado, concitando os alunos a irem ocupar a Academia de Polícia, à entrada da Cidade Universitária: “Já que eles ocuparam a nossa Faculdade, vamos ocupar a deles”. Não sei se eles foram para lá ou não. Mas basicamente o que eu lembro desse dia grave é isso. Isso foi em outubro. A partir desse momento, a Faculdade foi interditada, ocuparam a Faculdade, fecharam-na. Não tínhamos nem onde ficar. Eu então tomei a iniciativa de falar com o pessoal da História, pedi que nos abrigassem lá, e eles concordaram. Passamos a funcionar no prédio

de Geografia e História. Lá demos aulas em outubro, novembro. Houve muitas aulas nos anfiteatros de Geografia e de História.

Há muito que, naturalmente, a gente não se lembra. Mas uma situação muito importante em relação aos estudantes foi a prisão do Congresso de Ibiúna. Houve, aliás, uma situação muito curiosa. O Governador do Estado era o Abreu Sodré. Estava inteiramente do lado do governo militar, é claro. Mas eu penso que ele se lembrou que foi estudante, e que participou comigo da oposição à ditadura do Estado Novo. Foi preso por várias vezes. Ele mandou avisar os estudantes que não fossem à Ibiúna, porque iria haver uma repressão violenta. E os estudantes acharam que era tapeação dele. Mandou avisar: “Vocês vão ser presos. Saíam daí”. E eles não saíram. Era sincero. Lembro, nesse momento, que houve muito radicalismo, muita bobagem, como todas as ações humanas – o correto e o errado por muito misturavam. Fazíamos muitas passeatas. Sobre o Abreu Sodré, a impressão é que ele segurou a repressão o quanto pôde. Não se podia desobedecer aos militares. Mas como foi um liberal na mocidade,positor à outra ditadura, segurou o quanto pôde. Lembro, perfeitamente, que nós íamos pelo Viaduto do Chá, com um grupo de professores, no qual havia um professor da Faculdade, o professor Cláudio Volga, que gritava, de vez em quando, assim: “Repressão disfarçada é arma de Sodré!” Fiquei incomodado com aquilo, chamei o Cláudio, e falei: “Não diga isso. Tomara que a repressão seja sempre disfarçada”. Daí uns dias veio a pancadaria. Os estudantes estavam provocando, e diziam: “O Sodré é um banana! Estava bonzinho porque era repressão disfarçada”. E eu dizia para eles: “Não digam isso. Dê graças a Deus pela coisa ainda estar assim”. E de fato, o Sodré tentou avisar os estudantes, mas eles não acreditaram. Então foi aquela prisão em massa, de Ibiúna – um episódio interessante esse.

Minhas lembranças são muito fragmentárias. Lembro que estávamos reunidos no Anfiteatro de História ou de Geografia, um dos dois, quando a professora Elaine Hirata, muito exaltada, aluna ainda, chegou dizendo que a polícia ia atacar o CRUSP, onde moravam

os estudantes. Queria saber se algum professor se animava a ir lá ajudar os estudantes. Levantei-me e fui. Os colegas me disseram: “Não, você fica, precisamos discutir aqui”. E falei: “Não, precisam de um professor lá para ver esse negócio”. Cheguei lá. Estavam várias fogueiras armadas, à noite; vigias não deixavam ninguém entrar. Eu me identifiquei, e eles me deixaram entrar. Ficamos lá dentro. Não veio polícia, nada aconteceu, mas estava em pé-de-guerra. Invadiram o CRUSP, e prenderam todo mundo. Iniciaram aquele processo do CRUSP, de um tal coronel Alvim, chefe do processo. Depois disso, houve aquela situação desagradável, na Geografia e História; Maria Antonia ocupada; tudo sequestrado, naturalmente; até que no começo de dezembro veio o AI-5, a 13 de dezembro. Nessa ocasião eu fiz uma operação bastante delicada. Quando veio o AI-5, eu estava saindo do hospital; estava hospitalizado. Fui a Poços de Caldas, em nossa casa, e tive que fazer um repouso longo. Fiquei lá, passou o mês de janeiro, foi uma operação bastante delicada que eu tinha feito no primeiro dia de dezembro. Só voltei para cá acho que em fevereiro. Logo em seguida vieram as cassações, do professor Florestan, do professor Bento Prado, do professor Otavio Ianni, do professor Fernando Henrique Cardoso, da professora Paula Beiguelman. E não retornamos mais para a Maria Antonia. Improvisaram aqueles barracões, e ficamos lá, onde a vida era extremamente desagradável. Para começar, nos barracões, os passadiços não tinham cobertura. Saía-se do barracão e tomava chuva. Custou fazer as coberturas. Fez-se o que foi possível. Dava-se aula e o vizinho escutava.

Desagradável era que, em qualquer tentativa que os alunos fizessem para se reunir e organizar, havia delatores, evidentemente; e a polícia intervinha. Havia funcionários da polícia infiltrados entre os funcionários e os estudantes. Havia, por exemplo, um funcionário que era muito estimado por todo mundo: seu Edgar Pinto. Todo mundo gostava dele. Ótima pessoa. Depois, uma menina meio maluca, que se infiltrou entre os estudantes, acabou contando: deu uma entrevista para o jornal, dizendo que era tira, e contou o nome do seu Edgar Pinto, que era um funcionário estimado. Lembro, por exemplo,

que certo dia, eu estava dando uma aula lá nos barracões, como nós chamamos onde hoje é a Psicologia, quando em um curso noturno, com uns doze ou treze alunos. Fui ao corredor e vi policiais, fardados. Iam ao fundo, e voltavam carregando urnas. Acho que os alunos tentavam fazer uma eleição clandestina do DCE, que era proibido, e vieram os policiais com as urnas.

Voltei ao pequeno número de alunos, inclusive com um rapaz a quem eu dava carona quase todo dia, para tirá-lo da Cidade Universitária; levava-o até o ponto de ônibus, e vinha embora para casa. Quando voltei, eu disse o seguinte: “Que mundo nós estamos vivendo! Faculdade invadida, os estudantes não podem se organizar”. E eu disse: “E o pior é que temos espões por todo lado, infiltrados entre nós”. Quando falei isso, esse aluno teve um sobressalto como se tivesse levado uma bofetada. Denunciou-se. Percebi aquilo, e quando acabou a aula, eu disse a ele: “Seu Bruno, quer carona?”. Ficou em dúvida, e disse: “Quero sim senhor”. Foi uma coisa até muito comvente. Muito emocionado, ele me disse: “Professor, eu sou muito pobre, preciso arranjar um meio de estudar. E a maneira que eu tive de estudar é por meio de uma bolsa que o senhor Edgar Pinto me arranjou. Devo muito a ele...” E eu disse: “Está bem...” Deixei-o na dele. Ele fez uma confissão direta. Ele disse o seguinte: “Eu estou sendo espão, a serviço da polícia para poder estudar”. Fiquei até com pena do rapaz. Isso é para dar uma ideia. Dessa vez eu o surpreendi. E as vezes que eu não surpreendi? Quem era espão, entre alunos e funcionários? Essa foi uma esfera muito desagradável. Sentia-se espionado por todo lado, sabia-se que havia delatores. E a repressão externa que se desencadeou no Brasil, naquele momento, em 1969, tornava a vida dentro da universidade muito penosa. Colegas exilados, presos; professores que tinham uma posição política de oposição achando que podiam ser detidos a qualquer momento. Essa era uma esfera pesada.

Quando houve essa invasão da Maria Antonia, os quebra-quebras, pessoalmente procurei o diretor da Faculdade, e propus a ele: “Eurípedes, vamos fazer um ‘Livro Branco’.” Disse ele: “Faça”. E eu:

“Então vamos fazer uma comissão”. Propus a comissão, em que foi o professor Simão Mathias o presidente, professor de Química, muito distinto, firme, sereno, e que tinha sido companheiro da comissão paritária; professor Carlos Benjamim de Lira, professor do Departamento de Matemática; professora Eunice Durham; professora Ruth Cardoso, a esposa do Presidente da República, que era do Departamento de Antropologia; e eu, do Departamento de Letras. Fizemos um trabalho minucioso; com muito esforço colhemos todos testemunhos que nós pudemos. Não colhemos de estudantes, porque falei ao Eurípedes: “A comissão decidiu que não vamos colher de estudantes, porque senão nossos adversários vão dizer que nós estamos pegando testemunhos interessados. O estudante é apaixonado, perseguido, está na luta. Vamos pegar relato de professores e pessoas de fora.” Executamos muitas entrevistas; dediquei-me, todos os dias, aos recortes de jornais e revistas; fotografamos o que foi possível e muita gente nos deu também; reunimos um bom arquivo, que depois desapareceu; pouca coisa deve ter sobrado. E com isso, montamos o “Livro Branco”, que foi mimeografado, e apresentamos à Congregação. Mais tarde eu soube que as fotografias tinham desaparecido.

Bem mais tarde, o professor Carlos Guilherme Motta tomou a iniciativa de publicar o “Livro Branco”, que é bastante fiel ao original. Não é completo, mas esse é um documento que serve para reconstituir aquilo. Acho que esses acontecimentos da Maria Antonia foram importantes, os alunos sofreram muito, mas marcaram a mudança de uma época. Marcaram o grande amadurecimento do corpo estudantil. Marcaram o momento de rebelião contra a Ditadura Militar, de maneira que o saldo foi positivo, apesar de tudo que se sofreu. Os colegas foram cassados, o que foi muito triste. Aliás, o pouco que mais sei sobre o CCC, refere-se a Gabriel Otamendí e o Monumento a Lorca. Tinha muito poucos contatos com ele, muito esporádicos, muito laterais. Eu conheci o seu Gabriel à casa de Sérgio Buarque de Holanda, onde ele estava fazendo uma visita, em um dia que fui lá. Mais tarde, ele me pediu para fazer um discurso, quando vieram aqui o irmão de García Lorca e o poeta Gabriel Celaya,

para a inauguração do monumento que Flávio de Carvalho fez. Depois perdi notícia de seu Gabriel; encontrei-o esporadicamente umas duas ou três vezes na vida, apenas por acaso, em sessões coletivas. Não lembro de mais nada. Particpei disso discretamente, e fiz um discurso lá, em sessão muito simpática. À Biblioteca Municipal havia muita gente. E depois disso, o monumento foi sabotado pelo CCC, reinstalado, e sabotado de novo. A única participação mais positiva nisso foi o discurso na sessão da Biblioteca Municipal. Não lembro desse discurso, mas lembro que terminei o discurso lendo um poema do Manuel Bandeira, contra Franco, que terminava falando: “Espanha no coração de Neruda, no teu e no meu coração...” – em uma alusão ao livro do Pablo Neruda, *Espanã en el Corazón*. A leitura do poema fez um grande sucesso; o discurso mesmo não foi lido. Aquela leitura do poema que li causou um impacto, uma coisa muito bonita realmente, tem muita flama democrática, libertária. Depois disso, não participei de mais evento algum em homenagem a García Lorca.

Elaine Farias Veloso Hirata

Data da entrevista: 22 de novembro de 2000

Tempo de gravação: 40 minutos

Acredito que os grupos que participavam do CCC incluíam sem dúvida uma base estudantil forte, mas acho que extrapolava. E no CCC havia participação desses grupos econômicos preocupados com os rumos da chamada 'subversão'. No CCC havia essa "semente" de financiamento, que depois deu origem à OBAN.

EM 1968 EU MORAVA NO CRUSP, Conjunto Residencial da USP. Durante a primeira quinzena de dezembro aconteceram episódios que todas as pessoas que viveram esta experiência acreditaram em um produto da ação do Comando de Caça aos Comunistas, o CCC. Dois episódios foram muito marcantes em minha vida, neste período. O primeiro deles foi por volta do dia 8, ou 10 de dezembro – eu não lembro exatamente. Aconteceu na avenida da raia olímpica, em frente aos blocos A e B do CRUSP. Eu morava no bloco A, apartamento 411, e à noite ou no início da madrugada, vimos da janela uma espécie de caravana, uma quantidade muito grande de automóveis estacionados com os faróis ligados; alguns tocavam buzina, numa atitude que se configurava agressiva e de intimidação. Esse episódio terminou dessa forma – a qual, de certa maneira, gerou uma série de

boatos no sentido de que outras ações seriam promovidas. Isso deixou os moradores em estado de alerta e preocupados com o que viria depois. Passados alguns dias – eu não lembro se foi uma semana, ou dez dias –, aconteceu o segundo episódio, extremamente grave, na minha avaliação e na de todos. Mas antes seria interessante detalhar um fato que esclarece melhor o episódio subsequente.

Neste apartamento moravam três pessoas, e havia um acerto entre nós no sentido de que a luz do corredor do apartamento ficaria acesa até que a última pessoa chegasse. Era o que tinha acontecido naquela noite: apenas uma das moradoras já estava no apartamento, e a única luz, a do corredor, ficou acesa. Ao voltar mais tarde para o apartamento, deitei-me e de repente ouvi um barulho muito forte, que na hora não identifiquei como um tiro, absolutamente não identifiquei. Foi o que me levou a correr para janela, para ver o que tinha acontecido. Depois percebi que a respectiva janela correspondia exatamente à lâmpada acesa, que fora alvejada por dois tiros que – se não me engano – atravessaram a esquadria; trespassaram o quarto; estilhaçaram parte do guarda-roupa de madeira; e foram parar no bloco de trás, o bloco C. Isso gerou toda uma situação de muita preocupação, por que não só eu como todas as pessoas que depois foram ao apartamento ver o que tinha acontecido, ficaram convencidas de que os tiros foram intencionalmente disparados na direção de onde se imaginava que existia alguém. Pois acertaram exatamente a janela que correspondia à área iluminada do apartamento. Na ocasião, o que se imaginou é que realmente fosse um atentado do CCC. O comentário geral era esse. Algumas avaliações, do que poderia ser a intenção desse atentado, eram no sentido de que isso gerasse uma reação por parte dos moradores do CRUSP que justificaria uma posterior invasão. Imaginávamos que tanto a polícia quanto o CCC tivessem a avaliação de que no CRUSP havia realmente um arsenal bélico, e que as pessoas estavam prontas para um confronto. Seria um motivo para justificar uma invasão do Conjunto Residencial.

Dois ou três dias depois desse episódio, o CRUSP foi invadido pela polícia. De certa maneira, confirmou-se a impressão que tínhamos.

Foi uma ação preparatória de intimidação – e posteriormente, o CRUSP invadido. E quando houve a invasão policial e militar no CRUSP, esta foi absolutamente desproporcional ao que efetivamente existia em termos de ação política no CRUSP: tanques de guerra, metralhadoras apontadas para os prédios, cachorros treinados, polícias a cavalo, realmente configurando a perspectiva de que se imaginava que lá fosse um núcleo de reação ao governo. Com relação à ação do CCC são esses dois episódios que presenciei, avaliados não só por mim como por outras pessoas: uma ação integrada aos policiais. Havia um processo de intimidação que culminou depois com a ação oficial. A polícia, oficialmente, invadiu; tirou os moradores; levou-os para a prisão. Alguns estudantes ficaram presos, alguns soltos. De toda forma, na nossa avaliação, na minha avaliação também, o CCC se constituía em uma das formas de atuação extra-institucional – mas extremamente vinculada à ação dos órgãos de repressão.

O fundamental da estratégia de atuação do CCC era o anonimato. Posteriormente à invasão, circulou-se que existiam suspeitas sobre alguns moradores. Realmente eu os conheci, mas são casos que nunca foram provados. Lembro do caso de uma moça infiltrada em passeatas, em assembleias. E na ocasião, foi considerada alguém da polícia, infiltrada. Há outro caso, o de um rapaz: lembro que houve uma série de suspeitas em relação a atuação dele. Ele inclusive era um rapaz de atuação política intensa, de esquerda; uma pessoa que agia como se fosse um militante de esquerda. E sobre ele depois pairaram muitas dúvidas, se ele fosse alguém que passasse informações. Fica sempre a dúvida. Acho que dificilmente teremos condições de ter algum tipo de prova. Então é bom até nem citar nome nenhum, evidentemente. Circulava esse tipo de boato, de que pessoas trabalhavam para os dois lados.

É preciso voltar a essa questão das formas de atuação do CCC, e de outros grupos associados, após a desestruturação do CRUSP e a edição do AI-5. A partir daquela época circulava-se muito uma série de comentários a respeito da atuação da OBAN, Operação Bandeirante,

que, segundo um consenso, era patrocinada pelo empresariado aqui em São Paulo, e que visava subsidiar a ação da polícia.

Volto para questão da invasão do CRUSP. Naquela ocasião sentíamos a polícia pouco estruturada, pouco instrumentalizada para lidar com o meio estudantil. Quando o CRUSP foi invadido, mais de mil pessoas estavam ali, à mercê da polícia, que nos parecia absolutamente atônita e sem saber o que fazer. Os policiais tinham alguns nomes, de algumas pessoas que se destacavam. E promoveram uma invasão onde mais de mil pessoas estavam à disposição da polícia. Porém, a polícia não sabia o que fazer. Ficamos, quase um dia inteiro, presos no restaurante e a polícia não sabia como nos transportar, para onde nos levar, o que fazer conosco. A polícia parecia sem noção de como agir. Na análise do que aconteceu naquela época, o CCC e a própria OBAN atuavam de uma forma articulada em função dessa própria incompetência da polícia em agir naquele momento.

Tenho a impressão de que a polícia depois se tornou mais sistemática e estruturada. Também corriam boatos no sentido de que a própria CIA enviou agentes para treinar pessoas aqui para lidar com a chamada “subversão”, com a “ação terrorista”. Mas naquele momento, no fim de 1968, a ação da polícia era meio desestruturada, pouco organizada, até incompetente. E o CCC diminuiu, à medida que a repressão oficial foi mais violenta a partir de 1970. Percebíamos que a ação da polícia tornou-se mais direcionada, mais estruturada. E a OBAN, acho que veio nesse sentido também de subsidiar financeiramente essa ação da polícia, no sentido de dominar os focos circunscritos à região de São Paulo.

Acredito que os grupos que participavam do CCC incluíam sem dúvida uma base estudantil forte, mas acho que extrapolava. E no CCC havia participação desses grupos econômicos preocupados com os rumos da chamada “subversão”. No CCC havia essa “semente” de financiamento, que depois deu origem à OBAN. Com certeza, o CCC estava muito além de uma mobilização somente estudantil. Era uma organização mais ampla, que atingia setores diversificados da população aqui em São Paulo: todos aqueles que normalmente se preocupam

quando imaginam, sentem, que a situação está fugindo ou escapando do controle da polícia e dos órgãos normalmente responsáveis por esse controle. Esses grupos começam a se articular quando sentem esse vazio de poder, na opinião deles. Penso que era uma organização muito maior do que uma base estudantil de reação à esquerda. Acho que essas pessoas, naquele momento, se articularam em organizações do tipo CCC, OBAN, etc. E em momentos de crise podem voltar a se articular.

Um estudo com o objetivo de analisar as raízes dessas formações paramilitares é importante, não só pelo conhecimento em si da época histórica, mas inclusive, no sentido de ter condições de diagnosticar situações semelhantes que possam ocorrer mais tarde. Existe um sentido latente de reação a mudanças, que pode aflorar em momentos nos quais essas pessoas se sentem ameaçadas de uma forma ou de outra. Vemos hoje em dia, por exemplo, as reações que suscitam a existência de movimentos como o MST. Quer dizer, à medida que essas pessoas se sentem ameaçadas e que a ação da polícia não corresponde àquilo que elas imaginam que deva ser, articulam-se. É importante conhecer as raízes, os sentimentos que estão por trás dessa articulação, para inclusive, no momento atual, a gente perceber isso em outras reações que possam surgir. Acho que se conhece muito pouco sobre esses movimentos reacionários. E realmente, isso daí se configurou como uma “queima de arquivo”. O esforço em recuperar essas informações é fundamental para entendermos a atuação da polícia e desses grupos paramilitares que agiram e tiveram papel importante naquela época.

PARTE III

COMPREENSÃO
HISTORIOGRÁFICA

Os colaboradores desta pesquisa – cada qual com seu motivo, disposição e eloquência – mediram a importância de relatar de acordo com a intensidade que viveram a experiência vinculada ao CCC. Discursos formatados, temas indiscretos, cautela na exposição de nomes e fatos, além de comportamentos inversos a estes relacionados ao longo de toda a pesquisa de campo, conferência e validação das entrevistas: cada qual narrou sobre a atuação do CCC de acordo com a intensidade destas experiências retidas à memória individual e coletiva, e sem se furtar aos interesses e ao comprometimento com os afazeres do tempo presente e daquelas ocasiões reservadas ao desenvolvimento da pesquisa. Ao longo de diversos relatos, tornou-se necessário, para alguns colaboradores, enredar conjunturas políticas e socioeconômicas, nacionais e internacionais, para se explicar a existência de um grupo como o CCC e outros semelhantes. Para outros, mais diretamente vinculados com o assunto, a objetividade e precisão em situar o CCC naquele tempo e espaço pautaram suas narrativas. Estas nuances podem ser compreendidas no escopo dos aportes conceituais da história oral como “tons vitais” – à luz do que propõe José Carlos Sebe Bom Meihy (2005) –, os quais são reunidos sob os subitens intitulados Ideologias e culturas políticas; Memória e ressentimento; Lugares de memória, memória de lugares; e Ensaio de terrorismo, ou o ‘gosto pelo desgosto dos outros’.

Ideologias e culturas políticas: origem e atuação do CCC

BUSCAR UMA COMPREENSÃO, em termos do conceito “culturas políticas”, dos processos de formação político-ideológica e de identidades, contextualizados e iminentes à república populista (1945-1964) e ao regime civil-militar (1964-1985) instaurados no país e, por sua vez, à Guerra Fria (1945-1991) em escala global – os quais, por sua vez, são temas recorrentes nos relatos de história oral colhidos para a presente pesquisa – pode ser maneira prática de tratar sobre a origem e atuação do CCC e outras organizações paramilitares e anticomunistas similares. Por meio das fontes documentais apresentadas ao longo do presente trabalho é possível não somente elucidar atos e fatos consumados, duvidosos e contraditórios, mas também a complexidade de formações político-ideológicas, muitas das quais tangentes ao extremo, marcadas pelas tradicionais dissensões (e aproximações) entre esquerdas e direitas.

Neste mesmo sentido, há como oferecer noções do quanto a existência de organizações de extrema-direita como o CCC foram significativas (ao seu modo, e bem *intragáveis* à maioria) para a formação político-ideológica dos colaboradores e de seus respectivos grupos – ou *colônias*, no vocabulário da história oral – que experimentaram, individual e/ou coletivamente, *situações-limite* e *traumas* suscitados ou vinculados a ações violentas, repressoras, terroristas, geradas dentro de seu próprio meio social (MEIHY e RIBEIRO, 2011, p. 85-8). É fundamental, pois, para a historiografia e o conhecimento público, revelar situações-limite e traumas que afetam/afetaram os respectivos colaboradores e outros indivíduos e grupos que compõem

ou compuseram semelhantes “comunidades de destino” a esta, de perpetradores, vítimas e testemunhas de ações violentas, terroristas, paramilitares e/ou militares. (MEIHY e HOLANDA, 2011, p. 43-55)

Influências político-ideológicas remanescentes de períodos muitos das quais anteriores à década de 1950, marcaram contundentemente a memória coletiva e a identidade de gerações estudantis, artísticas, culturais e pastorais brasileiras atuantes ao longo das décadas de 1960 e 1970. Dentre estas influências e opiniões que se somaram às de Règis Debray e Daniel Cohn-Bendit, citem-se o *welfare state*, *petebismo* e *pessedismo*, o *desenvolvimentismo* de Ruy Mauro Marini e Celso Furtado, as *teses do XX Congresso* da ex-URSS e da *Organização Latino-Americana de Solidariedade* (OLAS), a obra *A Revolução Brasileira* (1978, 1966) de Caio Prado Jr., a *teologia da libertação*, e mais à esquerda revolucionária, o *trotskismo*, o *maoísmo*, o “*Manual do Guerrilheiro Urbano*” de Carlos Marighella; e, pendendo à direita, o *integralismo*, o *nazifascismo*, *anticomunismo* e *macartismo*, o *conservadorismo religioso*, o *lacerdismo* e *udenismo*, e mais ainda à extrema-direita, os *gangsterismos* e a *jagunçada*, o neocolonialismo internacional, o *apartheid* social e racial, dentre tantas outras tendências e práticas fundadas em diversos matizes político-ideológicos (PINSKY e PINSKY, 2005, LOPES, 2005; GORENDER, 2000; RIDENTI, 2000; 1993).

Como se atesta pelos respectivos relatos de Renato Martinelli e Lauro Ferraz, nitidamente favoráveis às “reformas de base” de João Goulart e contra todo o movimento golpista de 1964, os tons vitais emanados de suas narrativas reiteram o entendimento historiográfico sobre como o Brasil da chamada *República Populista* inseria-se no contexto da Guerra Fria, enquanto país não-alinhado ao modelo político-econômico estadunidense (“Capitalismo de Mercado”) e tampouco ao soviético (“Capitalismo de Estado”), até sofrer o golpe civil-militar de 1964 e restringir políticas e negócios com o parceiro continental (DREIFFUS, 1981, 1988; BANDEIRA, 1978, STEPAN, 1971). E mesmo o relato de Zé Celso, ao seu modo, apresenta “tons vitais” que seguem o mesmo espírito de compreensão dos diversos processos de

formação político-ideológica daquela época, para além do partidarismo e da mobilização popular-estudantil; como também o de Paulo Azevedo, que fiou um argumento ao mesmo tempo conciliador e polêmico, para explicar o contexto de “perplexismo dinâmico” ideológico, um “*Kaos*” do qual o CCC se originou, na Faculdade de Direito da USP, que era um espaço onde fervilhavam teses, filosofias, artes e, sobretudo, ideias, práticas e retóricas políticas. O que vale dizer é que o debate e a ação política, muito antes daqueles finais da década de 1960, não se fazia apenas com assembleias e manifestações: a cultura popular e erudita, por meio do corpo e a sensualidade, em também se renderam ao espírito de contestação ao autoritarismo (GREEN, 2003; 2000).

Por outro lado, nos meios acadêmicos e artísticos, a reação a esta produção político-cultural veio com tamanha brutalidade e desproporção de forças, que estes *assaltos* ou *blitz* – como assim eram chamadas as ações da juventude nazista – tornaram-se mais conhecidos que os próprios espetáculos e obras artísticas e literárias. O “Líder do CCC”, como gostava João Marcos Flaquer de ser identificado – até supostamente se arrependeu disto, ao fim da vida, conforme relatos de Paulo Azevedo – começou a política estudantil sem o preparo militante do movimento secundarista de direita, como o tiveram os colaboradores Cassio Scatena e Gustavo Andrade. Ainda no esteio de Paulo Azevedo, João Marcos Flaquer se iniciou no Partido Acadêmico do Kaos sem saber muito bem o que fazia por ali, e chegou a frequentar o marxismo, até se mancomunar, sem quaisquer dificuldades, com o pessoal mais “aristocrata”, “quatrocentão”, da Faculdade de Direito, porque ele mesmo era partícipe deste nicho social. Motivo nenhum para se pasmar com este tal flerte de Flaquer pelo marxismo: em tempos não tão distantes, porém em lugares nada próximos do largo São Francisco, *pessoas* como Hitler o Mussolini também flertaram com ideologias à esquerda – ainda que por breve momento de suas vidas. O *Kaos* (1963; 1985) de Jorge Mautner – o *Filho do Holocausto* (2006), como o artista e intelectual define a si mesmo em suas memórias – e seu tentáculo político-partidário, o

Partido Acadêmico do Kaos (polêmico e indisciplinado ideologicamente), de Paulo Azevedo (este visionário do “perplexismo dinâmico”), atraíram o interesse de *gente da cultura* e *de cultura*, mas atraiu também a simpatia de gente que mais tempo à frente iria combatê-los verbal e/ou fisicamente.

Muitos estudantes se conheciam desde o tempo de cursinhos pré-vestibulares, e se reencontravam nas faculdades sediadas em São Paulo. No meio universitário, como reação às militâncias progressistas, em que havia participação operária na política estudantil/acadêmica, dentre os quais o Grupo de Osasco (GORENDER, 2000, p. 156-7; ROVAI, 2013), estudantes direitistas organizados se contrapuseram a tudo que se identificasse com “populistas”, “sindicalistas”, “comunistas”, taxando-os de “totalitários de esquerda”, “terroristas”, “subversivos”, etc. Ambientes acadêmicos tradicionais, como a Faculdade de Direito do largo São Francisco, eram (e são) propícios para a agremiação de estudantes esquerdistas e direitistas (MARTINS FILHO, 1986; DULLES, 1984), e o CCC originou-se em função do espaço e do momento oportuno para a reação contra a situação institucional, acusada de “populista” e “sindicalista”, do vigente regime democrático (SILVA, 1985; SKIDMORE, 1976). No caso do movimento estudantil à direita, este comportava ideologias das mais conservadoras às mais reacionárias, dos *liberais lacerdistas*, *fascistas* e mesmo *nazistas*, ainda que seus “militantes” – se é que esta seria a correta designação – frequentassem, vezes na vida, posições “progressistas”.

Se houve cooperações/contribuições externas (governo estadunidense, e empresariados multinacionais), e internas (militares, religiosos conservadores, empresariados nacionais, setores ruralistas, classes médias temerosas), no plano institucional do “Ato e o Fato” do golpe civil-militar de 1964 (como assim marcou presença Carlos Heitor Cony no calor político daqueles acontecimentos), no cotidiano, no dia-a-dia acadêmico, cultural, sindical, pastoral, a “perseguição anticomunista” se fazia presente de forma voluntária, covarde e arbitrária. Entre as primeiras situações em que o CCC era visto em ação, o então ministro da Superintendência da Reforma Agrária

(SUPRA), João Pinheiro Neto, foi proibido de discursar no Salão Nobre da Faculdade de Direito do largo São Francisco, ainda em 1963. O ministro foi impedido por pessoas que eram identificadas, já na época, como membros do CCC, sendo estudantes e/ou policiais, como Raul Nogueira de Lima (ou Raul “Careca”). Este, quando mencionado por Cassio Scatena em seu relato, foi colocado como membro do CCC não porque era tão somente agente policial, mas porque estudou Direito e mantinha relações ideológicas (e/ou “pessoais”) com estudantes direitistas, e oficiais da repressão. Aliás, em poucos relatos aparece a reivindicação de um outro como fundador e membro do CCC, como o fez Cassio Scatena, assumindo-se enquanto tal. Poucos o fizeram publicamente: João Marcos Flaquer (*Folha de S. Paulo*, 17/07/1993); Raul Careca, em entrevista a Percival de Souza (2000, p. 163-6); e o próprio Cassio Scatena, através de seu presente relato.

O movimento estudantil de direita, como se percebe, tinha suas nuances, suas especificidades. As articulações regionais entre grupos do movimento estudantil direitista faziam com que siglas como CCC, MAC e FAC fossem conhecidas não apenas entre militantes de direita, meios de comunicação de massa, personalidades e personagens protagonistas e patrocinadores do golpe, mas principalmente para todos os “comunistas” e “subversivos” – em outras palavras, “todo mundo já tinha ouvido falar em CCC”. Quem experimentou um recrudescido dia-a-dia acadêmico, e seguiu em combates armados e sucumbiu à prisão e tortura, como Percival Maricato assim viveu a atuação do CCC, sabe como descrever com precisão o que foi o processo de origem e a composição desta organização paramilitar, no largo São Francisco e no Mackenzie. Quando Percival Maricato ingressou na Faculdade de Direito do largo São Francisco, o CCC já era uma realidade presente. Sem delonga, exprimiu o tom vital de seu relato sobre seu os algozes do dia-a-dia acadêmico, ao definir os elementos que originaram o CCC, como gente com verdadeiro “gosto pelo desgosto dos outros”. Neste sentido, se analisadas friamente as aspirações político-ideológicas e o comportamento de seus membros enquanto organização paramilitar, o terror e a violência do grupo

poderiam alcançar outros patamares para além daquilo que originalmente foi definido como “ensaios de terrorismo”, basicamente *paramilitar* – e dos mais desorganizados, como sugere Gustavo Andrade.

Se o CCC e grupos similares não agiram para além disto (como se não fosse demais), não foi também porque a intimidação, a violência e o terror perpetrados pós-AI-5 foram se aperfeiçoando a condição de “terrorismo de estado”, como afirma Jacob Gorender, em *Combate nas Trevas*. O referido autor, ao aferir o levantamento realizado por Flavio Deckes, com ênfase em ações então não esclarecidas, conclui que:

[...] os atentados terroristas de direita com autoria oculta [e mesmo os com autoria declarada, como entende o presente pesquisador] atingem o pico em 1968, decaem bruscamente em 1969 e desaparecem, de todo, entre 1971 e 1975. Consumado o fechamento ditatorial, não era mais necessária a atuação provocadora das organizações paramilitares. O terrorismo de direita se oficializou. Tornou-se terrorismo de estado, diretamente praticado pelas organizações militares institucionais. (GORENDER, 2000, p. 165)

O nos idos de 1966, a atuação do CCC foi retomada progressivamente, à medida que as esquerdas estudantis iam se reorganizando do baque sofrido em 1964. Mesmo com a ilegalidade imposta pelo AI-2, as entidades estudantis (e de esquerda em geral) deram prosseguimento à reorganização da militância e do aparelhamento político (FILHO, 1986). No largo São Francisco, na Universidade Católica, e na rua Maria Antonia, de ambos os lados, os diretórios e centros acadêmicos, todos vinculados a entidades estudantis como UEE e UNE, eram locais estratégicos de militância. Ao mesmo momento, ocorreu o retorno da atuação do CCC, desde 1964, com a constante conduta acadêmica delinvente. No relato de Cassio Scatena foram descritos, por exemplo, os modos de atuação e como os perpetradores

impediram o Prof. Mario Schemberg de palestrar na antiga Faculdade de Ciências Econômicas da USP (antiga FCE-USP, atual FEA-USP). Nos relatos de vítimas do CCC, como também de testemunhas e perpetradores, o cotidiano quando lembrado é compreendido de forma que a vida social, acadêmica, e mesmo semiclandestina, inter-relacionavam-se veementemente.

Não somente em eleições estudantis ocorriam situações de confronto entre esquerdas e direitas. Os “quebra-quebras” em jogos estudantis, nos bares de centros acadêmicos ou frequentados pelo meio estudantil, ao longo da década de 1960, regularmente eram ocasionados por estudantes direitistas, ligados a movimentos de extrema-direita, como o CCC. Fato pouco noticiado pela imprensa da época, as perturbações em eleições estudantis dentro do Mackenzie também eram ligadas a membros do CCC, e com apoio descarado da reitoria de então, como é apontado nos relatos de Renato Martinelli e de Lauro Ferraz, e em outros documentos e publicações (MATHIAS *et al.*, 1988; LOSCHIAVO DOS SANTOS, 1988).

Antes mesmo dos fatídicos acontecimentos de outubro de 1968, na rua Maria Antonia, o recrudescimento entre esquerdas e direitas era evidente, como também assim ia se sucedendo no largo São Francisco. Tanto que, em 1967, José Roberto Batochio envolveu-se em uma polêmica eleição estudantil do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie. Nesta eleição houve “quebra-quebra”; prisão de membros da chapa vencedora (presidida por Lauro Ferraz); imposição de um triunvirato para dirigir o DA, que fora designado pela então reitora, Profa. Dra. Esther Figueiredo Ferraz, e do qual José Roberto Batochio fazia parte. Esta eleição marcou de forma contundente suas carreiras profissional e política. Como o evento das eleições do DA do Direito-Mackenzie e o triunvirato autoritariamente empossado pela reitora Ester Figueiredo Ferraz, ocorrido em 1967, teve alguma repercussão na imprensa – sendo este recordado com afincamento por Renato Martinelli e Lauro Ferraz – certamente facilitou para que o nome de José Roberto Batochio fosse também posto junto daquela relação onomástica elencando supostos membros

do CCC (ao final da reportagem de Pedro Medeiros em *O Cruzeiro*, intitulada *CCC ou o Comando do Terror*, publicada a 9/11/1968). Desde sua entrevista à jornalista Maria Cecília Loschiavo dos Santos, para a publicação de *Maria Antonia: uma rua na contramão* (1988), Lauro Ferraz já havia elucidado o papel que o CCC, além de seus correlatos e agregados, adquiriu em meio aos conturbados anos que antecederam e se sucederam ao AI-5, sob o ponto de vista de quem conviveu e enfrentou no dia-a-dia a intransigência de colegas universitários anticomunistas, em um ambiente de franco recrudescimento entre grupos detentores de ideologias e culturas políticas demasiadamente contrastantes, como a Universidade Mackenzie de então:

O confronto entre Mackenzie e Filosofia foi um dos primeiros enfrentamentos efetivos entre um grupo paramilitar, apoiado pela polícia, com a esquerda que discutia dentro de seus muros suas dificuldades, semelhanças e diferenças. (...) Por tudo isso é importante rever o episódio da Maria Antonia nos anos 60 em seus múltiplos significados. E dos dois lados da rua. (FERRAZ, 1988, p. 228)

Memória e ressentimento

SUGERE-SE QUE “MEMÓRIA” E “RESSENTIMENTO” – binômio este sugestivo, e consagrado por homônima produção bibliográfica (BRESCIANI e NAXARA, 2001) – são termos-chave para compreender atos, fatos e consequências tangentes a traumas e situações-limite, pois pesquisar sobre a atuação do Comando de Caça aos Comunistas trata de lidar com vingança, covardia, intolerância, intimidação, ensaios de terror físico/psíquico e individual/coletivo. Relatar a atuação do CCC e suas consequências é revelar sentimentos de perda e “do que não foi”, sentimentos de assombro sobre o dia-a-dia e o porvir: produções artísticas atacadas, destruídas; instituições de ensino depredadas; mobilizações populares e estudantis sufocadas, e jovens assassinados. O próprio ressentimento está na gênese e na índole destes grupos de extrema-direita. Ao mesmo tempo causa e efeito dos ares autoritários que impregnaram sobre a cultura política brasileira, a atuação do CCC foi cruel sobre suas vítimas e desafetos: planejou e executou ataques à cultura popular e a vanguardas e grupos artísticos e intelectual em ascensão, como demonstram os atos contra o teatro (a peça *Roda Viva* e o próprio Teatro Galpão/Ruth Escobar), a poesia e as artes plásticas (destruição do Monumento a Lorca).

Sem dúvida, o CCC provocou diretamente os trágicos acontecimentos da rua Maria Antonia, e que não somente resultaram na morte do estudante secundarista José Guimarães e destruíram e incendiaram uma instituição pública universitária: obstruíram a viabilidade de uma reforma universitária democrática, no âmbito da Universidade de São Paulo e, por sua vez, da antiga FFCL – demanda esta premente para o movimento estudantil de 1968, e para a qual fora até mesmo criada uma comissão paritária formada por docentes e

discentes, bem rememorada, e sem aparentes ressentimentos, pelo Prof. Antonio Candido de Mello e Souza. Mas há gente que não se esvai ou se esvaiu de ressentimentos.

Atos, fatos, e narrativas de traumas e situações-limite tracejam aspectos contraditórios/ambíguos das memórias coletivas desta “comunidade de destino” vivenciada em lugares como a rua Maria Antonia, o largo São Francisco, a Cidade Universitária e outros: o aspecto do trauma “moral” de quem foi acusado de ser cúmplice de algo que assume não ter se mancomunado. Para muita gente, os acontecimentos da rua Maria Antonia vieram a ser as mais contundentes situações-limite e de trauma que vivenciaram. Para outros, enfrentamentos de guerrilha urbana e rural, desapropriações e “justiçamentos” são seus traumas e situações-limite. Para outros, também, o envolvimento direto, funcional ou administrativo em práticas de tortura e ações terroristas de estado. Para não poucos, principalmente daqueles estudantes matriculados no “outro lado da rua Maria Antonia”, na Universidade Mackenzie, e/ou da Faculdade de Direito da USP, no largo São Francisco, as mais consternadoras situações-limite e de trauma não advieram apenas da violência física, mental e moral perpetradas por balas, porretes e xingamentos, mas também da profunda “nódoa” que se incrustou na “vida pública” de muitos estudantes que vieram a se tornar políticos, empresários, advogados, engenheiros, etc., vivos ou mortos, acusados por estreitamento de relações com grupos extremistas, publicadas na grande imprensa e que ganharam a opinião pública.

Segue outro exemplo: José Roberto Batochio, desde a publicação da reportagem *CCC ou o Comando do Terror*, sazonalmente recebeu e talvez ainda receba jornalistas e pesquisadores para se explicar sobre o assunto. Como se sabe, há outras pessoas também citadas como ex-membros do CCC e/ou de outros grupos paramilitares, ou como torturadores e terroristas, e que também são *demonizadas* publicamente até o tempo presente – como o brigadeiro João Paulo Moreira Burnier (D’ARAÚJO, SOARES e CASTRO, 1994), e o coronel Brilhante Ustra, que lançou um livro de memórias.

Outra perspectiva das relações entre memória e ressentimento, e que pode traduzida no binômio “demonização/bestialização”, foi sofrida pelo próprio autor da famigerada reportagem *CCC ou o Comando do Terror*, Pedro Ferreira de Medeiros, falecido em 1999 – o qual, após o AI-5, perseguido por seus algozes denunciados, decidiu sair do país por conta disto, e teve sua carreira profissional definitivamente comprometida. Vale dizer que ainda pouco se sabe deste jornalista, porque vítima da política do silêncio, ou silenciamento, como sugere Eni Pucinelli Orlandi (2005). Intenções de “demonização/bestialização” em torno de Pedro de Medeiros se demonstram patentes ao longo de alguns relatos de história oral apresentados, como se este fosse um louco ou um oportunista. O “atestado” de sua bestialidade, para seus algozes, alguns supostos membros do CCC, era a própria a reportagem *CCC ou o Comando do Terror*. Atestado de “bestialidade” ou não, é certo que esta reportagem ao menos garantiu a *O Cruzeiro* a espetacularização de um rentável tema, que veio ainda a ser explorado por seguidas semanas, até a edição do AI-5. Aliás, a bestialização do oprimido – como assim supostos membros do CCC o fizeram com Pedro de Medeiros – é ingrediente marcante da cultura política autoritária brasileira, como o atesta José Murilo de Carvalho, ao tratar de mais recuados temas de história sociopolítica e cultural brasileira.

Não há como saber se esta “nódoa” afixada pela famigerada reportagem marcou o âmago de José Roberto Batochio, mas se pode dizer que sua “vida pública” porta este pequeno estigma forjado a partir dos acontecimentos, reportagens e opiniões públicas próprios àquela época. De qualquer modo, estes traumáticos arranhões talvez suscitaram em José Roberto Batochio e em outros “ex-militantes aristocráticos” – se é que isto existe – um revigoramento de espíritos democráticos, de tolerância, e de solidariedade política. Repensar a própria postura político-ideológica permitiu, no caso, a José Roberto Batochio, distanciar-se de outros militantes direitistas, “aristocráticos” (como ele mesmo se refere à direita acadêmica da qual fazia parte), e atuasse politicamente e profissionalmente (porque advogado

criminalista) em comissões de direitos humanos e se alinhasse a partidos de centro-esquerda, como o Partido Democrático Trabalhista (PDT). É impossível José Roberto Batochio apagar estes fatos de sua “vida pública”, pois isto se tornou algo fora de seu controle.

Alguns outros exemplos notáveis destas “nódoas” político-ideológicas: dom Hélder Câmara, tão rememorado como um dos bastiões da centro-esquerda cristã e opositorista ao regime civil-militar, já intelectualmente formado nos anos 1930, alinhava-se ao integralismo e ao anticomunismo. No sentido contrário, Carlos Lacerda, em juventude, foi um entusiasta militante comunista que reconhecia em Luís Carlos Prestes a liderança maior dentro do Partido Comunista do Brasil (ou Brasileiro). Muitos outros casos patentes poderiam aqui ser brevemente elencados, mas o que vale dizer, para o momento, é que mudanças de postura, de alinhamento político-ideológico e de círculos sociais foram motivações e práticas usuais na história social e política recente do Brasil e de outros países. No esteio de uma expressão de Perry Anderson (2005, p. 45), as “identidades temporárias” – no caso, aristocráticas, conservadoras, liberais – a que José Roberto Batochio e outros estudantes de direita se vinculavam, naqueles anos 1960, ficaram marcadas à sigla CCC e seus desdobramentos concretos, e assim permanecem retidos estes resquícios estigmatizados à memória coletiva da “comunidade de destino” que experimentou os acontecimentos da rua Maria Antonia e tantos outros episódios traumáticos. Nos relatos de Renato Martinelli e Lauro Ferraz respingam elementos desta “nódoa” que atingiu a imagem da “vida pública” de José Roberto Batochio, ainda mais por este pender à centro-esquerda ao longo de sua trajetória política e profissional pós-estudantil.

Gente sem maiores pudores, diferentemente de José Roberto Batochio (um militante político de conduta moderada, desde a época), os mais inflamados membros do CCC, acusados de serem responsáveis por diversas ações terroristas, mais do que se irritarem com o alarde anunciado pela grande imprensa sobre suas ações, aproveitaram-se deste “marketing político” para fazer propaganda de si próprios e do CCC, como um todo, mesmo que ameaçando jornalistas

e a grande imprensa para o alcance de suas intenções. O CCC era realmente perigoso para seus alvos. Pode-se mesmo levantar a hipótese que o CCC forçou indiretamente o governo a tomar medidas realmente mais duras contra a “subversão estudantil e generalizada”, após a regular e ampla cobertura feita pela grande imprensa da época sobre a realidade sociopolítica brasileira, que sinalizava para a uma crise de gabinete do governo civil-militar – já muito mais militar do que civil, à esta altura.

As próprias tentativas, *voluntariamente frustradas*, de coibir contendas entre grupos políticos estudantis rivais, entre esquerdas e direitas, repercutiam pela grande imprensa com teor francamente desmoralizador, provocador contra o governo. Como reação intelectual e particular aos acontecimentos vinculados, inclusive, à atuação do Comando de Caça aos Comunistas, sem dúvida intencionais e premeditados, o reitor licenciado da USP, o professor Luiz Antonio da Gama e Silva, então ministro de justiça, entregou ao marechal Costa e Silva as medidas necessárias para conter a crise sociopolítica e civil-militar germinada desde os preparativos para golpe de 1964: entregou-lhe a minuta do Ato Institucional nº 5, a partir do qual o país se aprofundaria no extremo-autoritarismo. Sabido desde a época, eram de notoriedade pública no Largo São Francisco, e nos espaços do Direito, os vínculos pessoais daquele que veio a ser o “ministro do AI-5”, Luís Antônio da Gama e Silva, para com membros do CCC. Aliás, Gaminha bem poderia ter seu nome elencado ao final da famigerada e famosa reportagem “CCC ou o Comando do Terror,” de *O Cruzeiro*.

O CCC alcançou a notoriedade a que aspirava com a destruição de *Roda-Viva*, os acontecimentos da rua Maria Antonia, o alarde de suas ações através da grande imprensa envolvida no calor do turbilhão, e a edição do AI-5. Deste momento até meados dos anos 1970, não interessava mais ao grande empresariado do ramo orientar suas redações a realizar uma cobertura transparente, ainda que com certo sensacionalismo, sobre a realidade brasileira dos *Anos de Chumbo*: não era mais interessante tratar de temas “subversivos”, sobretudo

durante o período de sistemática censura prévia no país, entre 1969 e 1978 (KUSHNIR, 2004; AQUINO, 1999). Como escreveu Cláudio Abramo, em *A Regra do Jogo: o jornalista e a ética do marceneiro* – obra em que se mesclam memórias autobiográficas e reportagens suas publicadas nas redações pelas quais passou:

[...] a grande imprensa, como já está definida, é ligada aos interesses daquela classe que pode manter a grande imprensa. Na medida em que essa classe está em contradição com a conjuntura nacional, os jornais podem exercer um papel de esclarecimento. Mas é preciso não esquecer que esse esclarecimento vai até o nível dos interesses da própria grande imprensa. Ela tem interesses peculiares, pertence a pessoas cujos interesses estão ligados a um complexo econômico, político e institucional. Mas pode exercer um papel de educação. (ABRAMO, 1988, p. 116)

Decorrente e concomitante a atos e fatos suscitados ao longo daqueles momentos de recrudescimento entre esquerdas e direitas (e toda a constelação político-ideológica daqueles “anos de chumbo”), a grande imprensa também serviu como catalisadora de memórias e ressentimentos capazes de perdurar por toda a vida de indivíduos e grupos componentes da comunidade de destino que presenciaram e/ou sofreram com não apenas com gangsterismo e terrorismo, mas difamações, bisbilhotices, libelos, sensacionalismo de cunho político-ideológico e íntimo-pessoal. A imprensa que denuncia com fundamentos concretos ações de extremismo político-ideológico pode muito bem ser a mesma que vende “notícias marrons” para se sustentar – sobretudo em momentos oportunos de “virada de mesa”, como o AI-5 e outros marcos legais relevantes para o período estudado – pois o que vale, desde sempre no mercado e na cultura política de comunicação social, é a “regra do jogo”.

Quanto às direitas atuantes neste contexto de intimidação, perseguição e atos de terror, durante os anos de chumbo (e mesmo antes do

golpe de 1964), estas encontraram nos meios de comunicação (seja a grande imprensa, produzida em larga escala industrial; ou a popular ou de oposição, como o jornal “Movimento”, nos anos 1970) um dos alvos para efetuar a manutenção político-ideológica autoritária e desencadear propósitos e atos de vingança, ódio, indignação, intransigência e cerceamento de liberdade de expressão, os quais podem ser traduzidos no plano real como terrorismo, aprisionamentos, tortura, censura. Estes propósitos e atos reacionários, emanados de memórias e ressentimentos autoritários cultivados desde a época, voltaram-se contra os próprios indivíduos e grupos atacados e que atacaram os meios de comunicação: “a má consciência” – como escreve a psicanalista Maria Rita Khel (2007, p. 13) – “é a contrapartida necessária do ressentimento. [...] O ressentido é um vingativo que não se reconhece como tal.”

Memórias e ressentimentos aqui discutidos, suscitados pelos acontecimentos relacionados à grande imprensa da época e sua repercussão a partir de “algozes e vítimas”, e que chegaram até o tempo presente – como se atesta pelos relatos de história oral – fazem parte de um conjunto de experiências cuja síntese também se identifica à narrativa de Cassio Scatena, que se sente derrotado em suas aspirações político-ideológicas – não pelo encerramento do regime civil-militar, propriamente dito, mas porque seus adversários cotidianos ou de seu universo político-ideológico chegaram ao poder, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e outros antigos opositores do regime (vale dizer que as entrevistas foram realizadas ao longo do segundo mandato FHC, e por isto estas são as personalidades políticas mais referenciadas). Memórias e ressentimentos de gente incapaz de reagir ao vigente momento político e cultural (neste compreendido os subseqüentes governos federais tucanos e petistas) ainda destilam em nomes e grupos (em sua maioria de “esquerda”, como FHC, José Serra, Lula, José Genoíno e outros) seus objetos de demonização/bestialização, desprezo e ojeriza – talvez porque postura confortável diante da atual e favorável realidade brasileira de perpetuação de princípios jurídicos democráticos e de garantia de outros

direitos fundamentais do cidadão, os quais beneficiam inclusive antigos perpetradores, militares e civis.

Comissões da Verdade, como as vigentes no Brasil – em âmbitos federal, estadual, municipal ou autárquico – impossibilitadas de executar reparação financeiro-criminal sobre vítimas e familiares, atêm-se a revelar e confrontar memórias para que estas não sejam esquecidas. Parece pouco, mas não o é. Em consonância ao funcionamento destas comissões da verdade, a presente pesquisa pretendeu confrontar narrativas de ressentimento, silenciamento, bestialização/demonização para que a atuação do Comando de Caça aos Comunistas seja esquecida ou banalizada. Neste sentido, não se pretendeu comportar textualmente aparente postura de reconciliação histórica, mas sim de zelo liberdade de expressão, e de zelo à cidadania e à dignidade humana imanentes a vítimas, perpetradores e testemunhas deste tabu ou mito gerado no seio da cultura política e historiografia brasileiras. A atuação do CCC e de outros grupos paramilitares, terroristas de extrema-direita, deve ser encarada como tema também pertinente junto a outros arrolados às atuais comissões da verdade. A omissão favorece o vigor do ressentimento e do ressentido.

Lugares de memória, memória de lugares

TRATAR DE ASSUNTOS TOCANTES A LOGRADOUROS E ENDEREÇOS, nos quais a atuação do CCC foram marcantes para a “comunidade de destino e afetiva” – formada, sobretudo, por grupos de professores, estudantes universitários e secundaristas, intelectuais, artistas e militantes políticos e religiosos –, significa compreender os diversos aspectos (“resíduos”, “vestígios”) de memórias coletivas e de memória histórica calcadas por ruas, avenidas, esquinas, calçadas, muros, corredores, escadas, telhados, sacadas, salas de aula, bibliotecas, botecos e repúblicas estudantis. Estas memórias coletivas e histórica remetem tanto a vivências cotidianas, acadêmicas, militantes, artísticas e políticas, quanto a experiências física e psiquicamente onerosas, traumáticas e de situações-limite. Pode se dizer que: 1) as memórias coletivas e histórica emanadas dessa “comunidade de destino e afetiva” deram ao mesmo tempo singularidade e senso de coletividade e de contínua reconfiguração a fragmentos de lembranças vinculadas, por exemplo, ao trânsito de pessoas e veículos pela rua Maria Antonia ou pelo largo São Francisco; 2) a memória histórica narrada, registrada, redigida, desde então, vem se estabilizando e emoldurando, sem esquecer do componente humano, amplos e distintos relatos sobre estes logradouros, endereços, instituições e espaços de convivência acima referidos.

Como encaminhamento a esta discussão conceitual e historiográfica que envolve questões acerca de memória e culturas políticas (AZEVEDO *et al.*, 2009) – que pretende se arriscar ao emprego do talvez banalizado conceito proposto originalmente por Pierre Nora

(“lugares de memória”), como bem alerta o professor Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes para sua apropriação e uso (Idem, p. 455-63) – estes “resíduos”, “vestígios”, de um passado recente, decodificados em tradição oral/escrita e narrativas procedentes de diversas fontes documentais e produções culturais, artísticas e intelectuais –, são capazes de preencher tais “lugares de memória” com narrativas, imagens, símbolos que remetem a experiências e sensações que conferem distinta qualidade a determinados espaços. Em conflituosa posição de cotejamento e diálogo, para as memórias coletivas (aquelas evocadas coletivamente, por exemplo, para o não esquecimento de saborosas “palavras de ordem” antológicas contra a ditadura e pela democracia, que traduziam em coro as aspirações gerais e particulares dos movimentos sociais e da população brasileira) e a memória histórica (aquela que erige documentos/monumentos para datar, registrar ou reconstruir acontecimento ou processo histórico, como o fazem militares e instituições de cultura política conservadora), tais logradouros, endereços, instituições e espaços de convivência acima referidos se tornaram “lugares de memória” de uma *sui generis* “comunidade de destino e afetiva” de intensas experiências e vivências ao longo daqueles “anos de chumbo”. Mesmo com a imposição de silenciamento e esquecimento forçado pelo regime civil-militar, a rua Maria Antonia, o largo São Francisco, o CRUSP, por exemplo, são lugares de memória dos quais exalam sensações e lembranças de ressentimento, silenciamento, esquecimento, perda – sensações inerentes aos processos de construção da memória destas e de outras situações-limite e de trauma sofridos em meio aos “anos de chumbo”.

Vale pensar se nestas localidades, logradouros, instituições e espaços de convivência, acima referidos, ocorre algo que pode ser conceitualmente denominado como “memória dos lugares” – isto é, tratam-se de espaços, sítios, terrenos ou territórios, socialmente reconhecidos como inerentes e essenciais ao processo de detenção e reprodução de tradições orais/escritas, e ao processo de disseminação do conhecimento emanado de memórias coletivas e da memória histórica produzidas em espaços socialmente construídos (ASSMAN,

2006). Neste sentido, seria também oportuno considerar se o conceito “memória dos lugares” pode se encaixar à rua Maria Antonia e seus *campi* universitários; ao largo São Francisco, suas “Arcadas” e arrabaldes; à Cidade Universitária, e seu moderno e funcional urbanismo e soluções arquitetônicas, como o próprio CRUSP e outros conjuntos edificados; e a tantos outros logradouros e endereços historicamente significativos (como a PUC em Perdizes, e a Faculdade de Medicina da USP), dado que tradições acadêmicas, culturais e políticas (muitas das quais, indigestas, praticadas com violência física e psíquica) persistem nestas instituições universitárias (e mesmo outras de cunho religioso, ou político-administrativo). Dadas estas circunstâncias, seria igualmente interessante apontar como este conceito de “memória dos lugares” poderia também abranger edificações pertencentes a antigos/vigentes órgãos/sistemas de repressão e aprisionamento (e tortura), ainda em funcionamento ou desativados, uma vez que esses lugares são igualmente regidos e conduzidos por meio de tradições, práticas, narrativas, causos, e mentiras.

Se há realmente uma “memória de lugares”, os “lugares de memória”, inclusive estes acima referidos, são simbolicamente capazes – bastando, para tanto, da presença humana/social – de expressar, dizer, relatar, narrar e recriar lembranças, e de identificar registros, vestígios e restos de memórias coletivas e de memória histórica. A “memória dos lugares” seria, pois, uma construção política, socio-cultural e psíquica gerada e realizada pela própria “comunidade de destino e afetiva” que experimenta, vivencia, acontecimentos ou processos históricos. Tratar dos acontecimentos (ou batalha, guerra, tragédia, e outros sinônimos) da rua Maria Antonia, vinculados ao CCC e outras situações, significa relatar fragmentos de “memória de um lugar” específico, a *rua Maria Antonia* – em especial, a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, *celulae mater* da Universidade de São Paulo –, e sobre a qual vale mencionar a contribuição intelectual da socióloga e professora Irene Cardoso sobre este “lugar de memória”, tão caro a ela, assim como a própria Universidade de São Paulo enquanto comunidade acadêmica, e instituição de ensino e de

reprodução política do poderio econômico paulista (2001; 1988, p. 229-39; 1982).

Fragmentos de “memória do lugar”, os acontecimentos da rua Maria Antonia, ocorridos a 2 e 3 de outubro de 1968, foram momentos marcados por traumas e situações-limite fundados na intimidação, na violência física e psíquica, no terror, germinadas há tempos bem anteriores ao golpe de 1964. O conflito generalizado, sempre esperado pela extrema-direita estudantil, teve como palco um dos ambientes intelectuais e culturais mais significativos da época: a rua Maria Antonia, Vila Buarque, região central de São Paulo, que abrigava dois dos mais importantes núcleos universitários do país, os respectivos *campi* da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL) e do Instituto Presbiteriano Mackenzie. Após seguidas ocorrências de recrudescimento entre esquerdas e direitas, ao longo de anos, CCC e agregados (com a participação de policiais e militares) agiram cabalmente com requintes de gangsterismo e terrorismo de extrema-direita, e com o franco interesse de expulsar à força a antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras das dependências do edifício nº 294 da rua Maria Antonia, como se não houvesse espaço para as duas instituições universitárias no mesmo logradouro. A omissão dos órgãos de segurança pública, municipal e estadual, em pleno desenrolar dos fatos, favoreceu a despudorada e reacionária atuação do CCC nestes acontecimentos, assim como em outras ocorrências correlatas.

Pode-se dizer, *grosso modo*, o CCC fez o “trabalho sujo” da ditadura civil-militar para minar e exterminar a oposição intelectual “uspiana”, paulista e brasileira, então simbolizada na FFCL e na rua Maria Antonia. A vil “servidão voluntária” e de interesse duvidoso do CCC e de estudantes ligados à direita e à extrema-direita – sejam esses do Mackenzie, da USP, da PUC ou de qualquer outra instituição universitária – foi a conduta, o procedimento moral, desta gente ressentida, perpetradora, inconsequente ou não, do ocaso deste importante *locus* de oposição cultural e intelectual, e de resistência à ditadura. O que ainda existe, e resiste, na rua Maria Antonia, são

fragmentos de “memórias do lugar” e de “lugares de memória” que dão sentido a cada metro quadrado pertencente àquelas quadras da Vila Buarque: a atuação do CCC persiste como fragmento lapidado por memórias coletivas e memória histórica que tangenciam os próprios fatos mais “consagrados” acerca do processo de fechamento ditatorial brasileiro.

Dentre outros documentos da época, *Os Acontecimentos da rua Maria Antonia (2 e 3 de outubro de 1968)* (MATHIAS *et al.*, 1968; 1988), também conhecido por *Livro Branco* – de cuja Comissão Organizadora o professor Antonio Candido foi um dos membros –, por sua vez, pode ser considerado a versão “oficial” e “institucional” partida do antigo corpo docente da antiga FFCL sobre os acontecimentos de 2 e 3 de outubro à rua Maria Antonia. Com relação ao CCC, especificamente, este documento tem a oferecer depoimentos formulados ainda no calor dos acontecimentos, e que atribuem ao CCC grave responsabilidade sobre diversas ocorrências.

Como o *Livro Branco*, o livro *Maria Antonia: uma rua na contramão* – para o qual também colaboraram, concedendo entrevistas ou escritos de reminiscências, os colaboradores Antonio Candido, Franklin Leopoldo e Silva, e Lauro Ferraz – não foi elaborado propriamente para denunciar ou acusar o CCC. A corajosa dedicação com que foram confeccionadas as respectivas obras que narraram os fatídicos acontecimentos da rua Maria Antonia e restabeleceram um sentido coletivo à memória deste logradouro e arredores, serviu como um estímulo militante e cidadão para se pesquisar sobre a atuação do CCC, também como desdobramento do esforço de pessoas de diversas gerações que a vivenciaram. Por isso, não se pode criticar os meios estudantis, acadêmicos ou artísticos por não se preocuparem até o presente momento em contar a história da atuação do CCC. Até então, muitas vezes embebidos no anseio da superação de traumas individuais e/ou coletivos, diversos intelectuais, estudantes, artistas, clérigos e militantes políticos contaram suas e outras histórias, no sentido reconstruir a memória de lugares, de eventos, e de pessoas que igualmente foram cerceadas e tolhidas em sua dignidade, viti-

madras por agentes diretos e indiretos da repressão perpetrada ao longo deste “tempo de ditadura”, a ser perpetuamente rememorado também como “*anos de chumbo*”.

“Memória de Lugares” e “lugares de Memória” novamente se confundem na busca de compreensão e do tom vital dos relatos do prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva. Detentor de narrativas pautadas por elementos memórias coletivas e de memória histórica da qual ele é intelectual partícipe e colaborador em sua confecção, porque autor de artigos/relatos publicados, como em “Maria Antonia: Uma rua na contramão”, organizado por Maria Cecília Loschiavo dos Santos (SILVA, 1988, p. 132-6), o Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva, então estudante do curso de Filosofia da antiga FFCL (presente e atuante em meios aos fatos ocorridos), relatou para a presente pesquisa a vida acadêmica abalada pela violência dos vizinhos do “outro lado da rua”, regularmente amparadas por forças da repressão. Coerentemente, apontou quem carregava os maiores fardos de responsabilidade sobre tragédia: os altos escalões burocráticos da Universidade de São Paulo e da Universidade Mackenzie, ambos mancomunados para com a execução das diretrizes autoritárias para o ensino superior, postas em prática ao menos desde a sanção da lei federal nº 4.464/1964, também conhecida como Lei Suplicy, assim como do firmamento dos acordos MEC-USAID (CUNHA, 1988). O prof. Franklin, em seu referido artigo/relato, assim como em seu relato para a presente pesquisa, conseguiu explorar e sintetizar, por meio de sua narrativa, o tom vital emanado de memórias coletivas sobre a rua Maria Antonia e sua importância para a construção de uma cultura política de resistência a liberdades restringidas, sufocadas e reprimidas. De seus relatos se percebe o sentimento de perda que se imprime nas memórias coletivas sobre as vivências e experiências passadas à antiga FFCL e na rua Maria Antonia, como por este excerto abaixo:

Não é o caso de avaliar o que se perdeu. Nada seria mais terrível do que as gerações repetirem-se umas às outras. Mas há que se constatar também que tudo isto que tentamos descre-

ver e compreender não se acabou naturalmente, no ritmo dissolvente do tempo. Houve a ação violenta daqueles que usurparam lugares na História, o que nos impede de lembrar a rua Maria Antonia com a tranquilidade com que se concebe, na memória, um lugar àquilo que passou. Pelo contrário, aqui a memória sofre o desconforto da incompletude, como se lembrar fosse presentificar ausência, procurar o vazio ou completar uma morte uma morte prematura. Assim, na impossibilidade de antecipar realidades, nada seria mais odioso, em relação à experiência da Maria Antonia, do que procurar extrair ensinamentos ou avaliar resultados. Resta apenas a memória retorcida ante o inconclusivo e o sentimento – como estranho afeto suspenso no ar – de perda do irrealizado. (SILVA, 1988, p. 136)

Coeso e emocionalmente distante dos fatos vinculados à atuação do CCC, o relato do Prof. Dr. Antonio Candido reforçou o argumento do abandono das autoridades públicas do Estado em relação à antiga FFCL, como já havia sustentado em seu artigo/retrato para a referida coletânea organizada por Maria Cecília Loschiavo dos Santos (CANDIDO, 1988, p. 35-9), assim como em seu depoimento incluído no “Livro Branco” dos acontecimentos da rua Maria Antonia a 2 e 3 de outubro de 1968. O Prof. Antonio Candido, em seu relato para a presente pesquisa, talvez por generosidade, isenta, parcialmente, o então governador Roberto de Abreu Sodré, da omissão do Estado a tudo aquilo que ocorreu à Faculdade de Filosofia, apesar do cabal abandono da FFCL por parte do Governo do estado de São Paulo. Acredita na inevitabilidade dos acontecimentos, entendendo que o governador Roberto de Abreu Sodré estava acuado pelos golpistas mais inflamados, ditos “linha-dura”, pois juntos defenderam a Faculdade de Direito do largo São Francisco em diversas contendas ocorridas ao longo da ditadura Vargas – unidade acadêmica uspiana tida como um complexo e contraditório lugar de memória política e cultural paulista e brasileiro. Antonio Candido conheceu os princípios “libe-

rais”, “democráticos” do ex-governador paulista, de modo a não acreditar em má-fé do colega de tempos arcadianos. Em vista da moral ilibada que o precede, o professor Antonio Candido também foi tenaz, porém sincero, ao criticar a postura intelectual e acadêmica de setores do movimento estudantil e de colegas professores uspianos, dos idos de 1966 até os momentos de recrudescimento pressentidos, vistos e sentidos entre 2 e 3 de outubro e 13 de dezembro de 1968, pois o próprio destino imediato da FFCL estava inteiramente comprometido.

O aperfeiçoamento e a luta pela democratização das diretrizes para a chamada *Reforma Universitária de 1968* e outros temas vigentes daquela autoritária política educacional brasileira – amplamente discutidas por intelectuais como Florestan Fernandes (1975) e Luiz Antônio Cunha (1988); e segundo Antonio Candido, reforma universitária esta que era ou deveria ser a pauta de maior pertinência dos movimentos estudantis pós-1964 – deram lugar à militância político-ideológica fragmentada e difusa, e que fugiu dos principais objetivos fundamentais do movimento estudantil remanescente ao golpe. Ocorreu que a militância política e o debate acadêmico democráticos não se renderam à intolerância e ao terror, e defenderam sua instituição diante da sedenta extrema-direita. Consequência direta da briga generalizada e da destruição da antiga FFCL, o Ato Institucional nº 5, o subsequente Decreto-Lei nº 477/1969 e outros, já eram previstos e pressentidos por muita gente daquela época, como se depreende dos diversos relatos para presente pesquisa e de diversas fontes documentais acima arroladas. Vale também anotar o senso de generosidade e dignidade humana de Antonio Candido, ao tentar impedir o linchamento público de João Parisi Filho, afamado membro do CCC, em meio aos acontecimentos da rua Maria Antonia.

Abaixo, segue excerto do objetivo depoimento do professor Antonio Candido à Comissão Organizadora do *Livro Branco*, no qual enumera suas impressões sobre aquela uma hora de testemunho dos acontecimentos da rua Maria Antonia, ainda a 2 de outubro de 1968:

Neste lapso de tempo, pude notar: 1) intenso bombardeio com o que me pareceram foguetes e bombas, partindo do Mackenzie e respondido com pouca intensidade pelo prédio 296; 2) do alto do edifício em construção, ao lado do Mackenzie, dominando os nossos de muitos andares, arremesso contínuo de grandes pedras, tijolos e, parece, pedaços de cimento; 3) avanços constantes de jovens pela rua Maria Antonia ou contra os muros do Mackenzie, repelidos por bombas lançadas sobre eles; 4) no estacionamento de automóveis em frente da rua Dr. Vila Nova, encravado em terrenos no Mackenzie, vi mais de uma vez guardas-civis que espreitavam a rua; uma vez, três, de bota e capacete, provavelmente motociclistas, vieram apressadamente até a rua e voltaram do mesmo modo; uma vez pelo menos correu o boato de que estavam saindo para carregar sobre o povo; 5) coleta de dinheiro feita por jovens, “para a defesa”, destinando-se a medicamentos, diziam; 6) tentativa de alguns jovens, mais de uma vez, de escalar um tapume alto de madeira que dá acesso ao terreno do Mackenzie; 7) vários jovens machucados, aparentemente por pedradas, carregados ou ajudados por outros; 8) chegada de uma ambulância que foi até a rua Dr. Vila Nova e de lá voltou algum tempo depois, constando que fora recolher um jovem da Faculdade de Filosofia ferido a bala na perna; 9) um jovem bem vestido cercado pelos que ali estavam e pareciam querer agredi-lo por ser espião, o que não aconteceu porque alguns rapazes com autoridade sobre os demais os contiveram e o mandaram embora, rumo à consolação; 10) um rapaz igualmente bem vestido agarrado na rua Dr. Vila Nova e trazido de roldão até quase a Maria Antonia, por grupos bastante enfurecidos, correndo logo o boato de que o queriam linchar: dirigi-me para perto, pensando em intervir se isto ocorresse, mas o rapaz desapareceu bruscamente, levado para baixo, dizendo-se que Zé Dirceu o havia tirado de perigo (como vi depois pela fotografia dos jornais, tratava-se do estudante Parisi); 11)

um rapaz ferido, com sangue na frente e as costas ensanguentadas, carregado para uma perua de reportagem, que levou-o imediatamente; o rapaz parecia sem consciência, e de fato soube depois que era o estudante secundarista morto a tiro.

Outro “lugar de memória” sobre o qual obviamente é necessário fazer considerações, é a Faculdade de Direito da USP, sediada no largo São Francisco – berço do Comando de Caça aos Comunistas. Fundada a 11 de agosto de 1827, esta instituição de ensino superior – a primeira do país, juntamente à Faculdade de Direito de Olinda – ainda hoje é marcada pela celebração e rememoração de suas personalidades e tradições. Instituição de ensino superior pela qual passaram célebres e bem sucedidos juristas, políticos, artistas e intelectuais de toda sorte (SANTOS, 1998, p. 97-101), a Faculdade de Direito da USP, nos idos dos anos 1960, ainda era local de intenso fervilhar de culturas políticas a partir das quais germinaram focos de resistência ao golpe e à manutenção do regime civil-militar, assim como de grupos defensores da “Redentora”. No plano da convivência diária das Arcadas, havia outras normas de conduta que aquelas tão somente balizadas pela origem socioeconômica e pelas orientações ideológicas de seus alunos e professores. Eleições acadêmicas, tribunais simbólicos, competições esportivas, eventos culturais como a “Peruada”, realizados por alunos da Faculdade de Direito, seguiam uma lógica própria, consuetudinária, e que extrapolava a simples relação de afinidade político-ideológica entre seus membros.

Como se afere pela leitura dos relatos de colaboradores ex-estudantes da FD-USP, independentemente de suas respectivas afiliações em grupos de esquerda ou de direita, havia entre os alunos arcadianos a manutenção de uma tradição essencialmente corporativa, e extrapartidária, denominada a “Canalha Acadêmica”, e que possivelmente chega até os dias atuais sem maiores modificações. De todas as tradições acadêmicas da FD-USP que mais contribuíram para a formação identitária de grupos como o Comando de Caça aos Comunistas, a “Canalha” é aquela que forneceu os principais ingredientes

para consolidação de seu *modus operandi* pautado pela violência, intimidação, intolerância. Tanto é pertinente esta observação que, ao elencar diversas ações terroristas que poderiam ser atribuídas ao CCC em São Paulo, muitas das quais foram relatadas por membros do CCC, como Cassio Scatena, ou agregados como Gustavo Andrade e Paulo Azevedo, como atitudes de esbórnica, presepada, fanfarronice da própria “Canalha”. Para quem testemunhou o cotidiano das Arcadas, brigas generalizadas entre estudantes da FD-USP, por exemplo, em competições esportivas, não eram vistas como ações do CCC, mas dessa entidade denominada “Canalha”, que até os dias de hoje promove seções de tortura e humilhação em trotes nas “calouradas acadêmicas”, e tantos outros atos passíveis de coibição e punição.

De fato, não há muito o que diferenciar entre ações perpetradas pelo CCC ou pela “Canalha”, pois os perpetradores eram os mesmos, e os alvos, aqueles de sempre. A título de comparação, a “Canalha” é uma tradição acadêmica da FD-USP tão saudável aos arcadianos quanto a “farra do boi” é para o animal, e para seus torturadores e espectadores. O “gosto pelo desgosto dos outros”, imanente à “Canalha”, é o mesmo que suscitou o germinar de um grupo como o Comando de Caça aos Comunistas. Os relatos de Paulo Azevedo, Gustavo Andrade, e Cassio Scatena, de preferência confrontados com o relato de Percival Maricato, elucidam a contento sobre a importância da tradicional “Canalha Acadêmica” para a Faculdade de Direito do largo São Francisco e seus arcadianos mais entusiastas. Aliás, como tantas tradições arcadianas que se tornaram fonte de inspiração para outras comunidades acadêmicas do direito, a “Canalha Acadêmica” do largo São Francisco também inspirou muita gente a agir enquanto tal, e estimular a proliferação de práticas perniciosas e opressoras.

O CCC, entretanto, não era somente atuante diretamente contra o movimento estudantil que contestava a ditadura, mas também contra produções culturais e artísticas, como a peça *Roda-Viva*, de Chico Buarque de Hollanda (1968), encenada no Teatro Galpão/Ruth Escobar e em tantos outros palcos brasileiros. Seus membros consideravam

uma afronta aos “bons costumes” aquela nova geração contestadora, “antropofágica” tal como os modernistas de 1922, que não se resignava ou se submetia à cultura e ao conservadorismo, típicos e frequentados por famílias tradicionais paulistanas. Zé Celso Martinez Corrêa, em seu relato, e à luz do que escreveu introduzindo a peça o *Rei da Vela* (CORRÊA; ANDRADE, 2003), comparou ao estereótipo de um suposto membro do CCC um deselegante, truculento, e cuspidor personagem de *O Rei da Vela*, chamado Perdigoto, desajustado e desocupado rapaz procedente de família quatrocentona decadente, viciado em jogatina, bebidas e farras, e que resolve oferecer seus préstimos ao tio (o primeiro *Rei da Vela*) para soluções em segurança privada, com finalidade simples de compensar seus gastos com apostas no turfê.

Vítimas e testemunhas de ações próprias deste Perdigoto *oswaldiano*, artistas e espectadores de espetáculos e eventos, vieram a se tornar alvos comuns para o CCC e grupos correlatos e agregados, no sentido de que perseguições, atos de violência física e psíquica, e depredações de patrimônios públicos e privados, no auge de 1968, generalizaram-se. Eis o que o CCC simbolizava naquele momento: anticomunismo, terrorismo, gangsterismo e, em muitos casos, homofobia. Solidário aos traumas e situações-limite sofridas por artistas, produtores e espectadores agredidos pelo CCC, Zé Celso narrou sua impressão sobre a dolorosa transformação da identidade cultural, e existencial, pela qual passou a peça *Roda-Viva* logo após o ataque ao Teatro Galpão/Ruth Escobar, no qual fortuitamente não esteve presente: *Roda-Viva* passou a não ser mais aquela peça originalmente escrita pelo jovem Chico Buarque de Hollanda e encenada por atores hoje celebrados no teatro brasileiro – como Marília Pêra, e outros – mas aquela lembrada tão-somente como a peça teatral destruída pelo CCC em 1968; assim como para o público mais distante dos palcos para das artes cênicas, o Teatro Galpão/Ruth Escobar ainda é lembrado como aquele destruído pelo CCC, e não aquele preenchido de memórias de resistência ao longo de sua existência (FERNANDES; MAGALDI, 1985).

Para além de “lugares de memória” como logradouros, endereços, instituições, espaços de convivência acima referidos, a “memória do lugar” dito “cultura”, assim como a “memória do lugar” dito “artes”, foram machucadas pela atuação do CCC. Significa dizer: a “cultura” foi machucada pelo CCC; as “artes” foram machucadas pelo CCC. Significa, pois, dizer que a memória destes lugares pode ser entendida também como “memória de resistência” (RIDENTI, 1993). Tratar do atentado à peça *Roda-Viva* no Teatro Galpão/Ruth Escobar é revelar publicamente, para que estas não sejam esquecidas e repetidas, as cicatrizes retidas à memória da cultura e das artes, vitimadas pela intolerância e o preconceito praticados por gangues e organizações de extrema-direita. É perceptível que nestes lugares de memória – construídos/constituídos ao longo dos “anos de chumbo”, ora mais concretos, ora mais intangíveis –, como a cultura (e mesmo a cultura política) e as artes em seus diversos gêneros, os sentidos de ressentimento, silenciamento, esquecimento, perda e resistência se revelam à medida que memórias coletivas são postas em evidência.

Percebe-se também a gravidade destas feridas, ainda a cicatrizar, pelo relato de Paulo Azevedo ao rememorar um diálogo seu com Jô Soares, na tentativa de convencê-lo a receber João Marcos Flaquer, em seu *talk-show*, para dar versão sobre seu envolvimento com o CCC e responsabilidade sobre ações que adquiriram notoriedade pública. Sem sucesso, utilizou Paulo Azevedo de inadequado argumento para justificar a desmedida violência física perpetrada pelo CCC, como reação a uma suposta violência moral que significava a peça *Roda-Viva* para a sociedade conservadora e seus rebotalhos. Ofendido, porque artista contemporâneo ao *Roda-Viva* e ele mesmo vítima de perseguições do próprio CCC, Jô Soares negou a palavra e silenciou João Marcos Flaquer, pois o ressentimento falou mais alto, sobretudo se observado dos “lugares de memória” ditos “cultura” e “artes”: o próprio Jô Soares se tornou a presentificação do ressentimento, inteiramente justificável, emanado dos lugares de memória ditos “cultura” e artes”. O equívoco prático de Paulo Azevedo, diante de Jô Soares, foi buscar argumentos que justificassem tamanha violência

do opressor – no caso, presentificada e incorporada na pessoa de João Marcos Flaquer, pois ele mesmo se dizia *o líder do CCC*. Na boca de outro, as palavras de Paulo Azevedo até poderiam ser política e moralmente comprometedoras, e sugerir maior simpatia sua para com membros do CCC (além de correlatos e agregados), o que na realidade o foi sem quaisquer pudores – como Gustavo Andrade também o foi, e assim relatou o desgaste o modelo de militância de extrema-direita liderada por João Marcos Flaquer e correligionários, exemplificando na tentativa de estruturação da CRUNA (Cruzada Nacionalista) em 1970, e a ANB (Aliança Nacionalista Brasileira), nos idos dos anos de 1980.

Outros grupos componentes desta comunidade de destino que experimentou e vivenciou os “anos de chumbo”, como entidades civis formadas por imigrantes espanhóis republicanos, exilados no Brasil, também foram alvo do Comando de Caça aos Comunistas, antes e depois do AI-5. Desde antes de 1968, eventos que celebravam a memória do poeta andaluz Federico García Lorca, e própria romântica e traumática experiência da Guerra Civil Espanhola (1936-1939) fizeram parte da agenda cultural paulistana. Em espaços culturais, como a Biblioteca Municipal Mário de Andrade e outros, na capital paulista, a exposição de desenhos e leitura de poesias de Lorca; o pronunciamento em público de diversos artistas, intelectuais e familiares do poeta andaluz; e toda uma sorte de homenagens rendidas antes e durante a inauguração do Monumento a Lorca emanaram do diálogo sociocultural de diversos grupos e indivíduos para presentificar, naquele momento de resistência política ao fechamento ditatorial, a memória de uma vítima do fascismo em uma escultura que custou muito para conquistar um espaço público para sua inauguração, como se afere pelo relato de Gabriel Fernández Otamendí.

É possível também consultar diversas notícias, hoje digitalizadas em acervos *online* de grupos da grande imprensa – que apresentam todo o movimento gerado desde a idealização, realização de eventos, até a destruição e peregrinação do Monumento a Lorca pela grande São Paulo – sobre mais este ato perpetrado pelo CCC.

Dentre as quais, cite-se o breve relato de memória de Álvaro Alves de Faria, jornalista e poeta, em colaboração ao *Maria Antonia: Uma rua na contramão*. Seu relato de memória é um dos poucos que se encontram neste livro que tratam de outra ação do CCC fora dos arredores da rua Maria Antonia. São palavras que reafirmam a brutalidade e a crueldade juvenis, em ação deliberadamente gangsterista e terrorista, emanadas de membros do CCC, grupo este que, ao atacar o Monumento a Lorca fez questão atacar não apenas as artes plásticas e a cultura brasileira, mas alvejar grupos e pessoas, como os membros do Centro Democrático Espanhol, militantes republicanos, antifascistas que se afilavam no movimento por um outro Brasil e um outro mundo diferentes daqueles geridos pela mão pesada do Estado e sociedade civil autoritárias (FARIA, 1988, p. 172):

Flávio de Carvalho constrói o monumento partindo de um desenho de Federico García Lorca. Mas onde colocar o monumento nestes tempos violentos? Praça das Guianas, cheia de árvores, escondida num pedaço da Nove de Julho. Neruda passeia pelas ruas de São Paulo. Um poeta amável, de olhos grandes. Poetas espanhóis estão aqui para a inauguração. Trazem no bolso poemas comoventes. O Centro Democrático Espanhol distribui fotografias de Lorca varado de Balas. Há pessoas que choram. Outras discursam. Lorca está aqui, tenho certeza: *“un día los caballos vivirán en las tabernas y las hormigas furiosas atacarán los cielos amarillos que se refugian en los ojos de las vacas. Otro día veremos la resurrección de las mariposas disecadas y aún andando por un paisaje de esponjas grises y barcos mudos veremos brillar el anillo y manar rosas de nuestra lengua”*. A Praça das Guianas é grande. Somos um punhado de gente com palavras ardentes. Depois tudo passa. O monumento fica entre as árvores paulistanas da Nove de Julho. Mas numa noite de sombra, o CCC serra os canos negros que sustentam o monumento. García Lorca não existe mais. Nem sua poesia. Resta na praça o pedestal retangular de cimento. Um túmulo.

Em perseguição à memória do poeta andaluz assassinado em 1936, em Granada, Espanha, havia o CCC no encalço. O Monumento a Lorca foi depredado poucos meses depois de sua inauguração à Praça das Guianas, rente à Av. 9 de Julho, à altura dos Jardins. A 27 de julho de 1969, uma escultura projetada pelo artista e arquiteto Flavio de Carvalho e idealizada por membros – dentre os quais, o colaborador desta pesquisa, Gabriel Fernández Otamendí – do antigo Centro Democrático Espanhol, órgão republicano hispano-brasileiro (GATTAZ, 1996, 2014), em homenagem a Federico García Lorca, não escapou a este ato de terrorismo e gangsterismo, perpetrados por uma juventude elitista e estudada, porém perversa e perigosa.

Esta ação, como todas as outras acima arroladas, podem ser entendidas como algo inteiramente consonante com o conceito de “banalidade do mal” proposto por Hannah Arendt, pois estas eram ações motivadas, planejadas e executadas conscientemente, e com finalidades e alvos específicos, e em cumprimento do que acreditavam ser seu dever. É inteiramente cabível, pensar que alguém cometeria tais atos de intolerância, terrorismo, gangsterismo, apenas porque o sujeito estava cumprindo ordens, no caso, partidas das lideranças do CCC. À certa altura do ano de 1968, a imposição de suposta autoridade oficiosa de um João Marcos Flaquer, sobre um membro ou agregado do CCC, seria deliberação suficiente para deflagrar a perpetração involuntária de ações terroristas, gangsteristas sobre determinados alvos. De qualquer forma, é insustentável aplicar generalizadamente o conceito de “banalidade do mal” para tratar especificamente do CCC, de correlatos e agregados – embora este conceito seja cabível e coerente em casos específicos, sobretudo aqueles que vinculam ex-membros do CCC para com órgãos oficiais da repressão, como Otávio Gonçalves Moreira Júnior (Otavinho) e Raul Nogueira de Lima (Raul Careca).

Pode-se dizer que os motivos pelos quais levaram o CCC a destruir o Monumento a Lorca foram os mesmos que suscitaram a destruição da peça *Roda-Viva*. O CCC agiu com propósitos predeterminados: basta compreendê-los pensando que, no CCC, havia também

entre seus membros alguns que se assumiam não apenas como advogados, profissionais liberais, etc., mas também como artistas plásticos, poetas e literatos, como o desenhista de história em quadinhos, famoso à época, o advogado João Parisi Filho.

A partir de análise estética dos respectivos significantes incutidos às produções artísticas desenvolvidas em *Roda-Viva* (dentro da qual se identificava uma suposta agressividade cenográfica, segundo o próprio CCC) e no Monumento a Lorca (uma escultura abstrata e avermelhada), e cotejados à compreensão ou tom vital de relatos feitos por um ex-membro do CCC, como o de Cassio Scatena, e da reportagem de *O Cruzeiro* com João Parisi Filho, percebe-se uma noção de arte ao pensamento de direita, *grosso modo*, fundamentada em eugenia, alienação, opressão, e que se vinculava sob medida na ideologia e cultura política de membros do CCC e afins. Com a leitura da entrevista concedida por João Parisi Filho a *O Cruzeiro*, e sendo esta leitura posicionada junto a passagens de relatos como de Cassio Scatena (que considera covardia agredir “mulher, viado e artista...”), demonstra-se que havia um especial interesse do CCC em promover perseguição física e ideológica também contra a produção cultural emanada dos movimentos progressistas e contestatórios de então. Havia simbologia própria em atacar a cultura, a intelectualidade e as artes, além de que não era interessante o real enfrentamento físico com a esquerda armada de então, composta, inclusive, por diversos colegas de faculdade do pessoal original do CCC – como os ex-militantes da ALN, Percival Maricato, no largo São Francisco, e Renato Martinelli, na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie. Agredir moral e fisicamente era estratégia eficaz do terror perpetrado pelo CCC, e por seus correlatos e agregados – exceto contra quem eles realmente temiam, que era a esquerda armada.

Assim como a destruição perpetrada pelo CCC contra a rua Maria Antonia podem ser categorizados como “ensaio de terrorismo” que deram sentido e rumo para o terrorismo de Estado, os ataques do CCC à cultura, às artes e à liberdade de expressão também sinalizaram e precederam a censura prévia que foi instaurada após o

AI-5. Enquanto o Estado autoritário não coibia oficialmente, com rigor e vigor, a produção cultural, artística e intelectual brasileira, o CCC e depois outros grupos paramilitares, como a Operação Bandeirante, fizeram sua parte na opressão e repressão a artistas, intelectuais e suas obras (BERG, 1998).

Inclusive, havia aqueles que gostavam de frequentar delegacias policiais, achando-se no direito a esta conduta. Cassio Scatena, como afirma Percival Maricato no relato redigido por ele mesmo para esta pesquisa, era um desses que circulava pelas delegacias, seja por hábito de quem professa o ofício da advocacia, seja por “solidariedade” e “compaixão” a colegas de faculdade encarcerados, sobretudo, após o AI-5. Outros membros que tinham vínculos formais com a repressão de Estado, entre os quais Raul Nogueira de Lima (Raul “Careca”) e Otávio Gonçalves Moreira Júnior (“Otavinho”), fundiam e aliavam a própria atuação do CCC com a ação repressora oficial, sem pudor algum, e com certo prazer. “Gosto pelo desgosto dos outros”, “ensaios de terrorismo”, e tantos outros bordões aqui apresentados e desenvolvidos, podem ser traduzidos como o *leitmotiv*, ou estado de espírito, daqueles que participavam ou se identificavam da atuação terrorista e gangsterista do Comando de Caça aos Comunistas.

Por fim, há que se comentar sobre outro “lugar de memória”, ainda hoje fundamental para a rememoração e reflexão sobre os rumos tomados pelas universidades brasileiras após a reforma universitária de 1968 e o AI-5, que é o Conjunto Residencial da USP (CRUSP). Prevista sua construção desde a concepção do *campus* da Cidade Universitária, no Butantã (CAMPOS, 2004, 1954), o CRUSP mal havia sido ocupado pelos estudantes após os Jogos Panamericanos de 1963, quando se tornou alvo regular da ditadura civil-militar e de seus asseclas. A morte suspeita do estudante Rafael Kauan foi apenas o primeiro dos diversos crimes e atos arbitrários perpetrados contra residentes e alojados do CRUSP. À medida que o recrudescimento entre as esquerdas e direitas do estudantado paulistano ia se apresentando cada vez mais patente, o CRUSP ia se portando como o porto seguro para a militância do movimento estudantil contrário

ao regime civil-militar. Lideranças ou bases, afamados ou anônimos, uspianos ou não, o CRUSP era local estratégico para os militantes de esquerda não somente de São Paulo, mas do país inteiro. Por outra via, obviamente, desde os anos 1960, sempre correram boatos sobre supostos residentes e alojados tidos como *cruspianos* “alcaguetas”, “dedos-duros”, ou mesmo “pessoal que fazia o jogo duplo”, como recorda a colaboradora Elaine Farias Veloso Hirata, sobre esta possibilidade nada surpreendente. A rede de intenções e ações direitistas contra o CRUSP se fazia não apenas por posturas de alcaguetagem e de intimidação, mas de ações armadas, paramilitares e oficiais, algumas das quais em conjunto, como ocorreu a finais de 1968.

Membros do CCC, como João Marcos Flaquer e outros, participavam como “espectadores de luxo” de intervenções oficiais militares, como a invasão policial ao CRUSP, que expulsou e prendeu alunos e não-alunos, residentes e alojados, da moradia estudantil, a 17 de dezembro de 1968. O CRUSP, conhecido foco de resistência à ditadura civil-militar, sempre fora alvo de membros do CCC, mesmo quando em ação em nome da “Canalha Acadêmica” e de outros grupelhos reacionários. O CCC, por sua vez, com regularidade perpetrava atos de intimidação e terrorismo contra o CRUSP – ora de maneira sorrateira, na surdina, ora em plena luz do dia – não somente gerando gritarias e buzinações, mas atentando a balas de fuzil contra apartamentos da moradia, e mesmo da ala feminina (pois ainda não havia tampouco permissão para alas mistas) – dentre os quais, o da colaboradora da presente pesquisa, professora Elaine Farias Veloso Hirata, então aluna do curso de graduação em História, transferido da rua Maria Antonia para a Cidade Universitária em 1967. Aos finais de 1968, sobretudo após os acontecimentos da rua Maria Antonia, e o sequestro e cárcere privado de João Parisi Filho, as autoridades acadêmicas e públicas decidiram pôr fim à “subversão” que assolava unidades e dependências da Universidade de São Paulo, assim deliberando pelo encerramento das atividades da antiga FFCL à rua Maria Antonia, e pelo aprisionamento dos residentes e alojados no CRUSP e evacuação e desmantelamento da moradia estudantil,

prisões de alunos e afastamento compulsório de docentes, dentre outras deliberações.

Não foi fácil para a USP e sua comunidade acadêmica retomarem seus “lugares de memória” e reapropriarem-se da “memória dos lugares” então nas mãos de quem sustentou o regime civil-militar em seus 21 anos. Por bom tempo, além das publicações individuais, obras coletivas/institucionais produzidas pela comunidade acadêmica uspiana, e em especial da antiga FFCL – dentre as quais, citem-se *O Livro Negro da USP* (ADUSP, 1979), hoje reintitulado *O Controle Ideológico na USP (1964-1978)* (ADUSP, 2004) – expressavam a agonia, provocada pela “delinquência acadêmica” (TRAGTENBERG, 1979), das autoridades uspianas e do Estado de São Paulo contra a própria instituição USP. Aliás, há que se dizer que desde antes do golpe de 1964, a antiga FFCL foi alvo intelectual e orgânico de grupos corporativos instalados nos altos escalões uspianos ou das mais abastadas Unidades de ensino e pesquisa da instituição – como se percebe pela leitura de manifestos como *Em defesa da FFCL* (PETRONE, 1952, p. 7), publicado pela extinta Associação dos Antigos Alunos da FFCL-USP (AAAFFCL-USP), sobre a tentativa da FD-USP e do Estado de São Paulo de permitir bacharéis de direito de investirem de cargos públicos como lentes de disciplinas às áreas de Filosofia e Ciências Humanas, justamente em momento-chave para a consolidação destes cursos superiores no Brasil. O omissão e descaso público para com a antiga FFCL já eram notórios para a comunidade acadêmica uspiana e paulistana mais pregressa.

Década a década, movimentações ocorreram em favor da retomada dos “lugares de memória uspianos”: alunos carentes foram retomando as dependências do CRUSP, assim como movimentos e entidades estudantis em geral, e de docentes e funcionários da Universidade de São Paulo, em permanente luta por direitos socioeconômicos de suas categorias, conseguiram reaver e reativar diversos bens imóveis públicos, como os edifícios n^{os} 294 e 296 da rua Maria Antonia, retirados do patrimônio da universidade pelas mãos de chumbo da ditadura civil-militar brasileira. Comissões da Verdade reunidas

no âmbito autárquico da USP, e de outras instituições, seriam meios de apurar os danos físicos e financeiros, administrativos e patrimoniais, causados por indivíduos e grupos que compunham a comunidade uspiana de ontem e de hoje, assim como agentes do Estado a serviço (para) oficial do regime civil-militar brasileiro. Premente, também, e de fato, é reunir comissões da verdade, no âmbito universitário, que apurem os casos de violência física e moral, assassinatos, gangsterismo, terrorismo, perpetrados por grupos como o CCC e outros.

Ensaio de terrorismo ou “o gosto pelo desgosto dos outros”

SE ALGUM MARCO LEGAL REALMENTE CONSEGUIU transformar o rumo dos acontecimentos, principalmente a história de vida das pessoas envolvidas com a atuação do CCC – sejam como vítimas, perpetradores ou testemunhas – foi a sanção do Ato Institucional nº5, a 13 de dezembro de 1968, cuja minuta do decreto federal fora redigido pelo reitor da USP licenciado, o ministro da justiça, Luis Antonio da Gama e Silva – conhecido como “Gaminha”, um dos padrinhos maiores do CCC. Após o AI-5, muitos militantes do movimento estudantil caíram para a luta armada; muitos destes foram presos, mortos em combate e/ou sob tortura, ou desapareceram; outros tiveram as vidas acadêmica, profissional e familiar, abaladas e sem chance de serem recuperadas; fortuitamente, centenas deles ainda chegaram a se exilar e retomaram suas vidas; professores universitários, que desde aquela época são reconhecidos como integrantes do corpo da inteligência brasileira, tiveram suas cadeiras universitárias retiradas. O estrago feito pelo CCC foi grande, como toda a opressão, violência intolerância que emanou da “Revolução de 1964” (também dita “Reidentora” pelos militares) e do Estado autoritário brasileiro.

Por outro lado, estes mesmos que fizeram parte do CCC, que mancomunaram com ideologias e práticas políticas inaceitáveis de um ponto de vista humano, tomaram também diversos rumos. Direitistas pobretões, servis a filhinhos de papai, não tiveram a escolha senão de se profissionalizarem na “caça aos comunistas”, como relatou Percival Maricato. Outros, como “Otavinho”, pagaram com a vida por seu gosto à violência, seu gosto em torturar colegas de turma,

inclusive mulheres grávidas – mais uma vez, o “gosto pelo desgosto dos outros”, conforme palavras do próprio colaborador.

Direitistas famigerados à época, hoje ressentidos, ainda vivem entocados, talvez na tentativa de esquecer a própria existência – como ocorreu com Raul Nogueira de Lima, ou “Raul Careca”, até falecer em 2009. Aliás, caso raro, apenas o experiente repórter policial Percival de Souza conseguia a colaboração de “Raul Careca” para investigar e escrever a biografia do delegado Sérgio Paranhos Fleury, falecido sob circunstâncias não esclarecidas. Outros direitos, bem colocados socialmente, praticaram a advocacia após o ingresso na OAB, como Cassio Scatena e Gustavo Andrade, e chegaram até a continuar os estudos, pois, como eles relataram, tiveram que trabalhar, cuidar dos filhos, fazer pós-graduação, etc. João Marcos Flaquer, ao contrário destes, morreu arrependido, porque depois de tantos anos, de forma semelhante ao general Golbery do Couto e Silva, percebeu tardiamente que criou um “monstro”. João Marcos Flaquer arrependeu-se de seus atos como “líder do CCC”, ainda que tenha falecido crente em sua ideologia anticomunista: de fato, a sujeira já estava feita.

Para leitores que conhecem o histórico de alguns ex-membros do CCC, como o de Cassio Scatena, sabem que o mesmo fora condenado por dois tribunais, o último a 30 de março de 1989 (o primeiro, a 7 de novembro de 1986, anulado por requerimento de defesa), pela morte a tiros, a 11 de outubro de 1978, do operário Néelson Pereira de Jesus, da metalúrgica “Alfa”, da qual o advogado era sócio-proprietário – aliás, este assunto tomou bastante espaço na imprensa da época, hoje digitalizada. Percebe-se que este assunto não foi elencado à narrativa de Cassio Scatena, pois a possibilidade de comprometer o trabalho do presente pesquisador era grande, caso houvesse certa insistência em extrair quaisquer detalhes sobre este assunto. Ademais, isto nada tem a ver “diretamente” com o CCC, senão apenas pelos evidentes resíduos de uma conduta de vida truculenta, associados ao típico problema de luta de classes sindicalizada (patrão x operário) da qual cada parte defende a si mesmo e à sua categoria, e

na qual o direito penal favoreceu o mais forte – no caso, o réu, cuja pena de 4 anos de reclusão prescreveu anos mais tarde.

Ainda que após o AI-5 os juristas ligados ao CCC foram paulatinamente tratar de suas vidas, grupos similares continuaram a existir. O mau exemplo permaneceu; o nome desta e de outras siglas paramilitares se disseminaram em diversas partes do país, como os CCC's compostos por policiais caçadores de padres progressistas e de ligas camponesas no Nordeste; e novas gerações de delatores, policiais torturadores, filhinhos de papai justiceiros, nazistas de carteirinha que depredam patrimônios públicos e privados vêm se renovando desde antes da década de 1960, chegando até o presente momento sem quaisquer constrangimentos.

A título de exemplo, nos dias atuais, basta acompanhar eleições acadêmicas nestas mesmas faculdades nas quais se originaram grupos como o CCC, para se perceber que sempre existe um grupelho saudoso jurista que continua a existir, reivindicando paranoias políticas, empastelando processos de organização estudantil, ou propondo aparentes diversões que mascaram a violência e o desrespeito à dignidade humana nos meios acadêmicos, em “trotos” e “calouradas”, “jogos estudantis”, etc. De forma similar, este terrorismo traduzido em violência, covarde e primitiva, também está espalhado em quartéis militares encabeçados por oficiais ainda motivados por vícios de patriotada. Exemplo notório, também, é o das “milícias” compostas por policiais e ex-policiais corruptos, atuantes em todo o Brasil, de modo semelhante aos famigerados “Esquadrões da Morte”, liderados pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Por último, cite-se os recentes casos envolvendo gangues de “justiceiros”, *playboys* que espancam, humilham e matam gente indefesa e em extrema situação de risco. Vale dizer que, sabidamente, Elaine Farias Veloso Hirata – a primeira pessoa a colaborar com a presente pesquisa – em seu relato, já alertava para recomposição de grupos juristas, terroristas, à medida que seus interesses estão ameaçados.

O terrorismo não se esvai facilmente da psique, tanto de perpetradores quanto de vítimas, cada qual em sua devida condição

existencial, política e socioeconômica, progressiva e atual. No âmbito da discussão teórica, há que aventar a hipótese de que *o terrorismo, independentemente da envergadura de sua dimensão social, territorial e psíquica, fundamenta-se na construção e manutenção de traumas coletivos, grupais, familiares e individuais, suscitados por motivação ideológica*. Apenas relevar ações violentas de grande amplitude geográfica e midiática, desencadeadas por motivos de ordem política, em que muitas pessoas são vitimadas, pode ser considerado um equívoco. No dia-a-dia, a violência nas cidades, no campo, nas selvas e sertões se realiza de diversas e contraditórias formas, como intimidação, ataques sorrateiros, brigas generalizadas intencionadas e perpetradas por grupos gangsteristas, e por bandos de jagunços, milícias, esquadrões da morte, “justiceiros”.

Para além do “gosto pelo desgosto dos outros”, estas ações criminais são cabais “ensaios de terrorismo” que, se não forem contidos em suas essências e práticas, podem ser ameaças cada vez maiores e mais bem organizadas. É bem possível que as origens do terror e do terrorismo sejam as mesmas que suscitam atentados aparentemente distintos, como a destruição da FFCL-USP, os eventos de 11 de setembro de 2001, a “Chacina da Candelária”, e outros mais, que vieram acontecer recentemente e ao longo da história contemporânea. É primordial em historiografia – e nas mais diversas searas do conhecimento sobre o assunto – o relato, enquanto registro, documento, de quem sentiu e sente na pele e na psique tais formas de violência. Mas também devem ser relevadas as considerações emanadas de perpetradores, como forma de buscar definições acerca do terrorismo vindas de quem o planejou e/ou o praticou, ao invés de encontrar um entendimento soberbamente científico destes absurdos, ou furtivamente respondê-lo com mitologias e análises de discurso sem fundamentos linguísticos e historiográficos. Por isto é necessário o relato dos supostos perpetradores de ações terroristas, porque estes também viveram o terror na pele e na psique, contudo na condição de opressores, ou como diria Hannah Arendt, de portadores de um “mal radical”. Mais que quaisquer outros, os perpetradores sabem os

motivos do desencadeamento de ações violentas. Argumentos acadêmicos, governamentais, diplomáticos, militares, de nada servem sem a sustentação, cotejamento, confronto de relatos de vítimas e de perpetradores para buscar definições e soluções para o que se entende por “terror” e “terrorismo”, seja no passado ou no presente. O relato, enquanto documento, ensina o outro e a si mesmo a lidar com o conhecimento histórico e, por sua vez, humanístico.

Apontamentos Finais

O *MÉTIER* DO PRESENTE PESQUISADOR fundamenta-se na construção de um *corpus documental* para compreendê-lo segundo propósitos não somente seus, mas de demandas coletivas que visam estabelecer uma devolução pública da coleta, produção documental e dos resultados analíticos sobre o tema em questão. E este pesquisador, enquanto historiador, pôde se valer de tais aportes conceituais e procedimentos de pesquisa, em defesa da ética no trabalho acadêmico e intelectual: a própria experiência em campo do pesquisador torna-se medida para pesar os critérios de seleção dos colaboradores, da própria confecção dos documentos, assim como na franqueza das afirmações de teor claramente subjetivos. Isto é, o *métier* do historiador – e, por sua vez, também do pesquisador em história oral – tem o propósito de levantar problemas, “descobrir razões”, como diria Marc Bloch.

Deve-se, portanto, salientar que o posicionamento crítico deste pesquisador está presente no processo de aplicação da metodologia de pesquisa, assim como neste momento final de compreensão historiográfica. A ética do ofício do historiador, e do pesquisador em história oral, faz-se precisamente por meio da conduta profissional, em honrar os compromissos assumidos com todos os colaboradores e demais pessoas envolvidas com a pesquisa. O comprometimento está no esclarecimento de todas as proposições metodológicas e historiográficas para com os colaboradores, desde a formulação do projeto até o momento da devolução da pesquisa – momento capital em que tais procedimentos de pesquisa devem ser justificados publicamente.

O comprometimento social da devolução da pesquisa – porque produzida em universidade pública e fomentada por de agências

governamentais – é garantido pelo artigo 5º, incisos XIV e XXXIII, da Constituição Federal de 1988, a *Carta Cidadã*, sobre o direito de informação; este, ratificado com o estabelecimento do rito processual do *Habeas Data* (lei nº 9.507/97), e as recentes leis de acesso à informação pública (12.527/2011). Assim, o pesquisador deve estar ciente de que realizou um trabalho acadêmico em instituição pública de ensino superior, e que toda documentação colhida e produzida é de interesse geral e público (PIOVESAN, 2003; COMPARATO, 2003; CASTRO, 2002). Há, todavia, a necessidade de preservar também a cidadania e a dignidade da pessoa humana (Constituição Federal de 1988, artigo 1º, incisos I e II), daqueles que colaboraram neste projeto de pesquisa (inclusive de ex-membros do CCC), apesar de que esteja em vigor o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade (Lei Federal nº 12.528/2011) e haja a eventualidade destes e outros indivíduos relacionados ao assunto “Comando de Caça aos Comunistas e afins” serem instados a prestar oitivas junto à CNV e/ou às comissões estaduais, municipais, acadêmicas e autárquicas.

Questionamentos acerca do terror e terrorismo podem ser delicados e conturbadores a entrevistados e entrevistadores, pois não se pode confundir uma pesquisa acadêmica com tribunais de guerra e contra a tortura à pessoa humana, como o foi o Julgamento de Nuremberg (ou mesmo aqueles tribunais simbólicos, por exemplo, como os Tribunais Russel I, II, III, respectivamente), e tampouco com oitivas de comissões da verdade e congêneres. Quaisquer difamações e acusações infundadas estão na inteira responsabilidade do presente pesquisador em avaliá-las, antes que as documentações colhidas e produzidas, e o trabalho como um todo, sejam devolvidos ao principal público-alvo – especificamente a “comunidade de destino” a que se refere a presente pesquisa. Procurou-se jamais proporcionar mais ressentimentos entre vítimas e perpetradores, e sim incentivar as relações democráticas (enquanto momentos de palavras e de silêncio preenchidas de memória e poder) – isto é, as únicas relações político-sociais capazes de abrigar os espíritos de cidadania e de dignidade humana, no sentido pleno dos respectivos termos.

Os “ensaio de terrorismo” – modo pelo qual se pode denominar atuações políticas perpetradas pelo Comando de Caça aos Comunistas –, ao serem abordados em documentos confeccionados por meio história oral, devem ser encarados como desafio à historiografia atenta ao presente assunto. A história oral reivindica que não somente seja conferida a vítimas ou narradores “politicamente corretos” a autoridade de testemunhar, mas também aos “controversos da história” – como os ex-membros do CCC e direitistas afins, remanescentes dos “Tempos de Ditadura” – como sugere expressiva publicação do Arquivo Edgar Leuenroth (*CADERNOS AEL*, 2001). E este trabalho é uma tentativa de radicalização intelectual da história oral, como iniciativa de uma responsabilidade social em pesquisar assunto demasiadamente tocante e temido ainda nos dias de hoje. A responsabilidade social de pesquisar, colaborar para o conhecimento deste tema, à luz da história oral, é uma tentativa de exercício da cidadania – condição esta somente possível se estabelecida ética e democraticamente, desde a concepção, confecção e devolução pública do rendimento de pesquisa.

Uma historiografia comprometida com o exercício de cidadania precisa também dos relatos de perpetradores, pois com estes se pode estabelecer uma documentação que amplie o campo de informações, conhecimento e subjetividades sobre a atuação política e o terrorismo de extrema-direita, em todas suas facetas. Ter o conhecimento destes grupos é uma forma de defender os direitos constitucionais e universais que garantem a cidadania, a liberdade de expressão, o valor informacional e afetivo da memória, e que podem mesmo restaurar a dignidade de quem a perdeu (inclusive de quem torturou, assassinou, abusou de autoridade oficial).

Tanto o presente pesquisador quanto os colaboradores desta pesquisa, fortuitamente, demonstraram que democracia se faz com oposição, debate, e na medida do possível, respeito às posições divergentes – porque tudo na vida é complexo, porém compreensível. Ainda que o CCC tenha participado de uma conjuntura política do passado recente, com seus “ensaio de terrorismo”, não se pode

esquecer que os ex-membros deste grupo deram maus ensinamentos, exemplos de truculência e covardia às gerações subsequentes, até o presente momento. Documentar a atuação do CCC é uma forma de ser diligente quanto às possibilidades de a extrema-direita se rearticular e reiniciar um processo de recrudescimento político que pode caminhar do gangsterismo a um contundente paramilitarismo, e se concretizar como terrorismo de Estado, de forma semelhante ao que aconteceu durante o “tempo de ditadura”.

Não é brincadeira, ou previsão descabida: o recrudescimento de forças à direita é sempre uma possibilidade tangível no horizonte político brasileiro e global. A existência de grupos de extrema-direita e seus atos de terror são um perigo concreto à população, à sociedade civil organizada e ao Estado brasileiros, assim como é passível de suceder em outras nações. Na atualidade, a extrema-direita conspira politicamente sob diversas facetas, para além do trespassado anticomunismo da Guerra Fria. De qualquer forma, não se pode esquecer da atuação do CCC, pois organizações de extrema-direita (hoje, por exemplo, sob facetas do crime organizado e de milícias constituídas por policiais e ex-policiais corruptos, ou da chamada “banda padre”) circulam livremente pelas ruas, em escolas e faculdades, em hospitais, no mercado de trabalho, em igrejas, comunidades suburbanas e rurais, etc.

É de suma prioridade que a atual geração de pesquisadores encarare com mais afinco temas polêmicos e traumáticos, como assim o é até hoje, por exemplo, à FFLCH-USP e seus pesquisadores, a atuação do CCC e a destruição de tudo que significava a antiga FFCL e a rua Maria Antonia. Desta forma, a presente pesquisa foi desenvolvida em uma “comunidade de destino” na qual se integram “colônias” ou grupos acadêmicos/intelectuais atropelados por organizações de extrema-direita, pela repressão da ditadura, e mesmo pela própria reitoria daquela época – de fato ainda comandada pelo então reitor licenciado, o professor Luís Antonio da Gama e Silva, o ministro da Justiça de Costa e Silva. E o este pesquisador, no convívio entre pessoas da “comunidade de destino” na qual esta pesquisa foi desenvolvida,

sente-se também parte desta “comunidade de destino e afetiva”, pois desde então partilha memórias, ressentimentos, e visões de mundo que se relacionam com o tema.

Após anos pesquisando assunto polêmico, e mesmo indigesto, é perceptível o quanto o tema não se esgota. Os sentimentos do presente pesquisador ao carregar estes relatos de ações terroristas e gangsteristas, de esperanças e decepções passadas ou mais recentes, narradas pelos colaboradores, todavia, recompensam o esforço em devolver publicamente uma documentação produzida coletivamente, durante anos. As necessárias aproximações entre o presente pesquisador e os colaboradores, bem como os momentos de distanciamento e de reaproximações tornam inevitavelmente subjetivas as palavras destes apontamentos finais.

Ao mesmo tempo em que a pesquisa se desenvolvia, questões conceituais e práticas se faziam pertinentes, para serem reavaliadas. Foram experimentadas diversas formas sobre como estabelecer a devolução pública da pesquisa até chegar à presente estrutura textual. Percebeu-se que não existe um número ideal de entrevistas para um projeto em história oral, ao menos sobre este tema. No caso, esta pesquisa foi pautada pela percepção do quanto se pode pesquisar com afincos físico e mental, da formulação do projeto ao presente momento de devolução pública do trabalho final, após diversas correções e atualizações.

A devolução pública da pesquisa e a escolha de depositar no Núcleo de Estudos em História Oral (NEHO-USP) toda produção documental – as fitas cassete e cópias digitais, as *transcrições* autorizadas (e as não autorizadas), e transcrições dos documentos de época – devem ser entendidas apenas como ponto de partida historiográfico para a continuidade às possíveis colaborações no devir. Novas entrevistas, a serem publicadas sob as formas de artigos e monografias acadêmicas, bem como a continuidade do arquivamento documental, possibilitarão o crivo da autenticidade desta primeira devolução pública em forma de publicação. Mais que isso, outros pesquisadores poderão contribuir com este tema, não somente corroborando com

as proposições iniciais, mas principalmente com a crítica historiográfica e revisão de conceitos e procedimentos empregados na construção do *corpus* documental da presente pesquisa.

E por fim, a história oral pode ser mais que um procedimento de pesquisa: é uma escola de vida, em que prevalece o valor humano sobre qualquer juízo de valor aparentemente científico. Antes que enxergar os colaboradores como vítimas ou perpetradores, buscou-se, acima de tudo, o ser humano que, como cidadão ou cidadã, foi decidido a colaborar em uma historiografia produzida por mais um integrante da recente geração de pesquisadores preocupados em revelar memórias e histórias dos “anos de chumbo” ou “tempo de ditadura” – como queiram definir este período –, para que estas jamais sejam esquecidas.

Referências bibliográficas

Abaixo apresenta-se o conjunto bibliográfico empregado e/ou consultado para a elaboração de *Ensaio de Terrorismo: História Oral do Comando de Caça aos Comunistas*, sendo este dividido em três segmentos: *Regime Civil-Militar no Brasil (1964-85): História, Memória e Literatura*, no qual também estão incluídos trabalhos produzidos por meio da história oral; títulos relacionados a temas de *Violência, Terror, Terrorismo*; e por fim, *Aportes Conceituais em Historiografia e História Oral*. Ao final, uma breve lista dos principais *Arquivos, Bibliotecas e Instituições Consultadas*.

Regime Civil-Militar no Brasil (1964-85): História e Memória

AÇÃO Popular. *O Livro Negro da Ditadura Militar*. São Paulo: Libertação, 1972.

ADUSP. *O Livro Negro da USP*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1979.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Os Estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos: a produção brasilianista no pós-Segunda Guerra. Estudos Históricos*; in: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 27, 2001, p. 31-61.

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANDRADE, Oswald. *O Rei da Vela*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

AQUINO, M. A.; MATTOS, M. A. V. L.; SWENSSON JR., W. C. (Orgs.) *No Coração das Trevas: O DEOPS/SP visto por dentro*. São Paulo: IMESP, 2001.

- ARGOLO, José (org.). *A direita explosiva no Brasil: a História do Grupo Secreto que aterrorizou o país com suas ações e atentados*. Petrópolis, Vozes, 3ª ed., 1981.
- ARNS, Dom Paulo Evaristo (pref.). *Brasil: Nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 1978.
- _____. *O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª ed., 1983.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Pensamento de Direita, Hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- BERG, Creuza de Oliveira. *Os mecanismos do silêncio: expressões artísticas e processo censório no regime militar*. São Paulo, 1998. (Dissertação de Mestrado – FFLCH-USP)
- BETTO, Frei. *Batismo de Sangue: A Luta Clandestina contra a Ditadura Militar – Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito*. São Paulo: Casa Amarela, 12ª ed., 2001.
- BICUDO, Hélio Pereira. *Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte*. São Paulo: Martins Fontes, 10ª ed., 2002.
- BIOCCA, Ettore. *Strategia del Terrore: Il Modello Brasiliano*. Bari: De Donato, 1974.
- BRITO, Fábio Bezerra de. *O uso das narrativas pessoais em cinco livros sobre a Ditadura Militar*; in: *Revista de História*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, nº141, 1999.
- CADERNOS AEL. *Tempo de Ditadura*. Campinas: AEL/IFCH, v. 8, nº14/15. 1º e 2º Semestres de 2001.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2004. (Edição fac-similar de 1954).
- CANDIDO, Antonio. *O Mundo Coberto de Moços*; in: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *Para uma Crítica do Presente*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2001.
- _____. *Os Acontecimentos de 1968 – Notas para uma interpretação*; in: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- _____. *A Universidade da Comunhão Paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Corte/ Ed. Associados, 1982.
- CARVALHO, Nanci Valadares de (org.). *Trilogia do Terror: A implantação: 1964*. São Paulo: Vértice, 1988.
- CARVALHO, Luiz Maklouf de. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- _____. *Cobras Criadas: David Nasser e O Cruzeiro*. São Paulo: SENAC, 2001.
- CATELA, Ludmila da Silva. *Situação-Limite e Memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina*. São Paulo: Hucitec/ANPOCS, 2001.
- COMISSÃO DAS FAMÍLIAS DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Dossiê dos Mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. São Paulo: Governo do Estado de Pernambuco/Governo do Estado de São Paulo, 1995-1996.
- COMPARATO, F. Konder. *Prefácio*; in: PIOVESAN, Flávia. *Temas de Direitos Humanos*. São Paulo: Max Limonad, 2ª ed., 2003.
- COUTO, Ronaldo Costa. *Memória Viva do Regime Militar: Brasil (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CORRÊA, José Celso Martinez Corrêa. *O Rei da Vela: Manifesto do Oficina*; in: ANDRADE, Oswald de. *O Rei da Vela*. São Paulo: Globo, 2003.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 1997.

- D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary, CASTRO, Celso (orgs.). *Visões do golpe: A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. *Os Anos de Chumbo: A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- _____. *A volta aos Quartéis: A memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- DECKES, Flávio. *Radiografia do Terrorismo no Brasil: 1966-1980*. São Paulo: Ícone, 1985.
- DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. São Paulo: Todas as Musas, 2012.
- _____. *Caça às Suásticas: O Partido Nazista em São Paulo*. São Paulo: Humanitas/IMESP, 2007.
- DREYFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *O Jogo da Direita: Na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- DULLES, John W. Foster. *Unrest in Brazil: Political and Military Crisis*. Austin: Texas, 1970.
- _____. *Faculdade de Direito e a Resistência Anti-Vargas: 1938-1945*. São Paulo: Edusp/Nova Fronteira, 1984.
- FARIA, Álvaro Alves. *Anotações de um Diário Enlouquecido*; SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- FERRAZ, Lauro Pacheco Toledo de. *Maria Antonia/68: O Outro Lado da rua*; SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.
- FERNANDES, Rofran; MAGALDI, Sabato (pref.). *Teatro Ruth Escobar: 20 anos de Resistência*. São Paulo: Global, 1985.
- FOLHA de S. Paulo. *Comando de Caça aos Comunistas diz como atacou Roda-Viva em 68*. São Paulo, 17 de julho de 1993.

- FON, Antônio Carlos. *Tortura: a História da Repressão no Brasil*. São Paulo: Global, 4ª ed., 1979.
- FREIRE, Alípio; ALMADA, Isaías; GRANVILLE PONCE, J. A. (Orgs.). *Tiradentes: Um Presídio da Ditadura*. São Paulo: Scipione. 1997.
- FREITAS, Sônia Maria de. *Reminiscências*. São Paulo: Maltese. 1993.
- GATTAZ, André Castanheira. *Braços da Resistência: uma História Oral da Imigração Espanhola*. 2ª ed. Salvador: Pontocom, 2014.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- _____. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- _____. *A Ditadura Encurralada*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 6ª ed., 2000.
- GREEN, James Naylor. *Além do Carnaval: a Homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP. 2000.
- _____. *Top Brass and State Power in Twentieth-Century Brazilian: Politics, Economics, and Culture*; in: *LATIN AMERICAN RESEARCH REVIEW*, University of Texas Press, v. 38, n. 3, 2003.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães-de-Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LIMA, Ruth Ribeiro de. *Nunca é Tarde Demais para Saber: Histórias de Vida, Histórias da Guerrilha*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- LOPES, Gustavo Esteves. *Táticas de Intimidação e Terrorismo: Relatos de História Oral sobre a atuação do Comando de Caça aos Comunistas (1968-1970)*. Relatório Final de Iniciação Científica – FFLCH/USP, 2003. (processo FAPESP 01/09643-4).
- _____. *Intimidação e Terrorismo: para uma História Oral do Comando de Caça aos Comunistas (1962-1968)*; in: *Anais do XVII Encontro Regional de História: O Lugar da História*. Campinas: Humanitas/FFLCH, 2004. CD-ROM e Disponível em: <http://>

www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20XXVIII/Gustavo%20Esteves%20Lopes.pdf. Último acesso em janeiro de 2014.

_____. *Gerações: Mídia e (Re)construções míticas e utópicas*; in: *Anais do XIII Simpósio Nacional de História: Guerra e Paz*. Londrina: ANPUH, 2005. CD-ROM e Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1257.pdf>. Último acesso em janeiro de 2014.

_____. *A Atualização Teórica do NEHO nos Últimos Anos*; in: ORALIDADES – Revista de História Oral. São Paulo: NEHO-USP, n 1º, jan-jun, 2007. pp.77-85.

_____. *Aportes Teóricos à História Oral: os Conceitos de “perpetrador” e “vítima”*; in: ORALIDADES – Revista de História Oral. São Paulo: NEHO-USP: São Paulo, nº9, jan-jun, 2011.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Militarização do Estado no Brasil: 1964-1968*. Campinas, 1986. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

MATHIAS, Simão; CANDIDO, Antonio; DANTAS, Carlos Alberto Moreira, et alli (Coord.). *Os Acontecimentos da rua Maria Antonia: (2 e 3 de Outubro de 1968)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1988.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *A Colônia Brazilianista: História Oral de Vida Acadêmica*. São Paulo: Nova Stella, 1990.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. PEREIRA, Gen. José Canavarro (Command.); ALVIM, Cel. Sebastião (Encarreg.). *INQUÉRITO POLICIAL MILITAR – CRUSP – RELATÓRIO – Anos 1968/1969*. São Paulo, II Exército, 7 de novembro de 1969. Disponível em: <http://movebr.wikidot.com/crusp:ipm-68>. Último acesso em janeiro de 2014.

MIR, Luís. *A Revolução Impossível: a Esquerda e a Luta Armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller. 1994.

MAUTNER, Jorge. *Kaos*. São Paulo: Martins, 1963.

- _____. Fundamentos do Kaos. São Paulo: Nova Stella/Ched Editorial, 1985.
- NADER, Ana Beatriz. *Autênticos do MDB: História Oral de Vida Política*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- OLIVEIRA, José Alberto Saldanha de. *A Mitologia Estudantil: uma Abordagem sobre o Movimento Estudantil Alagoano*. Maceió: Secretaria de Comunicação Social do Estado de Alagoas/SERGASA, 1994.
- OLIVEIRA, Sérgio Luiz Santos. *O Grupo (de Esquerda) de Osasco: Movimento Estudantil, Sindicato e Guerrilha (1966-1971)*. São Paulo: FFLCH-USP, 2012. (Dissertação de Mestrado).
- PETRONE, Pasquale (Apres.); AAAFFCL-USP. *Em Defesa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*. São Paulo: AAAFFCL-USP, 1952.
- PEDROSA, Mário. *A Opção Imperialista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- POERNER, Arthur José. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo: CMJ, 1994.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 6ª ed., 1978.
- REIS FILHO, Daniel. *A Revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense/ CNPq, 1989.
- REIS FILHO, Daniel; MORAES, Pedro de (Orgs). *1968: A paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: FGV, 2ª edição, 1998.
- RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- _____. *Em Busca do Povo Brasileiro: Artistas da Revolução, do CPC à Era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. *Osasco, 1968: A Greve no Masculino e no Feminino*. Salvador: Pontocom, 2013.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo (org.). *Alma Mater Paulista: 63 anos da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. (org.). *Maria Antonia: Uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social no Brasil*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001.

SILVA, Franklin Leopoldo e. *rua Maria Antonia*; in: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. *Maria Antonia: uma rua na contramão*. São Paulo: Nobel, 1988.

SILVA, Hélio. *O Poder Militar*. Porto Alegre: L& PM, 1984.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. _____. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Percival de. *Autópsia do Medo: Vida e Morte do Delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo: Globo, 2000.

STEPAN, Alfred C. *The Military in Politics: Changing and Patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971.

TFP. *Meio Século de Epopeia Anticomunista*. São Paulo: Vera Cruz, 1980.

TELES, Janaína (org.). *Desaparecidos Políticos: Reparação ou Impunidade*. São Paulo: Humanitas, 2ª ed., 2001.

TOLEDO, J. *Flavio de Carvalho: o Comedor de Emoções*. Campinas: Brasiliense/Unicamp, 1994.

TRAGTENBERG, Maurício. *A Delinquência Acadêmica: O Poder sem Saber e o Saber sem Poder*. São Paulo: Rumo Editora, 1979.

VENTURA, Zuenir. *1968: o Ano que não Terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Violência, Terror, Terrorismo

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém – Um Relato sobre a Banalidade do Mal*. São Paulo: Cia das Letras, 2003. (Publicação Original, 1963)

- _____. *The Origins of Totalitarianism*. San Diego; New York; London: Harvest/HBJ Book, 1979. (Publicação Original, 1951)
- BEAVOIR, Simone de. *O Pensamento de Direita, Hoje*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- CARNEIRO, Maria Lauiza Tucci. *Ku Klux Klan: A Seita da Supremacia Branca*; in: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla BASSANEZI. *Faces do Fanatismo*. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. *A Era Nazi e o Anti-Semitismo*; in: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla BASSANEZI. *Faces do Fanatismo*. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. *O Renascer da Besta*; in: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla BASSANEZI. *Faces do Fanatismo*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHESNAIS, Jean-Claude. *Histoire de la Violence: en Occident de 1800 à Nos Jours*. Paris: Robert Laffont, 1981.
- CLUTTERBUCK, Richard. *Guerrilheiros e Terroristas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.
- GONZALBO, Fernando Escalante. *La Política del Terror: Apuntes para una Teoría del Terrorismo*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1991.
- IANNI, Otavio. *Capitalismo, Violência e Terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- LAQUEUR, Walter. *No End to War: Terrorism in the Twenty-First Century*. New York/ London: Continuum, 2003.
- _____. *Le Terrorisme*. Paris: PUF, 1979.
- MAINWARING, Scott. *The Catholic Church and Politics in Brazil (1916-1985)*. Stanford: Stanford University Press, 1986.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Brasil Fora de Si: Experiências de Brasileiros em Nova York*. São Paulo: Parábola, 2004.
- _____. *11 de Setembro de 2001: A Queda das Torres Gêmeas de Nova York*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2005.

- MONDAINI, Marco. *Macartismo: Intolerância e Perseguição no Anticomunismo Norte-Americano; Terrorismo Político: A Globalização do Medo*; in: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi. *Faces do Fanatismo*. São Paulo: Contexto, 2004.
- PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Faces do Fanatismo*. São Paulo: Contexto, 2004.
- PIOVESAN, Flávia. *Temas de Direitos Humanos*. São Paulo: Max Limonad, 2ª ed., 2003.

Aportes conceituais em historiografia e história oral

- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2ª ed., 1998.
- BLOCH, Marc. *Apologie pour l'Histoire ou le Métier d'Historien*. Paris: Armand Colin, 1949.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (Res)sentimento: Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.
- CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, Texto e História: Para ler História Oral*. São Paulo: Loyola, 1999.
- CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. *O Valor da Informação: um desafio permanente*; in: *DataGrama – Revista de Ciência da Informação*, v. 3, nº3, junho, 2002. Disponível em: www.dgz.org.br/jun02/Art_02.html. Último acesso em janeiro de 2014.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira Cunha (Org.). *O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: SMC/DPH, 1992.
- FERREIRA, Marieta Moraes (Coord.). *Entre-Vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral: Possibilidades e Procedimentos*. São Paulo: Humanitas, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris: F. Alcan, 1935.

- _____. *La Mémoire Collective*. Paris: PUF, 1950.
- HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- JOUTARD, Philippe. *Essas vozes que nos chegaram do passado*. Mexico D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- LEFÈVRE, Henri. *La Quotidienne dans le Monde Moderne*. Paris: Gallimard, 1968.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1991.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *Faire l'Histoire*. Paris: Armand Colin, 1974. 3 v.
- _____. *A Atualização Teórica do NEHO nos Últimos Anos*; in: ORALIDADES – Revista de História Oral. São Paulo: NEHO-USP, n. 1º, jan-jun, 2007. pp.77-85.
- _____. *Aportes Teóricos à História Oral: os Conceitos de “perpetrador” e “vítima”*; in: ORALIDADES – Revista de História Oral. São Paulo: NEHO-USP: São Paulo, n.º9, jan-jun, 2011. p. 155-69.
- MEIHY, José Carlos Sebe; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. *Guia prático de história oral: para empresas, universidades, famílias, comunidades*. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 6ª ed., 2005.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.). *(Re)Introduzindo História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã/FFLCH-USP, 1996.
- NEHO-HISTÓRIA. São Paulo: FFLCH-USP. n.º0-1, 1988-1999.
- ORALIDADES – Revista de História Oral. São Paulo: NEHO-USP, n.º1-11, 2007-2012.
- POLLACK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*; in: *Estudos Históricos: Teoria e História*. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989. pp.3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2278/1417>. Último acesso em janeiro de 2014.

REVISTA HISTÓRIA ORAL. São Paulo: ABHO. n. 1-16(nº2), 1998-2013. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho>. Último acesso em janeiro de 2014.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Fontes Impressas Consultadas

A República

Folha de S. Paulo

Folha da Tarde

Jornal da Tarde

Jornal do Brasil

Movimento

O Cruzeiro

O Estado de S. Paulo

O Globo

Realidade

Última Hora

Veja e Leia

Arquivos, bibliotecas e instituições de ensino e pesquisa consultados

Arquivo Nacional (AN) – Rio de Janeiro-RJ

Arquivo Edgar Leuenroth (AEL-UNICAMP) – Campinas-SP

Acervo DEOPS/APESP – São Paulo-SP

Arquivo do Centro Histórico Mackenzie – São Paulo-SP

Acervo Folha de S. Paulo – São Paulo-SP

Acervo Estado de S. Paulo – São Paulo

Arquivo do CPDOC-FGV – Rio de Janeiro-RJ

Biblioteca Guita e José Mindlin (Brasiliana-USP) – São Paulo-SP

Biblioteca da ECA-USP

Biblioteca da FD-USP – São Paulo

Biblioteca da FAU-USP – São Paulo

Biblioteca Central da FFFCL-USP – São Paulo-SP

Biblioteca Central da Universidade Mackenzie – São Paulo-SP

Biblioteca Central da UFF – Niterói-RJ

Biblioteca do IEB-USP – São Paulo-SP

Biblioteca do IFCS-UFRJ – Rio de Janeiro-RJ

Biblioteca do Centro Cultural São Paulo (CCSP) – São Paulo-SP

Biblioteca do Centro de Pesquisas e Documentação Vergueiro (CPV)
– São Paulo-SP

Biblioteca do CPDOC-FGV – Rio de Janeiro-RJ

Biblioteca Gilda de Mello e Souza do Centro Cultural Maria Antônia-USP – São Paulo-SP

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro-RJ

Biblioteca Municipal Mário de Andrade (BMMA) – São Paulo-SP



“Com o cuidado ético e escuta atenta, Gustavo Esteves Lopes fez a escolha pela multiplicidade de vozes, evitando o silenciamento de interpretações que não corresponderem ao imaginário de resistência ao regime. Para isso, percorreu os caminhos da história oral para ouvir a experiência daqueles que foram perseguidos, mas também dos que perseguiram e trabalharam para que a ditadura prevalecesse. Terrorismo, neste trabalho, ganha sentido amplo, pois não se trata das ações da esquerda, como defendia o Estado autoritário, mas de uma militância de direita que atuou de forma brutal, clandestina, e sobre a qual pouco se sabe.” (Marta Rovai)